

**SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICAS
TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE**

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Autores

Christian Nunes da SILVA; Clay Anderson Nunes CHAGAS; João Marcio PALHETA DA SILVA; Carlos Alexandre Leão BORDALO; Giovane da Silva MOTA; João Santos NAHUM; João dos Santos CARVALHO; Sergio Cardoso de MORAES; Lílian Simone Amorim BRITO; Adolfo OLIVEIRA NETO; Eneias Barbosa GUEDES; Jovenildo Cardoso RODRIGUES; Márcio Júnior Benassuly BARROS; Antônio Tiago Corrêa MALCHER; Odimar do Carmo MELO; Mauro Emilio Costa SILVA; Aiala Colares COUTO; Fernando Alves de ARAÚJO; Francisco Emerson Vale COSTA; Danusa di Paula Nascimento da ROCHA

**Belém-PA
GAPTA/UFPA
2013**

Capa

Christian Nunes
Marco Leão

Diagramação

Editora Açai

Impressão e Acabamento

Editora Açai

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA, Belém-PA)**

Sociedade, espaço e políticas territoriais na Amazônia paraense /
organizador Christian Nunes da Silva ... [et al.]. 1. ed. - Belém:
GAPTA/UFPA, 2013.

350 p. : il.

ISBN 978-85-63117-04-5

1. Desenvolvimento regional - Pará. 2. Urbanização - Pará. 3. Pesca -
Pará. 4. Reservas naturais - Para. 5. Mulheres no desenvolvimento - Para.
6. Amazônia - Aspectos econômicos. I. Silva, Christian Nunes da. II.
Título.

CDD - 22. ed. 338.98115

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998
Todos os conceitos, declarações e opiniões emitidos nos manuscritos são de responsabilidade
exclusiva do(s) autor(es).

Todos os direitos reservados
ED. GAPTA/UFPA



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
GRUPO ACADÊMICO PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO E MEIO
AMBIENTE NA AMAZÔNIA

Reitor: Prof. Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-Reitor: Prof. Horacio Schneider

Diretor Geral do IFCH: Prof. João Marcio Palheta

Editor de Publicações do GAPTA: Christian Nunes da Silva

Gerência e preparação da revisão: Joyce Caetano

Revisão: Albano Gomes

Imagens da Capa: Elaborado a partir dos estudos de “LOPES, A. G. **Nova configuração territorial no Pará: municípios, estruturas de poder e competição tributária**. Belém:

NAEA/UFPA, 2003. 195f. (Dissertação de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)”

Comissão Editorial GAPTA

Christian Nunes da Silva

João Santos Nahum

Flavio Altieri dos Santos

Conselho Editorial GAPTA

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva – UFPA

Prof. Dr. Clay Anderson Chagas Nunes – UFPA

Prof. Dr. Carlos Alexandre Bordalo – UFPA

Conselho Consultivo GAPTA

Prof. Dr. Gilberto Rocha – UFPA

Prof. Dr. Eduardo Shiovone Cardoso – UFSM

Prof. Dr. Keid Nolan – UFOPA

Prof. Dra. Lilianne Pirker – SIPAM

Prof. Dr. Sergio Cardoso de Moraes – UFPA

Prof. Dr. Rui Moreira – UFF

Prof. Dr. David Gibbs McGrath – UFOPA

Prof. Dra. Lisandra Pereira Lamoso – UFGD

Prof. Dr. Eliseu Saverio Sposito – UNESP

Prof. Dra. Maria Célia Nunes Coelho – UFRJ

Prof. Dra. Oriana Trindade de Almeida – UFPA

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP

Prof. Dr. Otavio José Lemos Costa – UECE

Prof. Dr. Antônio Carlos Freire Sampaio - UFU

Prof. Dr. Márcio Silveira - UFSC

SUMÁRIO

Apresentação	11
Política Territorial, Representação Espacial e seus Reflexos	
<i>Tendências recentes de desenvolvimento regional e a gestão do território</i> Clay Anderson Nunes CHAGAS	15
<i>A Amazônia e o pensamento desenvolvimentista para a região: do desenvolvimento global ao desenvolvimento local sustentável</i> Aiala Colares COUTO	35
<i>Uma análise das primeiras experiências de gestão em bacias hidrográficas na Amazônia</i> Carlos Alexandre Leão BORDALO; Francisco Emerson Vale COSTA	53
<i>O Estado do Pará e a construção da microrregião bragantina</i> João dos Santos CARVALHO	69
<i>Territorialidades pesqueiras e a representação espacial da pesca na Amazônia</i> Christian Nunes da SILVA; Sergio Cardoso de MORAES	95
Ordenamento Territorial Urbano	
<i>Políticas territoriais e urbanização na Amazônia oriental: estudo de Marabá</i> Jovenildo Cardoso RODRIGUES	119
<i>Dinâmica de (re)organização socioespacial do bairro do Icuí-Guajará - Ananindeua/PA</i> Lilian Simone Amorim BRITO; Giovane da Silva MOTA	137

O cadastro territorial multifinalitário (CTM) como instrumento de planejamento e ordenamento territorial urbano 153
Fernando Alves de ARAÚJO, Christian Nunes da SILVA

A globalização no lugar e paisagem dos espaços urbanos na Amazônia 181
Mauro Emilio Costa SILVA

Ordenamento Territorial e Educação no Campo

Território, campesinato e dendeicultura na Amazônia: um olhar sobre a microrregião de Tomé-Açu 201
João Santos NAHUM; Tiago MALCHER

Os usos e (ab)usos do território na reserva extrativista marinha Soure-PA 225
Eneias Barbosa GUEDES

Território e educação: uma análise a partir da educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia 245
Adolfo OLIVEIRA NETO

O movimento de mulheres das ilhas de Belém (MMIB) e o desenvolvimento local na ilha de Cotijuba-PA 259
Odimar do Carmo MELO

Territórios da Mineração

O passageiro de ferro e a organização territorial em Parauapebas-PA. 279
Fabiana Sousa SANTOS
João Marcio PALHETA DA SILVA
Nathalya COSTADELLE

<i>Territórios de mineração e finanças públicas municipais no Estado do Pará 2002-2005</i>	303
Márcio Júnior Benassuly BARROS	
<i>A (des)ordem sócio-mineral da mineração em pequena escala (MPE) no nordeste paraense</i>	323
Danusa di Paula Nascimento da ROCHA	
Sobre os Autores	345

APRESENTAÇÃO

Ao pensar na Amazônia devemos considerar as características ambientais e sociais que integram esse importante território transnacional, desde o período da ocupação humana anterior ao dito “descobrimiento europeu”. Assim, da ocupação pelos indígenas, até as comunidades locais que habitam a região na atualidade, sejam elas de pescadores, agricultores, extrativistas, dentre outras, foram incorporadas novas culturas/economias e criados modelos e “ciclos econômicos” que refletem costumes próprios inerentes à região.

É importante ponderar também a influência que os recursos naturais presentes no território amazônico imprimem às outras regiões, refletindo na importância geopolítica e estratégica que a Amazônia tem para países e grandes grupos econômicos, que se valeram dos recursos naturais dessa região, como por exemplo, durante o chamado “apogeu da borracha”, onde era utilizada não somente a mão-de obra escrava, mas também a indígena que, posteriormente, também foram incrementadas com a inserção dos primeiros grupos de nordestinos (ditos soldados da borracha), que foram utilizados no sistema de extração e aviamento da borracha para outros países do mundo. Sendo que, todos os “usos” e manejos dos recursos naturais sempre contribuíram no desenvolvimento de outras atividades econômicas na região, como por exemplo, da extração do pescado dos *pesqueiros reais*, do chamado comércio de *regatão*, ou ainda, durante a criação dos grandes projetos minero-metalúrgicos e hidroelétricos que são mais recentes.

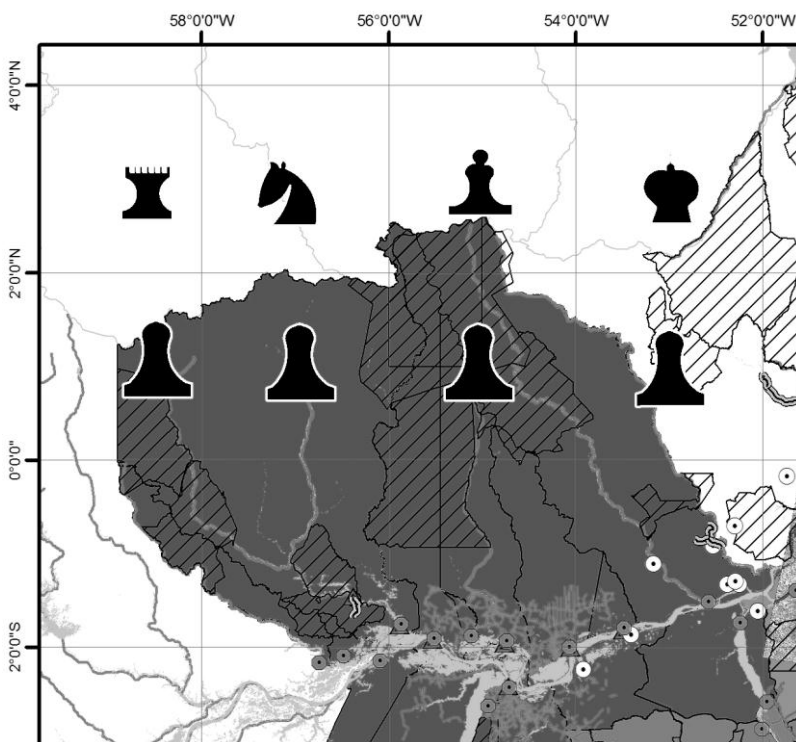
As influências dessas “dinâmicas territoriais”, de agentes públicos e privados, não são percebidas somente no meio rural, mas também no meio urbano do território amazônico, que presenciou a entrada de uma grande quantidade de migrantes vindos de diversas regiões do país, que interagem na complexidade que se observa nos dias de hoje, com alguns benefícios e outros aspectos negativos, como por exemplo, nas regiões de fronteiras, nas áreas limítrofes que, muitas vezes, são arenas de atividades que estão ligadas diretamente ao tráfico de drogas. Efeitos negativos que são frutos de uma imposição internacional, uma demanda global, que tenta submeter o modo de vida habitual amazônico aos padrões globalizados. Esse fato tem estreita relação com o padrão de consumismo imposto pelo capitalismo, com reflexo expressivo no meio ambiente e seus recursos (floresta, água, minérios, animais etc.), com mais força no uso intensivo e irracional dos

recursos naturais para o provimento do consumo predatório, que vem promovendo o desmatamento e o uso irregular dos recursos da região.

Nesse sentido, como forma de aprofundar essa discussão a presente obra é uma reunião de artigos que analisam diversas experiências e atividades que se destacam e se referem à execução de políticas territoriais (públicas e privadas), que têm como palco principal a Amazônia paraense. Os autores, em sua maioria, fazem parte de grupos de pesquisa, ensino e extensão que se debruçam a entender a realidade amazônica em diferentes abordagens. Desse modo, o uso do território, com seus recursos e indivíduos, é o principal foco de investigação e debate constante nos textos aqui presentes, onde as ideias que compõem os textos enfatizam, principalmente, quatro temáticas, que são: 1) Política territorial, representação espacial e seus reflexos; 2) Ordenamento territorial urbano; 3) Ordenamento territorial e educação no campo e; 4) Territórios da mineração. De alguma forma, os textos procuram contribuir na discussão territorial que se desenvolve no contexto amazônico e que, porventura, no futuro, possam ajudar a tornar essa complexidade mais inteligível a outros pesquisadores que, com certeza, buscarão entender os mesmos fenômenos, sobre outra ótica.

Os autores
Belém, janeiro de 2013

Política Territorial, Representação Espacial e seus Reflexos



TENDÊNCIAS RECENTES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Clay Anderson Nunes Chagas

1. INTRODUÇÃO

A questão central deste artigo é compreender como o conceito de território é construído ao longo do tempo e suas diversas interpretações, destacando o período atual da globalização, buscando, assim, contribuir para a compreensão e incorporação deste conceito na estrutura do planejamento regional. Para isso, devemos analisar de maneira mais profunda as formas que ele é apropriado nas discussões acadêmicas e na concepção do planejamento regional na atualidade, em um contraponto com as práticas sociais anteriores. Haesbaert e Limonad (2007) demonstram esta necessidade a partir do momento em que percebem as múltiplas materializações desta relação. Assim, o território se apresenta como o conjunto de práticas sociais e os meios utilizados por distintos grupos sociais para se apropriar ou manter certo domínio (afetivo, cultural, político, econômico etc.) sobre/por meio de uma determinada parcela do espaço geográfico manifesta-se de diversas formas, desde a territorialidade mais flexível até os territorialismos mais arraigados e fechados.

2. A (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Cabe iniciar com uma explicitação conceitual mais ampla. Entende-se o território – na concepção clássica da geografia política – como espaço de exercício de um poder que, no mundo moderno, apresenta-se como um poder basicamente centralizado no Estado. Trata-se, portanto, da área de manifestação de uma soberania estatal, delimitada pela jurisdição de uma dada legislação e de uma autoridade. O território é, assim, qualificado pelo domínio político de uma porção da superfície terrestre (RAFFESTIN, 1993).

Os territórios são entidades históricas que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada. Os territórios modernos são resultados de domínios estatais e o Estado

moderno é um Estado territorial (com uma base física definida). Tal base pode ser caracterizada como sendo “território usado”, os espaços efetivamente apropriados, conforme conceituação de Milton Santos e Maria Laura Silveira (1994) ou como “fundos territoriais” (áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo).

2.1. A re(produção) do espaço e a concepção de território

Antes de analisar o conceito de território faz-se necessário compreender a relação do território com o conceito de espaço. Segundo Lefebvre (1974) cada sociedade produz um espaço, o seu. Este espaço deve ser pensado a partir do conteúdo material e social, ou seja, como materialização do processo histórico.

Castro (1992, p. 29)

Na realidade, a produção do espaço se concretiza sobre uma base territorial, e assume uma forma característica. Tomadas individualmente, as formas geográficas representam modos de produção, ou um de seus momentos. A história desses modos é, portanto, a história da sucessão das formas criadas a seu serviço. Desse modo, o espaço é um produto social, mas é também um componente do fato social, muitas vezes não percebido ou não avaliado completamente.

Assim, o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial torna o território um condicionante inescapável destas relações e das inovações que elas propõem “a dimensão territorial é, então, continente do social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa” (CASTRO, 1992, p. 29). Nesta concepção, então, o território é uma unidade geográfica, mas também uma unidade social e uma unidade política.

Este espaço tornado território pela apropriação e dominação social é constituído ao mesmo tempo por pontos e linhas *redes* e superfícies ou áreas *zonas* e de malhas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). O que define primeiramente o território é o poder (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido é a dimensão política que lhe define o perfil. Para Souza (2009, p. 59):

O território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geocológicas e os recursos naturais de uma certa área [...] Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...] mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: **quem domina ou influencia e como domina e influencia esse espaço?** [...] (grifo nosso).

Raffestin (1993, p. 32), antes de definir o que é o poder, explica que seria necessário entender que existe uma ambiguidade envolvendo o termo. Quando marcado com a letra maiúscula (Poder) resume a história de nossa equiparação a um “conjunto de instituições e de aparelhos que garantem a sujeição dos cidadãos a um Estado determinado”. Este poder representaria a soberania de um Estado, a forma da lei ou da unidade global de uma dominação.

O poder (minúsculo), nome comum esconde-se atrás do Poder, nome próprio. Presente em cada relação, na curva de cada ação: “insidioso, ele aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (RAFFESTIN, 1993, p. 23). A ambiguidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o “Poder” e o “poder”. Mas o primeiro é mais fácil de reconhecer porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam seus recursos. É o Poder visível, maciço e identificável. Como consequência é perigoso e inquietante, inspira a desconfiança pela própria ameaça que representa. Porém, o mais perigoso é aquele que não se vê, ou que não se vê mais porque se acreditou tê-lo derrotado, condenado à prisão domiciliar (RAFFESTIN, 1993).

O poder é a parte intrínseca de toda relação. Multidimensionalidade e imanência do poder em oposição à unidimensionalidade e à transcendência. O poder ser manifesta por ocasião da relação, é um processo de troca ou de comunicação, quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam, as forças de que dispõem os dois parceiros.

Podemos entender estas questões quando há no território um processo que permite as manifestações de todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades, assim, o território é produzido por agentes através da energia e da informação, ou seja, da

efetivação do espaço; das redes circulação-comunicação; das relações de poder (ações políticas); das atividades produtivas; das representações simbólicas e das malhas (SAQUET, 2009).

2.2. As diversas abordagens do conceito de território

O território é uma materialidade terrestre que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e os espaços de reprodução da sociedade (*lato sensu*). É nele que se alocam as fontes e os estoques de recursos naturais disponíveis para uma dada sociedade e também os recursos ambientais existentes e é nele que se acumulam as formas espaciais criadas pela sociedade ao longo do tempo (o espaço produzido). Tais formas se agregam ao solo onde foram construídas, tornando-se estruturas territoriais, condições de produção e reprodução em cada conjuntura considerada.

Assim, tanto o capital natural (potencial ou utilizado) quanto o capital fixo (de diferentes temporalidades) localizam-se no território, qualificando sua capacidade e potencialidade em face ao padrão de acumulação vigente. A avaliação sincrônica das formas de valorização do espaço praticadas na história de um país é dada pela análise de sua formação territorial, isto é, a sua história analisada na ótica da dimensão espacial. Esta revela padrões de ocupação e de uso dos recursos, que modelam o território de que dispõe a sociedade na atualidade.

Marcelo de Souza (1995) faz uma consideração na definição do conceito de território de Raffestin (1993), pois o território não deve ser confundido com a simples materialidade do espaço socialmente construído, nem com um conjunto de forças mediadas por esta materialidade. O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado.

Seguindo a trajetória do pensamento explicitado por Souza (1995), deve-se ter o cuidado com a clara diferenciação dos conceitos de espaço e território de Haesbaert e Limonard (2007, p. 42-43), pois os autores explicitam que é necessário enfatizar na noção de território os seguintes pressupostos:

- a) Primeiro, é necessário distinguir território e espaço (geográfico); eles não são sinônimos, apesar de

muitos autores utilizarem indiscriminadamente os dois termos – o segundo é muito mais amplo que o primeiro;

- b) O território é uma construção histórica e, portanto, social, a partir das relações de poder (concreto e simbólico) que envolvem, concomitantemente, sociedade e espaço geográfico (que também é sempre, de alguma forma, natureza);
- c) O território possui tanto uma dimensão mais subjetiva, que se propõe denominar, aqui, de consciência, apropriação ou mesmo, em alguns casos, identidade territorial, e uma dimensão mais objetiva, que pode-se denominar de dominação do espaço, num sentido mais concreto, realizada por instrumentos de ação político-econômica

Assim, é importante entender que o conceito de território não é exclusivo da geografia e está ligado às demais ciências sociais, Economia e a Filosofia, que também deram importantes contribuições para o entendimento da complexidade deste conceito (SAQUET, 2007). Um segundo ponto importante que se refere ao entendimento do território como produto de conflitos e contradições sociais – ponto central de nossa análise – é o fato de que em alguns países, essa discussão é centrada no conceito de espaço geográfico, como a que ocorre no Brasil, no conceito de território, como se efetiva na Itália, ou mesmo nos conceitos de espaço e região, como é o caso da França. Esta questão é importante, pois ela também está associada à forma que o planejamento estatal utiliza o conceito de território, principalmente devido à influência que o mesmo exerce na estrutura conceitual que orienta o planejamento recente no Brasil.

No campo da Filosofia as principais contribuições acerca do conceito de território partiram das análises de Deleuze e Guattari (1976 apud HAESBAERT, 2004). Os mesmos entendem o território como movimento da produção social que vai até o fim de sua desterritorialização, envolvendo a produção e a reprodução do desejo em uma nova Terra. A partir deste princípio, ambos reconhecem que passam a existir novas territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado nação, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo), demonstrando, assim, uma ênfase para a rotação do capital (HAESBAERT, 2004).

Claude Raffestin (1993) compreende o território como representação de um sistema de relações, que correspondem ao mundo real mediado pelos sentidos. São três mundos elaborados pelo autor, que contribuem para a explicação geográfica da construção concreta do território em relação à produção espaço-tempo – o mundo real, o das sensações e o da representação. Raffestin (1993), baseado em Monbeig (1952), numa abordagem materialista, passa a compreender o território a partir de conceitos de fronteiras e franjas pioneiras.

Edward Soja (1993) compreende a territorialidade como um comportamento ligado à diferenciação espacial, como produto da atuação de indivíduos e/ou grupos sociais. A territorialidade é efetuada por relações sociais ou, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço.

Haesbaert e Limonad (2007) fazem um quadro síntese das principais abordagens conceituais de territórios, que nos ajuda a compreendê-las melhor.

Partindo do entendimento da territorialidade expressa nas múltiplas feições no território, Haesbaert e Limonad (2007) explicam que: a) a construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada, sobretudo, à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. b) num sentido mais simbólico, o território pode moldar identidades culturais e ser moldado por estas, que fazem dele um referencial muito importante para a coesão dos grupos sociais. c) o território, além de ter diferentes composições na interação entre as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, pode ser visto a partir do grau de fechamento e/ou controle do acesso que suas fronteiras impõem, ou seja, seus níveis de acessibilidade.

Quadro 1 - As abordagens conceituais de territórios em três vertentes básicas

Dimensão privilegiada	Concepções correlatas	Concepção de território	Territorialização	
			Principais atores / agentes	Principais vetores
Jurídico-política	Estado-nação Fronteiras políticas e limites político-administrativos.	Um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal.	Estado-nação Diversas organizações políticas	Relações de dominação política e regulação.
Cultural(ísta)	Lugar cotidiano. Identidade e alteridade social. Cultural e imaginário. (Imaginário: “conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo”).	Produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através do imaginário e/ou da identidade social.	Indivíduos Grupos étnico-culturais.	Relações de identificação cultural.
Econômica (muitas das vezes economicista) minoritária	Divisão territorial do trabalho. Classes sociais e relações de produção.	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.	Empresas (capitalistas) Trabalhadores Estado enquanto unidades econômicas.	Relações sociais de produção.

Fonte: Haesbaert e Limonad (2007, p. 45). Modificado pelo autor.

3. O TERRITÓRIO NA CONSTRUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A IMPORTÂNCIA DO ORDENAMENTO TERRITORIAL

3.1. Território e globalização: pensando a problemática do tema na atualidade

A ideia de globalização, no fim do século XX, remete de imediato a uma imagem de homogeneização sociocultural, econômica e política e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômica quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado. No entanto, há de se considerar, porém, que tal ideia de homogeneização é falsa. Pois ainda que se busque esta homogeneização pelo alto, do capital e da elite planetária, há também uma homogeneização da pobreza e da miséria, considerando-se que, à medida que a globalização avança, tende a acirrar-se a exclusão socioeconômica (HAESBAERT, 2007).

Se muitos autores afirmam que o mundo contemporâneo vive uma era de globalização, outros, por sua vez, enfatizam como característica principal do nosso tempo a fragmentação. Globalização e fragmentação constituem de fato os dois polos de uma mesma questão que vem sendo aprofundada, seja através da linha de argumentação que tende a privilegiar os aspectos econômicos – e que enfatiza os processos de globalização inerentes ao capitalismo, seja através do realce de processos fragmentadores de ordem cultural, que podem ser tanto um produto quanto uma resistência à globalização.

Haesbaert (2004) distingue uma fragmentação inclusiva ou integradora, pautada na lógica de fragmentar para melhor globalizar e uma fragmentação excludente ou desintegradora, que pode ser ao mesmo tempo um produto da globalização ou uma resistência a ela.

Se o território é uma construção histórica, sem esquecer que dele fazem parte formas de domínio da natureza, as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial. De fato é que, se as velhas territorialidades pareciam mais nítidas ou mais fáceis de ser identificadas, hoje há uma complexificação e uma sobreposição muito maior de territórios. Muitas vezes não se tratam de novas territorialidades enquanto construção de novas identidades culturais; a novidade está mais na forma com que muitas destas

territorialidades, imersas sob o julgo da construção identitária padrão dos Estados-nações, ressurgem e provocam uma redefinição de limites político-territoriais, alterando a face geográfica do mundo neste momento. Da intensificação do fluxo de pessoas de diferentes classes, línguas e religiões à intensificação do fluxo de mercadorias, capital, informações, tudo parece mais móvel, relativizando as fronteiras territoriais tradicionais como forma de controle. Hoje o espaço nacional cede rapidamente lugar aos espaços locais, seletivamente escolhidos para se inserirem nos círculos da globalização.

Nesta perspectiva, a noção de rede constitui-se em uma nova realidade na compreensão do território no período globalizado. Assim, o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede. “São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes e opostas” (SANTOS, 2004, p. 16). O autor continua, analisando e demonstra que estas convergências são possibilitadas por um *acontecer solidário*. Representado de três formas no território atual: a) o acontecer homólogo¹; b) um acontecer complementar², e; c) um acontecer hierárquico³. Ao longo do tempo a informação vem ganhando força e estabelecendo-se como um instrumento de união e controle entre as diversas partes de um território.

Entre as novas territorialidades em curso, talvez a mais surpreendente seja aquela que envolve a escala-mundo. É a sua existência, afinal, que de diversas maneiras coroaría os processos de globalização, de certa forma legitimando-os, na medida em que a dimensão política da globalização, o controle político dos fluxos (especialmente de capitais), é a menos evidente. Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de

¹ É aquele das áreas de produção agrícola ou urbana, que se modernizam mediante uma informação especializada e levam os comportamentos a uma racionalidade presidida por essa mesma informação que cria uma similitude de atividades, gerando contiguidades funcionais que dão os contornos da área assim definida.

² É aquele das relações entre a cidade e das relações entre cidades, consequência igualmente de necessidades modernas de produção e do intercâmbio geográfico próximo.

³ É um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso a vida dos homens e à vida do espaço.

uma identidade-mundo, capaz de unir numa mesma “rede-território” toda a civilização planetária.

3.2. O território como estratégia do desenvolvimento regional

No que se refere à discussão do conceito de território levando em consideração as estratégias de desenvolvimento regional, nossa perspectiva é trabalhar com uma abordagem que entende o território como produção das relações sociais e de reprodução do capital. Sem, no entanto, deixar de ressaltar a importância dos elementos culturais, como elementos definidores dessa concepção.

Indovina (1976), importante economista italiano, compreende o território articulado com o processo de reprodução do capital e da sociedade capitalista. Para esse autor, o modo de uso e como é usado depende da função geral do capital, pois na sociedade capitalista isso se apresenta como uma mercadoria e a sua apropriação segue a lógica de apropriação de outras mercadorias. Faz uma abordagem eminentemente econômica da formação social do território, evidenciando, também as relações capital-trabalho e, simultaneamente, chama a atenção para a importância das políticas territoriais, intrínsecas ao capital. Desta forma o uso do território é o ponto de partida para uma nova tentativa de sistematização científica das questões territoriais, ou seja, contribui para um novo pensar que contribui para a superação de estudos tradicionais (SAQUET, 2007).

Evidentemente nesta perspectiva o território edificado é um produto-mercadoria, é lugar de formação de renda, representa um modo de produção do território enquanto lugar de reprodução das relações capitalistas. Fazendo, assim, uma abordagem econômica do território.

Estudo mais recentes em economia, como os de Storper e Venables (2005) demonstram a importância do território como elemento central para promover os efeitos de encadeamento tanto para frente, quanto para trás das empresas. As empresas procuram concentrar a produção em poucas localidades, os custos de transações espaciais significam que as localidades mais lucrativas serão aquelas mais próximas dos fornecedores de bens intermediários e dos maiores mercados, tanto para bens finais quanto para intermediários. Nesta perspectiva o território se torna um conceito-chave para a reprodução do capital, mas a própria dinâmica da sociedade torna-se essencial, principalmente no que diz respeito ao comportamento da força de trabalho, quanto na dinâmica do consumo (DINIZ; 2005).

Mankusen (2005), de tradição anglo-saxônica, que entende o conceito de território associado ao de região, ao fazer um estudo das regiões econômicas, contribui de forma salutar para a compreensão da nova dinâmica do território. Rompe com o discurso economicista que entende o território como simples articulação entre o capital e a sociedade capitalista. Demonstra a necessidade de se entender o desenvolvimento territorial segundo o enfoque centrado no ator – ator geográfico –, demonstrando, assim, a necessidade de conhecimento da realidade regional para despertar um possível desenvolvimento territorial.

Outro importante trabalho nesta linha é o desenvolvido por Pecqueur e Zimmermann (2005), buscando um desenvolvimento de uma economia da proximidade como elemento central para o desenvolvimento do território.

Boisier (1996), ao analisar o desenvolvimento regional e territorial, especifica a necessidade de ser pensar um desenvolvimento baseado em três cenários interdependentes e de recentes configurações: um cenário contextual, um estratégico e um político. A articulação destes três cenários em consonância com o território seria capaz de promover o desenvolvimento regional com enfoque em um desenvolvimento capaz de promover um efeito positivo para a sociedade.

Segundo Brandão (2007, p. 36):

(...) é preciso discutir a espacialidade dos problemas e implementar políticas levando em consideração a escala do projeto nacional de desenvolvimento. Penso que, ao contrário daquelas visões, as escalas intermediárias “ganham novo sentido e importância nessa fase do capitalismo.

O autor está fazendo uma crítica às concepções que levam em consideração a relação entre local-global como estratégia de desenvolvimento regional, sem levar em conta a escala intermediária.

Brandão (2007, p. 39), ao analisar o modelo de desenvolvimento baseado na relação de sinergia entre o local e o global, demonstra uma preocupação à propulsão dessas concepções vem ganhando nas discussões acadêmicas e políticas. Assim:

O espaço local e regional tudo poderia, dependendo de sua vontade de auto-impulso. Segundo essa posição, que atualmente domina o debate, “o âmbito

urbano-regional seria hoje o *marco natural* da atividade econômica. É mais que a empresa, cada vez mais dependente de seus entornos e das sinergias deste; é mais que o Estado-Nação, desdobrando pelos processos de globalização e menos capaz de articular-se com a diversidade dos atores econômico-sociais privados.

Castell e Borja (1997) contribuem com a análise acima quando demonstram que a produção intelectual exagera na capacidade endógena do determinado território para alavancar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico.

“Talvez a falha mais grave, em última instância, da literatura up-to-date sobre desenvolvimento local e regional seja que ela negligencia totalmente a questão fundamental da hegemonia e do poder político” (BRANDÃO, 2007, p. 50). Para tanto, precisamos entender os processos assimétricos em que um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem.

3.3. O ordenamento territorial e a dinâmica do planejamento regional no Brasil

O conceito de ordenamento territorial, segundo Japiassu (1994) inclui a ideia de uma orientação para um fim. Pode ser o fim de assegurar a organização espacial da sociedade no sentido da centralidade e pode ser no sentido alteridade.

Para Moreira (2007, p. 77):

A finalidade do ordenamento territorial é o controle regulatório que contenha os efeitos da contradição da base espacial sobre os movimentos globais da sociedade e a mantenha funcionando nos parâmetros com que foi organizada. O ordenamento não é, pois a estrutura, mas a forma como a estrutura espacial territorialmente se auto-regula no todo das contradições da sociedade, de modo a manter a sociedade funcionando segundo sua realidade societária.

Segue ainda demonstrando que são duas as formas de ordenamento territorial: uma é da sociedade organizada numa estrutura de espaço e contraespaço e outra é a sociedade organizada numa estrutura de pluralidade espacial de equivalência. A primeira reflete uma base espacial de centralidade e a segunda de alteridade (MOREIRA, 2007).

Moreira (2007, p. 85) lembra que cada recorte territorial é um nível escalar de domínio, o plano do corpo-sujeito na escala total de recortes:

(...) o todo da espacialidade diferencial expressando o poder plural dos sujeitos em embate dentro do todo da sociedade e do Estado, e a especialidade diferencial sendo, assim, a trama das territorialidades que faz do conjunto do arranjo um complexo de micropoderes, a rede de capilaridades densa e infinita que joga o conceito e a existência do poder para além do macropoder do Estado.

Assim, não podemos falar de ordenamento para um arranjo sem o sentido de um direcionamento explícito, isto é, sem determinação da intencionalidade que direciona, confere e empresta sentido da ordem explícita do ordenamento.

A noção de ordenamento territorial remonta à geografia regional francesa da década de 1960, mais especificamente a escola do *aménagement du territoire*. Buscava-se, ali, utilizar o arsenal teórico e técnico desenvolvido para a análise regional em programas de planejamento e estímulo ao desenvolvimento, tendo como objetivo a articulação das diferentes políticas públicas numa base territorial, entendida como uma “região plano” (KAYSER, 1969). A ambiguidade escalar própria ao conceito de região permitia intervenções planejadoras em diferentes escalas com a mesma metodologia.

No caso do planejamento brasileiro, tal corrente se associou de início com as teorias cepalinas, ajudando a compor o instrumental técnico-teórico da doutrina de governo, denominada de “nacional-desenvolvimentismo”. A meta buscada era a de incremento e equalização do crescimento econômico, superando as disparidades regionais e promovendo o bem-estar social. O fomento estatal às regiões deprimidas emergia como instrumento de consolidação de um mercado nacional. A diminuição da desigualdade e a inclusão social completavam a pauta da orientação do planejamento territorial federal pré-1964.

O período militar é marcado por um forte enfoque geopolítico no estilo de governo, como apontado por Bertha Becker e Cláudio Egler (1994), o qual se traduzia num planejamento de grande conteúdo territorial (onde o tema da integração nacional ocupava um papel central). As teorias da polarização e da centralidade combinavam melhor com a perspectiva tecnocrática vigente, comandando teoricamente as agências e os programas de desenvolvimento.

A perspectiva do *aménagement du territoire* perdeu terreno, notadamente nos anos 1970, para a ciência regional norte-americana e a geografia quantitativa. E é ainda na vigência da hegemonia destas teorias que o planejamento territorial entra em crise no país, com a política econômica descolando-se da ótica espacial.

Obviamente, a retomada contemporânea da ideia de ordenamento territorial não pode ser um retorno às teorias dos anos 1960, porém, a revisão delas pode fornecer ensinamentos férteis para novas concepções e iniciativas. A retomada do planejamento integrado de base espacial pode originar um útil instrumento para alavancar o crescimento e a justiça social que a nação requer.

Nas últimas décadas, avançou o processo de democratização no Brasil, trazendo para o planejamento estatal os temas da descentralização, da participação social e da sustentabilidade do desenvolvimento. Eles adentraram num quadro político-administrativo de grande setorização das políticas públicas e numa conjuntura de prolongada crise econômica, o que acentuou o grave índice de exclusão social do país. Uma questão federativa não solucionada e a aceleração da globalização completam o horizonte no qual deve atuar o empenho planejador nacional contemporâneo. Uma visão geoestratégica do território emerge como essencial nesse cenário, dada a necessidade de articulação de políticas (num momento de restrição orçamentária) para objetivar as metas da retomada do crescimento e do combate à desigualdade social.

As experiências mais recentes acerca da concepção de território remontam ao Plano Plurianual de 1998-2002, onde o conceito ancorou-se basicamente em duas concepções teóricas:

- a) A primeira escorava-se no conceito de eixos de desenvolvimento e visava direcionar geograficamente os grandes investimentos infraestruturais (públicos e privados);
- b) A segunda tinha como instrumento básico de atuação a proposta do zoneamento ecológico-econômico e trazia uma ótica ambiental (não raro com um enfoque conservacionista).

Pode-se avaliar hoje que a inexistência de compatibilização entre as duas orientações atuou como um aspecto negativo na implementação das proposições planejadas.

Para Moraes (2005), os eixos de desenvolvimento acabaram por adotar uma visão excessivamente circulacionista do território, dando enorme ênfase ao setor de transportes em detrimento de uma abordagem mais transetorial. De todo modo, recuperou-se uma concepção mais integrada no planejamento da União, mesmo que o êxito do empreendimento não tenha sido o ambicionado. Os obstáculos e dificuldades que afloraram neste processo merecem ser identificados e discutidos com profundidade em uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT).

As discussões que envolveram os diversos programas do PPA (2003-2007) e (2008-2011). O território é um dos principais conceitos que orientam os planos e programas desse novo período do planejamento no Brasil.

Cabe bem diferenciar de imediato “ordenamento territorial” de “regulamentação do uso do solo”, pois se trata de proposições escalares distintas, que se referem a diferentes competências legislativas e executivas. O ordenamento territorial diz respeito a uma visão macro do espaço, enfocando grandes conjuntos espaciais (biomas, macrorregiões, redes de cidades etc.) e espaços de interesse estratégico ou usos especiais (zona de fronteira, unidades de conservação, reservas indígenas, instalações militares etc.). Trata-se de uma escala de planejamento que aborda o território nacional em sua integridade, atentando para a densidade da ocupação, as redes instaladas e os sistemas de engenharia existentes (de transporte, comunicações, energia etc.). Interessam a ele as grandes aglomerações populacionais (com suas demandas e impactos) e os fundos territoriais (com suas potencialidades e vulnerabilidades), numa visão de contiguidade que se sobrepõe a qualquer manifestação pontual no território (MORAES, 2005).

O ordenamento territorial busca, portanto, captar os grandes padrões de ocupação, as formas predominantes de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas e a direção prioritária dos fluxos (demográficos e de produtos). Enfim, ele visa estabelecer um diagnóstico geográfico do território, indicando tendências e aferindo demandas e potencialidades, de modo a compor o quadro no qual devem operar de forma articulada as políticas públicas setoriais, com vistas a realizar os objetivos estratégicos do governo.

A meta do ordenamento territorial é a compatibilização de políticas em seus rebatimentos no espaço, evitando conflitos de objetivos e

contraposição de diretrizes no uso dos lugares e dos recursos. Pensa-se o Estado como agente regulador e harmonizador, e não como gerador de impactos negativos (sociais, ambientais e econômicos). O ordenamento territorial é um instrumento de articulação transterritorial e interinstitucional que objetiva um planejamento integrado e espacializado da ação do poder público.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de território – e os seus desmembramentos teóricos, como ordenamento territorial, coesão territorial, entre outros - também ganham espaço como um dos elementos conceituais que norteiam esta nova concepção de planejamento, em grande parte de inspiração francesa, baseada na escola de *aménagement du territoire*.

O território pode ser entendido na concepção clássica da geografia política como espaço do exercício de um poder, na atualidade se materializa basicamente centralizado no Estado. Assim, os territórios são entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por dimensão política institucionalizada. “Os territórios modernos são resultados de domínios estatais, e o Estado moderno é um Estado territorializado (com uma base física definida)” (SANTOS; SILVEIRA, 1994, p. 45). Nesta perspectiva é importante entender a complexidade do conceito e a necessidade da coordenação das estratégias das políticas públicas para o desenvolvimento regional/territorial.

Contudo, “*a dimensão territorial é, então continente social, uma vez que seus limites são estabelecidos pela sociedade que o ocupa*” (CASTRO, 1992, p. 29). Assim, este conceito passa pela compreensão da necessidade de entender a produção do espaço, já que o território é resultado das ações da sociedade, que demarca e organiza o seu próprio espaço. Contudo, a dimensão territorial além de expressar a unidimensionalidade do poder, centrado na ação do Estado, expressa também ao mesmo tempo a multidimensionalidade do poder, entendido pela ação das forças da sociedade civil e dos agentes econômicos, daí a importância deste conceito na atual conjuntura do planejamento estatal.

Contudo, como enfoque estratégico “as políticas territoriais estão submetidas às relações de poder que supõe assimetrias na posse de meios e nas estratégias para o seu exercício” (COSTA, 1998, p. 13). O território por

sua vez é tanto um meio como uma condição de possibilidade de algumas destas estratégias.

Apesar de inúmeras correntes teóricas discutirem esta nova proposta de planejamento regional/territorial nenhuma delas consegue de forma satisfatória apresentar uma explicação para os fenômenos territoriais contemporâneos, havendo a necessidade de um contínuo esforço nesta reconstrução teórica (DINIZ, 2006). Adicionalmente, amplia-se a dificuldade da passagem do nível teórico e abstrato para o nível operacional.

5. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. **Território & desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BECKER, B. K.; EGLER, C. A. G. **Brasil uma nova potência regional na economia-mundo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1994.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, jun. 1996.

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

COSTA, W. M. Subsídios para uma Política Nacional de Ordenamento Territorial. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: SDR/MI, 2005. p. 55 – 60.

DINIZ, C. C. A busca de um projeto de nação: o papel do território e das políticas regional e urbana. **Revista Economia**, Brasília, v. 7, n. 4, p. 1-18, dez. 2006.

DINIZ, C; DINIZ, M. **Economia e território**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2005.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. Território em tempos de globalização. **Revista Etc., Espaço, Técnica e Crítica**, n. 2, v. 1, ago. 2007.

INDOVINA, F. **Capitale e territorio**: processo capitalístico e utilizzazione del territorio in Italia. Milano: Angeli, 1976.

JAPIASSU, H. **Introdução às ciências humanas**. São Paulo: Letras e Letras, 1994.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

MANKUSEN, A. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 57-102.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO. **Documento base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território – PNOT**. Brasília, 2006. (Versão preliminar)

MORAES, A. C. R. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: SDR/MI, 2005. p. 43-48.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: as dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**: ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 72-108.

PECQUEUR, B.; ZIMMERMANN, J. Fundamentos de uma economia da proximidade. In: DINIZ, C; DINIZ, M. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

QUAINI, M. **Geografia e território**. São Paulo: Loyola. 1974.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-36

_____. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. _____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2004a.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA; M. L. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; ANPUR, 1994.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94

_____. **Abordagem e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOJA, E. W. **Geografias pós-moderna**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (org.) **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

STORPER, M; VENABLES, A. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C; DINIZ, M. **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

A AMAZÔNIA E O PENSAMENTO DESENVOLVIMENTISTA PARA A REGIÃO: DO DESENVOLVIMENTO GLOBAL AO DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Aiala Colares Couto

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento nacional passou a ser uma prioridade para o Estado brasileiro, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, onde a América Latina vivenciou uma queda brusca de suas exportações/importações, pois a dependência estrangeira em relação aos produtos industrializados fez com que os países latino-americanos passassem a buscar a industrialização como meio para a diminuição da dependência comercial externa e para o crescimento econômico interno. Nesse sentido, destacam-se as teorias formuladas pela Cepal, pois os cepalinos acreditavam que a única forma de alcançar o desenvolvimento seria pela intensa industrialização do país o que diminuiria a dependência externa em relação aos produtos industrializados da Europa e dos Estados Unidos.

Entretanto, a teoria da CEPAL baseou-se em um modelo de industrialização copiado da Europa, ou seja, de uma realidade diferente da América Latina e por isso não poderia funcionar da mesma forma que ocorreu nesses países. Assim, o Brasil em seu processo de modernização econômica, teve forte influência dos Cepalinos, onde a integração nacional para a consolidação do mercado interno foi fundamental para o crescimento econômico e contraditoriamente ao mesmo tempo para o aumento dos contrastes regionais.

Sendo assim, o país passa por uma intensa política de integração do território nacional, pois ainda existiam lacunas que dificultavam a formação de um mercado consumidor para a indústria que estava em expansão. Dessa forma, a Amazônia recebeu grandes investimentos em infraestrutura, o que facilitou a vinda de empresários interessados em explorar suas riquezas naturais.

A Amazônia passa a sofrer grandes impactos socioambientais, graças ao modelo econômico adotado durante sua ocupação o que não trouxe benefícios para a população local. Pensar em um modelo de desenvolvimento que traga melhores condições para a população amazônica

e que não gere desequilíbrio ambiental é o grande desafio que as atuais políticas públicas vêm enfrentando neste novo milênio, principalmente a partir da década de 1990 onde se passou a buscar um modelo de desenvolvimento mais sustentável do ponto de vista ambiental, social e econômica.

Nesse sentido, este trabalho está dividido em quatro partes, sendo que na primeira faremos uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento global idealizado pelos liberais e imposto durante a segunda fase de expansão capitalismo, o que cria uma lógica de dependência entre centro e periferia; na segunda parte é feita uma análise do pensamento da CEPAL para o desenvolvimento da América Latina a partir de um Estado forte e interventor baseado no modelo keynesiano; na terceira parte trataremos das contribuições dos governos Vargas e Juscelino Kubitschek para o modelo do nacional desenvolvimentismo implantado no Brasil, destacando as políticas públicas que foram importantes para a mudança do perfil econômico do país, principalmente durante o governo JK e; por fim relacionaremos a política de incorporação da Amazônia durante o regime militar, analisando os impactos dessa política, com a proposta do Estado de um novo modelo de desenvolvimento econômico destinado para a região, onde se busca um desenvolvimento local endógeno sustentável que garanta equilíbrio ambiental, social e econômico.

2. AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

A ideia de desenvolvimento sempre esteve associada à ideia de modernidade. Ainda durante os séculos XV e XVI as grandes navegações significaram de fato a expansão do capitalismo comercial e o fim de séculos de dominação do pensamento teocrático sobre a visão de mundo que era passada para a sociedade. Este fato histórico marca o início da divisão internacional do trabalho, pois as várias colônias americanas que foram incorporadas pelas potências europeias estavam inseridas em um modelo de acumulação que se fundamentava no pacto colonial.

Nesse sentido, o advento das técnicas de navegação e a consolidação do Estado-nação, foram fundamentais para que Portugal e Espanha fossem grandes potências nesse período e tornando-se pioneiras a se aventurar em busca dos metais preciosos. A América estava dividida em colônias de exploração e algumas de povoamento das potências europeias,

era o início de longos séculos de exploração capitalista na região que hoje é conhecida como América Latina.

No quadro do mercantilismo e do pacto colonial, o comércio era consolidado pelos europeus, ato de império, inseparável, portanto, do poder das nações que o praticavam. Essa doutrina seria demolida a partir de meados do século XVIII e progressivamente substituída pelas ideias liberais na primeira metade do século XIX (FURTADO, 2000, p. 10).

A revolução industrial inaugura a segunda etapa do capitalismo, e as grandes potências industriais vão à busca dos recursos para o seu pleno desenvolvimento com a colonização da África e da Ásia, a Europa passa a colocar em prática a sua “missão civilizadora”, onde era preciso levar o desenvolvimento aos povos inferiores a partir do contato com a civilização superior, nesse caso os europeus.

É nesse contexto que surge a doutrina liberal na primeira metade do século XIX, onde de acordo com essa doutrina o intercâmbio internacional conduz a uma melhor utilização dos recursos produtivos em cada país e põe em marcha um processo graças ao qual todos os países dele participantes têm acesso aos frutos dos aumentos de produtividade que ele mesmo gera (FURTADO, 2000). Para os europeus, na medida em que eles forçavam outros povos a integrar-se em sua linha de comércio, estavam praticando sua missão “civilizadora”, pois estavam tirando esses povos do atraso, da obscuridade e dando a eles liberdade.

Na verdade o que temos nesse momento é a ampliação dos laços de dominação e dependência para várias partes do mundo e um processo de fortalecimento da burguesia que aumenta sua acumulação de riqueza. Dessa forma, ao acelerar-se a acumulação com a penetração progressiva das relações mercantis na organização da produção, as estruturas sociais entram em rápida transformação. Algumas das manifestações dessa transformação – urbanização caótica, desorganização da vida comunitária, desemprego em massa, redução do homem, inclusive de menores, a simples força de trabalho – causaram profundo mal-estar aos contemporâneos (FURTADO, 2000, p. 12).

O que aconteceu na verdade foi que a Revolução Industrial não alterou apenas o sistema produtivo, mas transformou a sociedade e ampliou as formas de acumulação de capital e a ideia de que o sistema capitalista sofria uma séria ameaça devido ao aumento da miséria na sociedade, por insuficiência de acumulação, servia como justificativa para a forte concentração de renda que então vinha ocorrendo e todo e qualquer tipo de

manifestação contrária ao modelo capitalista seria um atraso ou uma barreira à acumulação que levaria a sociedade às formas superiores de vida.

Outro aspecto importante a ser destacado é o progresso técnico que para Furtado é uma expressão vaga que, em seu uso corrente, cobre o conjunto das transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista (p.14).

Para Santos (1986), a história do homem é também a história das técnicas, que ao longo dos períodos históricos vieram se desenvolvendo. Para este autor vivemos um período técnico científico informacional que é a base para o desenvolvimento do território a partir do casamento da ciência e da informação, mas que não deixa de ser uma estratégia de acumulação mais eficiente.

Assim, percebemos que as primeiras ideias de desenvolvimento global foram bruscamente pensadas pelas potências europeias e impostas sobre os países pobres como forma de dominação econômica e consolidação da divisão internacional do trabalho, onde os países ricos sempre se favoreceram das relações comerciais desiguais que se estabeleceram (e estabelecem) com essa divisão. Todavia, a teoria da CEPAL é importante para criticar essa desigualdade entre as nações o que era mais aprofundada com essa relação de intercâmbio comercial imposta pelos países centrais.

3. A INDUSTRIALIZAÇÃO COMO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PENSADO PELA CEPAL PARA A AMÉRICA LATINA

A ideia de desenvolvimento indiretamente teve grande influência na política econômica brasileira e de certa forma no pensamento econômico da América Latina. A conjuntura econômica dos países latino-americanos ainda estava muito atrelada às oligarquias que se beneficiavam com a exportação de bens primários o que só cristalizava a função deles no comércio internacional como meros produtores de matéria-prima e alimentos e consumidores de bens industrializados.

E nesse sentido, o pensamento desenvolvimentista para a região passa a se apoiar na corrente keynesiana e a se opor ao liberalismo clássico. Com isso, nos anos 1940 e 1950 esse ideário desenvolvimentista passa a ser uma bandeira levantada pelos intelectuais latino-americanos que se tornam

favoráveis ao processo de industrialização como viés para alcançar o pleno desenvolvimento e à consolidação do desenvolvimento capitalista na América Latina.

Para alcançar esse desenvolvimento, de acordo com essa doutrina, era preciso garantir a forte participação do Estado na economia de modo que a partir de um planejamento global, estaria sendo facilitado o processo de industrialização nacional. Assim, grande parte dos países latino-americanos que ainda dependiam de uma economia agroexportadora e que tinham uma função desvantajosa na divisão internacional do trabalho garantiriam o desenvolvimento a partir de uma maior autonomia transformando-os em nações desenvolvidas.

Coube o pensamento teórico sobre o desenvolvimento da América latina aos intelectuais da Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL), que acreditavam firmemente na industrialização como forma de desenvolvimento e superação do atraso econômico. Desse modo, os Cepalinos tiveram grande influência na política-desenvolvimentista do Brasil e dos países periféricos da América latina nos anos 1950.

Segundo Mantega (1995, p. 23),

No campo teórico a CEPAL inaugurou uma interpretação original das relações entre os países capitalistas avançados e os da chamada periferia latino-americana. No campo da política econômica e do planejamento inspirou a atuação de vários governos periféricos, fornecendo, dessa maneira, os principais ingredientes da ideologia desenvolvimentista dos anos 50.

O pensamento cepalino seria uma espécie de cartilha adotada pelos países periféricos da América Latina que só alcançariam mudanças significativas em suas economias a partir do momento em que seguissem todas as receitas formuladas pela CEPAL. Contudo, é importante analisar a conjuntura econômica em que o sistema capitalista se encontrava nesse momento que de certa forma influenciou a mudança do ideário desenvolvimentista para a periferia o que causa grandes transformações na política econômica de muitos países.

A doutrina liberal inspirada no pensamento de Adam Smith contrariava toda e qualquer forma de intervenção do Estado na economia, pois para essa corrente as leis de mercado regulavam a economia onde uma

“mão invisível” fazia com que ela funcionasse através de uma lei natural, onde a mola mestra seria a lei da oferta e da procura, nesse aspecto o empresário tinha total liberdade. Entretanto, essa liberdade acabou sendo abalada no final da década de 1920 quando a crise da superprodução pôs o sistema capitalista à beira do abismo, de maneira que grandes problemas sociais passaram a vigorar com grande intensidade em países inclusive do capitalismo avançado, como: desemprego em massa, falência de muitas empresas, aumento da pobreza e quebra das relações comerciais entre os países.

A crise de 1929 que começou em Nova York e se espalhou por vários países, deu grande margem para que o pensamento socialista chegasse a muitos países que foram atingidos pela crise do sistema. Era preciso pensar em um novo modelo de desenvolvimento que garantisse a estabilidade econômica e impedisse que novas crises estruturais acontecessem.

É no pensamento do economista inglês John Maynard Keynes que o ideário desenvolvimentista busca apoio para escapar de novas crises. Keynes, em seu livro “Teoria geral do emprego, do juro e da moeda”, formula uma organização político-econômica totalmente oposta às concepções liberais, pois para ele era preciso afirmar o Estado como agente indispensável de controle da economia, com objetivo de conduzir a um sistema de pleno emprego. Essa corrente teve grande influência nas reformulações da teoria clássica e na política de livre mercado, daí a importância do keynesianismo para entender o papel do Estado no projeto desenvolvimentista que passa a vigorar nos anos 1950 na América Latina.

Busca-se a partir dessa ideia da intervenção do Estado na economia caminhar rumo ao desenvolvimento, pois os cepalinos preocupavam-se em explicar as causas do subdesenvolvimento na América Latina em relação aos países centrais. Para a CEPAL os países atrasados sofriam grandes desvantagens nas relações comerciais como meros fornecedores de produtos primários para comércio internacional, pois a ausência de industrialização só aumentava a diferença entre os países centrais e a periferia atrasada, já que o centro não estaria transferindo para a periferia seus aumentos de produtividade e nem muito menos tecnologia.

De fato, os países periféricos estavam “muito a quem” do mercado internacional e a especialização dos países na divisão internacional do trabalho aprofundavam essa grande diferença econômica entre países ricos e países pobres. A matéria-prima que o centro importava da periferia atrasada era beneficiada, ou seja, era agregada de valor, e voltava para a periferia com

um valor mais elevado o que deixava o centro em grandes vantagens. Então a industrialização faria com que essa dependência deixasse aos poucos de existir e os países periféricos a partir de um projeto desenvolvimentista tendo o Estado como agente importante vivenciasse o tão sonhado desenvolvimento.

4. O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO NA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA E A INTEGRAÇÃO NACIONAL

O processo de industrialização brasileira inicia-se ainda no final do século XIX. No entanto não havia mudado a função do Brasil na divisão internacional do trabalho, já que a indústria que nascia no país desempenhava uma atividade apenas complementar da economia não recebendo a devida importância do Estado. Contudo a industrialização brasileira só ganha força a partir do governo de Getúlio Vargas nos anos trinta. A crise de 1929 que abalou a estrutura do sistema capitalista afetou o nosso principal produto de exportação naquele momento, o café, que garantia a base econômica brasileira e ao mesmo tempo mantinha uma oligarquia liberal no poder que retardava o crescimento industrial no país, devido a seus interesses econômicos.

Vargas, quando chega ao cargo de presidente da república, formula um pacto de poder com a elite urbano-industrial e a partir daí inicia um processo de industrialização baseado no desenvolvimento da indústria de base e com subsídios para a burguesia industrial e forte protecionismo ao mercado nacional. Um projeto de desenvolvimento via industrialização a partir de forte presença do capital nacional e do Estado.

Indústrias de base foram construídas e inauguradas como a CVRD, a Petrobras, a companhia Belgo-Mineira (capital misto), e o Estado fez grandes investimentos em sistemas de transporte, comunicações, além de criar o IBGE para fazer levantamentos estatísticos e construir um projeto de regionalização. Entretanto, alguns obstáculos não foram quebrados nesse momento, pois a ausência de integração nacional dificultava a expansão da indústria, pois não havia um mercado consumidor interno consolidado, já que as regiões permaneciam isoladas em grande parte.

É somente no governo de JK que a indústria ganha grande impulso, baseado no pensamento cepalino que dizia que o atraso também era devido à ausência de integração, JK adota um modelo de desenvolvimento onde a partir do projeto de integração via rodovia, o Estado estaria formando e

consolidando um mercado nacional e dessa forma estimulando o crescimento da economia do país com forte participação do Estado e de empresas multinacionais.

Uma nova capital federal é construída (Brasília), várias rodovias são implementadas ligando as regiões umas às outras. Nesse momento temos o início do rompimento do isolamento da Amazônia a partir da construção da rodovia BR-010, a Belém-Brasília, que liga a Amazônia até o Sudeste. Contudo as bases para um desenvolvimento desigual e combinado no Brasil estavam formadas, pois a integração nacional iniciada por Juscelino Kubitschek foi importante para criar uma divisão territorial do trabalho estabelecendo funções para as regiões onde coube à Amazônia fornecer matéria prima e ao Nordeste fornecer a mão de obra para o Sudeste que em troca fornecia os produtos industrializados para ambas.

Essa relação aumentou ainda mais as desigualdades regionais, além de intensificar os fluxos migratórios do campo em direção às cidades, aumentando os conflitos sociais. Nesse momento o Brasil se transforma de vez em um país urbano com a maioria da população vivendo em cidades. Esse enorme esforço de urbanização teve do capital nacional, que, em última instância construiu o Brasil residencial e, comercial, e do Estado, que realizou grandioso esforço na construção da infraestrutura, notadamente de um novo sistema de transportes (rodoviário) de cunho eminentemente nacional e integrador (CANO, 1988, p. 73).

Assim, a urbanização caminha para um descompasso entre o número de pessoas que chegam do campo e a oferta de empregos disponíveis e nesse sentido o Brasil começa a sofrer um inchaço populacional em suas metrópoles e inicia-se uma série de problemas relacionados à questão urbana como, favelização, marginalização, desemprego, informalidade e segregação¹.

Além disso, é o início da grande intervenção estatal na Amazônia, pois as rodovias construídas durante o governo JK inauguram os primeiros grandes problemas ambientais relacionados ao desmatamento e uma nova dinâmica econômica vai sendo imposta à região a partir daí já que os governos militares vão consolidar a ocupação de fato da Amazônia construindo em seu espaço uma nova organização das atividades econômicas criando uma nova dinâmica regional.

¹ Sobre o assunto ver trabalhos de Souza (2004), Carlos (1996), Santos (1986) e Corrêa (1996).

5. PENSANDO NUMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia sempre foi vista como um imenso “espaço vazio” a ser ocupado e de difícil acessibilidade devido a suas características naturais. Nesse sentido, os governos militares buscaram de todas as formas uma rápida integração da região ao contexto nacional e várias estratégias foram criadas para que a incorporação definitiva da Amazônia se realizasse. Nesse sentido, os grandes projetos de infraestrutura foram implantados para que isso de fato viesse a acontecer.

A primeira grande intervenção dos militares se deu a partir do primeiro Programa Nacional de Desenvolvimento (PND) que traz consigo o Plano de Integração Nacional (PIN) que promove uma expansão da malha rodoviária na região com o discurso de que era preciso “integrar para não entregar”, onde a integração afastaria o perigo reapresentado pelos países fronteiriços em ocupar a Amazônia, ou seja, as rodovias garantiriam a soberania nacional sobre a região².

Na análise de Becker (1998), O governo federal com o projeto de modernização acelerada da sociedade e do território nacional promoveu políticas públicas com o intuito de romper o isolamento da região em relação à economia nacional, nesse sentido, a política de integração foi importante como estratégia geopolítica do governo militar, pois fluxos migratórios se direcionaram para a Amazônia, ou seja, pessoas que vieram do Nordeste e do Sudeste expulsos pela modernização do campo ou pela concentração fundiária que ao se dirigirem para Amazônia formaram um exército de reserva. Sendo assim, a integração era importante para garantir a ocupação definitiva da região e amenizar conflitos fundiários em outras partes do Brasil.

Assim, tratava-se de interesses geopolíticos, econômicos e empresariais que permeavam a política da ditadura e a integração estava muito mais voltada para estratégias e interesses de agentes não pertencentes à região Amazônica.

Para tanto, Becker (1998) destaca a importância das redes de integração espacial articuladas pelo Estado, em primeiro lugar a expansão da rede rodoviária, com a abertura de rodovias interregionais como a Transamazônica e a Perimetral Norte e as rodovias intrarregionais como a Cuiabá-Santarém e a Porto Velho-Manaus. Em segundo lugar, a expansão

² Essa estratégia dos governos militares Becker (1990) chamou de malha técnica.

da rede de telecomunicações comandadas por satélite, que de certa forma difunde os valores da modernidade na região. Em terceiro lugar, a rede urbana³ com sede das redes de instituições estatais e organizações privadas e finalmente a rede de hidrelétricas que seriam implantadas para o fornecimento de energia aos projetos minerais que se direcionavam para a Amazônia.

Segundo Becker (1990), o povoamento regional passou a ter um padrão concentrado, sobretudo ao longo das rodovias, separado por grandes extensões florestais. Numa outra escala, o adensamento das estradas na borda da floresta gerou o grande arco do desmatamento⁴ e focos de calor.

A lógica de ocupação e organização do território a partir da ideologia política da ditadura militar trouxe grandes desequilíbrios, pois essa obedecia a um modelo de desenvolvimento “de cima” “para baixo” ou de “de fora” “para dentro”, não levando em consideração as relações sociais e econômicas das populações tradicionais aqui existentes e a partir desse momento a Amazônia tornou-se uma região de intensos conflitos e múltiplos interesses.

A chegada de novos atores sociais a partir do incentivo do Estado, facilitado pelas rodovias e pelas vantagens concedidas por órgãos do governo como SUDAM, SUFRAMA, BASA e INCRA, introduziram outra visão de natureza de uma concepção totalmente diferente da dos antigos moradores. Esses novos atores tratam a terra como valor de mercado e a exploração dos recursos naturais obedecem à lógica do sistema capitalista e isso causa grande degradação ao meio ambiente.

O estado vem tentando substituir esse modelo a partir da substituição de uma economia de fronteira por uma economia de desenvolvimento sustentável a partir do uso racional dos recursos naturais, de maneira que garanta o equilíbrio entre desenvolvimento e preservação ambiental.

³ Gonçalves (2005), em seu livro “Amazônia, Amazônias”, analisa dois padrões de organização do espaço, a partir das redes urbanas; o padrão rio-várzea-floresta e o padrão estrada-terra firme-subsolo que caracteriza a nova rede urbana da região.

⁴ O arco do desmatamento corresponde a uma grande área que abrange o sul e o sudeste do estado do Pará, norte do Mato Grosso, norte de Tocantins, Acre, Rondônia e a parte oeste do Maranhão, sendo que nessa área concentram-se grandes atividades econômicas como indústrias madeireiras, pecuária, mineração e cultivo da soja.

O encontro em 1992 na cidade do Rio de Janeiro (Rio-92 ou Eco-92) tratou de assuntos relacionados à preservação e conservação dos recursos naturais e a Amazônia entra na agenda de debates, pois o grau de agressão ao meio ambiente chamou a atenção e nesse sentido já não é mais relevante manter um modelo de desenvolvimento que leve à extinção de espécies animais e vegetais além de atingir também a população local em prol dos benefícios do grande capital.

De acordo com Becker (2004, p. 135),

Um componente comum perpassa todos os interesses: o desejo de se desenvolver. As mudanças ocorridas na região revelam que não se trata mais de ocupar o território. Ele já está ocupado, e espera-se que as florestas existentes sejam mantidas com suas populações. No novo contexto, a prioridade das políticas públicas para a região não deve mais ser a ocupação do território, associada ao projeto de integração nacional dos anos 60, mas sim a política de consolidação do desenvolvimento, almejado hoje por todos os grupos sociais. Para muitos deles, um desenvolvimento sustentável, embora este conceito seja apropriado sob formas muito mais diversas.

As pressões externas que o governo brasileiro vem sofrendo convergem em políticas que servem como resposta a essas pressões. O Estado vem implementando políticas voltadas para a preservação como: criação de reservas extrativistas, criação de áreas de conservação e preservação ambiental (ACA e UCA), florestas nacionais (FLONA) e projetos voltados para o desenvolvimento local endógeno de forma que valorize o conhecimento das populações tradicionais acerca das riquezas naturais amazônicas buscando-se um desenvolvimento de “baixo para cima”.

O desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2006, p. 25).

Ainda segundo este autor,

Para ser consistente e sustentável, o desenvolvimento local deve mobilizar e explorar as potencialidades

locais e contribuir para elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, ao mesmo tempo, deve assegurar a conservação dos recursos naturais locais, que são a base mesma das suas potencialidades e condição para a qualidade de vida da população local (BUARQUE, 2006, p. 25).

As políticas públicas voltadas para a Amazônia durante o período de integração nacional buscavam um desenvolvimento de “cima para baixo”, focados num modelo exógeno, ou seja, “de fora para dentro”. Para Zapata (2006, p. 16):

A nova política altera o enfoque e pretende superar os desequilíbrios com base no fomento ao desenvolvimento de todos os territórios que apresentam potencialidades e ativos locais para promover a diversificação e competitividade da economia local, com pactuação de atores e cooperação público-privada.

Se para o grande capital que chega à Amazônia, induzido pelo Estado, a natureza era algo a ser dominado e suprimido pela cultura capitalista, agora a natureza é vista como algo a ser preservado. A natureza agora é reconhecida como uma fonte de recursos esgotáveis e o que impõem limites para o crescimento.

[...] Se antes os deuses haviam sido expulsos da natureza para que, afinal, ela pudesse ser devidamente dominada, agora ela passa a ser sacralizada. Daí o valor simbólico que a Amazônia passa a ter, sendo vista por alguns como um santuário, algo que não deve ser profano (GONÇALVES, 2005, p. 20).

O valor atribuído a natureza traz à tona todas as discussões sobre as políticas públicas para a região Amazônica, pois a articulação das comunidades locais com ONG e ambientalistas do mundo inteiro impulsionam para uma maior resistência dessa população sobre medidas tomadas pelo Estado para novos projetos econômicos.

As políticas de desenvolvimento endógeno propõem-se a melhorar a capacidade organizacional e

empresarial dos territórios, qualificar os recursos humanos e difundir as inovações no tecido produtivo local. As empresas não concorrem isoladamente, mas juntamente com o entorno produtivo e institucional (BARQUERO, 2002 apud ZAPATA, 2006, p. 16).

O desenvolvimento local endógeno corresponde a uma forma de organização produtiva através da interação entre sociedade e empresariado, visando alcançar benefícios sociais, econômicos e ambientais, resgatando a cultura local e mantendo a sociedade em seu território de origem. Ao contrário das políticas anteriores, pautadas em desenvolvimento e segurança, a política ambiental visa o desenvolvimento sustentável, fundamentando-se numa ação descentralizada e participativa para proteção da natureza, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O desenvolvimento local está sendo considerado uma possibilidade de construção de novas estratégias, a partir da mobilização dos ativos endógenos dos territórios, buscando saídas para a questão da pobreza, das desigualdades regionais e pessoais e da própria questão da sustentabilidade. Com maior ou menor clareza, a questão está posta e isto significa uma oportunidade para trabalhar um novo paradigma de desenvolvimento (ZAPATA, 2006, p. 18).

Nesse sentido, a transformação de estruturas produtivas e modelos de intervenção econômica se tornaria estratégia de melhorias sociais para as comunidades locais, de forma que garantisse a essas populações equidades econômicas, sociais e ambientais. Essa concepção se apoia na ideia de que as localidades e território dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento (ZAPATA, 2006, p. 19). Para Zapata (2006, p. 19),

O princípio de empoderamento e fortalecimento da comunidade, portanto, é essencial para a compreensão do desenvolvimento local endógeno, contemplando valores como autonomia, democracia,

dignidade da pessoa humana, solidariedade, equidade e respeito ao meio ambiente.

Contudo, é importante ressaltar que o processo de globalização da economia graças aos avanços tecnológicos da terceira revolução industrial chamada de revolução tecno-científica-informacional⁵ ampliou a escala de ação de diversos agentes, entre eles ambientalistas e ONG que se articulam com algumas comunidades passando a reforçar certas resistências diante de alguns projetos para a região. Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica (SANTOS, 2000, p. 110).

Assim, é importante reconhecer o valor que a Amazônia tem para sua população e perceber a importância que ela passou a ter para o mundo principalmente a partir de temas relacionados ao aquecimento global e à água potável. Por isso os movimentos ambientalistas articulados em redes fortalecem o papel das comunidades locais da região. Assim, pensar em estratégias de desenvolvimento para a Amazônia é antes de tudo, considerar a existência de diversidades culturais, econômicas e sociais. O modelo de desenvolvimento local endógeno é uma forma de trazer para a população local maior sustentabilidade econômica, social e ambiental, e o ideário de desenvolvimento articulado pelas atuais políticas públicas tendem a priorizar uma lógica de desenvolvimento local sustentável.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da intensificação dos fluxos gerados pela globalização, pensar em desenvolvimento requer adotar modelos compatíveis com a realidade local e regional. Diante desse fato, o Brasil vem buscando adotar modelos de desenvolvimento econômico sustentável que garantam equilíbrio entre preservação e desenvolvimento, pois a ocupação da Amazônia pós-anos 1950 obedecia a uma lógica de exploração desordenada dos recursos o que gerou na região grandes problemas socioambientais.

⁵ Santos (1996) chamou de meio técnico científico informacional, onde de acordo com as ideias desse autor a informação passou a ser a base para o desenvolvimento do território.

A integração da Amazônia correspondia a políticas públicas que eram feitas a partir de uma visão exógena sobre o território, ou seja, pensava-se em um desenvolvimento de “cima para baixo” ou de “fora para dentro”. Nesse aspecto, a natureza era vista como fonte inesgotável de recursos e a sociedade como atrasada.

A consolidação do parque industrial do Sudeste teve influência direta na exploração da matéria-prima que era mandada para essa região e que dava impulso à sua indústria. O papel da Amazônia nesse contexto é apenas de fornecer matéria-prima e consumir produtos industrializados de São Paulo. Na atualidade, as políticas públicas recentes que o Estado vem tentando programar estão relacionadas com a preservação da natureza e respeito ao saber local. A partir do esgotamento do modelo do nacional-desenvolvimentismo, a estratégia agora está baseada em um desenvolvimento local sustentável ou um desenvolvimento local endógeno. Trata-se agora, de regatar o conhecimento local e dar importância aos recursos naturais, à cultura e ao capital humano, reduzindo a pobreza e os desequilíbrios regionais, buscando-se alcançar a sustentabilidade.

O lugar da Amazônia na virada desse novo milênio está relacionado com a manutenção das atividades tradicionais e do conhecimento empírico da população local sobre a região, devido à importância de sua biodiversidade, da água potável e do sequestro de carbono realizado pela floresta. Fala-se em um capital natural que deve ser mantido e preservado e por isso o desenvolvimento local endógeno surge como opção de um modelo de desenvolvimento econômico que traga maior segurança aos recursos, à sociedade e à floresta, além de menores desigualdades sociais e regionais, ou seja, um desenvolvimento de “baixo para cima” ou de “dentro para fora”.

7. REFERÊNCIAS

ALTIVATER, E. Ilhas de sintropia e exportação de entropia: custos globais do fordismo fossilístico. **Cadernos do NAEA**, Belém, n. 11, p. 3-54, 1993.

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990. (Série Princípios)

_____. **Amazônia**: Geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Fronteira e urbanização repensadas. In: BECKER, B. K.; MACHADO, L. O.; MIRANDA, M. **Fronteira amazônica**: questões sobre gestão do território. Brasília: UNB, 1990. p. 23-77.

BOURDIN, A. **A questão local**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CANO, W. Questão regional e política econômica nacional. In: CASTRO, A. C. (Org.) **Desenvolvimento em debate**: Painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: MAUAD/BNDES, 2002. p. 52- 71.

_____. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6. Olinda, 1988. **Anais...** Olinda: ABEP, 1988. v. 2.

_____. Questão regional e política econômica nacional. In: CASTRO, A. C. (Org.) **Desenvolvimento em debate**: Painéis do desenvolvimento brasileiro II. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 17-35.

CARLOS, A. **A (Re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1996.

CORRÊA, R. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1996.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FRANCO, A. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 11-29.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 1986.

_____. **A urbanização brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1986.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço, Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo. Hucitec, 1996.

SOUZA, M. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento local: trajetórias e desafios**. Recife: EADH, 2006.

UMA ANÁLISE DAS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO EM BACIAS HIDROGRÁFICAS NA AMAZÔNIA

*Carlos Alexandre Leão Bordalo
Francisco Emerson Vale Costa*

1. INTRODUÇÃO

A questão que envolve a análise das primeiras experiências de gestão de bacias hidrográficas na Amazônia brasileira, em particular as que são destinadas ao abastecimento da população da Região Metropolitana de Belém-Pará (RMB) e do rio Tarumã-Açu, localizado na Região Metropolitana de Manaus-Amazonas, onde temos o primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica da Amazônia, levou ao desenvolvimento de vários estudos, que geraram dissertações, teses, artigos e capítulo de livros desenvolvidos por professores e alunos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Tais estudos procuram fornecer respostas sobre a análise das primeiras experiências quanto ao uso das bacias hidrográficas como unidades de gestão dos recursos hídricos, de forma integrada e descentralizada, bem como na participação dos usuários da água e da sociedade civil, como previsto na Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/97).

No exemplo do estado do Pará, foram analisados os decretos estaduais: nº 3.251/84 e 3.252/84, criando, respectivamente, a Área de Proteção Sanitária – Lago Bolonha e Água Preta e a Área de Proteção Especial para fins de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de Belém; o nº 1551/93 que criou a Área de Proteção Ambiental dos mananciais de abastecimento de água de Belém – APA Belém, e o nº 1552/93, que criou o Parque Ambiental de Belém (PAMBE), que depois para se adequar ao Sistema Nacional de Unidades de Criação (SNUC) (Lei nº 9.985/00), passou a ser chamado oficialmente de Parque Estadual do Utinga (PEUT), através do Decreto Lei 1.330/08. E a Lei estadual nº 6.381/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

No exemplo do estado do Amazonas, onde foi criado o primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica da Amazônia, no rio Tarumã-Açu. A definição político-institucional da bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos, veio com a criação da Lei nº 2.712/2001, mas

revogada pela Lei 3.167/07, que disciplina a Política Estadual de Recursos Hídricos com os seus instrumentos e estabeleceu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o que permitiu um cenário favorável à criação do comitê em junho de 2006, mas oficializado, em 19 de novembro de 2009, pelo Decreto 29.244.

2. A BACIA HIDROGRÁFICA COMO UNIDADE FÍSICO-TERRITORIAL DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

O entendimento que a bacia hidrográfica pode ser utilizada como unidade físico-territorial voltada à gestão dos recursos hídricos já vem sendo debatido por vários pesquisadores, profissionais e técnicos de instituições de ensino e pesquisa, bem como na administração pública, desde a década de 1980.

A proposição de uma gestão ambiental em bacias hidrográficas surge como um importante exemplo do desenvolvimento de instrumental metodológico e prático, para a prática da relação sociedade e natureza, dentro de uma perspectiva inter e multidisciplinar, rompendo com os valores positivistas. Dessa forma, o seu emprego possibilita a adoção de medidas de gestão que levarão ao desenvolvimento da bacia de forma sustentável. Como nos explica (LANNA, 1995, p. 34).

Gerenciamento de Bacia Hidrográfica (GBH) - instrumento que orienta o poder público e a sociedade, no longo prazo, na utilização e monitoramento dos recursos ambientais - naturais, econômicos, de forma a promover o desenvolvimento sustentável.

A bacia hidrográfica é também um processo descentralizado de conservação e proteção ambiental, sendo um estímulo para a integração da comunidade e a integração institucional. Os indicadores das condições da bacia hidrográfica também podem apresentar um passo importante na consolidação da descentralização e do gerenciamento (TUNDISI, 2003).

Mas foi o estado de São Paulo o pioneiro na proposição mais descentralizada e participativa da gestão das suas bacias hidrográficas,

iniciada com o Decreto N° 27.576/87 e junto com os debates na Constituição Estadual, se consumou com a promulgação da Lei N° 7.663/91 que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos.

Seguindo orientações do modelo de gestão francês, a Lei N° 7.663/91 significou um grande avanço no debate sobre a necessidade da “gestão participativa” nas bacias hidrográficas, onde a sociedade organizada, os sindicatos, as associações, as ONG e as prefeituras podem, através dos comitês e agências de bacias, participar com maior representatividade.

Mas em nível federal, o uso da bacia hidrográfica, como unidade físico-territorial de gestão dos recursos hídricos, foi oficializado somente em 1997, através da Lei Federal N° 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, na qual o art. 1º define a bacia hidrográfica como a unidade territorial para implantação desta política, que deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

Como fundamentos da “Lei das Águas” como ficou conhecida a Política Nacional de Recursos Hídricos, o art. 1º define claramente que a água é um bem de domínio público, bem como um recurso natural limitado, e dotado de valor econômico. O artigo destaca ainda que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH), e que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades.

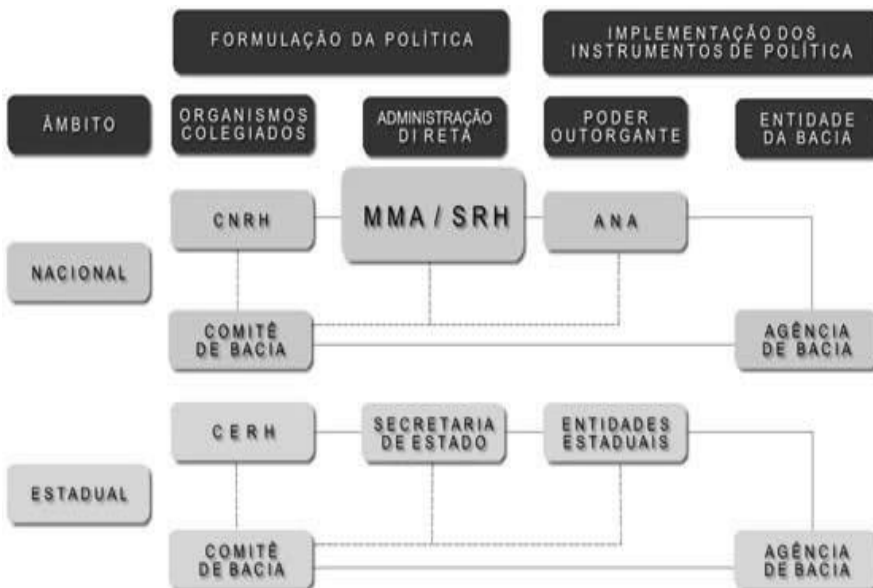
Quanto aos objetivos, o artigo 2º diz que a lei deve assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos, bem como a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável. Dentre as diretrizes gerais dessa política, é importante destacar no art. 3º a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental e sua articulação com o uso do solo. Já no art. 4º a União articular-se-á com os estados tendo em vista o gerenciamento dos recursos hídricos de interesse comum.

No art. 33 foi instituído o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), nos estados e Distrito Federal, os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos (CERH) e os Comitês de Bacias Hidrográficas dos Rios Federais e Estaduais (CBHE), dirigidos e gerenciados por órgãos setoriais, criando como princípios:

- a) A adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento;
- b) O dos usos múltiplos;
- c) O reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável;
- d) O reconhecimento do valor da água;
- e) A gestão descentralizada e participativa.

Na estrutura do SINGREH, o Comitê de Bacia Hidrográfica representa um tipo de organização inteiramente nova na administração dos bens públicos no Brasil, e que conta com a participação dos usuários, prefeituras, sociedade civil organizada, demais níveis de governo (estadual e federal), funcionando como fórum de decisão no âmbito de cada bacia hidrográfica. Já as agências de água serão responsáveis em gerir os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso da água (Organograma 1).

Organograma 1 - Funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos



Fonte: www.mma.gov.br

Em relação à representação das organizações civis de recursos hídricos, que são as entidades que deverão atuar no setor de planejamento e gestão do uso dos recursos hídricos, é de fundamental importância sua participação no processo decisório e de monitoramento das ações dos demais membros conselhos e comitês. Mas, para que haja de fato a consolidação da gestão dos recursos hídricos no país o SINGREH deverá funcionar em sua plenitude, envolvendo não só o funcionamento da Secretaria Nacional dos Recursos Hídricos, do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, da Agência Nacional das Águas e dos comitês e agências de bacias hidrográficas federais, mas também uma estrutura similar em nível estadual e no Distrito Federal, com base nas políticas estaduais de recursos hídricos.

Esse questionamento sobre a consolidação do SINGREH em todo território brasileiro perpassa inicialmente, na pergunta se em todos os estados e no Distrito Federal, já foram criadas as respectivas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos? Que fatores teriam influenciado para o descompasso na implantação dessas políticas? E por que os sete estados da região Norte só implantaram suas leis de recursos hídricos e os órgãos gestores na primeira década do século XXI?

Segundo dados revelados em estudos sobre a conjuntura dos recursos no Brasil (ANA, 2009), sob efeito do chamado “pós”-Constituição Federal de 1988, foram criadas inicialmente no país as políticas de recursos hídricos nos estados de São Paulo (1991), Ceará (1992), Santa Catarina (1994), Rio Grande do Sul (1994), Bahia (1995), Rio Grande do Norte (1996) e Paraíba (1996). E nos seis anos seguintes, “pós”-Lei nº 9.433/97, nada menos que 14 estados e o Distrito Federal instituíram suas políticas estaduais de recursos hídricos, processo este que terminou em 2006, com a edição da Política de Recursos Hídricos no Estado de Roraima, possuindo agora todas as unidades da federação brasileira suas próprias políticas para a gestão dos recursos hídricos.

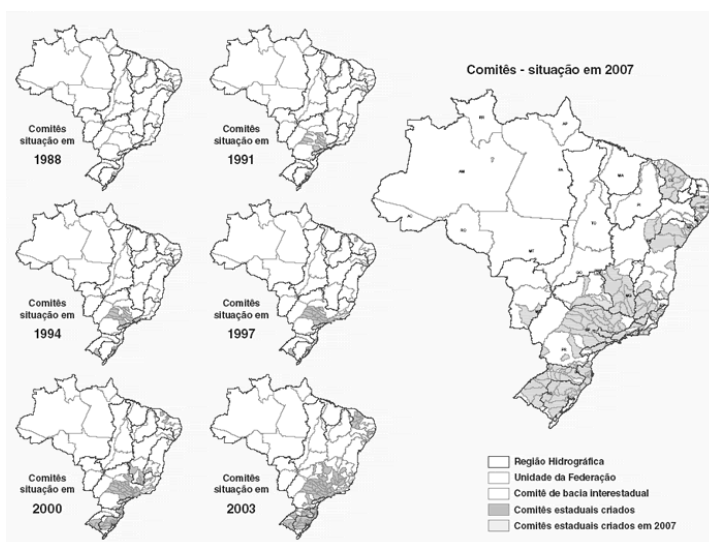
Porém, como o próprio SINGREH prevê, para a gestão dos recursos hídricos se consolidar no país não basta apenas que existam em todas as unidades da federação suas respectivas Políticas Estaduais de Recursos Hídricos. Mas acima de tudo, que estejam implantados e em funcionamento os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, os Órgãos Gestores Estaduais, os Comitês de Bacias e as Agências de Bacias. E só assim, teríamos de fato uma gestão dos recursos hídricos de forma integrada, descentralizada e participativa, conforme a prevê a Lei 9433/97.

Só poderemos de fato falar em consolidação da gestão dos recursos hídricos no país, quando em todos os estados forem instalados os Comitês de Bacias Hidrográficas, conhecidos como “parlamento das águas” tanto em nível federal, como no estadual.

Os Comitês de Bacia têm como objetivo a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos, por meio da implementação dos instrumentos técnicos de gestão, da negociação de conflitos e da promoção dos usos múltiplos da água na bacia hidrográfica (ANA, 2009).

Tal premissa já se mostra bastante real em grande parte das bacias e sub-bacias hidrográficas localizadas nos estados das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, com destaque para: Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Ceará. Pois além de serem estados detentores de fortes conflitos por água entre diferentes usuários urbanos e rurais, diante de um quadro de escassez quantitativa e qualitativa, cada vez mais sério, foram os primeiros a criarem suas políticas de recursos hídricos antes mesmo da lei das águas (Lei nº 9433/97), como: São Paulo (1991), Ceará (1992), Santa Catarina (1994), Rio Grande do Sul (1994), Bahia (1995), Rio Grande do Norte (1996) e Paraíba (1996).

Figura 1 - Avanço da criação de Comitês de Bacia no Brasil

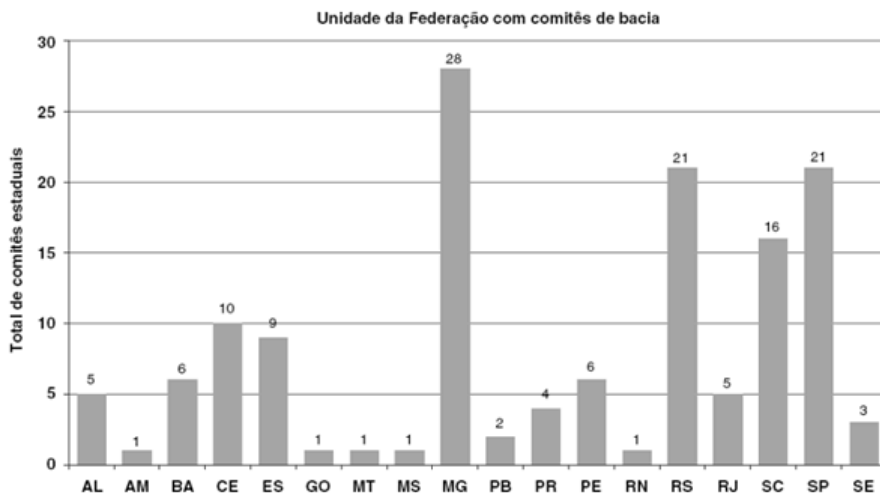


Fonte: ANA (2009)

A criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas em todo país deveria estar bastante adiantada e consolidada, pois o SINGREH definiu desde 1997 que a existência nos rios federais e estaduais dos comitês, funcionando como um verdadeiro “parlamento local das águas” representaria por completo a efetivação de todos os fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos, da nossa Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei nº 9433/97 (Figura 1).

Mas o que se verifica, segundo os estudos sobre a conjuntura dos recursos no Brasil (ANA, 2009), é que até 2007 foram criados 149 comitês de bacias hidrográficas, sendo a maioria, 141 (94,6%) em rios estaduais e apenas 08 (5,4%) nos rios federais. Porém, o que mais chama a atenção é a forte concentração dos comitês estaduais localizadas nas regiões Sudeste, com 63 (44,7%); Sul, com 41 (29,1%); e Nordeste, com 33 (23,4%), contrastando enormemente com as regiões Centro-Oeste com 03 (2,10%) e a Norte com apenas 01 comitê (0,7%) (ver Figura 2).

Figura 2 - Número de comitês por unidade da federação



Fonte: ANA (2009)

Esse contraste é ainda maior, quando se analisam os dados referentes ao número de comitês por estados, onde Minas Gerais está em primeiro lugar, com 28 (19,8%); seguido por São Paulo e Rio Grande do

Sul, ambos com 21 (14,9%); Santa Catarina, com 16 (11,3%) e o Ceará, com 10 (7,1%). E na outra extremidade, com apenas 01 (0,7%) comitê cada, os estados de: Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Amazonas.

Resta-nos aqui perguntar: quais fatores influenciaram no descompasso na implantação desses comitês? E por que, somente um estado da região Norte, o Amazonas, criou seu primeiro comitê apenas no início do século XXI?

Segundo o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) (BRASIL, 2006), a maioria dos governos ainda não internalizaram essas estruturas, apesar de continuar incentivando sua implementação. As pesquisas realizadas pelo Siapreh em 2003, com base de dados de 2002, indicam que as secretarias executivas de muitos comitês são formadas por voluntários que, embora realizem algumas ações, não têm compromisso em tempo integral com as atividades do Comitê, pois trabalham em outros organismos.

3. AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS DE GESTÃO EM BACIA HIDROGRÁFICA NA AMAZÔNIA

No estado do Pará, a implantação de políticas públicas voltadas à gestão dos recursos hídricos em bacias hidrográficas inicia timidamente, com a criação da Lei nº 5.793, de 04 de janeiro de 1994, que define a Política Minerária e Hídrica do Estado. Essa lei deu mais destaque aos recursos minerais, deixando à gestão dos recursos hídricos uns poucos parágrafos para sua regulamentação. Quanto aos seus princípios (artigo 1º), a lei define nos seus parágrafos que a bacia hidrográfica é a unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos.

Como esta lei foi criada antes da Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/97), ela não fez qualquer menção à existência de um conselho estadual para o gerenciamento dos recursos hídricos, e aos comitês, agências e planos de bacias hidrográficas em que a participação de órgãos municipais, dos usuários e da sociedade civil seja assegurada, mostrando uma frágil e incipiente descentralização e integração da gestão.

Mas o grande passo para a consolidação da gestão dos recursos hídricos, no estado do Pará, foi dado somente em julho de 2001, com a Lei nº 6.381, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e

instituiu o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Ela procurou reproduzir, na íntegra, todos os artigos contidos na Lei 9.433/97, mas se diferenciou, ao incluir uma série de artigos e parágrafos novos, referentes aos seus objetivos, diretrizes, instrumentos, e a criação dos comitês de bacias hidrográficas no estado, com a participação das organizações civis e dos municípios.

A Lei 6.381 possui como um dos seus princípios (art. 1º, IV) a adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial para implantação dessa política e atuação do Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, assegurando os usos múltiplos das águas e descentralizar, contando com a participação do poder público, dos usuários e das comunidades. Objetiva, dentre outros, a proteção das bacias hidrográficas contra ações que possam comprometer o seu uso atual e futuro (art. 2º, III), e tendo nas diretrizes de ações a integração da gestão dos recursos hídricos com a ambiental (art. 3º, III). Esses objetivos e as diretrizes, entre outros, devem constar dos Planos Diretores elaborados para bacias hidrográficas (art. 5º).

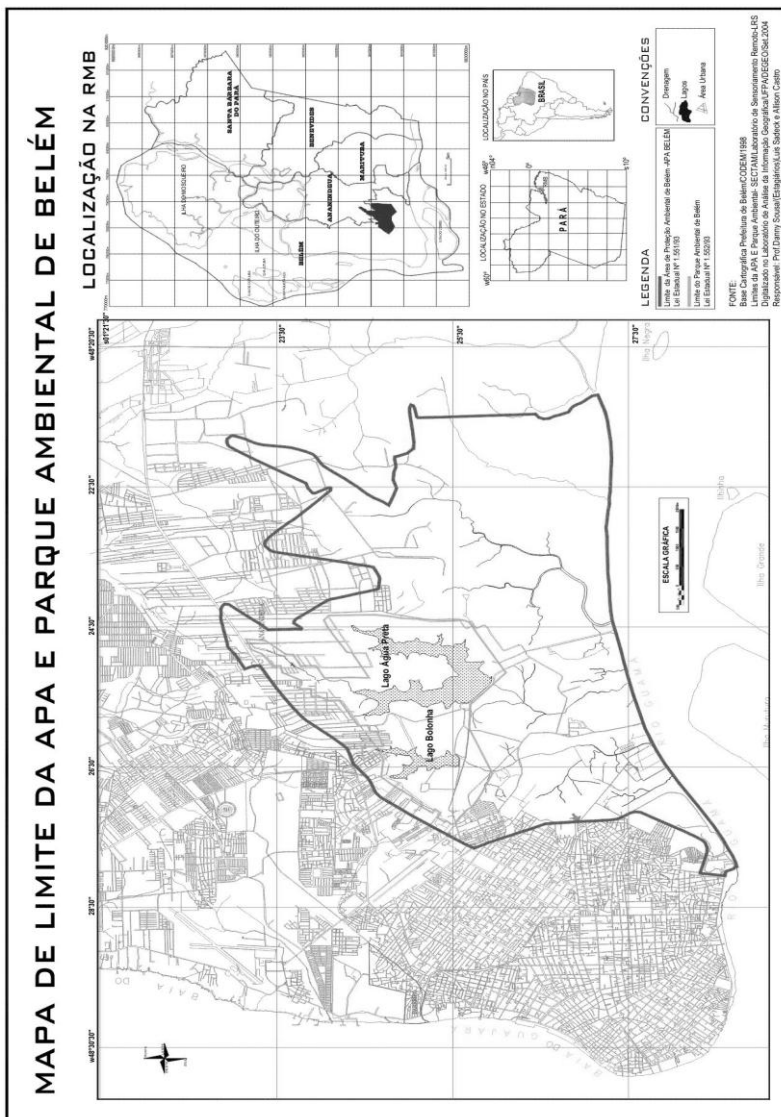
Mas as primeiras medidas legais e instrumentais que definiram a bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos, no estado do Pará, voltada à proteção das microbacias hidrográficas que formam os mananciais do Utinga, responsável pelo abastecimento de água potável a 70% da população da Região Metropolitana de Belém, só ocorreram em 1984, por meio dos decretos nº 3.251 e 3.252, que criaram a Área de Proteção Sanitária – Lago Bolonha e Água Preta, com 1.598,10 ha, e a Área de Proteção Especial para fins de preservação dos mananciais da Região Metropolitana de Belém, com 1.825,20 ha (Mapa 1).

A preocupação com a preservação dos mananciais do Utinga foi também manifestada no Plano Diretor Urbano do Município de Belém pela Lei nº 7.603/93, implantando nessa área a Zona Especial de Preservação do Patrimônio Ambiental.

Nesse mesmo ano, o Governo do Estado, determinou a criação através do Decreto Lei nº 1551, da Área de Proteção Ambiental dos mananciais de abastecimento de água à população da Região Metropolitana de Belém (APA Belém), e o Decreto Lei nº 1552 criou o Parque Ambiental de Belém na área correspondente à Área de Proteção Sanitária dos Lagos Bolonha e Água Preta. Mas visando adequá-lo ao Sistema Nacional de Unidades de Criação (SNUC) (Lei nº 9.985/00), o mesmo passou ser

chamado oficialmente de Parque Estadual do Utinga (PEUT), através do Decreto Lei 1.330/08.

Mapa 1 – Localização da APA e Parque Ambiental de Belém



No exemplo do estado do Amazonas, onde foi criado o primeiro Comitê de Bacia Hidrográfica da Amazônia, no rio Tarumã-Açu, a definição político-institucional da bacia hidrográfica como unidade de gestão dos recursos hídricos, veio com a criação da Lei nº 2.712/2001, mas que foi revogada pela Lei 3.167/07, que disciplina a Política Estadual de Recursos Hídricos com os seus instrumentos e estabeleceu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em 06 de junho de 2006, na VI Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/AM), foi aprovada a criação do primeiro comitê de bacia de hidrográfica da região Norte, já prevendo o desenvolvendo de projetos e ações voltadas para a sustentabilidade das comunidades localizadas no rio Tarumã-Açu. Quanto à composição e a organização o comitê assegurará a paridade entre o poder público, os usuários e a sociedade civil.

Para Costa e Bordalo (2010), é consenso entre os pesquisadores que a bacia hidrográfica é o espaço de planejamento e gestão das águas, onde se procura compatibilizar as diversidades demográficas, sociais, culturais e econômicas das regiões, e a bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, afluente do rio Negro, localizada no estado do Amazonas, retrata bem essa complexidade.

A gravidade do problema dessa bacia hidrográfica revelou a necessidade urgente de implantação de um planejamento estratégico, levando em conta a ocupação recente e o crescimento da área urbana de Manaus, a abertura de estradas, edificações e outras obras urbanas, além do desmatamento, que refletem o crescimento das cidades, disponibilizando material a ser erodido e carregado para os fundos de vale e canais fluviais.

Foi neste contexto, segundo Costa e Bordalo (2010), de grande relevância hídrica, que o Governo do Estado do Amazonas, de acordo com a Lei Nº 3.167, de 27 de agosto de 2007, estabeleceu as normas disciplinadoras da Política Estadual de Recursos Hídricos e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, considerando a necessidade de regulamentar a competência, a estrutura e a forma de funcionamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu. Aprova (Decreto nº 28.678/2009, de 16 de junho de 2009) a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu e o seu Regimento Interno, no qual destacamos o art. 1º e o art. 2º da constituição e natureza.

art. 1.º O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu, doravante designado simplesmente Comitê, é órgão colegiado, de caráter consultivo e deliberativo, regido pela Lei Federal n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997, com instituição prevista pela Lei n.º 3.167, de 28 de agosto de 2007, com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu, no Estado do Amazonas, tendo sua competência, estrutura e forma de funcionamentos regulados pelo presente Regimento.

art. 2.º A Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu é uma unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento, que reconhece o recurso hídrico como um bem público de valor econômico, cuja utilização deve ser submetida à cobrança, mediante outorga, observados os aspectos de quantidade, qualidade e peculiaridades (REGIMENTO..., 2009).

Contudo, a falta de definição dos limites de competência dos representantes do comitê, contribui para que os canais de diálogo não se estabeleçam abertamente, o que facilita a adoção de decisões polêmicas. Assim, o modelo adotado de gestão descentralizada e participativa fica comprometido na sua essência e fragilizando o sistema de gerenciamento que ainda não foi consolidado.

Ao se analisar a experiência adquirida com a formação e o funcionamento dos Comitês, observa-se que há casos em que são instituídos sem um concreto conhecimento dos seus objetivos e dos problemas a serem solucionados. Observa-se que ainda ocorre um desconhecimento do seu papel como entes integrantes da administração pública, o foro onde devem ser tomadas as principais decisões políticas sobre a utilização das águas da bacia.

O que se observa, em alguns casos, após todo o processo de mobilização social que culmina na criação dos Comitês, é um “vazio” de ações, representado tanto pelas dificuldades de construção de suas agendas e de um plano de trabalho voltado para o cumprimento de seu papel como ente do SINGREH,

bem como as mencionadas dificuldades de ordem operacional ligadas à carência de recursos financeiros para impulsionar seu funcionamento. Entre os Comitês nos quais foram observados os maiores avanços, constata-se a garantia de infra-estrutura para o apoio técnico e administrativo ao colegiado (BRASIL, 2006).

4. CONCLUSÃO

No Estado do Pará, o desenvolvimento de ações de gestão ambiental e dos recursos hídricos por parte dos governos estadual e municipal, mesmo com iniciativas de grande importância, como a proteção dos mananciais do Utinga, responsáveis pelo abastecimento de grande parte da população (70%) da RMB, não foram totalmente eficazes na implantação dos seus objetivos.

O que se verifica, nesse início de século, é que as cidades da RMB, continuam com crescimento acelerado, levando à ocupação urbana das áreas do entorno dos mananciais, aumentando assim os seus riscos de sua degradação e vida útil.

O modelo de gestão ambiental implementado no estado do Pará se enquadra no que Lanna (1995) define como “Modelo Burocrático”, visto que foram criadas inúmeras leis, decretos e portarias, mas de forma centralizada e hierarquizada pelo poder público, com pouca ou total ausência da participação da sociedade civil organizada.

Essa situação tem demonstrado que a adoção de medidas legais restritivas e punitivas não são suficientes e tão pouco eficazes na solução do problema. A proteção da área dos mananciais do Utinga requer a implantação de novos instrumentos e mecanismos previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos (9.433/97), bem como nas recentes Políticas Estaduais de Recursos Hídricos do Pará (Lei nº 6.381/01) e do Amazonas (Lei nº Lei 3.167/07), que invocam a adoção de um modelo de gestão mais integrado, participativo e descentralizado, entre o governo federal, estados, prefeituras e a sociedade civil.

No estado do Amazonas, o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tarumã-Açu terá o desafio de desempenhar um papel de significativa relevância no processo de implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, exercendo a gestão dos recursos hídricos, no âmbito da sua área

de atuação, de forma democrática e participativa, ao possibilitar o debate sobre as questões que atingem a bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu.

A implementação do comitê implicará em modificações profundas no âmbito cultural e administrativo do estado do Amazonas em particular da cidade de Manaus. Marcando a ruptura com políticas desenvolvimentistas e ambientais pontuais que são peças fundamentais para a garantia do sucesso da gestão sustentável dos recursos hídricos no Brasil.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://conjuntura.ana.gov.br/conjuntura/grh_pi_ei.htm>. Acesso em: 14 abr. 2011.

BORDALO, Carlos. Gestão em bacia hidrográfica na Amazônia: Uma reflexão das experiências de gestão dos mananciais da Região Metropolitana de Belém-Pará. In: MOTA, Giovane et al. **Caminhos e lugares da Amazônia**. Ciências, natureza e território. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. p. 207-224.

_____. **O desafio das águas numa metrópole amazônica**. Uma reflexão das políticas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana de Belém-PA (1984-2004). 2006. 335f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Recursos Hídricos**. Panorama e estado dos recursos hídricos no Brasil. Brasília. MMA, 2006. v. 1

COSTA, Francisco. **Uma experiência amazônica de gestão dos recursos hídricos**: a criação do comitê da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, Manaus-AM. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COSTA, Francisco; BORDALO, Carlos. Uma experiência amazônica de gestão dos recursos hídricos: A criação do comitê da bacia hidrográfica do rio Tarumã-Açu, Manaus-AM. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 16. Porto Alegre, 2010. **Anais...** Porto Alegre: AGB, 2010.

LANNA, Antonio. **Gerenciamento de bacia hidrográfica**. Aspectos conceituais e metodológicos. Brasília: IBAMA/MMA, 1995.

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TARUMÃ-AÇU. **Decreto** nº 28.678/2009 de 16 de junho de 2009

TUNDISI, José. **Água no século XXI**. Enfrentando a escassez. São Carlos: Ed Rima, 2003.

O ESTADO DO PARÁ E A CONSTRUÇÃO DA MICRORREGIÃO BRAGANTINA

João dos Santos Carvalho

1. INTRODUÇÃO

A microrregião Bragantina localiza-se no eixo nordeste, a cerca de 200 km da cidade de Belém, capital do estado do Pará. Originou-se da cidade de Bragança que deu início a antiga *Zona Bragantina*, estendida pela costa do oceano Atlântico até Belém. É uma das ocupações mais antigas da Amazônia e mais densamente povoada deste Estado, principalmente por causa da construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), entre 1882 e 1908, para apoiar a produção de alimentos e de matéria-prima do extrativismo vegetal (madeiras e outros), mineral (areia, argila, calcário, brita etc.) e da agricultura voltada aos centros consumidores, a qual proporcionou a cidade de Belém o caráter de centralidade ou centro geopolítico regional, para onde ainda convergem as ações da política territorial.

Geograficamente a microrregião Bragantina não é mais que uma unidade derivada desse processo histórico que envolveu a mesorregião Nordeste do Pará. A palavra região, nas acepções mais comuns da língua portuguesa, significa porção de um espaço geral, definida ou diferenciada de outras porções pelo modo como as suas componentes estruturais arranjam-se em conjuntos característicos – os “lugares regionais”. A microrregião Bragantina representa, enquanto “lugar regional” a essência do espaço que a abriga, em seus muitos sentidos. É, pois, produto da territorialização dos fenômenos em qualidade e quantidade suficiente para integrá-los no complexo de características homogeneizadas, como diria Stoliarov (1981). Ou seja, a microrregião Bragantina resulta do contínuo espaço-temporal da antiga Zona Bragantina, e se revela por um método de classificação do “*espaço geográfico*” segundo o qual o ambiente físico-espacial, as componentes socioeconômicas e as manifestações culturais são considerados fatores de construção de territórios num contexto geral. Esse método permeia o espaço da região em todos os seus níveis geopolíticos: mundial, nacional, regional e local. No nível mundial vincula-a ao sistema global e gera as regiões do mundo, como a ideia de Terceiro Mundo explicada por Vigevani (1990) como proposta dos países capitalistas avançados do Norte em relação aos países pobres, em vias de desenvolvimento do Sul. Segundo ele,

órgãos técnicos da ONU, nos anos 1970, definiram e classificaram os países do Sul a partir de um critério próprio com o qual os consideraram atrasados. De acordo com Vigevani, isso repercutiu na maximização dos recursos disponíveis e na requisição de intervenção intensa e concentrada dos poderes públicos para romper o ciclo vicioso de um iminente “subdesenvolvimento”. Do mesmo modo em nível nacional ou estadual, o método requer uma estrutura essencial marcada por uma centralidade articulada, de um lado com o ambiente global, através de setores hegemônicos da política e da economia transformadoras do planeta, e de outro, com os ambientes regionais e locais, através dos grupos de interesse e instituições juridicamente interpostas entre os fluxos sociais e econômicos, mediados pelo Estado.

O Estado requer centralidades para as regiões porque nos espaços delimitados por elas as relações, geralmente, partem de uma localidade central, e a localização é referência geopolítica para as conexões que se instalam entre componentes espaciais e componentes sociais e econômicos. As cidades se articulam com o centro regional. E no nível local, as comunidades podem impor resistências à integração, porque as tradições culturais obstam os processos de mudanças e alimentam um enfrentamento ou uma tendência à autonomia dos lugares, num movimento retardado que pode levar algumas regiões locais (microrregiões) a “enclaves”, sob conflitos, cada vez mais adequados a interesses locais, harmonizados por um tipo de concordância histórica que junta colonizador e colonizado.

O nível local revela a região, para além do espaço físico, organizada no espaço de base material, mas também simbólica reconhecida pela sociedade envolvida. Concepção patrocinada pela política territorial mediadora dos fenômenos que ocorrem no espaço relativizado seja o crescimento populacional, a expansão da infraestrutura (estradas, aglomerados “urbanos” etc.), a governança, a extensão do poder do capital ou qualquer fenômeno que possa ter sua magnitude ampliada proporcionalmente à ideia de localização ou a de expansão territorial.

O aparente vazio demográfico da Amazônia, ou o isolamento da região Norte, por exemplo, funcionou como justificativa para o fraco desenvolvimento regional. Mas o estado do Pará teve sua população aumentada e influenciando o crescimento da economia, a cada novo ciclo econômico, num processo contínuo. Como parte dessa engrenagem, a borracha, ao entrar para o circuito da exportação nacional aumentou a demografia deste estado, estimulou o mercado de produtos regionais e gerou necessidade de produtos manufaturados. E por mais de meio século,

de alguma forma vinculou todas as atividades econômicas: agricultura, indústria, transporte e comércio, inclusive a castanha-do-pará (*Bertholetia excelsa*) a ela.

Outro exemplo, é o Nordeste Paraense, por ser região pioneira no extrativismo, na agricultura e na criação de gado de baixo rendimento, teve seu espaço físico transformado por empreendimentos não compatíveis com o seu ambiente, e os treze municípios da microrregião Bragantina: Augusto Corrêa, 109,5 km², 40.497 habitantes; Bonito, 586,7 km², 13.630 habitantes; Bragança, 2.091,9 km², 113.227 habitantes; Capanema, 613,6 km², 63.639 habitantes; Igarapé Açu 786,0 km², 35 887 habitantes, Nova Timboteua 489,9 km², 13.670 habitantes; Peixe Boi, 451,3 km², 7.854 habitantes; Primavera, 258,6 km², 10.268 habitantes; Quatipuru, 324,3 km², 12.441 habitantes; Santa Maria do Pará, 457,7 km², 23.026 habitantes; Santarém Novo, 229,5 km², 6.141 habitantes; São Francisco do Pará, 479,6 km², 15.060 habitantes; e Tracuateua, 936,1 km², 27.455 habitantes, de acordo com o IBGE (2012), acabaram por ser, totalmente envolvidos por uma exploração de séculos sob métodos inadequados aos seus ambientes desprovidos de políticas territoriais que contemplassem os interesses locais.

Apesar da soma desses municípios perfazer uma área de 7.814,7 km², correspondente a microrregião Bragantina, a mesma representa apenas 0,62% de 1.253.000 km² da superfície do Pará, e sua população de 382.795 habitantes é só 6,18% dos 6 192 307 habitantes do Estado. O índice demográfico dessa microrregião de 48,9 habitantes por quilômetro quadrado é um número considerável, mas não garante um desenvolvimento compatível com a solicitação do estado e de sua população. É claro, o desenvolvimento é geograficamente desigual e a maioria desses municípios são remanescentes históricos da zona Bragantina, por isto acumularam muitas dificuldades devidas à política que a norteou historicamente.

A mobilidade que restou a esta microrregião ainda é primitiva e baseada em sistemas tradicionais não conectados a nenhum centro dinâmico, com muitos problemas ambientais vinculados a “processos degradadores” atribuídos ao mau uso dos solos, desde a colonização bragantina. Os prejuízos atuais alcançam, em particular a agricultura familiar que se debate em meio a um “desenvolvimento tardio” que fortaleceu a ideologia da dimensão continental do Pará e ensejou o importante evento geopolítico representado pelo plebiscito de 2011 sobre “a fragmentação desse estado” para formar os estados: do “Carajás”, “Novo Pará” e “Tapajós”, sob opiniões de apoio e críticas contrárias.

Argumentou-se sobre a insuficiência do poder do Estado para colocar o domínio do seu solo em harmonia com a sua sociedade, e sobre uma possível política territorial transdutora do espaço físico, que o condiciona a repositório de recursos da natureza e contendor de mão-de-obra barata. Do *status* de centralidade destacou-se a perda de representação política pós-borracha, sem que a exportação de matérias-primas e a grande produção de energia elétrica sirvam à recuperação, uma vez que não garantem reservas ao Tesouro do Estado, por ser a extração de matérias-primas, praticamente isenta de tributos estaduais e a energia elétrica tributada no local de consumo e não no local de produção. Ou seja, a essência da proposta de fragmentação do Estado do Pará é reverberação do processo de colonização que os europeus impuseram ao Brasil, no século XVII, e a política territorial do Estado Nacional que se espalhou pela Amazônia e seus estados desde o período dos ciclos de riquezas naturais, até a investida recente com o uso de geotecnologias e conhecimentos.

2. A MICRORREGIÃO BRAGANTINA E O CONCEITO DE REGIÃO

A colonização do Brasil alcançou a Amazônia, e o Estado do Pará e no nordeste deste, definiu a zona Bragantina, que por iniciativa do governo da província do Grão-Pará foi palco do projeto do maior assentamento de “colonos” da época, o qual culminou com a construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) e com o aumento da interface do espaço físico com o espaço de decisão política. Tendo como filosofia uma premissa segundo a qual a evolução da sociedade pressupõe que a ação humana deve ser exercida em direção à acumulação de riquezas para haver desenvolvimento.

Essa filosofia orientou os colonizadores, pois era o mote da promoção do capital, desde sua concepção, requisitando espaços para a expansão desse sistema. Contemporaneamente, esta ideia vem patrocinando o desenvolvimento integrado com a macrorregionalização do planeta Terra, homogeneizando espaços e definindo-os como *lugares regionais*, classificados em estratos, separando os “povos desenvolvidos” dos demais, concentrados em espaços considerados “não desenvolvidos”.

Esse modelo, segundo Vigevani (1990), teve que ser trocado pela filosofia do “desenvolvimento acelerado”, requisitada para enfrentar a valorização do liberalismo, ou para se impor ao processo de libertação que

exigia condições sociais como a distribuição de riquezas, já pautada pelo nacionalismo latino-americano dos anos quarenta e cinquenta. O novo modelo propôs que o maior referencial passasse a ser o crescimento do produto interno, arrolando a expansão da ideologia da cooperação pela ajuda internacional para os pobres de um Terceiro Mundo que se delineava (VIGEVANI, 1990).

Isto foi vantajoso para os estados que historicamente disputavam a hegemonia das ações de territorialidade que separariam os países ricos dos pobres, mas também suscitou denúncias sobre o caráter imperialista da economia e das políticas das grandes potências, que, assentadas na dominação estratégica de escala global buscavam suas preponderâncias sobre a vizinhança, circunscrevendo os mais pobres aos espaços sob suas influências.

Neste sentido, Costa (2008) diz que a Europa, ao competir pelo domínio dos territórios de expansão colonial, enfrentou movimentos que envolveram simultaneamente os seus estados: de um lado por causa das lutas no nível do poder, e de outro por conta da concorrência internacional entre os capitais monopolistas de cada grande potência.

Atualmente alguns estados assumiram a dianteira dos sistemas de distribuição das riquezas. Os Estados Unidos da América no Continente Americano, a China no Continente Asiático, e em outros níveis, as políticas territoriais de outros estados menos situados na escala hegemônica da geopolítica mundial se fizeram sentir sobre outras regiões, revelando uma íntima conexão entre o poder e o espaço, chamada por Ratzel, citado por Costa (2008), de “senso geográfico”, ou de “Estado territorial”. Para Ratzel o Estado é um *organismo* que, nos muitos níveis, representa o poder. O poder mundial está presente no nível regional, e o poder regional está no poder local. Assim, todos os espaços homogeneizados por uma hierarquia desse tipo constituem “lugares regionais” estratificados.

No Brasil, a diferença entre as regiões Sudeste e Sul refere-se à consolidação das atividades institucionais, enquanto no Nordeste e no Norte, ainda está presa às ações de governos que definem “os estádios de fronteiras”¹.

Na perspectiva ratzeliana, a região Norte tem sua representatividade vinculada aos recursos da natureza amazônica, mas se para esta concepção o solo é substancial para o Estado, o fato de a exuberância dos recursos

¹ O termo estádio serve para designar espaço-tempo ou o acontecido num momento geográfico

naturais da Amazônia não depender de seus solos, quimicamente pobres, constituiria razão para a debilitação do poder de seus Estados, de solos não suficientemente representativos.

Certamente a ideia de Ratzel com relação ao solo não tem esse sentido empírico. Costa (2008) apresenta a ressalva de Ratzel sobre o solo e seus condicionantes físicos não serem mais que um dado geral, uma base concreta, ou uma potencialidade que depende da capacidade que o Estado tem de transformar o meio em eficácia para o desenvolvimento efetivo de uma nação ou de um povo. Segundo Costa (2008), para Ratzel era fundamental que o Estado organismo fosse, antes de tudo, um agente articulador entre o povo e o solo. É possível resgatar, com esse raciocínio, a coletivização da utilidade dos recursos da natureza, e revelar que nos processos de especialização dos espaços os muitos fenômenos se estendem por um espaço ou tempo, do mesmo modo que o uso do solo atrai a ação humana para se estender por uma região.

Isto somado à territorialização de grupos sociais pode explicar o desenvolvimento desigual de regiões como diferentes níveis geográficos das ocorrências. Para Ratzel, os sistemas econômicos tendiam à “organicidade”, mas se estabeleciam por força do desenvolvimento desigual que compunha as diferenças espaço-temporais (COSTA, 2008). Antecipava o que viria a ser um sistema regional, ou a evidência de uma “relação centro-periferia” no processo de formação da região.

O centro regional é o “centro do poder”, portanto, a porção do espaço mais próxima das esferas de decisões. E como organismo o centro pode atrair a economia, a política e a governança, subordinando esses fluxos a uma cidade central de onde emanam as especificações do Estado. De modo esclarecedor Ratzel reconhece a importância da vontade política dos povos para se organizar sob a forma estatal, mas insiste que não bastam laços comuns (culturais, linguísticos etc.) se os povos não incorporarem à sua luta a dimensão territorial. Entendia que os estados podiam formular e executar políticas gerais e políticas territoriais, mas para isto necessitariam tomar o território como uma base ou como um suporte sobre o qual as políticas se desenvolveriam. Aprender o território como elemento fundamental exige do Estado e do povo relações de domínio, uma centralidade.

Na verdade isto ainda permanece na base da constituição de regiões. O espaço-tempo que as constitui se reveste de um domínio político e econômico que para além de outras aplicações, permite que países dominem zonas mundiais; regiões ou Estados nacionais se insiram no domínio de

outros, e lugares consolidem suas ações coletivas no âmbito local. Isto reitera o espaço como um dado contextual, no qual a especialidade de base social apenas permite que se crie uma organização produzida socialmente, como propõe Soja (1993) ou é uma forma objetiva da matéria numa perspectiva materialista do tempo numa forma geometrizada, que, segundo Soja, numa visão essencialmente física, influenciou profundamente todas as formas de análise, tanto filosófica como teórica ou empírica aplicadas ao movimento dos corpos ou à história e ao panorama da sociedade humana (SOJA, 1993).

O significado disto é que o estado, a região ou o lugar sempre carecerão de um espaço como substrato, seja no sentido geral ou abstrato. E que, mesmo não alinhado com Ratzel, Soja requisita o espaço físico como componente da organização social, embora advirta que o espaço é uma base epistemológica ilusória para quem busca o sentido concreto e subjetivo da espacialidade humana. Por isto o espaço pode tornar-se contexto físico, e ao mesmo tempo gerar amplo senso filosófico acerca de suas propriedades absolutas e relativas, pois, para Soja (1993) o espaço pode ser dado como substrato fundamental, mas sua organização e sentido são produto do movimento e/ou da transformação resultante da prática exercida pela sociedade.

O conceito de espaço importa porque subsidia o território enquanto uma unidade geográfica, a qual, segundo Raffestin (1993), é instituída por uma política territorial que lhe fixa limites jurídicos e fronteiras, articulando-a com uma construção social que revela mudanças ou estratégias para transfigurar o conteúdo natural e/ou da sociedade, num contexto em que a “segunda natureza” resulta da ação do trabalho humano, como proposto por Lefebvre, citado por Soja (1993) ao afirmar que a espacialidade incorpora elementos políticos e ideológicos na definição dos conteúdos e das transformações que ocorrem em cada fragmento do espaço.

Segundo Soja (1993), o que passa a ser importante é a relação entre o espaço criado e organizado e as demais estruturas dentro de determinado modo de produção. Essas estruturas incorporam a diferenciação de áreas como princípio da regionalização, onde o próprio centro da região é um espaço criado e equipado com uma estrutura que resulta da determinação de construir condições distintas do meio natural, onde especialidades se expandem em elementos artificiais e incorporam conteúdos informacionais que determinam relações entre condicionantes naturais e elementos condicionados pela engenharia humana.

A determinação de um centro num contexto é sugerida desde Ratzel, porquanto as reações que transformam o espaço físico partem de um ponto de convergência tido como espaço do poder, de onde se pode determinar a periferia da região. Esse centro regional é uma cidade delimitada por um contraste ao qual Ernest Mandel (1976), citado por Soja (1993), chamou de contexto urbano afirmando que há “desenvolvimento desigual entre as regiões e as nações, e que isso é próprio da essência do capitalismo”. É um fenômeno que se dá no mesmo plano da exploração da mão de obra pelo capital. De acordo com Soja (1993), Mandel identificou na escala regional e internacional, uma problemática espacial que se assemelha à interpretação da espacialidade urbana proposta por Lefebvre, na qual uma poderosa força revolucionária emerge das desigualdades espaciais, e torna-se necessária à acumulação capitalista.

Soja (1993) também afirma que Mandel encontrou na maior importância histórica do desenvolvimento geograficamente desigual, o processo de acumulação e, portanto, a sobrevivência e a reprodução do próprio capitalismo. A história é, segundo ele, a virtude pela qual, no âmbito global, a mobilidade primitiva tende a dar lugar a um movimento mais complexo, ou à “mobilidade das fronteiras”, comandada por processos político-territoriais, que se estabelecem num novo espaço de circulação, também referido por Ratzel como o “todo territorial” do Estado organismo (COSTA, 2008).

Nesta perspectiva, todos os centros tendem a articular internamente os seus espaços de domínio, também os conectando com outros centros no todo territorial. Desse modo, as políticas sociais e de produção caracterizam os lugares regionais, enquanto os fragmentos espaço-temporais definem diferentes porções dos mesmos lugares, onde grupos e classes sociais territorializam conflitos e condições de caráter jurídico, cabendo à política organizar a sociedade de maneira que os interesses desses grupos possam ser alcançados, de modo solidário e por todos através de projetos, o que para Castro (2005) significa que não se pode ignorar a política como instituição que faz parte das sociedades diferenciadas e complexas.

3. A COLONIZAÇÃO BRAGANTINA NO CONCEITO DE REGIÃO

Para Castro (2005), a política territorial corresponde à sociedade se territorializando, ou organizando-se em territórios para melhor atender aos

interesses e às formas de vida de seus componentes, com destaque para os mais influentes. Características como idade, gênero, escolaridade, renda, profissão, ocupação, local de moradia, religião etc. subsidiam a particularização dos grupos na sociedade regional. Assim revelar as classes sociais é perceber interesses diferentes e, muitas vezes, conflitantes na região. Castro (2005) diz que na escala urbana os moradores querem emprego, ar limpo e silêncio, mas ao mudar do bairro para a cidade, para a unidade da federação, região ou conjunto do território nacional, esses interesses mudam e compreendem os fundamentos das ações e decisões dos atores sociais formalizados através do aparato legal e institucional do Estado. Os interesses passam à condição de objetivos identificados como fatos políticos que expressam a sociedade. Às vezes sob um processo colonizador mantenedor da força de uma classe ou grupo político no território.

Esse processo político institucionalizado por parte de um Estado em busca de aumentar o seu poder sobre um espaço (dele próprio ou de outro) pode ter caráter de “conquista”, mas se os promotores dessa política incluírem a sociedade cooptando alguns indivíduos, gradualmente, inseridos num plano de exploração econômica dos recursos existentes no interior dos espaços regionais, pode-se estar diante de um processo de “colonização”. Como prerrogativa, a colonização estabelece o domínio da fronteira e revela as condições objetivas dos investimentos dos colonizadores que arrolam a colaboração de colonizados para qualificar e promover uma “política de consenso”.

A partir da “política de consenso”, os colaboradores ajudam a recrutar a mão-de-obra local e a invocar uma territorialização que particulariza a colônia, trasladando seus limites físicos para um espaço artificializado por uma extensão geoestrategicamente unificada por uma nova ordem cultural e econômica imposta pelos colonizadores. Assim aconteceu com as regiões brasileiras no século XVII, quando foram invadidas pelos preceitos da sociedade europeia que avançaram sobre a Amazônia onde fizeram a população substituir o modo de se relacionar com os recursos da natureza, para implantar agricultura e criação de animais em “sítios” e fazendas situados, principalmente, às margens dos cursos d’água.

O contato com os amazônidas desestabilizou e desfigurou a cultura deles. Aos poucos transformou a homogeneidade dos costumes desses habitantes inserindo um novo modo de produzir e de fazer circular a produção. Estabeleceu-se uma base econômica ainda pautada no extrativismo, mas seguida de uma agropecuária, e da consolidação de ciclos

de exploração em vários períodos. Mas o processo colonizador continuou. E o Estado do Pará foi alvo de instituições e programas governamentais, especialmente a partir da implantação de ferrovias como a Estrada de Ferro de Bragança (EFB), construída de 1882 a 1908, e rodovias, como a BR-010, construída a partir do ano de 1961, que propiciou o contato físico da capital – Belém, com a capital nacional – Brasília, aproximando a Amazônia dos centros de decisão política e econômica do Brasil (CARVALHO, 2009), o que deu relevo à população que passou a influenciar e a ser influenciada pela dinâmica da história regional.

O Censo Demográfico de 1960 apresentou 2 602 519 habitantes para a região Norte, sendo 63% no campo, e 37% na porção urbana, incluindo as sedes municipais, segundo a concepção do IBGE (1960). Mas essa população cresceu muito depressa e gerou tendências de inverter a sua estratificação (aumento do fluxo rural – urbano). Sobretudo, com a valorização da borracha que projetou a região Norte do Brasil sob o *status* de única detentora desse importante produto da floresta tropical, requisitado pela indústria automobilística. Esse produto transformou a população em número e em características vinculando a seringueira (*Hevea brasiliense*), rapidamente, ao interesse dos exploradores de recursos naturais.

Nos primeiros anos de produção do látex a borracha tornou-se o maior dos incrementos do “progresso” influenciando as “cidades”, vilas e povoados dessa região. Propagou valores e técnicas que permearam a cultura dos habitantes alterando, substancialmente, os comportamentos das pessoas e influenciando os elementos econômicos, sociais e políticos. O Pará revelou-se um dos principais contribuintes do crescimento brasileiro, semelhante ao estado de São Paulo com a produção de café (*Coffea arabica*), mas não foi capaz de evitar a perda de sua liderança na exportação de borracha para o estado do Amazonas, que melhor se organizou e rapidamente assumiu a dianteira.

Ao Pará restou o efeito do crescimento demográfico, que atingiu 810%, entre 1810 e 1920 (IBGE, 1960), sobre a intensidade da “urbanização” que se projetou sobre vários lugares do seu território, destacando-se a capital Belém, e as cidades de Bragança e Santarém, para citar as primeiras e mais importantes do período.

O aumento da população pressionou o crescimento econômico, requisitando mais produtos industrializados (remédios, combustíveis, tecidos, máquinas e veículos, produtos químicos, metais, e outros), os quais não poderiam chegar ao estado sem a participação do transporte marítimo e do fluvial que se combinavam por uma rota que saía de São Paulo e,

contornava todo o litoral brasileiro, até alcançar Belém. Os navios saíam de São Paulo para Belém, lotados de passageiros e mercadorias manufaturadas, e voltavam carregados de produtos regionais (borracha, castanha, minérios, madeiras, óleos, resinas, peles e outros).

Após essa fase, uma colonização mais recente baseou-se na exuberância da natureza do Estado do Pará para promover uma forma de ocupação mal planejada e baseada na ideia de inesgotabilidade de seus recursos, um novo modelo que infundiu técnicas e tecnologias que aplicadas sobre o território identificaram o potencial dos recursos naturais. O programa denominado Projeto Radar da Amazônia (RADAM, depois RADAMBRASIL), nos anos 1970 usou geotecnologias (sensoriamento remoto, cartografia e geoprocessamento) para, apoiadas no trabalho de profissionais das ciências da terra, expor quantidades e qualidades desses recursos, através de cartas geográficas e mapas temáticos: geológicos, geomorfológicos, de solo, fitoecológicos e de uso potencial das terras. A energia eletromagnética usada pelos sensores de microondas (RADAR) revelou a floresta tropical amazônica e expôs os recursos encobertos por ela (jazidas minerais e outros), numa prospecção de grande impacto não obstante as atividades de garimpo e de mineradoras.

A subtração da cobertura florestal foi intensificada com a implantação de pastagens, muitas vezes justificadas por programas como o PROPASTO que contribuiu para mobilizar grandes áreas florestais para a criação de gado. Retirou-se também uma enorme quantidade de árvores para atender o aumento no consumo de madeiras regionais, o que fez com que inúmeras empresas madeireiras, legais e ilegais, se deslocassem para o território paraense. Além disso, esse processo de desflorestamento foi mais agravado com a associação da atividade pecuária à abertura de grandes áreas para o plantio homogêneo de soja (*Glycine max*), dendê (*Elaeis guineensis*), e para espécies florestais exóticas.

A intervenção técnico-tecnológica viesada por conhecimentos científicos subsidiou o capital internacional e/ou nacional que atuou como motor dessa “colonização”. Apoiou a espacialização de empreendimentos pelo Estado, e multiplicou o capital pelos municípios, realizando inventários com o apoio de instituições estatais e privadas. Focou as atividades agrícolas e pecuárias partindo de uma premissa da política agrária mundial, de que, “a organização do espaço rural corresponde ao espaço particular onde a agropecuária é fator de intercâmbio”, justificando os empreendimentos locais frente ao agronegócio paraense, também inscrito no *agribusiness* no âmbito internacional.

Contudo, esse reconhecimento encontra um forte obstáculo, na produção deste Estado, que neste setor baseia-se em baixos níveis salariais, na relação de produtos primários “baratos”, e em preços favoráveis à alta lucratividade das regiões investidoras tidos como barreiras ao desenvolvimento, embora não se possa generalizar as políticas territoriais do Estado do Pará, posto que há muitas diferenças entre as suas regiões, desde as condições naturais, considerando que: “as riquezas naturais são socialmente determinadas”, o que, de certa maneira, explica as desigualdades regionais, somando-se a localização e a distância das áreas de produção e dos centros consumidores, assim como a má gestão institucional e a subordinação da região à incessante reprodução do sistema capitalista mundial.

Pode-se deduzir que o aporte e o crescimento do capital em espaços, muitas vezes, afastados dos centros de decisões econômico-políticas e financeiras, requisitam uma política territorial baseada nas diferenças geográficas, e a convergência para uma cidade tida como entidade única capaz de formar e reformar as economias desses espaços, considerando que a centralidade do Estado apoia-se nas instâncias do capital. No Pará, o núcleo dessa política e ponto de convergência, historicamente definido para essas instâncias, é a cidade de Belém, ainda mantida na função de centro exportador de produtos primários como: borracha, madeira, carne, frutas e outros.

Belém é o centro de decisões para onde convergem as mesorregiões geográficas, mesmo as que contam com a presença de “cidades médias”, intermediárias dos negócios e das estratégias do poder regional. Na prática, os instrumentos da política territorial são as instituições e o capital de investimento, e dependendo do histórico regional a centralidade. Por isso, se os governos não exercem seus poderes plenamente, o espaço regional pode se impor ao planejamento estatal. A cidade de Marabá, por exemplo, marca a centralidade da mesorregião Sudeste do Pará; e a cidade de Santarém marca a do Noroeste. Mas no caso da mesorregião Nordeste Paraense, a cidade de Castanhal parece ofuscada pela centralidade de Belém, que, de certo modo, reduz sua magnitude e retira-lhe o controle na condução de um capital que é administrado em porções “homeopáticas”, a partir dessa capital.

Por isso, a presença desses dois núcleos da política territorial no nordeste do Pará põe os empresários diante de uma incerteza sobre como empreender na microrregião Bragantina, se ampliando o mercado regional e os locais adaptando produtos, desafiando o baixo poder aquisitivo da

população de comunidades mal consolidadas numa das mais altas densidades demográficas do estado, ou requisitando de um setor econômico financeiro enfraquecido pelas condições sociais baseadas em relações interpessoais e no baixo desempenho do sistema técnico informacional, uma recuperação do seu desenvolvimento retardado.

Diante de dificuldades que impedem, por exemplo, essa microrregião de acessar o sistema técnico-informacional, há muito tempo bloqueado pelas tradições locais que a fazem, ainda carente do deslocamento de atores do “meio urbano” (da capital e/ou de outras cidades, como Castanhal) para dinamizar o seu “meio rural”, impõe-se a necessidade de conectá-la a centralidade estadual, o que de certa forma inverte o êxodo rural-urbano, antes justificado pela falta de atividades e empregos em dimensões cumulativas próprias do desenvolvimento capitalista.

O aporte de capital, mesmo que modesto ou intermitente a alguns setores da economia desta microrregião, causa uma “movimentação urbano-rural” que parece estimular uma nova regionalização baseada na modernização desigual dos municípios, baseada no fato de alguns responderem mais rapidamente à localização do centro político-econômico e administrativo, outros de aproveitarem melhor suas maiores densidades populacionais, e outros, ainda, por apresentarem mais potenciais de recursos naturais ou “urbanos” para um possível rearranjo territorial que possa contribuir para um novo *design* do espaço microrregional.

A imposição capitalista (mesmo modesta), historicamente exerceu uma gigantesca pressão sobre os recursos naturais desta microrregião, trazendo conseqüências muito graves à vegetação reduzindo ou mesmo eliminando a floresta. A exploração dos recursos naturais bragantinos foi tão intensa que, nos dias atuais, a incorporação de novas áreas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias se concentra em zonas de vegetação secundária (pousios ou capoeiras), principalmente em estádios de sucessão iniciais, concorrendo para a degradação ambiental (WATRIN et al. 1998; METZGER, 2002).

Segundo Silva (2007), surgem aí duas situações graves: uma relacionada à dificuldade de as famílias praticarem o plantio de culturas anuais, sendo condicionadas a poucas opções de atividade ou a, praticamente, nenhuma chance de sustentabilidade; e outra relacionada às dificuldades dessas famílias iniciarem outros sistemas de uso da terra, considerando, que muitas vezes os lotes não dispõem mais de áreas com condições de uso agrícola. Significando que a sustentabilidade das atividades

agropecuárias nesta microrregião situa-se na dependência do sistema tradicional, baseado em períodos de espera para recomposição da vegetação (pousio), não mais suficiente porque as famílias cresceram e suas áreas diminuíram, dificultando a recuperação dos estoques de nutrientes e matéria orgânica do solo utilizado no período agrícola (KATO et al. 2006; METZGER, 2002).

4. A MICRORREGIÃO BRAGANTINA FACE ÀS BARREIRAS E ÀS OPORTUNIDADES

Em meio aos problemas de ordem ecológica, social e econômica causados pela colonização que deu origem à microrregião Bragantina, emerge como oportunidade a sua localização no contexto regional e nacional. A distância em relação aos mercados nacionais e internacionais, no âmbito estadual é compensada pela proximidade com a Região Metropolitana de Belém, onde consumidores seguem a tendência brasileira que por sua vez absorve as propostas mundiais em consonância com a estabilidade da economia, a despeito dos reflexos atingirem os setores de escoamento, processamento e distribuição de seus produtos extrativos, agrícolas e pecuários.

Atualmente seus produtos encontram nichos de mercado importantes que os valoriza, mas as vantagens comparativas relacionadas à proximidade com os centros consumidores e exportadores, a presença de infraestrutura (indústrias de beneficiamento, transporte etc.) e de energia são condições que podem aumentar ou diminuir os ganhos dos produtores. No caso desta microrregião, a proximidade com algumas cidades contidas pelo circuito do consumo, a estrutura de produção de matérias-primas para alguns produtos regionais, o custo da terra, da mão-de-obra e a adoção de novos sistemas de produção, com alternativas concentradas na agricultura de ciclo rápido são vistas como oportunidades.

Como a aplicação de recursos técnicos, tecnologia e capital varia muito em função dos “lugares regionais”, o potencial de produção não é o mesmo para todas as microrregiões e nem para os seus municípios. Isto diferencia o potencial dos municípios bragantinos, nos quais os maiores reflexos se fazem sentir sobre a produtividade dos seus solos, sugerindo uma perspectiva negativa. Por isto, mais que a instalação de uma rede de indústrias, a sua dinâmica depende da vontade política de governos e da

presença do Estado como mediador de empreendimentos, que, neste caso, devem ser de pequeno a médio porte, e sob uma política de combate à elevação do custo da matéria-prima e à dependência do setor externo, que tem imobilizado os objetivos locais em relação ao plano regional.

A precariedade das regiões paraenses inclui a falta de aproveitamento de vantagens comparativas como a da localização da microrregião Bragantina às proximidades de Belém, com fácil acesso para o Nordeste e outras regiões do Brasil, desde Ratzel (COSTA, 2008) considerada primordial para estabilidade regional. Isto fez parte do argumento da proposição de um plebiscito, em 2011, pela fragmentação do Estado do Pará em três unidades. Segundo o Estudo N° 1.527, de 2011 referente à STC n° 2011-04755 do Senado Federal do Brasil, essa fragmentação produziria vantagens para o país, para a população e para a economia dos estados do “Carajás”, “Novo Pará” e “Tapajós”, mas também situações críticas relativas à representação no Congresso Nacional (SENADO..., 2011).

As reações presentes nesse estudo continham substâncias políticas e de governos que pouco significado davam ao espaço físico objeto da divisão, mas expunham um espaço relativo e subjetivado, repleto de vieses ideológicos significantes dos interesses políticos hegemônicos (SANTOS; SILVEIRA, 2001) com os quais se constitui o poder de base econômica, e o controle social salvaguardado pela manutenção da identidade nacional realizada pelos estados mais poderosos e mais representativos da União.

A grande preocupação dessas unidades nacionais com a criação dos novos estados situou-se na elevação da representação da região Norte do Brasil que passaria de 21 senadores para 27, crescendo 6 senadores e aumentando em 5,11% a representação de sua bancada no Senado Brasileiro, o que seria muito significativo no Congresso Nacional. Sobretudo porque também ocorreria aumento da bancada na Câmara Federal. Uma vez que, dividindo os 190 732 694 de brasileiros (IBGE, 2012) pelas 513 vagas da Câmara, o coeficiente seria de 371 000 habitantes por deputado. Como, de acordo com o estudo, o “Novo Pará” ficaria com 64% dos 6 192 307 habitantes do estado do Pará (IBGE, 2012), ou seja, com 3 963 076 habitantes, ficaria com 13 deputados federais, enquanto os estados do Carajás e do Tapajós, por força da regra, ficariam, com 8 cada um, elevando a bancada para 29, acrescida em 12 deputados sem alterar o tamanho do espaço físico envolvido.

Esta projeção foi vista como uma ameaça para os estados que perderiam as 12 vagas, uma vez que o número de deputados federais é fixo

em 513. E a atual representação, apenas do Estado do Pará que é de 3,3%, se elevaria para 5,6%, forçando a Câmara Federal a alterar a composição das bancadas de alguns estados para cessão dessas vagas aos Estados criados. Os estados do Sul e do Sudeste, que possuem as maiores bancadas, também agiram em favor de seus interesses, e através de alguns setores da Federação assumiram a função de disciplinar as relações recíprocas entre os poderes políticos nacional, regional e local, chamando para si a discussão acerca da delimitação do espaço geográfico que serve de contexto para a orientação dos governos nos cenários regionais.

Partiram de uma visão não muito precisa de que as relações interregionais forçosamente envolveriam os sistemas locais, e consideraram a diversidade de situações socioeconômicas contidas na proposta e em cada região geográfica, inapropriada aos atuais preceitos geopolíticos. Sabiam, é claro, que o espaço físico pode ser menor do que o espaço relativo como explicam Castro (2005), Costa (2008), e, particularmente, Soja (1993), ao demonstrar que pela premissa geopolítica: “a expansão territorial, não apenas ocorre no modo físico, mas também no modo subjetivo”. Portanto, a redução do espaço físico do Pará poderia representar um crescimento do espaço simbólico da região Norte do Brasil, a fragmentação do território deste Estado seria a espacialização do poder regional ampliando-se a partir da totalidade de cada fração territorializada que se constituiria em parte importante do poder expandido que influenciaria outros espaços, inclusive o nacional.

A percepção disto confrontou o interesse regional com o nacional e revelou uma política que transcende o domínio do solo estatal proposto por Ratzel (COSTA, 2008), de um lado, porque atribui a dificuldade do poder do estado do Pará à falta de harmonia entre o domínio de seu solo e a sociedade, considerando que o seu potencial econômico assenta-se na forma de repositório de recursos naturais, mão-de-obra de baixo custo, exportação de matérias-primas e produção de energia elétrica, que não garantem receitas ao Tesouro Estadual; e de outro, porque a fragmentação dessa unidade da Federação para criar outras, numa região menos expressiva, significaria riscos de fragmentar também o poder das unidades hegemônicas, e isso era inadmissível para os estados “ricos” da Federação.

A aritmética utilizada não admitiu que a função de expansão do Estado ratzeliano (COSTA, 2008) pudesse ser distorcida para que as “fronteiras móveis” determinadas pela capacidade política de ampliação ou manutenção do território fossem movidas para encurtar o espaço físico, ao invés de ampliá-lo. Sobretudo porque para além do espaço físico o espaço

relativo contribui para que a disputa entre grupos e classes materialize o poder na organização do território, adequando os objetivos das lideranças à estratégia do grupo hegemônico que controla, permeia e submete a sociedade no nível da disputa, tendo em vista que o viés político é a base institucional da sociedade que se apresenta tanto mais complexa quanto mais a sua política territorial se materializa em organizações de interesses (CASTRO, 2005).

No estado do Pará essas organizações ainda seguem o espírito dos extrativistas e dos agricultores itinerantes do início da colonização da Amazônia, e na microrregião Bragantina transformaram as ações sociais, econômicas e ambientais em argumentos da política territorial que atravessou a história, desde a Estrada de Ferro de Bragança (EFB), no começo do século XIX, implantando uma prática agrícola baseada em pousio, orientada para o suprimento da cidade de Belém e de outras (CARVALHO, 2009).

A microrregião Bragantina, nos anos 1940 e 1950, recebeu um grande contingente de imigrantes, particularmente colonos do Nordeste e do Sul do Brasil integrados à abertura dos novos eixos rodoviários, dos programas da colonização oficial e dos grandes projetos, os quais foram os maiores responsáveis pela formação de um “campesinato” mais moderno neste estado (HURTIENNE, 2006). Na verdade uma categoria produtora de bens alimentícios que levou o estado do Pará e, particularmente a zona Bragantina, a uma situação historicamente condicionada a políticas de interesses, muitas vezes, conflitantes que caracterizam a microrregião Bragantina até hoje.

A manutenção da centralidade na cidade de Belém obrigou a microrregião Bragantina a uma inércia que traspassou o microcosmo da mesorregião Nordeste Paraense, marcando seus produtos extrativos, agrícolas e pecuários com a falta de alinhamento as exigências dos grandes empreendedores, ao mesmo tempo em que dificultou a implantação de formas alternativas de produzir e relacionar-se com o mercado. Mesmo assim os produtos da microrregião Bragantina podem ser valorizados pela proximidade de centros consumidores, pelo favorecimento do clima tropical que pode determinar momentos de entressafra em relação a outras regiões produtoras e pelo apoio da pesquisa e da extensão que se fazem presente em muitas de suas unidades municipais.

Por conta de sua história, a microrregião Bragantina, às vezes, se confunde com a zona Bragantina, que se especializou em culturas alimentícias como o arroz (*Oryza sativa*), o feijão caupi (*Vigna unguiculata*), a

mandioca (*Manihot esculenta*), e o milho (*Zea mays*), mas muitas outras culturas influenciaram, de modo significativo, a sua economia como o algodão (*Gossypium hirsutum*), que teve uma rápida expansão entre os anos 1930 e 1950 pressionando a floresta equatorial e reduzindo muito o tempo de pousio, de suas terras para apenas três anos (SANTANA, 2008).

A partir dos anos 1960 o pousio aumentou devido a um colapso no algodão contribuindo para a recuperação da fertilidade do solo. De acordo com Santana (2008), isto coincidiu com a chegada da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) que por 15 anos fixou-se em áreas de produtores japoneses capitalizados, afirmando o mesmo autor que, só em pequena escala, em áreas de pequenos produtores causou degradação ecológica, mas de pouca extensão porque, mesmo nos anos de maior produção da pimenta-do-reino, ela só ocupou 16% da área plantada.

Uma política agrária que contribuiu para a introdução de novas variedades de algodão o colocaram numa nova fase, nos anos 1970 e 1980, resultando em significativos impactos negativos sobre o solo. Todavia, já no ano de 1989, essa política elevou a comercialização de produtos agrícolas da microrregião Bragantina a mais de 60% entre os pequenos produtores e 90% entre os médios (SANTANA, 2008). Segundo este autor, o volume de culturas anuais comercializado foi maior do que o consumo próprio (principalmente o da farinha). Santana (2008) afirma que também as culturas perenes (açai – *Euterpe oleracea*, caju – *Anacardium occidentale*, cupuaçu – *Theobroma grandiflorum*, laranja – *Citrus sinensis*, murici – *Byrsonima verbascifolia*), pimenta-do-reino, urucu – *Bixa orellana*, e outras), além de algodão, feijão caupi, mandioca e maracujá (*Passiflora sp*) tiveram um papel importante no rendimento financeiro, inclusive para os pequenos e micro-produtores familiares de áreas minúsculas (SANTANA, 2008).

Os municípios desta microrregião ainda apresentam uma fraca performance se comparados a outras fronteiras onde os sistemas de produção integram a agricultura a pecuária de pequeno porte. Santana (2008) constatou que durante os anos 1970 e 1980, instalou-se na microrregião Bragantina, uma forte tendência de implantação de fazendas de gado, e plantações de pimenta do reino e dendê, segundo ele, em terras compradas dos pequenos produtores, ressaltando que, já no início dos anos 1990 uma grande parte das pastagens estava degradada e a maioria dos pimentais abandonada, só recuperados recentemente. Afirma que somente a área de dendê aumentou de modo considerável.

Os estabelecimentos da agricultura familiar não alcançam o grau de complexidade sugerido pela produção voltada ao mercado, mesmo no nível

regional. Mas apesar das tendências contraditórias entre micros, pequenos e médios produtores, não houveram mudanças significativas na estrutura fundiária da microrregião Bragantina. Segundo Hurtienne (2006), o Censo Agropecuário de 1996 mostra que os estabelecimentos familiares de até 200 ha compunham 98,8% do total das unidades de produção e ocupavam 81,2% do território regional, e que a maioria dessas unidades (58,3%) possuíam áreas entre 20ha e 50ha, ocupando 56,5% da microrregião. E num extrato mais ampliado encontrou 27,6% das unidades representando minifúndios de até 10ha de superfície, os quais representavam apenas 3% do território desta microrregião.

Ocorreu ainda, que a redução da capacidade ecológica dos solos desta microrregião incorporou uma baixa sustentabilidade econômica dos sistemas de produção e isso, de acordo com Santana (2008), criou uma impossibilidade tão forte que obrigou uma parte expressiva de pequenos e microprodutores a venderem suas terras para produtores mais bem situados, inclusive a alguns que já praticavam cultivos extensivos, culturas perenes e a criação de gado, aumentando muito a concentração das terras, o que de acordo com Hurtienne (2006), citado por este autor, corrobora o ciclo de fronteiras clássicas.

No que se refere aos cultivos extensivos, a maioria concentra-se em culturas anuais, com destaque para o feijão caupi e a mandioca; o cultivo perene está representado pela pimenta-do-reino, por algumas frutíferas e agora pelo dendê que começa a se instalar; a pecuária, por um lado, concentra-se em poucas propriedades de áreas constituídas pela compra de terras de muitos dos pequenos produtores, e na criação de um “gado de corte” sem referência, sobretudo nos municípios de Bragança, Capanema e Primavera, onde se concentram as maiores propriedades voltadas a esta atividade, que conta também com a introdução de raças para produção de leite.

O rebanho leiteiro, além de muito modesto, esbarra numa das principais características dos sistemas leiteiros desenvolvidos na Bragantina, a baixa produtividade média por vaca, que segundo Embrapa (2012), está em torno de 4-5 litros por dia, atribuída por Simão Neto et al. 1989 e Tourrand et al. 1998, citados por esta empresa à alimentação deficiente em quantidade e qualidade, além de baixo padrão genético.

Isto coloca a agricultura e a pecuária desta microrregião num nível de insipiência, apesar do tempo de algumas unidades de produção e da permanência de alguns produtores tornados clássicos nesses sistemas. A Embrapa (2012) explica que o uso dos recursos naturais e a tecnologia

adotada na atividade leiteira da microrregião Bragantina são, geralmente, inadequados, particularmente, o manejo sanitário e a alimentação das vacas.

Esta empresa de pesquisa afirma ainda que o baixo rendimento pecuário desta microrregião é reflexo do baixo conhecimento técnico dos produtores, que acumulam baixa produtividade dos sistemas adotados a despeito do potencial forrageiro das pastagens, que em condições extensivas contribui para um custo de produção, considerado dos mais baixos do Brasil, cerca de US\$ 0,08/litro, segundo Machado (2000), citado pela Embrapa (2012) que estima também que isso vem atraindo investidores do setor de laticínios por conta dessa importante vantagem comparativa da produção leiteira para as propriedades familiares.

No âmbito interno uma barreira se interpõe a essa microrregião, o próprio consumidor regional que prefere os produtos industrializados importados, mesmo porque a qualidade do leite *in natura* e de produtos leiteiros caseiros produzidos na região suscita dúvidas sobre a higiene na manipulação ou adulteração entre a ordenha e a comercialização (EMBRAPA, 2012). Ainda assim, a Embrapa considera a produção leiteira da Bragantina de grande relevância socioeconômica, por envolver um estrato de produtores prioritários nos programas estaduais e federais e por ser um produto dependente de importação relacionado com a dieta e a saúde de populações paraenses.

Nos últimos anos, algumas medidas governamentais alcançaram os interesses dos produtores da microrregião Bragantina, com destaque para os pequenos produtores, dentre elas, a disponibilização dos programas de financiamento especiais do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Norte (FNO), do Fundo de Desenvolvimento do Estado do Pará (FDE) e do Programa de Apoio à Reforma Agrária (PROCERA). Os quais, de acordo com a Embrapa (2012), financiaram mais da metade dos empreendimentos direcionados à atividade pecuária, especialmente para a aquisição de matrizes e reprodutores leiteiros, embora não tenha contemplado as instalações, a formação de produtores, a rede de transformação e comercialização de produtos elaborados com leite. E nem a produção de carne e de produtos agrícolas como frutas tropicais, legumes e verduras.

5. CONCLUSÃO

A microrregião Bragantina apresenta tipos sociais, modos de produção e estrutura fundiária típicos da antiga zona Bragantina, resquícios do tempo em que os grandes proprietários de terra se instalaram nas melhores áreas, ocupando a periferia do centro regional (Belém), de onde passaram a controlar politicamente parte substantiva do poder nos locais de apoio a colonização do governo da província do Grão-Pará, cuja política territorial ao visar a expansão da fronteira agrária, contribuiu para desagregar o sistema que dividiria o espaço físico entre grandes e pequenos proprietários.

A integração de imigrantes europeus e brasileiros acabou por consolidar uma exploração que pressionou intensamente os seus recursos naturais, com destaque para a quase extinção da floresta tropical e para a depauperação dos seus solos que, atualmente, mal sustentam a sobrevivência de algumas famílias de colonos vinculados à produção de farinha de mandioca. Isto tem a ver, principalmente, com a presença dos colonos nordestinos que inseriram a prática de uma agricultura de *derruba e queima da vegetação florestal* para plantar, em todos os municípios desta microrregião, embora alguns tenham como principal atividade a pesca: municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Primavera e Quatipuru, dada sua proximidade com a costa atlântica.

Por outro lado, a microrregião Bragantina é o *locus* do “caboclo bragantino” que resultou do cruzamento dos europeus com índios locais. É esse caboclo que ainda tenta uma coexistência pacífica com os ecossistemas locais, valorizando as características socioculturais que fizeram da Zona Bragantina um dos berços da *ecocivilização amazônica*. Essa miscigenação fundou e, ainda transmite essa cultura pela significação dada aos conjuntos materiais, aos saberes e aos costumes que permeiam, desde os “lugarejos”, as vilas, os povoados, até as cidades, onde resistem aos valores impressos por civilizações diferentes que impactaram o padrão cultural, antes compartilhado pelos habitantes nativos e seus descendentes.

Dentre os novos valores culturais, a agricultura emerge como deflagradora de um desenvolvimento, agora visto como retrógrado por ter usado as terras bragantinas, que eram as mais conhecidas naquele tempo, para a produção exclusiva de alimentos para as cidades de Belém, Bragança, Santarém, Manaus, e outras, sem uma perspectiva para o futuro que é agora. Num processo contínuo de ocupação de terras levou a cobertura vegetal original desta microrregião à exaustão, e, em consequência, reduziu a

capacidade produtiva de seus solos. E, em seu devir histórico, também imprimiu uma característica indelével a sua identidade, a qual tem contribuído para a sua fraca inserção no mercado – a pequena produção familiar.

Não se está dizendo que essa modalidade de agricultura seja degradadora do ambiente de produção ou inadequada ao mercado, mas porque, na maioria dos casos, ela estagnou no setor da subsistência, talvez porque sua base inicial assentou-a em sistemas de cultivos alimentares cíclicos e dependentes de pousio em pequenas áreas de terras, que não suportaram o crescimento das famílias, encurtando o tempo de recuperação do solo, que de 20 a 10 anos reduziu-se a 4 e até a menos de 2 anos, significando que, se nada for feito para resgatar os micros e pequenos produtores desprovidos de capital, assistência jurídica e, até de conhecimentos técnicos para as suas atividades, eles perderão de vez as suas possibilidades de integração regional, retomando o êxodo rural, por conta da incorporação de suas terras às propriedades maiores, extinguindo em definitivo esse tipo de agricultura.

Para além de vítimas da colonização que os atrasou, esses produtores também respondem a uma “nova ordem” colonizadora que, ao remover a dinâmica primitiva da produção de alimentos, gerou tensões no interior de suas comunidades propondo outras formas de organização segundo a qual o controle dos conflitos sociais e territoriais, antes mediados por um exercício de solidariedade e por objetivos comuns dos comunitários, agora são pautados por disputas que revelam grupos e até classes organizadas em torno de projetos particulares de integração de territórios e/ou de capitais alheios aos seus interesses.

Por suas próprias naturezas esses produtores são dispersos no território e, no máximo são mantidos articulados por processos de exploração que os submetem aos maiores proprietários de terras, geralmente bem localizados e associados a grupos de poder regional, usufruindo das técnicas e práticas desenvolvidas por instituições de pesquisa e extensão rural, as quais, quase sempre, não alcançam os micros e pequenos. São, portanto esses médios produtores os capacitados a transformar o cenário atual dessa microrregião, mas essa transformação só ocorrerá de modo positivo a eles próprios, uma vez que as políticas de desenvolvimento do Estado, no geral, são definidas sem a participação de todos os produtores, portanto, preterindo micros e pequenos do plano de estabilização regional.

Contudo, essa transformação pela via da produção agropecuária pode pautar-se em condição progressiva ou retrógrada, mas esse

condicionamento não depende apenas dos produtores dessa microrregião, e sim, fundamentalmente, de uma dialética segundo a qual o “progresso” se realiza na própria realidade, por isso as formas de resistência de algumas categorias de produtores devem ser consideradas, para além de um reflexo das grandes contradições que envolvem o potencial de uma transformação, como valorização das estruturas de classe que se multiplicam no espaço-tempo da microrregião. As mudanças não podem ser benéficas para a região se os modos de vida das pessoas que a habitam não forem considerados produto material da sua própria integração, se os valores culturais desses atores e a natureza alterada por eles durante o processo de territorialização das instâncias sociais, históricas e econômicas não fizerem parte dessa possível intervenção política.

Não se trata de uma autonomia da microrregião, com o risco de torná-la enclave no contexto do Nordeste Paraense, mas também não de um processo que justifique a fragmentação geopolítica do estado do Pará pleiteada em plebiscito de 2011, apesar de a projeção demonstrar que a nova configuração influenciaria nas barreiras e oportunidades com provável saldo positivo para as oportunidades, por conta de um aumento da representação política da microrregião, tendo em vista que isto rearticulária grupos internos e promoveria outros, que mesmo sem relação com o poder central (do estado e/ou da União) incorreriam num confronto de interesses internos que desarmonizariam objetivos locais e travariam processos importantes para o crescimento econômico e social, não demonstrados na discussão acerca do plebiscito.

Por mais que a proposta de fragmentação apontasse uma maior concentração populacional nesta microrregião, e se isto ocorresse, pudesse justificar mais recursos para infraestrutura e assistência às populações bragantinas, a eficiência dos setores institucionais do novo estado para atender as demandas desta microrregião estaria na dependência de uma barganha política no Congresso Nacional. E não se pode esquecer que o número de deputados federais do novo estado seria menor que o do atual, portanto, aumentaria a dependência do mesmo as negociações com os outros estados da microrregião. No entanto, não se quer emitir juízo a favor nem contra, considerando que a divisão do estado também possibilitaria haver maior interesse pela possível “vocação” da microrregião Bragantina à pequena produção familiar, mas também exigiria muito esforço para reduzir o conflito mais evidente nesse rearranjo, que é o da relação entre as maiores áreas destinadas a agricultura de resultados e a necessidade de terras, capital e assistência técnica reclamada pelos micros e pequenos produtores.

Lembrando, contudo, que essa microrregião não é um dos maiores palcos da grande empresa rural.

Para cá da proposta de fragmentação do Estado entende-se que o desenvolvimento possível para essa microrregião se assenta em produtos já consolidados como o feijão caupi e a mandioca; a criação de gado em áreas de pequenos produtores, aproveitando-se, principalmente os campos higrófilos de várzea (campos naturais), na condução de um plantel para produção regional de leite e criação de pequenos animais, além de cultivos perenes e implantação de sistemas agroflorestais (SAF) ou sistemas alternativos, respeitando as desigualdades geográficas que perpassam seus treze municípios.

O crescimento econômico e social desta microrregião pode ser alavancado por meio da articulação de seus potenciais locais com as oportunidades oferecidas por regiões externas integrantes de um circuito de mercado aberto ao acesso. E por um planejamento mediato que deve integrar sua localização com sua densidade demográfica e experiências em sistemas mais adequados às técnicas e à ciência. Tendo claro que não é só à distância ou a disponibilidade de recursos da natureza, nem mesmo o nível intelectual e tecnológico da população que dificultam o crescimento, mas, em particular, o conflito entre prioridades reclamadas à cada realidade e a dificuldade de atender as urgências com os investimentos, sobretudo se os mesmos estiverem arbitrados para áreas de influência de um ou de outro setor determinado politicamente pelas lideranças locais.

Os outros componentes que devem ser minimizados por este tipo de planejamento são a carência de infraestrutura de transporte e energia elétrica, e a baixa oferta de capital que aparentemente vêm retardando o desenvolvimento da microrregião Bragantina, tendo em vista que os investidores e as corporações conseguem com muita facilidade atrair a atenção dos governos para o aparelhamento da região segundo seus interesses. Portanto, entende-se que a dificuldade está nos critérios de dotação dos recursos disponíveis, e na função político-territorial que cumpre o capital quando requisitado as diferentes demandas.

6. REFERÊNCIAS

CARVALHO, João dos Santos. **Modelagem para inserção de Sistemas Agroflorestais (SAF) na paisagem rural do município de Tracuateua-**

PA. 2009. 222f. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2009.

CASTRO, I. E. de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica**: discursos sobre o território e o poder. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

EMBRAPA. **Criação de gado de leite na zona Bragantina**. Belém: Embrapa – Amazônia Oriental _ Sistemas de Produção, 02/ISSN 1809 versão eletrônica, dez./2005 Disponível em: www.paesmonteiro.com/o-para.html. Acesso em: 05 jun. 2012.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71 jun. 2006.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil, 1960**. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=1. Acesso em: 21 jun. 2012.

IBGE. **Censo demográfico do Brasil, 2010**. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=15&dados=1. Acesso em: 27 ago. 2012.

KATO, O. R.; et al. Uso de agroflorestas no manejo de florestas secundárias. In: GAMA-RODRIGUES, A. C. et al. (ed.) **Sistemas agroflorestais**: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 2006. p. 119-138.

METZGER, J. P. Landscape dynamics and equilibrium in areas of slash-and-burn agriculture with short and long fallow period (Bragantina region, NE Brazilian Amazon). **Landscape Ecology**, v. 17, p. 419-431, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo. Ática, 1993.

SANTANA, Diogo Rafael Moni de Moraes. **Estudo de casos na microrregião Bragantina do Nordeste do Estado Paraense**: alternativas as práticas tradicionais da agricultura familiar. 2008. 57f. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2008. Disponível em: www.if.ufrj.br/inst/monografia/Diego_Moni.pdf. Acesso em: 20 abr. 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SENADO BRASILEIRO. **Estudo Nº 1.527**, de 2011 referente à STC nº 2011-04755 do Senador Mozarildo Cavalcanti, que se refere à elaboração de um estudo sobre as vantagens de criação do Estado do Tapajós, rememorando a criação do Mato Grosso do Sul, Tocantins, Rondônia, Amapá e Roraima. Brasília: Senado Federal do Brasil, 2011.

SILVA, L. G. T. **Sustentabilidade da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária no Sudeste Paraense**. 2007. 295f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

STOLIAROV, S. **A ciência do desenvolvimento**: introdução à dialética. São Paulo: Novo Curso Editores, 1981. (Col Juvenil)

VIGEVANI, Tullo. **Terceiro Mundo**: conceito e história. São Paulo: Ática, 1990.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução da 2. ed. de Vera Ribeiro e revisão técnica de Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

WATRIN, O. S. et al. Análise multitemporal do uso da terra e suas interrelações com a cobertura vegetal em comunidades rurais do Nordeste Paraense. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 9. Santos, 1998. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 1998. 1 CD-ROM.

TERRITORIALIDADES PESQUEIRAS E A REPRESENTAÇÃO ESPACIAL DA PESCA NA AMAZÔNIA

*Christian Nunes da Silva
Sergio Cardoso de Moraes*

1. INTRODUÇÃO

Embora antiga, pode-se considerar que, proporcionalmente ao seu tempo de execução, a atividade pesqueira – principalmente a artesanal, teve pouco avanço tecnológico no que se refere à representação espacial dos locais onde ocorre, pois muito dessa falta de representação pode ser atribuída ao caráter “secreto”, considerado pelos pescadores, do seu local de pesca. Porém, avanços significativos foram percebidos, principalmente aqueles que possibilitaram ao pescador maiores dias de autonomia em alto-mar e novas formas de aumentar a captura de pescado, um reflexo da confecção de redes de pesca maiores e de apetrechos com mais tecnologia agregada. Além do que, a possibilidade de uso de equipamentos de posicionamento global (GPS) auxilia também a localização dos cardumes de peixe e embarcações e, com isso, na seleção do tipo de pescado que pode ser extraído, além da geração de informações sobre as melhores épocas do ano para se pescar, por espécie de pescado.

A visualização de informações pesqueiras espacializadas e a conversão em geoinformação para a análise e o diagnóstico das atividades pesqueiras, são atualmente importantes mecanismos de controle e gestão dos espaços fluviais, lacustres e marítimos. A forma que se utilizará essa geoinformação e suas geotecnologias mudará conforme o número de informações e a escala onde o fenômeno ocorre. Nesse caso, a geoinformação na pesca deve se preocupar com a coleta, manipulação e divulgação de informações espacializadas relativas à atividade pesqueira. Contudo, as pesquisas na área de geoinformação na atividade pesqueira, comumente, não adotam o nome “geoinformação” para as suas atividades de espacialização dos objetos e fenômenos estudados na pesca. Porém, utilizam técnicas atreladas à cartografia e a Geografia para a manipulação e divulgação de seus dados por meio de produtos cartográficos, comumente, representados por mapas e cartogramas. Esforços no sentido de testar novas tecnologias na pesca vêm sendo realizados em território nacional, e em

outros países (ALMEIDA PINTO et al. 2007; CALADO; GIL, 2010) na maioria das vezes no âmbito de instituições de ensino superior e ainda pouco exploradas nas instituições governamentais que monitoram ou fiscalizam as atividades na pesca (SILVA, 2008; PREPS, 2006).

Com múltiplas realidades/territorialidades, verifica-se que a atividade pesqueira é complexa. Mecanismos e técnicas, como as de geoprocessamento, tendem a otimizar as ações dos pescadores – artesanais e industriais, e do poder público, pois, apesar do “livre acesso”, é notório que na realidade os espaços de pesca possuem uma delimitação territorial “abstrata”, que requer normas e acordos entre os pescadores (RUFFINO, 2005) e que podem ser intermediados pelos organismos governamentais. Assim, as técnicas de cartografia vêm auxiliar o planejador a melhor utilizar o espaço por ele manejado, de forma a não esgotar os recursos e a otimizar os usos. Assim, este trabalho vem discutir, com base em pesquisa bibliográfica, entrevistas com representantes de organizações governamentais, colônias de pescadores e experiências de mapeamento em campo, realizadas na região amazônica, a importância das territorialidades e do ordenamento pesqueiro nessa região, mas antes, é importante discutir como a análise territorial pesqueira pode ser entendida neste trabalho.

2. AS RELAÇÕES TERRITORIAIS

Cada sociedade, ou grupo de pessoas, possui, a partir de seus objetivos próprios, posições que delimitam seus respectivos poderes no território, definindo e redefinindo suas territorialidades. Os conflitos reais e latentes entre atores sociais que possuem finalidades diversas, (re)definem os diversos territórios existentes em um espaço, mais ou menos sujeito às interferências, tanto internas como externas, de atores situados em escalas variadas, os quais tentam reorientar os territórios a partir de seus próprios interesses. Contudo, na imagem revelada de um território nem sempre se pode ver o planejamento pretendido pelos diversos atores sociais, o que demonstra a multiplicidade de interesses (multiterritorialidades?) que correspondem a ações político-econômico-sociais de atores que tentam controlar uma determinada parcela do espaço, criando uma superposição de territórios localmente estabelecidos (PALHETA DA SILVA, 2004).

Para Sack,

Territorialidad para los seres humanos es una estrategia de gran alcance geográfico de controlar a las personas y cosas mediante el control de la zona. Territorios políticos y la propiedad privada de la tierra pueden ser las formas más conocidas, pero la territorialidad se produce en distintos grados en numerosos contextos sociales. Se utiliza en las relaciones cotidianas y en las organizaciones complejas. La territorialidad es una expresión primaria geográfica del poder social. Es el medio por el cual el espacio y la sociedad están relacionados entre sí. Las funciones de cambio de territorialidad nos ayudan a comprender las relaciones históricas entre la sociedad, el espacio y el tiempo (SACK, 1986, p. 13).

Assim, a produção do território, portanto, se dá a partir do espaço, através do uso que a sociedade faz de seus potenciais sociais e ecológicos. No território, os atores sociais ao realizarem suas ações político-econômico-sociais territorializam práticas sociais para suas permanências nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por todos os atores sociais no espaço geográfico, e muitas vezes, dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território. Nesse sentido Sack (1986, p. 26), observa que:

(...) se puede observar que la territorialidad implica el intento por parte de un individuo o grupo de influir o afectar las acciones de otros, incluyendo los seres no humanos. Este es el efecto importante y que hay que destacar en la siguiente definición formal de la territorialidad. [...] territorialidad se define como el intento por parte de un individuo o grupo de afectar, influir, o controlar a las personas, fenómenos y relaciones, delimitando y reafirmar el control sobre un área geográfica. Esta zona se llama el territorio. [...] Una vez más, debe hacerse hincapié en que un lugar se puede utilizar como un territorio en un tiempo y no en otro, es decir, en la creación de un territorio que también están creando un tipo de lugar. Sin embargo,

es importante distinguir entre un territorio como un lugar y otros tipos de lugares. A diferencia de muchos lugares comunes, los territorios requieren un esfuerzo constante para establecer y mantener. Son los resultados de las estrategias para afectar, influir, y controlar las personas, fenómenos y relaciones. Circunscribir las cosas en el espacio, o en un mapa, como cuando un geógrafo delimita un área para ilustrar dónde se cultiva, o donde la industria se concentra, se identifican los lugares, áreas o regiones en el sentido ordinario, pero no por sí mismo crear un territorio. Esta delimitación se convierte en un territorio sólo cuando sus límites se utilizan para influir en el comportamiento mediante el control de acceso.

Assim, o território torna-se o *locus* privilegiado para análise das práticas de gestão territorial ou campo de poder na definição de espaços nos quais melhor se podem evidenciar o uso dos recursos pelos diversos atores sociais que estão em um determinado lugar. É no território que esses atores buscam resolver seus anseios e garantir seus acessos aos recursos, por isso lutam para ampliar as possibilidades de participação efetiva no acesso a determinado recurso ou espaço.

Neste sentido, Claude Raffestin (1993), ao tratar do território e da territorialidade, levanta a questão do poder presente no território, dizendo que:

(...) os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158-159).

A afirmação se torna significativa ao considerar que, mesmo sem a interferência do poder estatizado, a prática corrente dos atores sociais é de

agirem de forma a materializar seus anseios e suas preocupações diretamente no espaço em que vivem, seja limitando o espaço individualmente (privado), seja de forma coletiva (comunal ou grupal), o manejo e a apropriação dos recursos é primordial para que haja a identificação dos territórios. Nesse caso, não se deve pensar que a delimitação de um território ocorre aleatoriamente, pois é sempre produto do desejo e da necessidade de sobrevivência, que acaba por ser a cristalização de todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos, econômicos, políticos, sociais e/ou culturais.

Deste modo, a territorialidade/territorialização ocorre quando determinado indivíduo ou grupo de indivíduos tomam para si uma dada parcela do espaço, imprimindo poder ou a noção de posse daquele espaço delimitado abstratamente (delimitações mentais), ou concretamente (delimitações concretas, exemplo: muros, cercas etc.). Quando ocorre uma espécie de exclusão, privação e/ou precarização do território como “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à participação efetiva de membros de uma sociedade, acontece a desterritorialização do indivíduo de seu território. A desterritorialização está vinculada a uma noção de território ao mesmo tempo como dominação político-econômica (sentido funcional) e como apropriação ou identificação cultural (sentido simbólico) (HAESBAERT, 2004).

3. AS TERRITORIALIDADES DA PESCA NA AMAZÔNIA

Os estudos sobre o universo da pesca, enquanto atividade econômica na região Amazônica são variados (MCGRATH, 1993; MORAES, 1996; FURTADO, 2008), já que essa discussão se apresenta como transdisciplinar e que é apropriada por várias áreas do conhecimento, tanto pelas Ciências Sociais, quanto pelas Naturais. Todavia, é importante que se façam análises com os instrumentos geográficos, tais como a relação sociedade-natureza e a gestão de territórios nas atividades pesqueiras. Nesse sentido, as territorialidades criadas pelos pescadores são exemplos da reprodução do modo de vida dos indivíduos em determinado espaço, em territórios específicos, que demandam relações de poder e o uso sobre um determinado recurso (SACK, 1986).

No capitalismo, um dos fatores que possibilitam essa ocupação imaterial e simbólica do território é o tipo do recurso que está disponível para o consumo humano, isto é, que dependem da procura do mercado

consumidor e tem reflexo direto no valor do produto demandado pela sociedade. Na análise da territorialidade das atividades pesqueiras, apesar das técnicas e dinâmicas atribuídas aos recursos aquáticos (SILVA, 2008; 2009), o fator preponderante que determina o uso do recurso é sua disponibilidade, relacionada a diversos fatores que influenciam na mobilidade pesqueira ou em sua fixação (no caso de alguns apetrechos).

Assim, o uso de diversos apetrechos¹ também pode determinar a abrangência da territorialidade dos pescadores – sejam usos de redes, caniços, ou outros. Dessa forma, de acordo com o tipo de apetrecho, o seu território será delimitado, sendo que se esse território for “invadido”, por “pescadores de fora” (SILVA, 2008) poderá haver consequências, devido à sobreposição de territórios e a desconsideração dos territórios já condicionados em comum acordo por seus usuários (D’ALMEIDA, 2006), tendo como reflexos os conflitos entre os indivíduos. Esses conflitos podem manifestar-se de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com ribeirinhos, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas, e outros usuários, dependendo na maioria das vezes da escala geográfica onde a pesca se processa. Essas características devem ser consideradas na elaboração de políticas públicas direcionadas ao setor pesqueiro.

Não se pode desconsiderar que na Amazônia as diferentes escalas de atuação socioespacial estão interrelacionadas (multiescalas?) com a forma de apropriação do espaço e de uso racionalizado dos recursos naturais, de modo que exista uma superposição de territórios e de uso dos recursos naturais. Um exemplo desse processo diz respeito à normatização de atividades pesqueiras por meio de acordos entre os pescadores, que utilizam ações específicas para determinar sua área de vivência e sobrevivência na busca cotidiana por recursos (RUFFINO, 2005; D’ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2006). Esses pescadores procuram, portanto, realizar uma reestruturação do espaço, baseando-se na delimitação de seus territórios, o que muitas vezes não coincide com a delimitação de outros grupos e até mesmo das instituições públicas.

Ao territorializarem-se, os pescadores já propõem uma forma de ordenamento territorial², ou seja, um “ordenamento pesqueiro”

¹ Equipamentos usados na captura de pescado.

² O conceito de ordenamento deve ser aqui entendido como a ação e o efeito de colocar as coisas no lugar que achamos adequados, tendo o Estado (Poder Público) e todos os indivíduos membros de uma sociedade que agem em um determinado território (SOARES, 2009).

compreendido segundo um conjunto de ações empreendidas pelos próprios pescadores e reconhecido pelo poder público (RUFFINO, 2005), de modo que o objetivo principal das atividades relacionadas desse ordenamento está em desenvolver mecanismos que visem o uso sustentável dos recursos pesqueiros, verificando a necessidade regional, de forma a equacionar os conflitos causados pela apropriação destes recursos. Assim, Ruffino (2005) informa que uma das diretrizes estratégicas principais que norteiam o processo de ordenamento pesqueiro deve estar focada no embasamento do processo de gestão com base no conhecimento técnico científico e na participação dos usuários dos recursos pesqueiros. O processo de ordenamento leva em conta as tecnologias existentes e disponíveis e o conhecimento científico, elaborado como ferramenta para a aplicação de técnicas de manejo sustentáveis, tanto para o homem, quanto para os recursos naturais explorados. Dentre as tecnologias, as ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto, além de outras geotecnologias, demonstram grande potencial para auxiliar no ordenamento e no manejo pesqueiro em toda a região Amazônica.

O estudo de ordenamento pesqueiro pode se beneficiar muito do avanço tecnológico na modalidade geotecnológica (IRIGARAY, 2005). Podem essas técnicas vir como uma contribuição ao atual modelo de ordenamento territorial pesqueiro na região Amazônica. Considera-se que são importantes subsídios para a proposição de novas formas de planejar a atividade pesqueira, sob a rápida evolução da chamada ciência da geoinformação nos últimos anos. Sua aplicação pode servir de instrumento de apoio à formulação de políticas públicas que objetivem a análise do melhor uso dos recursos naturais, de forma a minimizar a esgotabilidade, estimulando o manejo por período indeterminado.

4. REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E OS TERRITÓRIOS PESQUEIROS

Abstratamente, os territórios de pesca se revestem de uma carga normatizadora que não necessariamente “está escrita”, mas sim compreendida entre os usuários de determinado território (SACK, 1986). Esse território “antropológico” (LITTLE, 2002), que considera o rio enquanto um *continuum*, que faz parte do cotidiano ou da vivência dos indivíduos (TIZON, 1996), muitas vezes não é considerado no momento da definição de políticas públicas. Contudo, os territórios de pesca devem ser

relacionados com os preceitos espaciais que permeiam a porção apropriada por diversos atores – entre estes os pescadores, no momento da elaboração de políticas pesqueiras.

Dessa forma, revelam-se nesse contexto os territórios de pesca, comumente chamados de *pesqueiros*, nos quais indivíduos integrantes das colônias de pesca – ou outro tipo de associação, se utilizam de um determinado espaço para a extração dos recursos. Outros personagens surgem também para concorrer com os pescadores, e nesse caso, as atividades realizadas pelos pescadores industriais, esportivos, são entendidas simultaneamente com os demais usuários, como um ordenamento e gerenciamento do recurso sob a influência de todos os indivíduos que o usufruem.

A maioria dos conflitos identificados em pesquisas sobre pesca em pequenas e médias áreas estão diretamente relacionados com as territorialidades dos pescadores, pois se tratam de conflitos por espaços determinados – territórios, e pelos recursos naturais existentes nesses espaços. Como reflexo, nos últimos anos em locais onde existem conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e à falta de gerenciamento desses recursos, como na região amazônica, surgiram regulamentos e normatizações propostos pelos pescadores e, posteriormente, corroborados por instituições públicas que trabalham com a pesca (IBAMA, secretarias municipais etc.). Desse modo, os chamados acordos de pesca tornaram-se uma realidade em diversas localidades da Amazônia (RUFFINO, 2005; SILVA; BEGOSSI, 2004).

Na Amazônia paraense a atividade pesqueira está presente em quase todo o seu território, e as diferentes formas de uso desse recurso revelam a territorialidade dos pescadores, possibilitando entender os processos pelos quais as suas práticas tornam-se regras sociais de convívio, e ao mesmo tempo de conflitos gerados pelas diferentes formas de uso dos recursos, a despeito de reconhecer legalmente a prática exercida pelos pescadores, o que se reflete na garantia de melhorias para o trato ou manejo do pescado, com providências tomadas para este fim, como exemplificam os processos de comanejo e acordos de pesca (CASTRO, 2004; FURTADO, 1994; RUFFINO, 2005; MCGRATH, 1993; MCGRATH; CÂMARA, 1995), que podem beneficiar diretamente esses atores e a sociedade em geral.

Nesse caso, as propriedades privadas, comunais ou estatal (FEENY et al. 2001) ou mesmo as estratégias de cogestão, ou comanejo (MCGRATH, 1993) entre estas, são formas de manejar os recursos pesqueiros na atualidade. Contudo, na Amazônia, podem-se destacar as

estratégias de comanejo, como promissoras para a preservação dos recursos pesqueiros, pois integram os conhecimentos das populações tradicionais de pescadores às estratégias de exploração, através do compartilhamento de responsabilidades, onde o governo e as comunidades dividem o gerenciamento dos recursos naturais locais. Essa tendência vem a somar com os estudos realizados em diversos locais do mundo (MOLLER et al. 2004; BERKES, 2006; BERKES et al. 2006; BERKES; DAVIDSON-HUNT, 2010) e também no Brasil (D'ALMEIDA, 2006; RUFFINO, 2005; CASTRO, 2004), que demonstram a capacidade que as comunidades possuem no gerenciamento dos recursos naturais e o ordenamento territorial pesqueiro, atenuando conflitos internos e aumentando a produção e a renda das comunidades.

Em se tratando de ordenamento pesqueiro, a cartografia também pode ser muito útil, pois, como se trata de um ambiente que pode ser espacializado, este pode ser representado cartograficamente em um ambiente computacional. Contudo, o que se observa é que nessa atividade as técnicas de geoinformação ainda são tímidas, pouco exploradas e sem a visibilidade necessária para melhorar o gerenciamento dos recursos pesqueiros no território nacional, sendo necessário o conhecimento prévio dos locais de pesca – os pesqueiros, para se poder cartografar as atividades pesqueiras e suas territorialidades.

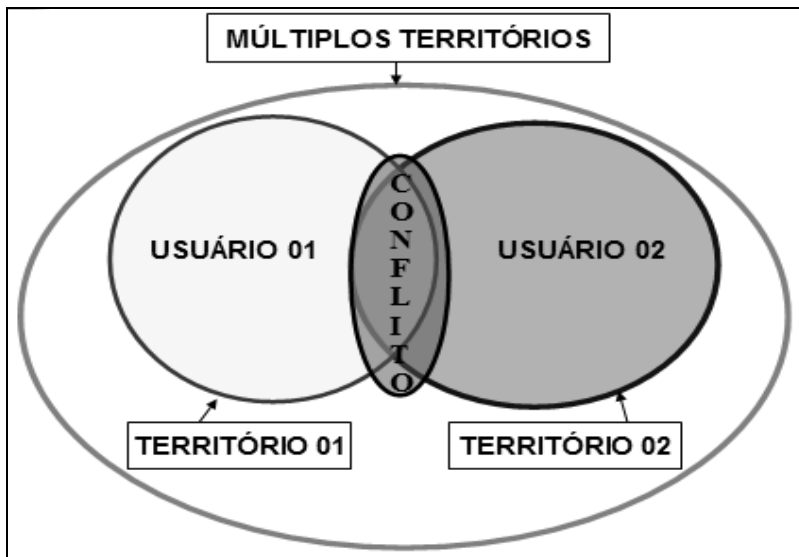
Nesse sentido, a relação cotidiana dos pescadores com o espaço onde vivem resulta na territorialização dos ambientes aquáticos, desde que haja uma relação de posse do mesmo. Apesar de, em alguns momentos, esses espaços territorializados não serem reconhecidos pelo poder público, há a noção de respeito entre os pescadores e/ou outros usuários. Desse modo, na pesca, essa apropriação dos espaços não se dá de forma aleatória, mas sim de acordo com a orientação de fenômenos socioambientais que direcionam as atividades humanas para um determinado fim, seja em busca de recursos naturais, ou pela ocupação e uso sócio-político do espaço para a agregação de valor ao “uso da terra”. Quando se tem a apropriação do espaço por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, se configura as relações de poder e de posse sobre aquele espaço, que se torna território. Nesse caso, o conceito de território demonstra-se como de fundamental importância para se entender os processos de ordenamento que se pretende para determinada atividade, pois a noção de ordem está relacionada à questão de uso e poder, no espaço geográfico, a partir da delimitação territorial.

O reconhecimento das territorialidades das atividades pesqueiras, com toda sua técnica e arte de pesca, assim como a apropriação dos

recursos naturais em geral, fazem parte dos costumes. Logo, fazem parte dos modos de vida que caracterizam os territórios de pesca. Raffestin (1993), em seu estudo sobre o território, afirma que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível e ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente, esse ator “territorializa” esse espaço e passa a usufruir dos recursos do novo território conformado. Porém, no caso da pesca, é importante verificar que quem se territorializa é o pescador, pois deste pressupõe-se uma ação, onde o pescado é apenas o recurso natural existente no espaço, existente enquanto suporte e sem intencionalidade.

Assim, um dos fatores que permitem a efetivação de territorialidade na atividade pesqueira são os usos dados aos equipamentos de pesca – os apetrechos, usados na captura das espécies ictiológicas, que requerem um espaço delimitado de atuação. Dessa forma, de acordo com o uso do apetrecho o seu território será delimitado, sendo que se esse território for “invadido” poderá haver consequências sobre os próprios pescadores e automaticamente sobre sua territorialidade, tendo como consequência os conflitos da atividade pesqueira (D’ALMEIDA, 2006). Esses conflitos podem ocorrer de várias formas, de pescador com pescador, de pescador com comunidades ribeirinhas, de pesca artesanal com a pesca comercial, com turistas e outros. Isso demonstra que a territorialidade pode ser comprovada em qualquer estudo que se busque analisar como a apropriação de um determinado recurso natural se desenvolve no espaço geográfico. Na Figura 1, observa-se um exemplo do que ocorre na pesca de rio e em muitos outros locais de pesca em alto-mar (SILVA, 2009; CARDOSO, 2001).

Figura 1 - Modelo esquemático simplificado do uso do território e de seus recursos



Fonte: Silva (2012)

No modelo simplificado acima, o usuário não se restringe ao pescador somente, mas a todo e qualquer usuário do recurso natural, isto é, madeireiro, turístico, extrativista etc. que utilizam os rios para locomoção ou para a extração de recursos, sejam estes aquáticos ou não e que refletem em conflitos pela posse deste recurso. Desse modo, o território passa a ter uma expressão fundamental no entendimento do desenvolvimento das atividades que se utilizam ou extraem os recursos naturais, pois torna possível a diferenciação do uso como um processo social, que proporciona a individualização dos personagens envolvidos em sua construção, através da valorização de seu patrimônio - território. No momento em que as territorialidades conflitantes emergem entre os personagens que compõem o espaço, a partir das apropriações, apresentam-se indícios de que as formas de gestão territorial – os ordenamentos territoriais, devem levar em consideração a diversidade de atores e de interesses, para que seja possível entender as variadas territorialidades existentes no espaço apropriado.

Em se tratando da pesca, nos ambientes aquáticos, existe uma delimitação reconhecida pelos pescadores, habituados a pescar nestes locais,

onde o “desrespeito” acarreta conflitos que podem gerar a perda de vidas. Essa realidade é possível, também, quando a mobilidade dos pescadores é menor, ou em ambientes litorâneos onde a pesca industrial é um concorrente significativo (CARDOSO, 2001). Em ambientes de rio ou em lagos (CRUZ; ALMEIDA, 2009; D’ALMEIDA, 2006; MCGRATH, 1993; MCGRATH; CÂMARA, 1995), não ocorre grande mobilidade, como por exemplo, da necessidade dos pescadores extraírem recursos em locais distantes, como ocorre em mar aberto, pois em grande parte os pesqueiros, vistos como territórios de pesca, estão situados próximo às moradias dos pescadores ou de suas comunidades, fazendo disso uma característica peculiar – um tipo de “pesca sedentária”, onde o pescador coleta em uma única região, próximo à sua habitação, assim como os apetrechos fixos e os pesqueiros, que também estão localizados próximos às suas residências.

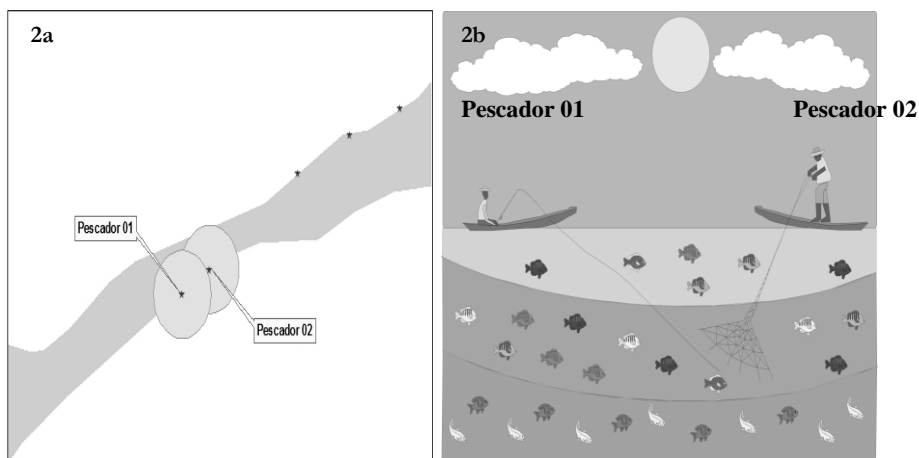
Então, como estudar atividades tão complexas onde existe uma variabilidade escalar e ambiental? As particularidades da atividade pesqueira - instabilidade ecológica e econômica, ambiental, fluidez etc. (SILVA, 2008), fazem com que os pescadores tenham a obrigação, devido disso necessitarem para subsistir, de se tornarem conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento. Contudo, apesar da complexidade da definição dos territórios de pesca para os estudiosos das atividades continentais (ALMEIDA PINTO et al, 2007; BEGOSSI, 2001; 2004), a área exata nos ambientes de pesca pode ser estimada segundo métodos de análise da percepção espacial e da análise geográfica do território estudado.

Os pesqueiros – os territórios de pesca/pescadores, bem como suas áreas de influência, obedecem a um conjunto de normatizações que são criadas pelos próprios pescadores, que estabelecem a noção de poder, individual ou coletivo, e se expressam em espacializações próprias, que possuem características naturais, segundo a existência dos recursos, e que são regidos por hábitos e costumes dos pescadores/usuários. Por exemplo, a referência de um pesqueiro geralmente é identificada por um recurso natural, uma árvore, uma moita, um igarapé, posição de um astro celeste etc.; onde do fato da sobreposição de pesqueiros diferenciados, e outras áreas onde a demanda pelo pescado é maior, podem ocorrer maiores incidências de conflitos entre os pescadores, tendo em vista que muitas vezes são pontos que não estão demarcados territorialmente por limites visíveis, mas sim por regras de pesca que podem ser rompidas com/sem a intenção do usuário.

Nesse sentido, é preciso ainda levar em consideração que algumas espécies de peixes frequentam regiões específicas de um rio ou mar, por

exemplo, existem as espécies de fundo – bentônicas, e aquelas que frequentam com mais intensidade a coluna d’água, próximo à superfície – pelágicos, o que demonstra, também, a questão da variabilidade espacial desses peixes, em que no ambiente computadorizado, na maioria das vezes, não é considerada, uma vez que é representado no mapa apenas o fenômeno como um ponto ou polígono, visto “de cima”, mostrando um espaço que pode ser percebido, de imediato, como homogêneo, o que não é verdade, pois, como a biologia marinha já estuda há algum tempo, o pescado não se localiza apenas no mesmo lugar em um corpo d’água, as Figuras 2 (A e B), de forma simplificada, confirmam o que foi apresentado na Figura 1 e procura mostrar esse fato aludido.

Figura 2 - Duas possibilidades de “ver o fenômeno na pesca” (vertical e horizontal)



Fonte: Silva (2012)

Na simplificação da Figura 2.a pode-se visualizar a atividade pesqueira visto “de cima”, como comumente se observa nos estudos pesqueiros tradicionais, onde ocorre um padrão pontual ou poligonal da atividade, que não considera a parte mais profunda do meio aquático onde o fenômeno pesqueiro acontece, mas somente a informação de ocorrência de uma atividade, no momento, principalmente, de sua extração. Na Figura 2.b a representação cartográfica considera os diferentes ambientes, segundo a “verticalização” da coluna d’água, encontrados em ambiente aquático, onde

se observa – simbolicamente, os diferentes habitats de espécies distintas de pescado, que podem ser influenciados pelas características do corpo d'água, como: acidez, turbidez, luminosidade, temperatura, etc; que interagem com a profundidade do corpo hídrico e que, na maioria dos trabalhos sobre a pesca, são características desprezadas quando se elaboram produtos cartográficos, devido, talvez, a complexidade de se analisar ou o desconhecimento da ecologia da maioria das espécies aquáticas existentes (SILVA, 2008; BEGOSSI, 2001; 2004; CALADO; GIL, 2010; GUEDES, 2010).

Acrescenta-se ainda que, dependendo da espécie que se pretende capturar, pode ser utilizado um apetrecho específico, a partir da ecologia das espécies de pescado (profundidade habitada, tipo de alimentação, temperatura da água etc.). Para tanto, o pescador conta com sua experiência acerca do conhecimento sobre as espécies que habitam o rio, fazendo associações com as épocas do ano, ciclo de marés – orientada por fases da lua, dentre outros (MORAES, 2007).

Nesse contexto, não é raro ocorrer conflitos entre pescadores que utilizam apetrechos diferentes, como redes e espinhéis. Faz-se necessário considerar que tanto o recurso (peixes) quanto alguns instrumentos de pesca estão em movimento. Uma rede de emalhar pode arrastar um espinhel em dado momento da pescaria, entrelaçando os instrumentos, gerando conflito, pois não há delimitação espacial destinada a cada pescador, o espaço é comum a todos. A Figura 2.B exemplifica esta situação, pois esta característica demonstra a singularidade da atividade pesqueira.

Para Cruz e Menezes (2009), em alguns momentos, a representação espacial de um determinado fenômeno ou objeto não necessita de um posicionamento preciso, como no caso da pesca, pela sua instabilidade ou pelo tipo de ocorrência do fenômeno, como por exemplo, no caso aqui estudado, um mapa pesqueiro. Porém, é importante considerar a preocupação com uma correta aproximação da ocorrência de sua distribuição, pois dessa localização aproximada dependerá a produtividade da extração do pescado, sendo imprescindível para isso uma base cartográfica com precisão compatível às necessidades do usuário. Desse modo, a escala de estudo e ação poderá variar, dependendo, novamente, do que o usuário espera capturar e a quantidade que se almeja, causando, com isso, a variabilidade do que se percebe enquanto território.

Desse modo, a partir da discussão conceitual de território na pesca pode-se observar que a utilização de geotecnologias é de fundamental importância para o (re)conhecimento de determinados espaços delimitados

na atualidade. Mais ainda no que tange à monitoração e fiscalização ambiental aplicadas pelos órgãos ambientais competentes, que têm nestas técnicas aliados fundamentais para o combate às atividades ilícitas – ou predatórias, que se processam pelo território brasileiro. Todavia, de maneira geral, os estudos pesqueiros, quando considerada sua abrangência superficial, de caráter horizontal, são similares às pesquisas que analisam fenômenos e objetos em ecossistemas continentais. Contudo, quando se apresentam os aspectos de caráter vertical, relacionados à coluna d'água em um ambiente aquático, as complexidades em se trabalhar com estudos pesqueiros se somam, diferente da perspectiva continental, onde os recursos podem ser delimitados com maior precisão. Além do que, essa complexidade tende a aumentar a partir do momento em que as dinâmicas do pescado são consideradas, como por exemplo, a mobilidade, a não limitação territorial, espécies em ambientes aquáticos diferentes, a sazonalidade ecológica etc.

A complexidade de se trabalhar com estudos pesqueiros denota a importância desse tipo de estudo para as técnicas de geoprocessamento, onde a possibilidade de se representar cada elemento pode ser considerada como um atributo distinto, ligado a uma geometria espacial específica. Desse modo, ao se considerar elemento por elemento, as relações espaciais se mostram como pertinentes, por exemplo, ao se investigar o cruzamento de dados sobre a ecologia de espécies em bacias hidrográficas e/ou ambientes aquáticos variados (rios, igarapés, lagos etc.)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de território é basilar para se discutir qualquer atividade humana que se processa sobre o espaço geográfico. Desse modo, a análise correta de um conceito se dá por meio de sua discussão, dialogando e buscando a solução dos conflitos, sendo que, algumas vezes é do conflito que se descortinam os entendimentos dos conceitos, pois possibilitam ao indivíduo a melhor visibilidade dos limites territoriais de cada um.

Nesse sentido, a partir da discussão conceitual de território na pesca pode-se observar que a utilização de geotecnologias é de fundamental importância para o (re)conhecimento de determinados espaços delimitados na atualidade. E mais ainda, no que tange à monitoração e fiscalização ambiental aplicadas pelos órgãos ambientais competentes, que têm nestas

técnicas aliados fundamentais para o combate às atividades ilícitas – ou predatórias, que se processam pelo território brasileiro.

De maneira geral, os estudos pesqueiros, quando considerada sua abrangência superficial, de caráter horizontal, são similares às pesquisas que analisam fenômenos e objetos em ecossistemas continentais. Contudo, quando se apresentam os aspectos de caráter da variação vertical, relacionados à coluna d'água em um ambiente aquático, as complexidades em se trabalhar com estudos pesqueiros se somam, diferente da perspectiva continental, onde os recursos podem ser delimitados com maior precisão. Além do que, essa complexidade tende a aumentar a partir do momento em que as dinâmicas do pescado são consideradas, como por exemplo, a mobilidade, a não limitação territorial, espécies em ambientes aquáticos diferentes, a sazonalidade ecológica etc.

Todavia, a complexidade de se trabalhar com estudos pesqueiros denota a importância desse tipo de estudo para as técnicas de geoprocessamento, onde a possibilidade de se representar cada elemento pode ser considerada como um atributo distinto, ligado a uma geometria espacial específica. Desse modo, ao se considerar elemento por elemento, as relações espaciais se mostram como pertinentes, por exemplo, ao se investigar o cruzamento de dados sobre a ecologia de espécies em bacias hidrográficas e/ou ambientes aquáticos variados (rios, igarapés, lagos etc.).

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de sistemas computadorizados, aliados à técnicas de cartografia e incrementado pelo surgimento de imagens de sensores remotos de altíssima resolução espacial, com bandas espectrais diversas, são ferramentas imprescindíveis ao planejamento e ao ordenamento territorial pesqueiro na atualidade, ainda mais quando relacionados à análise multitemporal e a informações termais e climáticas, tão necessárias na identificação de espécies pesqueiras distintas. Assim, a possibilidade de se atrelar informações complexas, com uma quantidade de atributos muito grande, coloca em discussão a proposta da análise dos territórios digitais como possível de ser aplicada em atividades como as pesqueiras, principalmente devido à grande quantidade de informações geradas por espécie de pescado e por área de incidência.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. T. de. (Org.). **A indústria pesqueira na Amazônia**. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2006.

ALMEIDA PINTO, W. H. et al. Critérios para setorização e espacialização de dados pesqueiros na região de Parintins-AM e Santarém-PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13. Florianópolis, 2007. **Anais...** INPE, 2007. p. 3019-3026.

BEGOSSI, A. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e territórios na pesca artesanal. In: _____. (Org). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 223-255.

_____. Mapping sopts: fishing areas or territories among islanders of the Atlantic Forest (Brazil). **Reg Environ Change**, v. 2, p. 01-12, 2001.

BERKES, F. From Community-Based Resource Management to Complex Systems: The Scale Issue and Marine Commons. **Ecology and Society**, n. 11, n. 1, p. 45, 2006. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol11/iss1/art45/> Acesso em: julho de 2012

BERKES, F. et al. **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Rio Grande: Ed. Furg, 2006.

BERKES, F.; DAVIDSON-HUNT, I. J. Innovating through commons use: community-based enterprises. **International Journal of the Commons**, v. 04, p. 01-07, 2010.

CALADO, H.; GIL, A. (Ed.). **Geographic technologies applied to marine spatial planning and integrate coastal zone management**. Ponta Delgada-Portugal: Universidade dos Açores/Centro de Informação Geográfica e Planeamento Territorial (CIGPT), 2010. p. 31-37.

CARDOSO, E. S. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001

CASTRO, F. Níveis de decisão e o manejo de recursos pesqueiros. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 255-284.

CRUZ, M. N.; ALMEIDA, O. T. Estratégias para a cogestão dos recursos pesqueiros no estuário amazônico: o caso dos acordos de pesca em Abaetetuba-PA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA POLÍTICA, TERRITÓRIO E PODER, 1. Curitiba, 2009. **Anais...** Curitiba: Unicuritiba/UFPR, 2009.

CRUZ, C. B. M.; MENEZES, P. M. L. A cartografia no Ordenamento territorial do espaço geográfico brasileiro. In: ALMEIDA, F. J.; SOARES, L. D. A. **Ordenamento territorial**. Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 195-225.

D'ALMEIDA, B. G. Os acordos de pesca na Amazônia: uma perspectiva diferenciada de gestão das águas. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO É, 15. Recife, 2006. **Anais...** Recife: CONPEDI, 2006.

FEENY, D.; BERKES, F.; MCCAY, B. J.; ACHESON, J. M. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. Trad. André de Castro C. Moreira. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/LASTROP-USP, 2001. p.17-42.

FURTADO, L. G. Experiências de desenvolvimento sustentável em comunidades haliêuticas na Amazônia. In: TEISSERENC, P. et al. **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. p. 301-312.

_____. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, J. M. (Org.). **Amazônia e a crise da modernização**. Belém: MPEG, 1994. p. 67-74

GUEDES, E. B. Território e territorialidade de pescadores no Marajó: o exemplo das localidades Céu e Cajuúna, Soure (PA). In: PALHETA da

SILVA, J. M.; SILVA, C. N. **Pesca e territorialidades**: contribuições para a análise espacial da atividade pesqueira. Belém: GAPTA/UFPA, 2010. p. 53-66

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IRIGARAY, C. T. J. H. O emprego do sensoriamento remoto na proteção das áreas de preservação permanente e reserva legal. In: FIGUEIREDO, G. J. P.; MACHADO, P. A. L. **Revista de direitos difusos – Código florestal**: 40 anos. São Paulo: APRODAB/IBAP, 2005. p. 37-46

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: Departamento de Antropologia/UNB, 2002. (Série Antropologia)

MCGRATH, D. G. Manejo comunitário dos lagos de várzea do Baixo Amazonas. In: GONÇALVES, L.G.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. (Ed.). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. Belém: MCT/CNPq/MPEG, 1993. p. 389-402.

MCGRATH, D. G.; CÂMARA, E. P. L. A viabilidade da Reserva de Lago como unidade de manejo sustentável dos recursos da várzea. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, p. 87-132, 1995.

MOLLER, H. et al. Combining science and traditional ecological knowledge: monitoring populations for co-management. **Ecology and Society**, n. 9, v. 3: 2, 2004. Disponível em: <http://www.ecologyandsociety.org/vol9/iss3/art2>. Acesso em: Julho de 2012

MORAES, S. C. et al. Delineamento da situação das organizações sociais de pescadores amazônicos: o caso do Nordeste Paraense. In: XIMENES, T. (org.). **Políticas pesqueiras nos países amazônicos**. Belém: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 1996. p. 437-502.

MORAES, S, C. **Uma arqueologia da pesca**: Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2007.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, governo e território em Carajás**. 2004 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PREPS, Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite. **Histórico e marcos legais da implantação do PREPS**. 2006. Disponível em: <http://www.preps.gov.br>. Acesso em: 10 ago. 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RASEIRA, M. B. **Monitoramento participativo dos acordos de pesca**: como avaliar a captura de pescado. Manaus: Ibama/ProVárzea, 2007. 24 p. Disponível em: http://www.sepaq.pa.gov.br/files/u1/diag_pesca2008.html. Acesso em: 20 fev. 2009.

RUFFINO, M. L. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros na Amazônia**. Manaus: IBAMA, 2005.

SACK, Robert David. **La territorialidad humana**: Su teoría y la historia. Cambridge University Press, 1986.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Uso dos recursos por ribeirinhos no médio Rio Negro. In: BEGOSSI, A. (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p. 89-148.

SILVA, C. N. O conceito de território nos estudos sobre pesca. In: _____. **Caminhos e lugares da Amazônia**: Ciência, natureza e território. Belém: GAPTA/UFPA, 2009. v. 1, p. 35-54.

_____. Cartografia das percepções ambientais-territoriais dos pescadores do estuário amazônico com utilização de instrumentos de geoinformação. **Revista Formação**, Presidente Prudente: UNESP, p.118-128, 2008.

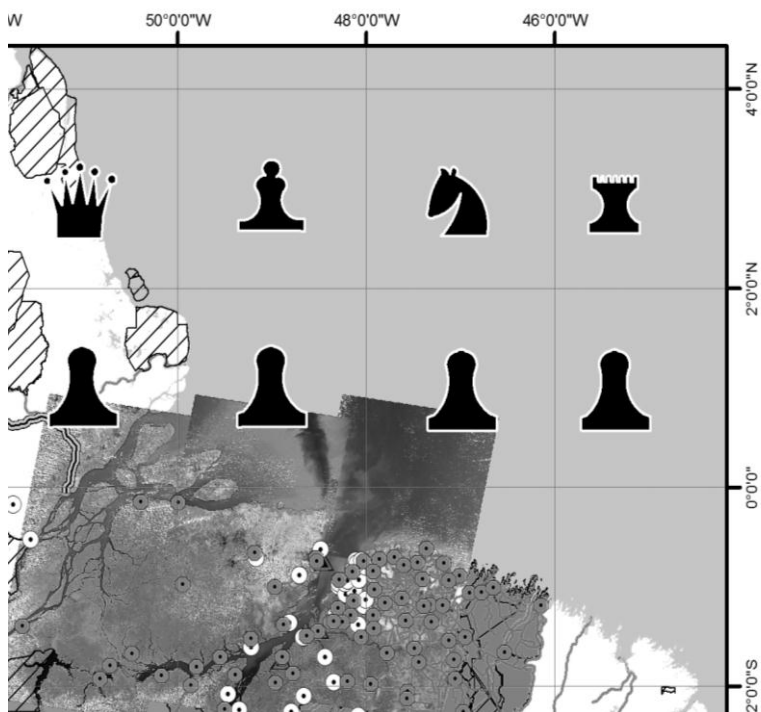
_____. **Geotecnologias aplicadas ao ordenamento territorial pesqueiro**. Belém: PPGEAP/UFPA, 2012. 192f. (Tese de Doutorado em Ecologia Aquática e Pesca).

SOARES, L. A. A., O enfoque sociológico e da teoria econômica no ordenamento territorial. In: In: ALMEIDA, F. J.; SOARES, L. D. A.

Ordenamento territorial. Coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 61 – 84.

TIZON, P. Lês territoires du quotidien: définitions, théories et méthodes d'identification. In: MÉO, G. D. **Lês territoires du quotidien.** Paris: L'Hartmattan, 1996, p. 15-34.

Ordenamento Territorial Urbano



POLÍTICAS TERRITORIAIS E URBANIZAÇÃO DO ESPAÇO AMAZÔNICO: ESTUDO DE MARABÁ

Jovenildo Cardoso Rodrigues

1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Oriental brasileira vem passando por um rápido processo de transformações territoriais, como condição e resultado de uma urbanização acelerada, de expansão da racionalidade produtivista e predatória do capitalismo global, que tende a promover alterações profundas nas estruturas produtivas e no mercado de trabalho local.

O avanço da urbanização no território amazônico, como produto e meio da articulação desses múltiplos processos socioespaciais, apresenta íntima relação com as políticas governamentais brasileiras constituídas enquanto instrumentos de controle e de modernização do território, bem como com dinâmicas de mercado induzidas pela globalização da economia e sua manifestação nas escalas locais.

É dentro de tais circunstâncias de ações e relações entre Estado e agentes econômicos que algumas cidades amazônicas, a exemplo de Marabá, passam a sofrer os impactos do processo de reestruturação produtiva, principalmente a partir dos anos de 1990, quando novas dinâmicas econômicas e demográficas para a região, associadas a políticas desenvolvimentistas, exerceram papel decisivo nas reconfigurações territoriais locais.

O processo de transformações induzidas pelas políticas do Estado, pelo avanço do grande capital em direção à Amazônia, bem como pela ação dos diversos agentes produtores do espaço urbano-regional contribuíram para a configuração de novas tendências de urbanização na Amazônia Oriental, a partir dos anos de 1970, quais sejam: maior incremento da urbanização regional; estruturação de uma rede urbana complexa (CORREA, 1987; RIBEIRO, 1998); surgimento e crescimento de núcleos urbanos e povoados ao longo das rodovias ou ligados a projetos de colonização, a exemplo de Rondon do Pará, Paragominas, Rurópolis, Uruará, Tucumã, Dom Eliseu, dentre outros; surgimento de cidades ligadas à exploração mineral (Parauapebas, Curionópolis, Eldorado dos Carajás); urbanização concentrada na capital; estagnação das cidades em áreas de pouco impacto das frentes de expansão econômica (cidades marajoaras); a

implantação de *company towns*; a consolidação do processo de metropolização de Belém; além de “revigoramento” de centros articulados a uma nova dinâmica local (Marabá e Santarém) (CORREA, 1987; VICENTINI, 1998; TRINDADE JÚNIOR; PEREIRA, 2007).

Essas tendências de urbanização são elementos que permitem evidenciar a mudança na hierarquia urbana das cidades paraenses, assim como no padrão de organização da rede urbana amazônica, que, até os anos de 1950, estava fortemente associada à dinâmica das redes de rios, que ditavam o tempo e o ritmo das relações de troca. A partir dos anos de 1960 e 1970 esta lógica de organização do espaço foi sendo paulatinamente redefinida como resultado do avanço da lógica da rodovia enquanto matriz hegemônica para fluidez no território, contribuindo sobremaneira para a constituição da “rede complexa” (CORREA, 1987), na intensa produção capitalista, bem como na formação de uma nova configuração para rede urbana paraense.

Com efeito, o presente artigo, que constitui síntese de reflexões concebidas ao longo do processo de construção da dissertação de mestrado deste autor, objetiva analisar algumas implicações da urbanização e das políticas territoriais empreendidas para a Amazônia Oriental, bem como, seus rebatimentos no contexto da cidade de Marabá. O caminho teórico-metodológico adotado para a construção das reflexões aqui apresentadas consiste na análise das contradições imanentes ao “desenvolvimento desigual e combinado” do modo capitalista de produção e suas manifestações e particularidades em espaços periféricos. Quanto aos procedimentos metodológicos adotados para o referido ensaio, efetuou-se pesquisa bibliográfica e documental, além de trabalho de campo e entrevistas semiestruturadas com agentes sociais, a fim de conceber uma análise crítica do processo de urbanização do território amazônico e das implicações decorrentes de estratégias e ações do poder público na reprodução desigual do espaço da cidade de Marabá.

2. POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA A AMAZÔNIA BRASILEIRA

Compreender o processo de urbanização evidenciado nas paisagens urbanas da cidade de Marabá pressupõe analisar o papel exercido pelas políticas desenvolvimentistas empreendidas para o território amazônico, principalmente a partir dos anos de 1970. A incorporação definitiva da

região Amazônica ao processo de planejamento nacional se consubstanciou no programa estratégico de desenvolvimento, no documento de metas e bases para ação do governo, o qual orientou a elaboração do I PND, 1972/74.

Dentre os programas implementados pelo governo para a região, pode-se destacar o Programa de Distribuição de Terras (PROTERRA), que tendeu a estimular a agroindústria do Norte e do Nordeste (CARVALHO et al., 1977). Segundo Carvalho et al. (1977), dentre os objetivos do Programa de Integração Nacional (PIN) para a Amazônia, pode-se destacar os seguintes: deslocamento da fronteira econômica, a reorientação das emigrações de mão-de-obra de centros metropolitanos para outras regiões menos povoadas, a implementação da estratégia de ocupação econômica da Amazônia e da estratégia de desenvolvimento do Nordeste, rompendo com um quadro de soluções supostamente limitadas para ambas as regiões.

Carvalho et al. (1977) afirmam ainda que, a partir de 1973, ocorreu mudança no sentido da estratégia de ocupação da Amazônia efetuada pelo planejamento governamental, que, de uma ocupação baseada na colonização de pequenas propriedades ao longo das estradas e vicinais, com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passou-se a estimular um modelo de ocupação com base na grande empresa agropecuária, com apoio dos incentivos fiscais e creditícios de instituições estatais.

A partir de 1974, o governo buscou a estimular amplamente o investimento do grande capital na região, por meio do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), sob o discurso de que tal estratégia apresentava vantagens comparativas à ocupação produtiva.

O II PND prevê quanto à política de colonização uma maior integração entre os programas de ocupação fundamentados em colonos e pequenos produtores e aqueles a serem realizados através de empresas rurais (CARVALHO et al., 1977, p. 372).

As proposições do POLAMAZÔNIA foram incorporadas no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (II PDA), que empreendeu as grandes mudanças sugeridas pelo II PND (CARVALHO et al., 1977). O II PDA buscou, então, definir um modelo de desenvolvimento regional em

consonância com o objetivo maior expresso no II PND. Nessas circunstâncias:

Redefine-se o papel da Amazônia quando se adota como estratégia para o desenvolvimento regional o de explorar suas vantagens comparativas vinculando-a ao mercado interno através de uma intensificação das trocas regionais, cabendo à Amazônia fornecer matérias-primas e produtos industrializados regionais assim como contribuir mais decisivamente à receita cambial do país, através do aumento das exportações (CARVALHO et al., 1977, p. 374).

Em que pesem os discursos governamentais que projetavam modernização do território e crescimento econômico, com melhorias das condições de vida, Carvalho et al. (1977) afirmam que tal processo, induzido de modernização, não resultou em grandes benefícios para as populações residentes em Marabá.

Considerando o papel do Estado e a dinâmica de urbanização do espaço amazônico, como entender as manifestações desses processos na cidade de Marabá?

Os elementos apresentados a seguir constituem tentativa de explorar tais nuances.

3. A CIDADE DO “URBANISMO RURAL” NA AMAZÔNIA ORIENTAL

O período que perdurou o governo ditatorial no Brasil constitui marco significativo para efeito de um pensamento estratégico sobre o território das cidades brasileiras. Neste sentido, evidenciou-se um conjunto de estratégias governamentais na forma de uma racionalidade de concepção arquitetônica e paisagística, com vistas a projetar uma imagem de modernidade para algumas cidades, que seriam alçadas à condição de “cidades-modelo” do ponto de vista de seu designer paisagístico, bem como pelo fortalecimento de suas funções urbanas no âmbito de relações destas cidades com outras de menor porte e mesmo com o seu meio rural.

É nesse contexto que a partir da década de 1970, o espaço urbano de Marabá tem sua importância “revigorada”, uma vez que passou a

constituir-se ponto estratégico para a implantação do projeto de “urbanismo rural”, conduzido pelo INCRA¹. Como resultado da política de colonização, baseada nos pólos agropecuários implantados pelo INCRA, nas proximidades de Marabá, expandiu-se territorialmente esta cidade, com aumento do processo de ocupação espontânea do núcleo Cidade Nova, no perímetro urbano, às margens da Transamazônica (TOURINHO, 1991).

Nova Marabá, núcleo urbano que compõe a cidade, foi implementado pelo planejamento governamental. Este território, concebido como “núcleo de equilíbrio”, tinha como função estratégica, abrigar contingentes populacionais advindos de Marabá Pioneira (núcleo inicial da cidade), bem como para servir de espaço de contenção para fluxos migratórios que se deslocavam para a sub-região sudeste do Estado do Pará (TOURINHO, 1991).

Não obstante, as formas espaciais do traçado do núcleo urbano de Nova Marabá², nos anos de 1970, revelam um cenário cujas ruas pareciam labirintos, por vezes indecifráveis para os próprios moradores do lugar (TOURINHO, 1991). As ruas em terra batida, as condições precárias de saneamento básico, a “presença ausente” ou morosidade das ações públicas, no sentido de promover infraestrutura adequada para os moradores do local são fatores que denunciam a precariedade deste fragmento de cidade, planejado para ser um núcleo modelo.

A esse respeito, Vicentini (1998) ressalta que Nova Marabá foi implantada tendo como principal objetivo servir como centro de apoio aos grandes projetos, de maneira a receber fluxos migratórios, e prestar serviços à microrregião da qual faz parte. O projeto de implantação deste núcleo urbano, conduzido pela SUDAM, apresentou como principal inovação o

¹ Tal Urbanismo consistiu em tentativa estruturação de uma hierarquia urbana segundo a qual algumas cidades, consideradas pólos estratégicos exerceriam a função de “rurópolis”, “núcleos de equilíbrio” que tenderiam a atender demandas das populações residentes nas agrópolis e agrovilas criadas ao longo da Rodovia Transamazônica.

² Em relação às transformações no espaço intraurbano marabaense nos primeiros anos de 1970, evidencia-se a criação de um novo núcleo urbano, denominado de “Nova Marabá”, localizado às margens da rodovia Transamazônica (YOSCHIOKA, 1986). A elaboração do Plano Diretor Urbano que definiu os caminhos a serem adotados para a construção da futura cidade ficou a critério do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), que delegou a coordenação do processo de implantação à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) (YOSCHIOKA, 1986).

traçado dos arruamentos na forma de folha de castanheira (YOSCIOKA, 1986). O desenho urbano, considerado “excêntrico”, nunca foi totalmente assimilado pela população, de maneira que a prefeitura constantemente inaugurava pontes de interligação entre as folhas, como são denominadas suas áreas internas (VICENTINI, 1998).

Por sua vez, a constituição do Núcleo Integrado Cidade Nova (composto pelos bairros do Amapá, Cidade Nova, Novo Horizonte, Parque das Laranjeiras e Agrópolis Amapá) está relacionada, inicialmente, ao processo de expansão espontânea da cidade de Marabá, devido ao intenso fluxo migratório que se estabeleceu dos núcleos urbanos planejados (agrovilas, agrópolis) em direção a Marabá, diante do fracasso da política de colonização oficial empreendida pelo governo federal via INCRA, ao longo da Rodovia Transamazônica, na sub-região sudeste paraense.

Diante da crescente expansão que este núcleo de ocupação espontânea apresentou, bem como em razão do intenso aumento das demandas e reivindicações sociais dos moradores deste espaço, o Núcleo Urbano Cidade Nova³ foi inserido no perímetro urbano da sede do município, através da Lei nº 742, de 15 de dezembro de 1976 (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ, 1977).

A função atribuída a Marabá pelo governo federal a partir dos anos de 1970 enquanto cidade que apresenta liderança na hierarquia urbana, de maneira a constituir-se centro de integração micro-regional contribuiu para o fortalecimento da centralidade urbana de Marabá em âmbito da sub-região sudeste do estado do Pará, posto a importância que esta cidade passou a exercer como ponto estratégico para a expansão de contingentes demográficos e do grande capital na sub-região. Não obstante, a urbanização acelerada associada às ações estratégicas governamentais contribuíram para a produção de espacialidades marcadas na escala da cidade, pelo processo de diferenciações socioespaciais, pelo aprofundamento das desigualdades e da exclusão social.

³ A sigla Núcleo Integrado Cidade Nova foi suprimida. Atualmente este núcleo chama simplesmente Cidade Nova.

4. AÇÕES, AGENTES E ESPACIALIDADES NA PRODUÇÃO DA CIDADE

Os anos de 1980 marcam período significativo do ponto de vista do processo de modernização do território amazônico e de inserção da Amazônia no contexto de divisão territorial do trabalho. Nessas circunstâncias, o governo federal enquanto agente produtor do espaço urbanorregional assume o papel de “estado empresário”, promovendo investimentos significativos em setores de infraestrutura, visando estimular dinâmicas econômicas, de maneira a efetuar o pagamento da dívida externa brasileira.

É neste sentido que a cidade de Marabá, no período que compreende entre os anos de 1980 e 1990, constituiu-se palco de atuação de agentes econômicos, cujo representante maior foi a VALE⁴, que empreendeu uma racionalidade empresarial pautada em práticas de controle do território (COELHO et al., 1997). Para tanto, o Estado, enquanto gestor do território, exerceu papel essencial no âmbito da implantação e consolidação do domínio da respectiva corporação, seja como agente estruturador do território, seja como indutor de dinâmicas econômicas e demográficas para a sub-região sudeste do estado do Pará.

Dentro desse contexto de racionalidade produtiva empreendido para o sudeste do estado do Pará, a cidade de Marabá assumiu papel importante como entroncamento rodo-ferroviário, constituindo-se base logística da VALE no âmbito da respectiva sub-região (COELHO et al., 1997).

A década de 1980 representou um período de intensas mudanças no âmbito da Amazônia Oriental. Nesse contexto, evidencia-se a implantação do projeto Grande Carajás, no município de Marabá, bem como a construção do corredor ferroviário de exportação até o porto de Itaquí, no Maranhão (COELHO, 2005). A implantação destes empreendimentos na sub-região do sudeste do Pará trouxe consigo sérios rebatimentos socioespaciais em nível local, devido ao estabelecimento de uma

⁴ Utiliza-se a denominação VALE para efeito de não gerar nenhum estranhamento na leitura aqui proposta. Entendemos, pois, a mudança de nome de Companhia Vale do Rio Doce para VALE como estratégia propagandística que tem por objetivo mudar a imagem construída pela empresa ao longo de décadas de degradação e controle territorial de áreas no sudeste paraense.

racionalidade produtiva baseada na incorporação de novas verticalidades e horizontalidades à respectiva sub-região (COELHO, 2005).

Dentro dessa perspectiva, o espaço da cidade de Marabá sofreu um intenso processo de reestruturação produtiva, decorrente do estabelecimento de novas verticalidades advindas da implantação do Projeto Ferro Carajás (PFC), que tendeu a promover profundas alterações nas relações horizontais existentes no espaço marabaense, em razão da imposição de arranjos institucionais e organizacionais de origem exógena ao respectivo território (SILVA, 2004).

Paradoxalmente aos investimentos estatais e a dinâmicas promovidas por agentes econômicos capitalizados, as paisagens urbanas de Marabá revelam a expansão dos assentamentos urbanos precários no território da cidade.

Evidenciou-se, também, a formação de clusters⁵ em Marabá, grupos de empresas que tenderam a aglomerar-se em determinados pontos do território da cidade, passando a atuar em atividades econômicas complementares, de maneira a atender demandas da corporação VALE, bem como fornecer produtos e serviços para elites políticas locais capitalizadas. Dentro de tais circunstâncias, cabe ressaltar aqui a instalação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), ocorrido na segunda metade dos anos de 1980, que passou a promover o beneficiamento de produtos extrativos minerais (PETIT, 2003).

O processo de modernização do território, empreendido pelos grandes projetos, particularmente o PFC, contribuiu para o desenvolvimento de uma lógica de regulação no/do território da cidade de Marabá pela VALE, posto que o ritmo das atividades produtivas de comércio e serviços estava direta ou indiretamente relacionado aos interesses empresariais.

A atuação do grande capital na cidade de Marabá tendeu a promover mudanças no âmbito da centralidade desta cidade, que se consolidou enquanto “polo industrial” da sub-região sudeste paraense.

⁵ A presença aglomerativa de estabelecimentos industriais no parque industrial de Marabá em função da atividade da Vale denomina-se *clusters*. A presença da Vale induziu a implantação de indústrias em Marabá, a título de exemplificação tem-se: a Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR), a Ferro Gusa Carajás, a D^oTERRA Siderúrgica Ltda., a USIMAR Ltda., a IBÉRICA Siderúrgica do Pará, a Marabá Gusa Siderúrgica Ltda. (MARAGUSA).

Assim sendo, a cidade teve sua condição de centro regional fortalecida a partir dos anos de 1980 e 1990.

Não obstante, as paisagens urbanas desta cidade, nos anos de 1980 e 1990, revelam um paradoxo entre centros dos núcleos urbanos, com redes de energia elétrica e de comunicações, e as áreas periféricas da cidade, espaços dotados de pouca ou nenhuma infraestrutura de saneamento básico e energia elétrica. Tal fato permite que se revele a lógica de “desenvolvimento geográfico desigual” (HARVEY, 2004), que se estabeleceu no espaço intraurbano de Marabá.

O período que compreende entre o final dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990 representaram momento de mudanças no âmbito da estrutura político-administrativa do território do sudeste paraense. Dentro dessa perspectiva, a Constituição de 1988 estabeleceu algumas diretrizes, cujas bases estavam alicerçadas no processo de descentralização do poder da União, que atribuiu competências a estados e municípios.

Diante das novas configurações políticas evidenciadas, os diversos agentes (VALE, fazendeiros, garimpeiros, camponeses, movimentos sociais) passaram a reivindicar, junto ao governo estadual, a criação de novos municípios, principalmente no sudeste paraense (SILVA, 2004). Em razão de intensa pressão dos diversos agentes sociais, presentes e atuantes no cenário político da respectiva sub-região, ocorreu o processo de fragmentação de alguns municípios paraenses, e, particularmente, do território do município de Marabá, dando origem ao município de Parauapebas (SILVA, 2004).

Com efeito, Marabá representa um elemento emblemático que sintetiza o processo de expansão do grande capital e de privatização do território da cidade, tendo o Estado como agente indutor dessas diversas dinâmicas, a partir de ações estruturantes.

5. IMPLICAÇÕES DAS POLÍTICAS ESTATAIS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL DA CIDADE: UMA PERSPECTIVA DOS SUJEITOS

A presença do ideário de macropolíticas como redentoras da pobreza nas cidades de fronteira da Amazônia Oriental brasileira manifesta na retomada dos grandes projetos (Eixos de Desenvolvimento e Integração), além de projetos de estímulo à industrialização recentemente implementados na sub-região sudeste do Pará pelo governo e pela iniciativa

privada (implantação da ALPA, da SINOBRAS, bem como a expansão do parque industrial de Marabá). Tais empreendimentos contribuem decisivamente para o processo de valorização do espaço urbano e reprodução do capital imobiliário, com elevação do valor dos aluguéis e dos preços de terrenos urbanos a patamares assustadores em cidades como Marabá. Diante desse cenário de especulação imobiliária e de elevação do preço de imóveis urbanos, grande parte da população da cidade de Marabá vê como alternativa a ocupação de áreas vazias no perímetro de expansão urbana da cidade (Informação verbal, 2010)⁶.

Atualmente, sete destas áreas ocupadas em Marabá estão com liminar de reintegração de posse deferidas pela Justiça, sendo que três foram deferidas ainda em 2007 e três recentemente. Dentre as áreas a serem reintegradas encontram-se as ocupações “Bairro da Paz”, “Folha 25” e “São Miguel da Conquista”, além de outras em terras públicas ou particulares (Informação verbal, 2010).

Acerca do papel exercido pelo poder público, Ademir Braz fez a seguinte afirmação:

A cidade de Marabá pra mim hoje é um fenômeno social incontrolável, imprevisível e olha que tô te falando dos altos dos meus 62 anos vividos e muito bem [...] de marabaense que acompanhou todo esse processo de dentro pra fora de fora pra dentro. Eu vejo que hoje [...] hoje [...] se não tivermos prefeito, se não tivermos governadores, se não tivermos governo do Estado não vai fazer a menor diferença, a cidade sobrevive por si. O que eu tenho [...] a política hoje em Marabá [...] a política oficial em Marabá é um segmento à parte que não tem documento pra sociedade [...] se não existisse seria até melhor porque o que se gasta com a manutenção da estrutura política

⁶ Entrevista de Jorge Luiz Ribeiro dos Santos Ex-advogado da sociedade de defesa dos direitos humanos e coordenador da ação junto às ocupações urbanas de Marabá concedida à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - RECIME, coordenado regionalmente pelo Prof^o Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, em 30.01.2010, e cedido gentilmente para esta dissertação.

poderia ser investido na cidade[...] (Informação verbal)⁷

A partir do discurso de Ademir Braz é possível inferir o descrédito do poder público perante a sociedade, no que tange à capacidade deste agente social atuar decisivamente no processo de transformação social e de melhorias das condições de vida dos moradores de Marabá.

As novas territorialidades inerentes às ações e relações entre agentes na produção da “cidade de conflitos”⁸ podem ser evidenciadas também no movimento de processos nos órgãos jurisdicionais de Marabá. A esse respeito, em termos ilustrativos e argumentativos, a partir de dados extraídos do Conselho Nacional de Justiça, o município de Marabá possui quatro varas cíveis, uma vara penal, uma vara agrária e um Juizado Especial Penal, que movimentaram um volume de 19.272 processos até maio de 2010.

É diante deste cenário que a implantação da fábrica ALPA⁹, com investimentos da ordem de 3,7 bilhões de dólares no município, cria clima de apreensão por parte dos movimentos sociais organizados, em função do passivo social gerado como resultado de projetos anteriores. A respeito da implantação deste projeto, a retórica oficial do Governo do Estado assume o tom da standardização ao processo de implantação deste projeto e as supostas melhorias que poderão advir em decorrência do mesmo.

Nossas ações estão conformadas na indução de um novo modelo de desenvolvimento, que tem como um dos pilares a política de fomento ao desenvolvimento produtivo (Discurso de Ana Júlia Carepa, Governadora do Estado do Pará, Enize Vidigal, AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2010).

⁷ Entrevista de Ademir Braz, jornalista, concedida ao Grupo de Pesquisa Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), em 30.01.2010.

⁸ A metáfora concebida no âmbito da dissertação de mestrado deste autor consiste em tentativa de caracterizar alguns elementos processuais concernentes à produção de territorialidades conflituosas na escala da cidade de Marabá.

⁹ Segundo Pinto (2010), com investimento equivalente a 3,7 bilhões de dólares (5,3 bilhões de reais) o projeto da Aços Laminados do Pará (ALPA) em Marabá, é um dos maiores negócios em andamento no Brasil.

O projeto ALPA assume, no discurso oficial, um caráter prioritário nas palavras do secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do município de Marabá:

[...] a implantação da ALPA em simples palavras, para resumir a... minha visão da implantação da ALPA, é a realização de um sonho histórico da... sociedade do Sudeste do Pará pelo momento da tão sonhada verticalização mineral. A ALPA é o segundo momento disso, que eu costumo colocar a SINOBRAS como a empresa que abriu esse horizonte da verticalização. A ALPA vem consolidar nesse momento em função do volume de seu empreendimento, da grandiosidade de seu empreendimento e ... da abertura que esse empreendimento dá para o universo de pequenos negócios, grandes negócios e um novo parque industrial que pode ser implementado aqui, que necessariamente vai precisar de uma atenção especial para se configurar uma política de incentivos fiscais pensadas para esse momento e você possa realmente transformar essa janela de oportunidade aberta em realidade. Isso precisa de políticas públicas, de incentivos fiscais, para que você realmente estabeleça um parque industrial de referência com competitividade de preço e possa transformar o norte do país num referencial dentro da área mineral no nosso país (Informação verbal).¹⁰

A implantação da ALPA¹¹ vai mobilizar investimentos em torno de R\$ 5,2 bilhões. Ela terá capacidade inicial de produção de dois milhões de toneladas métricas de aços semiacabados (placas) e 500 mil toneladas de aços laminados (bobinas a quente e chapas grossas) por ano, podendo ser ampliada a qualquer tempo para cinco milhões de toneladas (DIÁRIO DO PARÁ, 2010).

¹⁰ Entrevista de Ítalo Ipojucan, Secretário de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia ao Grupo de Pesquisa Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) – UNESP, em 29.01.2010.

¹¹ A ALPA será implantada às margens da rodovia Transamazônica, a 14 km da sede do município de Marabá.

A unidade industrial da ALPA, produzindo 2,5 milhões de toneladas anuais de placas de aço, necessitará de um apreciável volume de energia, da ordem de 107 megawatts (PINTO, 2010).

A siderúrgica da Vale trará vantagens competitivas para o Estado, uma vez que agregará valor ao minério de ferro extraído das minas de Carajás, no município de Parauapebas. A direção da Vale estima que o empreendimento vá gerar, na região, 16 mil empregos durante a implantação e mais de 5.300 diretos, entre próprios e terceirizados, na fase de operação. A mineradora calcula que serão gerados ainda, em caráter permanente, mais de 16 mil novos postos de trabalho indiretos, dado o efeito multiplicador da atividade siderúrgica e as inúmeras possibilidades de novos negócios que ela vai propiciar em toda a região (DIÁRIO DO PARÁ, 2010).

Com efeito, os discursos oficiais tanto da Vale quanto do Governo do Estado, baseados em volumes de produção e sua possível indução de crescimento econômico, omitem ou mesmo ignoram as implicações socioespaciais resultantes da instalação de um projeto desta envergadura para a cidade de Marabá, em termos de mobilidade do trabalho para esta região e de crescimento de demandas por moradia na cidade.

Acerca das estratégias da Vale para a respectiva sub-região, Pinto (2010, p. 2) afirma que “[...] a mineradora é maior do que o próprio Estado e está acostumada a adotar estratégia de prometer algo maior e compensa sua falta com algo bem menor, mas o suficiente para adoçar a boca da voraz classe política local”.

Paralelamente a este empreendimento, evidencia-se outro projeto de expansão das atividades produtivas em Marabá, referimo-nos à construção do “Porto de Marabá”. Segundo Acevedo Marin e Trindade (2009), este porto será construído à margem esquerda do rio Tocantins, na altura do km 14 da BR-230, na área de influência do parque industrial e deverá ocupar uma área estimada de 370 mil m², incluindo o pátio multimodal que será integrado pela rodovia e, no futuro, deverá constar de um ramal ferroviário.

Esta obra terá um custo total estimado de R\$ 100 milhões – recursos orçamentários da União que integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e será executada pelo governo do Estado, em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

(DNIT) (AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2010). Ele disponibilizará dois terminais de carga de granéis sólidos, sendo um para produtos agrícolas e outro para minérios; um terminal de cargas de granéis líquidos, no caso, combustíveis; e outro terminal de cargas gerais (AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2010).

A plataforma será construída em área de 370 mil m², à margem esquerda do rio Tocantins, altura do km 14 da Rodovia Transamazônica (BR-230), próximo ao Distrito Industrial de Marabá e da Aços Laminados do Pará (Alpa). A estrutura vai integrar a hidrovia à Transamazônica e também à Estrada de Ferro Carajás, proporcionando um novo sistema de transporte que vai potencializar a indústria paraense e também os estados do Centro-Oeste (AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 2010).

O discurso oficial procura dar ênfase aos supostos benefícios inerentes à implantação destes empreendimentos, como a redução do custo do transporte hidroviário, o barateamento de produtos e serviços em razão de uma melhor fluidez do transporte. Não obstante, marginalizam-se as implicações socioespaciais resultantes do avanço de ações desenvolvimentistas no território da cidade e no modo de vida de comunidades ribeirinhas, de povos indígenas, de camponeses, bem como, dos impactos ambientais na área.

Outro empreendimento de grande porte em vias de implantação, capitaneado pela Eletronorte, diz respeito ao Projeto de Construção da Hidrelétrica de Marabá¹², no rio Tocantins, 4 km à montante da ponte rododiferroviária (ACEVEDO MARIN; TRINDADE, 2009). Acerca deste empreendimento, Rogério Paulo Hohn, membro da coordenação nacional

¹² Segundo informações da Eletronorte, com custo estimado em 2 bilhões de dólares, com um prazo de construção médio de oito anos, a hidrelétrica de Marabá deverá ser uma das maiores do país, com capacidade de produção de 2.160 megawatts, tornando-se um aporte considerável para o Sistema Interligado Nacional. Se forem somados os potenciais da hidrelétrica de Tucuruí (8.400 megawatts), de Belo Monte (11.000 megawatts), Altamira (6.500 megawatts), e de Itaituba (15.000 megawatts), chegará a um total de 42.900 megawatts, que equivale a mais da metade de toda energia hoje disponível no Brasil, que é da ordem de 72.000 megawatts (ACEVEDO MARIN; TRINDADE, 2009).

do Movimento dos Atingidos por Barragem, ressalta que a hidrelétrica de Marabá atingiria 10 mil famílias, o que corresponde a cerca de 40 mil pessoas que vivem às margens do rio Tocantins (CORREIO DO TOCANTINS, 2010).

A constituição de discursos em favor da implantação destes projetos apresenta-se como estratégia que busca consenso, amparado na “ideologia dos benefícios”, tendo a cidade de Marabá como epicentro das práticas de intervenção desenvolvimentista no sul e sudeste do Pará.

Outro empreendimento que vem sendo executado em Marabá diz respeito ao projeto de saneamento e melhoria urbana do bairro Francisco Coelho (Cabelo Seco). Este empreendimento tem como órgão executor a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Regional (SEDURB). Segundo a SEDURB, a previsão é que estas obras possam trazer melhorias da qualidade de vida para 1.040 famílias que moram no bairro. O projeto prevê ainda a construção do muro de arrimo para conter as águas durante as enchentes, a pavimentação de ruas, melhorias habitacionais com esgotamento sanitário e abastecimento de água, a regularização fundiária, a construção de área de lazer e a construção de 80 novos imóveis para beneficiar famílias que moram na área de maior vulnerabilidade às enchentes (ACEVEDO MARIN; TRINDADE, 2009).

Vê-se mais uma vez que a retórica oficial, baseada no discurso de modernização, de crescimento econômico, busca a constituição do consenso a partir da disseminação da “ideologia dos benefícios” (ACEVEDO MARIN; TRINDADE, 2009). Esta estratégia de mobilização e convencimento, amparada nos volumes de investimento, constituem-se paliativos que tendem a mascarar as contradições sociais inerentes às condições de vida local, e as inúmeras carências da grande maioria dos moradores de Marabá, que são destituídos do direito à moradia.

Quando se considera o novo momento das políticas governamentais conduzidas pelo Estado para o território da cidade de Marabá, há que se refletir de maneira crítica acerca desse processo, uma vez que os projetos políticos em implantação ou a serem implantados (a duplicação da Transamazônica no perímetro urbano da cidade de Marabá, a construção do porto de Marabá, além da possível construção da hidrelétrica de Marabá) pelo poder estatal, amparam-se em matrizes de gestão centralizadoras, concebidas pelos altos gabinetes governamentais, sem qualquer diálogo com a sociedade civil.

Dessa forma, as estratégias governamentais, amparadas no discurso da geração de emprego e renda como forma compensatória aos possíveis

impactos da implantação desses projetos, tende a mascarar as prioridades governamentais do PAC, pautadas no estímulo à política econômica e na geração de divisas para o governo brasileiro, além de estímulo à expansão do grande capital na região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas territoriais, baseadas em matrizes de crescimento econômico, empreendidas pelo Estado para Marabá, repercutiram e repercutem em rápida transformação da realidade urbana desta cidade. É diante desse contexto de ação estatal e de produção das relações sociais de produção que a cidade de Marabá passa a exercer a condição de espaço estratégico a partir do qual se projetam discursos governamentais desenvolvimentistas, bem como ações modernizadoras, incipientes, quando se leva em consideração as demandas sociais locais.

Com efeito, diante desse cenário que demarca uma retomada de estratégias desenvolvimentistas, que renderam, em outros tempos, profundas contradições socioespaciais no sudeste paraense, torna-se fundamental fomentar ações no sentido de fortalecer o processo de mobilização social, por meio da intensificação da participação da sociedade civil organizada (CPT, MST, MAB, CEPASP, FETAGRI, ONG, dentre outras instâncias) como contraestratégia de resistência, de maneira a pressionar o Estado para a implementação de políticas públicas (de saúde, de educação, de moradia, de assistência social e de inclusão social) que expressem os verdadeiros anseios dos cidadãos marabaenses.

Com efeito, o debate político com participação das diversas instâncias sociais, deve assumir caráter prioritário, a partir de elaboração e formulação de diagnóstico participativo com os principais atores envolvidos, de maneira que se possa inverter as prioridades governamentais e avançar rumo à construção de espacialidades pautadas primordialmente nos princípios de qualidade de vida, autonomia e justiça social.

7. REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, Rosa; TRINDADE, Joseline Barreto. Wakymãhã mekto kônhit-nxàkaka: Projeto da Hidrelétrica de Marabá – Pará. In:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conflitos sociais no complexo Madeira**. Manaus: Edições UEA, 2009. p. 367-389.

AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS. **Publicado novo edital do projeto do Porto de Marabá**. Disponível em: <http://www.agenciapara.com.br/exibe_noticias_new.asp?id_ver=61896>. Acesso em: 14 maio 2010.

CARVALHO, José Alberto de et al. **Migrações internas na região Norte: estudo e campo da região de Marabá**. Belo Horizonte: [s. n.], 1977.

COELHO, Maria Célia Nunes. A CVRD e o processo de (re)estruturação e mudança na área de Carajás (Pará). In: _____; COTA, Raimundo Garcia (Org.). **Dez anos da estrada de ferro Carajás**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

_____. A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na área de Carajás (Pará). In: _____. **Brasil: questões atuais de reorganização do território**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.

CORREIO DO TOCANTINS. **Hidrelétrica em Marabá atingiria 40 mil ribeirinhos**. Disponível em: <<http://www.correiotocantins.com.br/novo/novoz/interna.asp?cat=CT%20Online&numero=1667>>. Acesso em: 11 maio 2010.

DIÁRIO DO PARÁ. **Pará vai receber investimento pesado até 2014**. Disponível em: <[http://www2.diariodopara.com.br/n-84443-para+vai+receber+r\\$+100+bilhoes+ate+2014.html](http://www2.diariodopara.com.br/n-84443-para+vai+receber+r$+100+bilhoes+ate+2014.html)>. Acesso em: 14 maio 2010.

HARVEY, D. **Espaços de esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PARÁ. **Diagnóstico do Município de Marabá**. Belém, 1977.

PETIT, Pere. **Chão de promessas:** elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, L. F. **Siderúrgica em Marabá:** agora o sertão vai crescer? Jornal Pessoal. Disponível em: <<http://www.lucioflaviopinto.com.br/?p=1271>>. Acesso em: 14 maio 2010.

RIBEIRO, Miguel Ângelo C. **A complexidade da rede urbana Amazônica:** três dimensões de análise. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

SILVA, João Marcio Palheta da. **Poder, governo e território em Carajás.** 2004. 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

TOURINHO, Helena Lúcia Zaguri. **Planejamento urbano em área de fronteira econômica:** o caso de Marabá. Belém, 1991. 270 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1991.

TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; PEREIRA, José Carlos Matos. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VICENTINI, Yara. **Cidade e história na Amazônia.** 1998. 322 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

YOSCHIOKA, H. **Avaliação de implantação de um núcleo urbano em área na Amazônia:** o exemplo de Nova Marabá, Pará. 1986. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

DINÂMICA DE (RE)ORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO BAIRRO DO ICUÍ-GUAJARÁ - ANANINDEUA/PA

*Lilian Simone Amorim Brito
Giovane da Silva Mota*

1. INTRODUÇÃO

A partir de 1960, o Brasil passou por um intenso processo de transformações socioespaciais devido à consolidação do capitalismo monopolista multinacional, significando profundas alterações nas relações socioeconômicas, políticas e culturais do país.

Esse período foi marcado pela consolidação da industrialização, o que demandou a modernização da base econômica produtiva. Avanços extremamente significativos no campo dos transportes e comunicação intensificaram as atividades econômicas impulsionando a expansão e/ou abertura de postos comerciais e a integração espacial entre os mais longínquos lugares.

No Pará, um dos desdobramentos de todas essas transformações foi o deslocamento do eixo de expansão urbana de Belém, capital do Estado, que passou a se dirigir a partir de dois vetores de ocupação: no sentido da Avenida Augusto Montenegro e rumo à rodovia BR-316. Este segundo vetor deu origem à Região Metropolitana de Belém, hoje constituída por cinco municípios: Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara.

Dentre estes diversos municípios, Ananindeua foi o que passou por transformações mais intensas, tanto por sua maior proximidade com a capital do Estado, como pela descentralização de atividades produtivas, quanto pela mobilidade populacional. Estes fatores promoveram um significativo processo de reorganização socioespacial em Ananindeua, cuja expansão da malha urbana pode ser percebida a partir da constituição da produção espacial de vários bairros, os quais vêm crescendo cada vez mais.

Na configuração espacial de Ananindeua, escolheu-se como área de estudo o Bairro do Icuí-Guarajá. Tal escolha deveu-se ao fato de que o referido bairro está em pleno processo de construção, caracterizando-se por ser uma área periférica de Ananindeua que vem sofrendo uma rápida urbanização, mas que ainda mantém na sua dinâmica espacial resquícios de uma organização espacial pretérita marcada por atividades características do

espaço rural. Neste sentido, pode-se considerar este bairro como uma área periurbana que vem passando por profundas transformações socioespaciais de acordo com a lógica de expansão do capital.

O presente artigo originou-se a partir da primeira fase de pesquisa sobre o Bairro do Icuí-Guarajá realizada, ao longo do ano de 2008, por meio do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica da Universidade Federal do Pará (PAPIM), cujo projeto se intitulava **Instrumentalização para a Leitura e Representação Cartográfica do Espaço Urbano**. Nele se privilegiou a instrumentalização cartográfica dos alunos da educação básica, em especial, do 1º ano do Ensino Médio, e dos alunos do Curso de Geografia da UFPA, com vistas a construir com eles habilidades e competências para a leitura de representações geográficas e para o mapeamento de fatos, fenômenos e processos geográficos em diferentes escalas a partir de diversas linguagens, instrumentos e técnicas específicas da cartografia, por se perceber uma imensa lacuna existente entre a aquisição dos conhecimentos acadêmicos e sua aplicabilidade no ensino da Geografia Escolar, desenvolvida na Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

Diante disso, considerou-se que um dos problemas mais relevantes no processo ensino-aprendizagem diz respeito à falta de habilidade e competência tanto por parte dos alunos do 1º ano do Ensino Médio como da graduação em Geografia em lidar com os instrumentais cartográficos que possibilitam a leitura, a interpretação e a representação de mapas e cartas-imagem da dinâmica socioespacial. Na perspectiva de contribuir para uma maior aproximação entre a Educação Básica e o Ensino Superior e possibilitar aos alunos integrantes do projeto **Instrumentalização para a Leitura e Representação Cartográfica do Espaço Urbano** maior domínio na leitura e representação cartográfica espacial, escolheu-se como área de estudo o Bairro do Icuí-Guarajá, em Ananindeua.

Na segunda fase do projeto, que vem sendo desenvolvida no decorrer deste ano, tem-se como perspectivas identificar os fatores que explicam as diversas transformações que vêm ocorrendo na organização socioespacial desse bairro, buscando-se analisar e representar os processos geográficos presentes no cotidiano do espaço geográfico do Icuí-Guarajá, bem como identificar os vetores de ocupação e expansão do espaço urbano de Ananindeua.

2. A REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM E O PROCESSO DE REORGANIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ANANINDEUA

Em meados do século XX, e sobretudo a partir da década de 60, as cidades brasileiras passaram por um grande crescimento populacional devido às transformações socioespaciais ocorridas no país: consolidação da atividade industrial, modernização da agricultura, intensificação dos conflitos agrários, dentre outras.

Tais transformações evidenciaram, cada vez mais, o aumento de problemas socioeconômicos e espaciais nas cidades, visto que o desenvolvimento urbano não foi acompanhado proporcionalmente pelo desenvolvimento industrial.

O acelerado processo de tecnicização do território, ocorrido no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, devido aos avanços científicos e tecnológicos e de sua consolidação industrial, insere-se no contexto denominado técnico-científico-informacional, que, de acordo com Santos (2001, p. 38), “é marcado pela presença de ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais às produções hegemônicas”.

Essa inserção se deu de forma muito rápida e intensa, fortalecendo o papel das cidades enquanto *lôcus* privilegiado da reprodução das relações do capital e produzindo uma transformação radical na vida da população, visto que o processo de centralização necessária à reprodução ampliada do capital materializa-se no espaço urbano.

Neste sentido, a partir da consolidação e modernização da atividade industrial intensificou-se o processo de urbanização. Como o desenvolvimento do modo de produção capitalista implica a tendência não somente em relação à aglomeração populacional, mas também aos meios e às unidades de produção expressas através da ação dos diversos e divergentes atores sociais que atuam no processo de apropriação/produção/reprodução do espaço. A estrutura urbana materializa o movimento das contradições das classes sociais em suas lutas por melhorias nas condições de vida e acesso às decisões, porque todo esse processo evidenciou a intensificação dos problemas urbanos: expansão das favelas e periferias; poluição sonora, visual, atmosférica e hídrica; congestionamento do trânsito; violência; expansão do tráfico de drogas; aumento das disparidades sociais e espaciais, dentre outros.

Considerando-se o espaço urbano enquanto um produto social construído ao longo dos tempos, percebe-se que ele é “assim a própria

sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (CORRÊA, 1989, p. 09), produzido por atores sociais com ações e interesses extremamente complexos, que reorganizam o espaço através de diversas práticas espaciais.

No contexto de intensas transformações geradas pelo acelerado processo de urbanização é que se deve entender a formação da Região Metropolitana de Belém (RMB) enquanto uma materialidade do movimento de expansão do capital e das contradições das classes sociais em suas práticas espaciais.

A RMB era inicialmente formada pelos municípios de Belém e Ananindeua, tendo sido instituída através de Lei Complementar Federal no ano de 1973. Essa configuração espacial foi alterada em 1995, quando sua área territorial também passou a abranger os municípios de Marituba, Benevides e Santa Bárbara do Pará. A incorporação de novas áreas evidencia o processo de metropolização como garantia da expansão do valor urbano e a reprodução da força de trabalho.

A valorização de novas áreas e o crescimento populacional orientam a ocupação via conjuntos habitacionais às margens da BR-316, de forma a garantir a reprodução da mão de obra em espaços que garantam certa proximidade da capital e que não interfiram no processo de reprodução do capital.

Cidades como Ananindeua, Marituba e Benevides são rapidamente incorporadas à dinâmica urbana de Belém, ao mesmo tempo em que passam por intenso processo de valorização do uso solo e mudanças de padrões produtivos. A periferização segue o caminho da metropolização. O estado se torna o principal agente regulador da metropolização através do provimento da infraestrutura necessária à garantia da expansão. Bairros e conjuntos são criados assumindo a forma, nesse momento, de cidades dormitórios (caso do conjunto Cidade Nova, em Ananindeua), visto que fica mantido o eixo de geração e acumulação do valor urbano a partir da capital.

A metropolização responde às necessidades de materialização do valor-dinheiro na forma da apropriação do solo urbano, com forte valorização, via verticalização, dos espaços da cidade-capital. Na periferia a metropolização assume a forma, como já foi dito antes, da incorporação de áreas, através do estímulo às ocupações, ao mesmo passo em que permite certa valorização de áreas anteriormente ocupadas, com processos de refuncionalização e/ou reorientação dos padrões de uso.



Via de acesso à ocupação Parque Sertanejo
– Abr. 2008

Foto: Lilian Brito



Obras de ampliação da via de acesso
ao Bairro do Icuí-Guajará – Jun. 2010

Foto: Lilian Brito

Quando chegamos ao atual momento do processo da metropolização de Belém, a periferação se redimensiona assumindo a forma não apenas de bairros, mas de cidades. Assim a metropolização deixa de resultar da distribuição espacial equitativa do valor produzido para ser a ordenação da desigualdade socioespacial e redistribuição da força de trabalho, aliviando as pressões sobre a capital do estado.

A capital do estado, a partir desse movimento, concentra suas energias políticas e produtivas em processos de revitalização e refuncionalização aos moldes do que vem ocorrendo em outras capitais do país. Esses processos respondem aos interesses do empresariado local-regional e dos capitais redirecionados a partir da fronteira consolidada, ampliando o papel polarizador da cidade-capital.

Nas cidades assimiladas ao processo de metropolização, a ocupação de áreas assume as mais diversas formas de realização do urbano, sendo a ocupação espontânea a face mais visível e contraditória. Comumente denominadas de “invasões”, essas formas de ocupação negam as políticas de planejamento do urbano, propostas no discurso do processo de metropolização, forçando o Estado gestor a assumir sua face contraditória

na regulação e deixando evidente no tecido urbano as contradições sociais de classes.

É no interior desse processo de metropolização, que envolve a nova valorização produtiva do estado do Pará, a metropolização da capital Belém e as formas de expansão-periferização da capital diante dos mecanismos de valorização do uso do solo urbano, que se desenvolve a dinâmica de ocupação do bairro do Icuí-Guajará, em Ananindeua. Esses movimentos articulados permitem elucidar dinâmicas particulares na qual se envolvem ou são produzidos os bairros na Região Metropolitana de Belém.

Partindo-se dessa perspectiva, a produção de bairros como o Icuí-Guajará aparece em resposta às dinâmicas apresentadas e forja na organização do espaço lógicas diferenciadas de apropriação e uso, que se acrescentam às formas de uso já estabelecidas, produzindo um caleidoscópio de paisagens e formas de realização social.



Ocupação Parque Sertanejo – Abr. 2008
Foto: Lilian Brito

Usos do passado conformam, contradizem e conflitam com os novos usos do presente e com os usos projetados. O espaço vivido sintetiza a multiplicidade de apropriações e informa a ‘imagem da desordem’, ocultando na paisagem caótica os verdadeiros processos definidores do acontecer da metrópole.

3. DINÂMICA SOCIOESPACIAL DO BAIRRO ICUÍ-GUAJARÁ

Considerar a cidade enquanto um território de lugares de memórias e histórias (KURI, 2006) conduz-nos a pensar o espaço urbano enquanto um *constructo* social, cuja existência se justifica a partir da experiência humana revelada através das diversas práticas espaciais que o produz.

Esta complexidade deve ser compreendida a partir da interdependência e interconexão global impulsionada por processos sociais locais, regionais e mundiais desencadeados pelas alterações ocorridas nas relações entre o Estado, a sociedade e o território; e dos avanços científico-tecnológicos que têm contribuído para intensificar as diferenças e desigualdades socioespaciais, bem como redimensionar as relações entre o público e o privado; as mudanças nas formas de exercício de cidadania, refletindo-se nas formas de gestão dos governos, no papel das instituições e da sociedade frente aos fenômenos e problemas da cidade no contexto global.

Neste sentido, considera-se que o bairro Icuí-Guajará, em Ananindeua, é um exemplo de lugar onde se superpõem formas diferentes de vida, representações socioespaciais tradicionais e modernas, símbolos e práticas locais e globais. Nele coexistem realidades que fragilizam sua capacidade integradora e democrática, tais como: deficitárias condições de vida, fenômenos de massificação e fragmentação, formas de exclusão, de insegurança etc., demonstrando que os espaços geográficos que o constituem se desenvolvem com lógicas distintas e que por isso não podem ser compreendidos à margem da dinâmica de apropriação/produção dos agentes que os produzem socioespacialmente.



Precarização da infância – crianças moradoras da ocupação Parque Sertanejo – Out. 2010
Foto: Lílian Brito



Residencial Gran Ville – Ago. 2008

Para Salgueiro (2003, p. 99),

(...) a cidade é um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais experienciando tempos e ritmos diferentes. Todo lugar é produto social, e, portanto espacialidade, apropriado pelas práticas sociais na satisfação das necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação. Na cidade encontramos coexistência de espaços apropriados para diferentes usos e funções e com diferentes ritmos ou em diferentes tempos (...).

Considerando os diversos usos e funções dos espaços da cidade, o bairro do Icuí-Guajará (MAPA 01), em Ananindeua, constitui-se como um espaço de relações e de atividades que atuam como referencial de identidade porque reúne elementos simbólicos que criam laços de continuidade individual e coletiva, evidenciando, em sua paisagem, estruturas, formas e imagens de testemunhos urbanos significativos. Este bairro representa espacialidades e temporalidades em que se superpõem distintos processos de sua história urbana.

Na dinâmica da organização do espaço geográfico do bairro do Icuí-Guajará, pode-se perceber na materialização de sua paisagem a presença de madeiras, olarias, granjas, sítios de grande e pequeno porte ao lado de conjuntos residenciais regulados pelo Estado, condomínios privados, áreas de ocupação espontânea dentre outros elementos geográficos que o caracterizam como um espaço em pleno processo de transformação.



Madeira – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



Conjunto Carnaúba – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



Sítio de pequeno porte – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



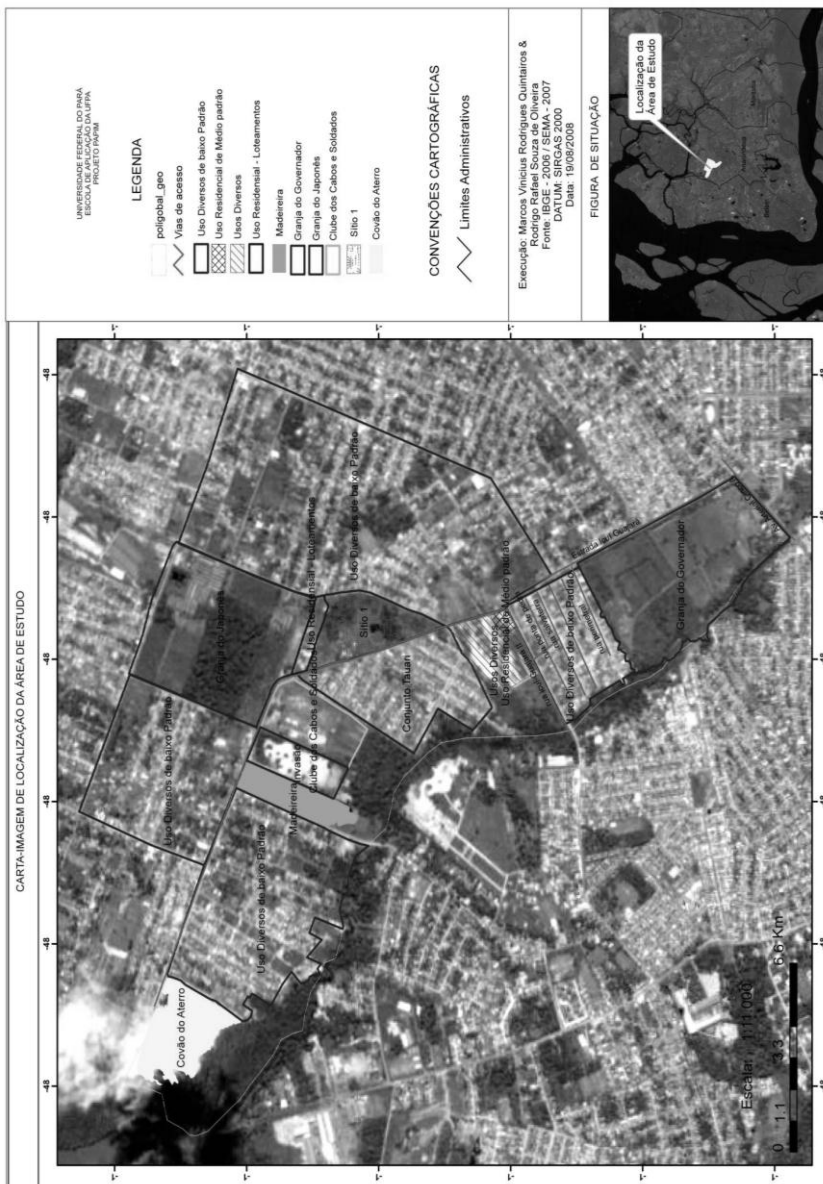
Igarapé 40h – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



Residencial Priscila's Garden – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



Granja do Japonês – Propriedade de grande porte – Ago. 2008
Foto: Lilian Brito



Neste bairro se materializam, portanto, práticas espaciais que revelam antigas territorialidades, bem como as práticas sociais responsáveis pelo mais recente processo de urbanização que tem se expandido para esse espaço, promovendo grandes transformações em sua reorganização socioespacial.

Neste sentido, o bairro Icuí-Guajará se constitui em um espaço estratégico para se compreender as recentes transformações da cidade e da vida social de Ananindeua, evidenciando-se enquanto um *constructo* social que revela as diversas materialidades e territorialidades dos agentes sociais envolvidos no processo de produção e organização socioespacial desse espaço urbano.

Desta forma, entende-se que o espaço geográfico do bairro Icuí-Guajará expressa a maneira diferenciada e desigual com que os diversos agentes sociais se apropriam e compartilham o espaço urbano, colocando em prática códigos, valores e interesses diferentes que definem a vida pública urbana ao longo de sua história.

Todos esses fenômenos puderam ser percebidos pelos alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação e do curso de graduação em Geografia que participaram do projeto **Instrumentalização para a Leitura e Representação Cartográfica do Espaço Urbano**, desenvolvido ao longo do ano de 2008 pelo Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (PAPIM) da Universidade Federal do Pará.

A linguagem cartográfica é constituída por um sistema de símbolos que envolvem proporcionalidade, uso de signos ordenados, técnicas de projeção e de análise das representações. No entanto, o domínio das noções e das ferramentas básicas de cartografia ainda é um desafio no processo de ensino e aprendizagem da Geografia Escolar, devido à pouca habilidade dos alunos da educação básica de analisar, compreender, explicar e representar os processos geográficos presentes no cotidiano do espaço urbano.

Partindo desta preocupação, por meio do projeto **Instrumentalização para a Leitura e Representação Cartográfica do Espaço Urbano**, buscou-se desenvolver ações inovadoras no sentido de propiciar uma maior aproximação entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes da geografia escolar referentes aos instrumentais cartográficos.

Procurou-se instrumentalizar os alunos da graduação e do 1º ano do Ensino Médio da Escola de Aplicação para leitura de representações geográficas e para o mapeamento de fenômenos e processos geográficos; desenvolver atividades metodológicas que permitissem a utilização de

diversas linguagens, instrumentos e técnicas específicas da cartografia; promover a aproximação entre as atividades e conhecimentos geográficos desenvolvidas na graduação e a geografia escolar praticada na Escola de Aplicação.

Considera-se que o desenvolvimento do projeto foi de extrema relevância para viabilizar uma maior aproximação entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos trabalhados na geografia escolar, neste caso, desenvolvida a partir da análise do processo de organização e reorganização do espaço urbano do bairro Icuí-Guajará, em Ananindeua.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido processo de transformação socioespacial ocorrido no bairro Icuí-Guajará, em Ananindeua, deve ser compreendido a partir das recentes transformações da cidade e da vida social de Ananindeua, inseridas no contexto do processo de expansão da região Metropolitana de Belém e expressas na maneira diferenciada e desigual com que os diversos agentes sociais se apropriam e compartilham o espaço urbano, colocando em prática códigos, valores e interesses diferentes que definem a vida pública urbana ao longo de sua história.

Em termos de novas práticas e experiências para os alunos da Escola de Aplicação, pode-se destacar: o acesso a novos conhecimentos, em especial no que diz respeito à linguagem e aos instrumentais cartográficos, a muitos dos quais nem mesmo os alunos da graduação têm acesso; além de que puderam conhecer e usufruir de espaços da UFPA que até então lhes eram desconhecidos, como foi o caso do Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG) e da Faculdade de Geografia e Cartografia; passaram a fazer o reconhecimento e levantamento de dados a partir da utilização de GPS; adquiriram maior acuidade na observação e identificação de elementos na paisagem, que antes lhes passavam despercebidos; aumentaram a percepção acerca das transformações socioespaciais que ocorrem no espaço urbano; adquiriram experiência na prática de trabalho de campo, tais como: organização, coleta e análise de dados; conseguiram ter maior facilidade na leitura de mapas e identificação de elementos importantes na paisagem urbana; bem como aprenderam a produzir mapas do uso e ocupação do solo a partir dos dados coletados nos trabalhos de campo.

O desenvolvimento do projeto **Instrumentalização para a Leitura e Representação Cartográfica do Espaço Urbano** foi de extrema relevância para viabilizar uma maior aproximação entre os conhecimentos acadêmicos e os conhecimentos trabalhados na geografia escolar.

5. REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de (Org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Ed. Contexto, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

GOTTIDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**; tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: EDUSP, 1993.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

REIS FILHO, N. G. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira, 1968.

RODRIGUES, E. **Os desafios da metrópole: reflexões sobre desenvolvimento para Belém**. Belém: NAEA/UFGA, 2000.

RODRIGUES, E. J. **Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova, espelho da segregação social em Belém**. Belém: NAEA/UFGA, 1998.

SALGUEIRO, T. B. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, A. F. A.; LEMOS, A. I. G. (Org.) **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

SPÓSITO, M. E. (Org.) **Urbanização e cidades:** perspectivas geográficas. Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

TUPIASSU, A. A. **A área metropolitana de Belém.** Belém: IDESP, 1968.

O CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO (CTM) COMO INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL URBANO¹

Fernando Alves de Araújo
Christian Nunes da Silva

1. INTRODUÇÃO

Uma discussão acerca de um instrumento que auxilia o planejamento e a gestão territorial, que vem sendo proposto por um ministério de notável expressão geográfica, como o Ministério das Cidades, é de suma importância para a Geografia, desde que seja balizada por um arcabouço teórico-metodológico inserido na discussão dessa ciência, uma vez que os rebatimentos socioespaciais de tal instrumento tendem a ser significativos, se for considerado o seu potencial de finalidades múltiplas. Desse modo, o que se vê nas discussões que se referem ao planejamento no meio urbano é uma preocupação cada vez maior em discutir o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), proposto pelo Ministério das Cidades em uma portaria (511), no ano de 2009 (BRASIL, 2009). Essa portaria traz em seu texto as principais diretrizes para a implantação do CTM em todos os municípios brasileiros, a partir de uma perspectiva cartográfica, muito mais instrumental, focada em sua melhor formulação e implantação, do que socioespacial, que buscaria observar os fins, as estratégias, os limites, as possibilidades, as contradições e os desdobramentos socioespaciais da implantação e utilização desse instrumento, dentro de um contexto de planejamento e ordenamento territorial urbano.

O CTM, como uma ferramenta para o ordenamento territorial urbano, ainda carece de um debate geográfico, uma vez que a maioria das publicações sobre o tema abordam somente a produção do cadastro a partir de um prisma cartográfico, geralmente propondo uma metodologia de execução. Considerando esse contexto, este texto busca fazer uma breve discussão conceitual, como contribuição ao debate geográfico acerca do CTM, a partir do pressuposto de que ele é um instrumento imprescindível para o planejamento e a gestão urbanas, que visem um desenvolvimento

¹ Adaptação do 1º e 2º capítulos do trabalho de conclusão de curso de autoria de Fernando Alves de Araújo sob orientação do Prof. Dr. Christian Nunes da Silva.

socioespacial dos habitantes das cidades. Para tanto, realizou-se uma consulta bibliográfica em autores que abordam a temática do espaço urbano e o planejamento e gestão urbana na ciência geográfica, como Marcelo Lopes de Souza (2003; 2008; 2010) e Roberto Lobato Corrêa (1987; 1989; 2008) e outros, que trabalham temas como organização espacial, espaço urbano, planejamento e gestão urbanos e território, e também em autores que trabalham a temática cadastral, como Loch (2007). Foi, realizada, também, uma breve análise da portaria que dá as diretrizes para a implantação do CTM no Brasil, buscando caracterizá-lo como uma ferramenta para o ordenamento territorial urbano e discuti-la, segundo o aporte teórico que fundamenta o texto.

A pesquisa mostrou que não só é possível, mas é também essencial, a criação de um CTM em todas as cidades brasileiras, para balizar as ações de planejamento e gestão urbanos, comprometidos com o desenvolvimento socioespacial da cidade. Porém, a garantia de sua real multifinalidade é fator imprescindível para que esse processo ocorra, pois, caso contrário, o cadastro se tornará somente um instrumento tributário, uma vez que o caráter multifinalitário não estará assegurado.

2. PARA INICIAR UM DEBATE: A DISCUSSÃO TÉORICO-CONCEITUAL

2.1. A Organização Espacial e a Geografia

Assim como diversos textos acadêmicos que abordam uma discussão conceitual dentro da ciência geográfica, esse trabalho inicia discutindo não só o conceito de organização espacial, mas também a própria Geografia, ou melhor, da relação do conceito de organização espacial com uma dualidade acadêmica dentro desta ciência.

Corrêa (1987) faz uma discussão sobre a organização espacial em sua obra, assumindo-a como sinônimo de outros conceitos geográficos tais como espaço, espaço geográfico, configuração espacial etc. Entende-se que o autor procura mostrar com esse debate que a Geografia não abarca o espaço em todas as suas dimensões, mas sim que o que lhe cabe é entender a organização desse espaço geográfico, buscando sua origem, suas consequências, suas relações e contradições. Para Corrêa (1987), a definição de organização espacial é iniciada quando se analisa as formas espaciais de

uma sociedade, tais como campos, cidades, minas, estradas, voçorocas etc., que apresentam “um determinado padrão de localização, que é próprio a cada sociedade. Organizadas espacialmente, constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade, ou simplesmente, o espaço geográfico” (p. 52).

Segundo esse autor, a distribuição dessas formas está condicionada por uma lógica que reflete as relações sociais, principalmente as relações de produção, de uma determinada sociedade. Desse modo, a dimensão espacial de uma sociedade, que produz e organiza suas formas espaciais com objetivo de atender suas necessidades imediatas (sua produção) e futuras (visando sua reprodução), seria a *organização espacial*. Assim, para Corrêa (1987), a organização espacial é

(...) constituída de inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. A sociedade concreta cria seu espaço geográfico para nele se realizar e se reproduzir, para ela própria se repetir. Para isto cria formas duradouras que se cristalizam sobre a superfície da Terra (p. 57).

Essas cristalizações se dão em um mosaico de organizações espaciais sobrepostas e interdependentes, o que fica claro, por exemplo, ao se observar a planta de uma cidade, onde é possível destacar a sua rede de transporte rodoviário, a rede hidrográfica, o distrito industrial, o centro comercial, sua hinterlândia etc. A superposição dessas organizações espaciais específicas forma uma organização espacial global, que necessita de certo nível de interesse comum entre esses agentes modeladores, gerado pela ação coordenadora e, muitas vezes, repressora do Estado, via planejamento territorial e “pela aliança de interesses entre as corporações capitalistas que são capazes de organizar o espaço, ao menos, segundo seus interesses” (CORRÊA, 1987, p. 60).

Para Corrêa (1987) esse é um conceito-chave da Geografia, que é entendida como uma ciência social, pois é a partir da organização espacial que o geógrafo deve estudar e entender a dinâmica social, se diferenciando dos demais cientistas sociais, como historiadores ou antropólogos, por exemplo, que também estudam a sociedade, porém a partir de outros ângulos de análise. Entretanto, as afirmações deste autor sobre organização espacial, nessa obra, apesar de contribuições importantes, não destacam, ou consideram apenas em nível de ilustração, a dinâmica dos processos não antrópicos em sua formulação, afirmando que a organização espacial é

condicionada apenas pelas relações sociais, como se o espaço antropizado fosse produzido a partir de um “espaço vazio” e o espaço geográfico estivesse sujeito apenas aos processos sociais.

Corrêa (1987), ao considerar a organização espacial, entendida a partir de um produto unicamente social, como “o objeto de estudo” da Geografia, em última análise, desconsidera a contribuição da Geografia Física para os estudos geográficos, como se esta não existisse ou fosse outra ciência. Essa mesma crítica é feita, considerando a abordagem de alguns autores marxistas, como Mendonça (1989).

Nesse sentido, entende-se que a Geografia Física e a Geografia Humana são “faces de uma mesma moeda”, a Ciência Geográfica. Assim, os estudos geográficos não devem considerar somente a ação antrópica, ou apenas os processos não antrópicos, mas sim ambos, mesmo que haja uma especialização acadêmica em um deles.

Assim como Corrêa (1987), Magalhães, Silva e Zanella (2010), baseados na obra de Christofolletti, também afirmam que o objeto de estudo da Geografia é a organização espacial, porém, para eles:

Cada organização espacial possui estruturação, funcionamento e dinâmica próprias, e são constituídas por elementos físicos, biogeográficos, sociais e econômicos, que, em constante interação interna e externa, resultam na complexidade da organização espacial (MAGALHÃES; SILVA; ZANELLA, 2010, p. 3-4).

Essa conceituação de organização espacial abarca as diversas dimensões da realidade geográfica, incluindo qualquer que seja a especialização acadêmica do geógrafo, buscando uma visão integradora da análise do espaço geográfico, que, mais uma vez se insiste, não pode ser considerado como puramente antrópico, pois o

(...) complexo natural não deixa, pelo menos em parte, de existir e de influir sobre a utilização do território [...] o mais correto seria considerar o mecanismo complexo de interação dos objetos tecnogênicos nos geossistemas e não um espaço que deixou de ser natural (MELO apud GOMES, 1998).

Um exemplo disso é que portos, estradas, ferrovias, aeroportos, plantações, edifícios etc. não são instalados em qualquer lugar, mas

selecionados a partir de um planejamento estratégico e geográfico (AB’SABER, 2007), pois por mais avançadas que sejam as técnicas, a natureza ainda condiciona, de certa maneira, diversas atividades humanas. Nesse sentido, os processos não antrópicos se mostram presentes, mesmos em paisagens muito transformadas artificialmente, como as grandes cidades, quando, por exemplo, um rio, devido a sua dinâmica, reclama sua planície de inundação, causando grandes enchentes, ou quando ocorre um deslizamento de terra em uma vertente íngreme, que teve sua vegetação totalmente retirada, para a construção de moradias, causando prejuízos econômicos e sociais aos seus ocupantes.

Desse modo, pode-se assumir neste trabalho o conceito de organização espacial proposto por Magalhães, Silva e Zanella (2010), baseados em Christofoletti, por entender que ele abarca a Geografia em sua totalidade, porém, considerando, também, as contribuições de Corrêa (1987), na esfera da organização espacial das sociedades, sempre buscando uma visão mais integradora dos processos sociais com os processos naturais, sem negar a importância de nenhum deles para a compreensão das formas, processos, dinâmicas e contradições do “espaço geográfico” enquanto um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações (SANTOS, 2008).

Assim, reconhecer e entender a organização espacial de objetos e fenômenos antrópicos ou não antrópicos é de extrema importância para o entendimento das demandas, para o planejamento e para a ação concreta no espaço urbano por seus diversos “agentes modeladores” (CORRÊA, 1989), sem esquecer a complexidade do espaço geográfico.

2.2. O espaço urbano: concentração, diversidade, desigualdade, dinâmica e contradição

O espaço urbano capitalista é marcado principalmente pela complexidade, tanto das suas formas quanto de seus conteúdos, uma vez que ele é caracterizado pela diversidade do uso do solo devido aos múltiplos agentes que o produzem e que por ele são condicionados, com diferentes demandas, intenções e atitudes. Torna-se relevante atentar para o fato de que o espaço urbano é, antes de tudo, um produto social, reflexo das relações sociais de uma determinada sociedade, ou seja, a sua organização espacial reflete as ações dos diversos agentes, em maior ou menor

intensidade, que se reproduzem naquele espaço a partir, geralmente, de uma lógica hegemônica que as rege como, neste estudo de caso, a lógica capitalista de consumo.

A concentração (de população, infraestrutura, mercadorias, informações etc.) é outra característica intrínseca ao espaço urbano (SOUZA, 2003), que é fruto da divisão do trabalho e que tem a cidade como sua principal forma espacial, uma vez que não se deve perder de vista que esta é a forma, já o *urbano* é o conteúdo das relações que ocorrem em um espaço, assim, em outras palavras, a cidade refere-se ao substrato material, enquanto que o urbano estaria ligado a um modo de vida, a valores e concepções (LEVEBRVE, 1991) que criam uma “psicoesfera” (SANTOS, 2008) urbana. Como debater as diferentes formas do espaço urbano não é um objetivo deste trabalho, como faz Souza (2003) quando discute a diferença entre povoados, vilas e cidades, elegeu-se, apenas o caráter didático como exemplo de “espaço urbano” (e não de “urbano” apenas), dentro do contexto capitalista. Entretanto, se faz necessário uma caracterização de cidade capitalista moderna de forma um pouco mais profunda. Para tanto, o trabalho de Souza (2003) é enfatizado, pois caracteriza a cidade a partir de quatro variáveis principais: local de mercado, centralidade, diversidade e o centro de gestão do território.

A primeira característica abordada pelo autor toma a cidade como um *lugar de mercado*, o *locus* das trocas. A cidade seria, dentro de uma divisão do trabalho, o espaço propício para o comércio da produção, seja ela de qualquer natureza. Sobre isso, Maria Encarnação Sposito (1988) comenta que o espaço urbano surge na antiguidade, a partir da divisão social do trabalho gerada pela sedentarização do homem, ao iniciar a atividade da agrícola, onde o excedente seria negociado tanto entre aqueles que produziam, quanto aqueles que teriam uma função não produtora, tal como fazer a segurança da comunidade. A autora defende que aí teria iniciado a diferenciação entre campo e cidade², onde o primeiro seria o *locus* da produção agrícola e a cidade como o *locus* da troca do excedente.

A segunda característica, a cidade como o espaço da centralidade, uma localidade central, refere-se ao poder de atração que este espaço possui, devido à quantidade e a qualidade de seus bens e serviços, que também

² Entende-se que é importante discutir a relação campo e cidade, assim como a relação rural e urbano, mas como não é objetivo deste texto se ater a essa discussão, recomenda-se o trabalho organizado por Maria Encarnação Sposito e Arthur Whitacker (2006).

determinam em até que escala (local, regional, nacional ou, até mesmo, internacional) abrange sua força centrípeta (SOUZA, 2003). É interessante observar que diversas cidades, principalmente as criadas de forma “espontânea”, foram produzidas a partir de um “nó” em alguma rede de transporte³, o que demonstra que a circulação é um fator importante para a produção e a reprodução de uma cidade.

A força centrípeta que concentra em um ponto do espaço pessoas, serviços, mercadorias, infraestrutura etc., surge partir de um nó em uma rede (de transporte, por exemplo), gerando a “área central da cidade”, uma forma intraurbana que é produto do processo de centralização (CORRÊA, 1989).

Outra variável importante é a diversidade existente no espaço urbano, que Souza (2003) classifica em três principais:

- a) *Diversidade econômica*: considerando a grande quantidade de atividades econômicas diferentes que são praticadas em uma extensão relativamente pequena do espaço da cidade, se comparada com uma grande produção agrícola, por exemplo, com a predominância da produção não agrícola, do comércio e dos serviços.
- b) *Diversidade dos agentes*: ou como trata Corrêa (1989), os diversos agentes produtores do espaço urbano, com relações, valores e interesses diversificados. São sujeitos, ou grupos, com diferentes modos de vida, concepções, rotinas, anseios, prioridades e intencionalidades, que realizam ações distintas (SANTOS, 2008), porém complementares, dentro da lógica capitalista. Entretanto, essa complementaridade não é necessariamente harmoniosa, uma vez que ela se dá geralmente a partir de relações dissimétricas (RAFFESTIN, 1993), já que a lógica do sistema em que elas ocorrem é a da exploração da maioria, da qual fazem parte os grupos sociais excluídos geralmente detentores apenas da sua força de trabalho, por uma minoria, os agentes hegemônicos, detentores de capital e dos meios de produção. Esse contato, essa convivência próxima, desigual e influenciada por esses fatores acima citados, contribuem para a produção de um espaço também desigual, conflituoso e contraditório.

³ Nesse aspecto, verifica-se o próprio exemplo da cidade de Belém-PA, que teve sua origem, no século XVII, a partir de uma fortificação localizada em um ponto estratégico da rede hidrográfica regional, ideal para a vigilância e controle da navegação no principal rio que dava acesso ao interior da região Amazônica pelos conquistadores portugueses (RODRIGUES, 1996).

- c) *Diversidade dos usos do solo*: Talvez uma das mais latentes características do espaço urbano. Corrêa (1989) inicia sua resposta para a questão “o que é o espaço urbano” resumindo este em um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 1989, p. 7) que formam as áreas dentro da cidade, tais como as áreas comerciais, residenciais, industriais etc., distintas em sua forma e em seu conteúdo social. Uma cidade apresenta usos do solo em extensões relativamente curtas, não só distintas em sua natureza (residenciais, comerciais, industriais, de lazer, de circulação e de gestão), mas também em suas qualidades (residenciais de luxo, áreas de ocupações, centros comerciais modernos, centros comerciais populares e outros).

Essa classificação em “diversidades urbanas” é, na verdade, apenas de caráter didático explicativo, uma vez que elas não são excludentes entre si, pelo contrário, pode-se dizer, em suma, que as três se relacionam e se produzem, via de regra, de forma complementar, uma vez que, por exemplo, uma diversidade de sujeitos produziria uma diversidade de usos do solo a partir, principalmente, das diferentes atividades econômicas que praticam, assim como as diferentes estratégias que direcionam suas ações.

A quarta característica levantada por Souza (2003) é o espaço urbano como o *centro de gestão do território*, devido a sua centralidade política, cultural e empresarial. É neste espaço onde, segundo o autor, se concentram os centros de decisão política do Estado, das sedes de empresas e do poder religioso.

A partir dessa caracterização se percebe que o espaço urbano não pode ser condicionado a apenas uma variável, seja ela econômica, demográfica, espacial ou social, mas a partir da interação delas, que resulta em um espaço extremamente complexo, produto social e local de produção, de vivência, de circulação, de conflitos, de contradições de desigualdade e, principalmente de diversidade, uma vez que o espaço urbano é muito mais que um local onde

(...) se produzem bens e esses bens são comercializados e consumidos, e onde as pessoas trabalham; uma cidade é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores os mais diversos, formando grupos de afinidade e de interesse, menos ou mais bem definidos territorialmente com base na identificação entre certos

recursos cobiçados e o espaço, ou na base de identidades territoriais que os indivíduos buscam manter e preservar (SOUZA, 2003, p. 28).

Dessa forma, o espaço urbano é um espaço complexo, nas diversas dimensões socioespaciais: política, econômica, cultural, territorial e ambiental. E também é um espaço humano, da reprodução da vida humana, que se dá no cotidiano, a partir das (i)materialidades da realidade concreta (SAQUET, 2009).

Considerando toda a concentração, o movimento, a diversidade, a desigualdade, a proximidade e a contradição do espaço urbano capitalista, enfim, toda a sua complexidade, visualiza-se diversos problemas que surgem a partir da dinâmica urbana capitalista, criando uma espécie de “paradoxo urbano”. Sobre isso, Souza (2003) comenta que

(...) a vida em muitas cidades [...] tem sido percebida como um misto de sentimento de orgulho e satisfação, por um lado, e descontentamento e frustração, e até mesmo medo, por outro. A cidade, especialmente a grande cidade de um país periférico ou semiperiférico, é vista como um espaço de concentração de oportunidades de satisfação de necessidades básicas materiais (moradia, saúde...) e imateriais (cultura e educação...), mas, também, como um local crescentemente poluído, onde se perde tempo e se gastam nervos com engarrafamentos, onde pessoas vivem estressadas e amedrontadas com a violência e criminalidade (p. 20-21).

O autor chama a atenção para os diversos problemas que afetam o espaço urbano capitalista, desde a insalubridade ambiental até a insalubridade social que “deságua”, por exemplo, em baixa qualidade de vida e em altos índices de violência e criminalidade.

Longe de serem simples distorções dentro desse sistema socioeconômico, desvios de regras ou exceções, são na verdade consequências das contradições inerentes a sociedade capitalista atual, que é baseada na desigualdade e que elege o econômico, e não o social, como ponto de chegada e de partida, assim como a reprodução da lógica e, por consequência, do próprio sistema e daqueles poucos que dele mais se

beneficiam, como bem nos exemplifica Villaça (1986), quando discute déficit habitacional.

Assim, existe um espaço urbano produzido por sujeitos que são políticos, sociais, culturais e, também econômicos, que buscam a sua própria reprodução e de seus iguais a partir da vida cotidiana, mas que atende as necessidades do capital, que tem apenas no econômico seu *dever* e sua finalidade. Em suma, ao invés da cidade servir como um *locus* da reprodução da vida dos homens, ela serve, majoritariamente, a partir da lógica do sistema capitalista, à reprodução do capital e daqueles poucos que realmente se beneficiam do desenvolvimento econômico.

Longe de buscar um esgotamento da temática urbana, uma vez que esse também não é o objetivo deste trabalho, é importante voltar a atenção para a complexidade do espaço urbano, com múltiplas organizações espaciais, sujeitos, usos, contradições e problemas. Assim, as ações que visem a resolução de problemas e o atendimento das demandas, principalmente, das pessoas que buscam no espaço urbano a reprodução da vida, com qualidade, e a almejam para todos aqueles que nela habitam e não apenas para si, ou alguns poucos, deve ser precedidas de um minucioso e efetivo processo de planejamento e seguidas de uma gestão das ações no, e para, o espaço urbano.

Dessa forma, o planejamento e a gestão do espaço urbano se mostram essenciais para o desenvolvimento deste último, desde que os planejadores e gestores, que devem ser todos aqueles que produzem a cidade, o concebam em toda a sua complexidade socioespacial e tenha como objetivo, antes de tudo, uma mudança social positiva, com justiça social e que gere, ao mesmo tempo, qualidade de vida e permita a efetiva autonomia (SOUZA, 2010) daqueles que trabalham, circulam, moram, vendem, trocam e, acima de tudo, vivem na cidade.

2.3. O planejamento e a gestão urbana

Planejamento e gestão, diferente do que se pode pensar, não devem ser tidos como conceitos antagônicos ou rivais, nem tampouco sinônimos, são sim conceitos que abordam atividades diferentes, porém complementares, etapas diferenciadas de um mesmo processo. Assim, planejamento se refere às decisões de ações que serão efetuadas em um

futuro, seja ele próximo ou distante, enquanto que a gestão refere-se às ações feitas no presente, que consideram as decisões de um planejamento passado, mas também se adaptando as situações que este último não previu e/ou decidiu. Todavia, não se pode pensar que nessa dupla existe um mais importante do que o outro, pois ambos devem ser praticados de forma uníssona (SOUZA, 2010).

Quando se fala de planejamento e gestão urbanos, está se referindo a esses processos aplicados no espaço urbano, com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano. O desenvolvimento aqui defendido não se refere, em primeira instância, à esfera econômica e nem ao processo de modernização (em sentido capitalista e ocidental), mas sim a uma mudança social positiva, tanto no âmbito das relações sociais como também na espacialidade, a partir da melhoria da qualidade de vida, com justiça social, que gere autonomia⁴ a todos, o que Souza (2010) chama de desenvolvimento socioespacial. Em suma, o planejamento e a gestão urbanos têm como objetivo o desenvolvimento socioespacial do espaço urbano, o desenvolvimento urbano, gerador de autonomia, individual (enquanto indivíduo) e coletiva (enquanto sociedade), a partir da superação de problemas urbanos (fatores de injustiça social principalmente) e a melhoria da qualidade de vida urbana.

Souza (2010) propõe que o desenvolvimento deve ser medido a partir da autonomia, individual e coletiva, que subordina, ou seja, que condiciona os conceitos de qualidade de vida e de justiça social, seus objetivos principais. Assim, a justiça social e a qualidade de vida, no espaço urbano, só valem se gerarem também autonomia. Em leitura última, os três são fenômenos que devem ocorrer ao mesmo passo e que também devem ser produtos do planejamento e da gestão urbanos.

Outro ponto que chama a atenção no discurso do referido autor é a preocupação com a participação popular nas decisões desses parâmetros e adaptações, não só como um fator ético, mas também como um parâmetro de justiça social. Isso remete para outra questão: quem deve fazer o planejamento e a gestão urbanos? Uma resposta comum é de que esta é uma função que cabe aos arquitetos e aos urbanistas dentro de um órgão do Estado, entretanto, deve-se entender que eles são “dois” dos planejadores/gestores do espaço urbano, e não “os” planejadores/gestores, e também que o Estado não é o único agente que planeja/gera, uma vez que

⁴ Os conceitos de *qualidade de vida*, *justiça social* e *autonomia*, apresentados por Souza (2010), podem ser utilizados neste debate.

o espaço urbano é dotado de diversos agentes construtores com diferentes interesses e demandas. Dessa forma, a participação popular se mostra fundamental se o planejamento e a gestão buscam o desenvolvimento socioespacial do espaço urbano.

No que se refere aos profissionais envolvidos, uma vez que eles são indispensáveis, entre outras coisas, para instrumentalizar os meios de planejar e gerir, a interdisciplinaridade se mostra mais que uma necessidade em um planejamento e gestão urbanos legítimos, uma vez que essa não é uma prática que cabe somente a arquitetos e urbanistas, que estão mais voltados para uma intervenção da dimensão física do espaço, pois planejamento e gestão urbano não é sinônimo de urbanismo, mesmo que este último seja de extrema importância e esteja inserido no primeiro. Nesse sentido, para planejar e gerir o espaço urbano, uma entidade socioespacial complexa (SOUZA, 2003), é necessária uma intervenção que não seja meramente “físico territorial”, mas sim “social abrangente” (SOUZA, 2010) a partir do trabalho de uma equipe interdisciplinar dotada de cientistas sociais, tais como sociólogos, historiadores, geógrafos, economistas, profissionais do direito, arquitetos, urbanistas etc. Todos em um trabalho de “cooperação intensa e coordenada” (SOUZA, 2010), sem rivalidades ou atividades isoladas, fugindo de um fracionamento disciplinar do planejamento e da gestão urbanos.

Assim, esses profissionais devem basear seus trabalhos pautados em uma pesquisa prévia da realidade onde vão intervir, considerando suas múltiplas dimensões a partir de uma relação dialética, o que Souza (2010) chama de “pesquisa básica”, para, a partir disso, iniciar seus trabalhos. O planejamento e a gestão urbana não podem ser praticados a partir de uma visão tecnicista e puramente racional, os profissionais devem estar aptos a considerar a cidade como produto da dinâmica socioespacial e não como um produto forjado a partir de suas pranchetas. Isso remete a outra questão, que é superar uma visão de que a realidade, principalmente a do espaço urbano, é um “caos”, fruto da pura espontaneidade, que deve ser “ordenado” e “disciplinado” pelo profissional técnico sob a égide do Estado.

Nesse sentido, diversos processos geram múltiplas organizações espaciais simultâneas e sobrepostas, que parecem surgir totalmente da espontaneidade caminhando para um caos socioespacial, entretanto, fazem parte de ações pensadas e/ou que são consequências de dinâmicas inerentes ao próprio contexto socioeconômico.

A participação popular efetiva no processo de planejamento e gestão do espaço urbano, que tem como “ideia e força central” a “autonomia individual e coletiva” (SOUZA, 2010), é indispensável. Ninguém melhor que a própria população para decidir sobre as ações que impactarão sobre suas próprias vidas cotidianas. Essa ação pode-se dar por meio de sindicatos, clubes, organizações não governamentais etc., de modo que se pense em uma forma de planejamento e gestão urbana crítica, interdisciplinar, descentralizada e que tenha como finalidade a ampliação da autonomia individual e coletiva (SOUZA, 2010).

Uma questão importante ao falar de planejamento e gestão do espaço urbano, e também CTM, são seus instrumentos. Souza (2010) faz uma discussão abrangente sobre os principais instrumentos do planejamento e da gestão. Esse autor salienta que estes instrumentos estão geralmente ligados a dimensão “física” do espaço urbano, porém, chama atenção para o fato que essa é apenas uma das suas dimensões.

Ainda Souza (2010) trabalha com a classificação dos instrumentos em cinco grandes grupos: 1) *Informativos*: são aqueles que buscam dar informações relevantes para os diversos agentes modeladores do espaço urbano; 2) *Estimuladores*: são aqueles que buscam estimular ações específicas dentro do espaço urbano, como exemplo de incentivos fiscais e campanhas de mudanças de hábito; 3) *Inibidores*: são aqueles que “limitam a margem de manobra dos agentes modeladores do espaço urbano” (SOUZA, 2010, p. 218) restringindo e desestimulando certas ações, como a especulação imobiliária por exemplo. O IPTU progressivo no tempo e a desapropriação são exemplo desse tipo de instrumento; 4) *Coercitivos*: são aqueles que buscam proibir ou estabelecer limites “legais precisos para atividades dos agentes modeladores” (SOUZA, 2010. p. 218). Exemplificando esse tipo percebe-se os índices urbanísticos (coeficiente de superfície edificada, coeficiente de ocupação do solo, gabarito, recuos e afastamento, e etc.) e; 5) *Outros*: são aqueles cuja intenção “não é propriamente a de influenciar a ação de agentes modeladores do espaço urbano, tendo na verdade, outros objetivos, como a aferição de recursos adicionais” (SOUZA, 2010. p. 219) ou mesmo a viabilização e/ou manutenção de outros instrumentos. Aqui os exemplos são o da contribuição de melhoria, da planta de valores (SOUZA, 2010) e, também, o Cadastro Territorial Multifinalitário.

Mesmo tendo uma classificação menos específica, esse último grupo está longe de ser o menos importante dos instrumentos do planejamento e

da gestão do espaço urbano, tanto é que dentre eles está o CTM, e sobre a sua importância Souza comenta:

Sem cadastros e plantas de valores atualizados, não apenas a arrecadação de IPTU (“normal” e progressivo no tempo) há de se ver comprometida, mas a aplicação de vários instrumentos será, também, prejudicada, comprometendo objetivos mais ambiciosos em matéria de um planejamento e uma gestão eficientes e progressistas. Exemplos de outros instrumentos cuja aplicação pode não passar de um sonho na ausência de cadastros e plantas de valores atualizados são o “solo criado” e a contribuição de melhoria. Na verdade, cadastros e plantas de valores são coisas tão básicas que, muito mais que impedir ou dificultar a implementação deste ou daquele instrumento específico, a sua ausência ou desatualização dificultam, pura e simplesmente, qualquer planejamento sério e qualquer gestão minimamente eficiente (SOUZA, 2010, p. 306).

O autor chama a atenção para o Cadastro Territorial Multifinalitário⁵ como um instrumento imprescindível para a própria realização do planejamento e da gestão, não concebendo nenhum destes que não o tenha como um instrumento balizador como verdadeiramente eficaz para se alcançar o desenvolvimento urbano (SOUZA, 2010). Assim, a construção de um CTM (BRASIL, 2009) se mostra uma necessidade para um planejamento e uma gestão territorial urbana mais eficientes e que atendam as demandas do espaço urbano, complexo, contraditório e dotado de múltiplas territorialidades e estratégias em conflito.

⁵ Na realidade o autor se refere ao Cadastro Técnico Multifinalitário, entretanto aqui se utiliza esta terminologia como sinônimo de Cadastro Territorial Multifinalitário, devido suas finalidades serem parecidas. Pretende-se realizar uma discussão mais profunda sobre as semelhanças e diferenças entre essas duas ideias em trabalhos futuros.

3. CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO

3.1. CTM: uma visão geral

O cadastro técnico multifinalitário segundo a Federação Internacional dos Geômetras (FIG, apud REIS; BRANDÃO, 2010) é um

(...) sistema de informação **territorial**, normalmente baseado em **parcelas**, que registra interesses sobre a terra, como direitos, restrições e responsabilidades [...] sendo estabelecido para arrecadação legal e, ou, de apoio ao planejamento, buscando sempre o desenvolvimento social e econômico (p. 993) (grifo nosso).

Já o Ministério das Cidades (BRASIL, 2009) conceitua o Cadastro Territorial Multifinalitário como o

(...) inventário **territorial** oficial e sistemático do município e será embasado no levantamento dos limites de cada **parcela** [...], a menor unidade do cadastro, definida como uma parte contígua da superfície terrestre com regime jurídico único (BRASIL, 2009) (grifo nosso).

Nas duas definições de cadastros observa-se a existência das terminologias *território* e *parcela* cadastral como unidade elementar do cadastro. Apesar da primeira não ser conceituada, de forma preliminar, considera-se que o território abordado esteja ligado a esfera político administrativa relacionada ao Estado.

A definição da FIG denota explicitamente o cadastro como um instrumento de apoio ao planejamento, o que a portaria do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009) faz somente no capítulo que fala das “Diretrizes Gerais de Política Nacional de Desenvolvimento Urbano” de forma superficial quando cita “Planejamento Territorial” como uma das quatro vertentes do “Sistema Nacional de Política Urbana” (BRASIL, 2009).

3.2. A portaria 511/09 do Ministério das Cidades e suas características

Em janeiro de 2003 o governo federal criou o Ministério das Cidades que tem como competência o tratamento da política de desenvolvimento urbano e das chamadas políticas setoriais, ligadas ao espaço urbano, como habitação, saneamento básico, transporte urbano e trânsito (LOCH, 2007). Segundo Loch (2007), esse ministério trabalha buscando articular-se com os municípios, estados e sociedade civil em geral (movimentos sociais, ONG, setores privados etc.) e nasceu a partir de uma antiga luta dos movimentos sociais em busca da reforma urbana, apesar de que muitos dos ideais produzidos por esses movimentos foram deixados de lado pelo ministério a partir de 2005, segundo Maricato (2011).

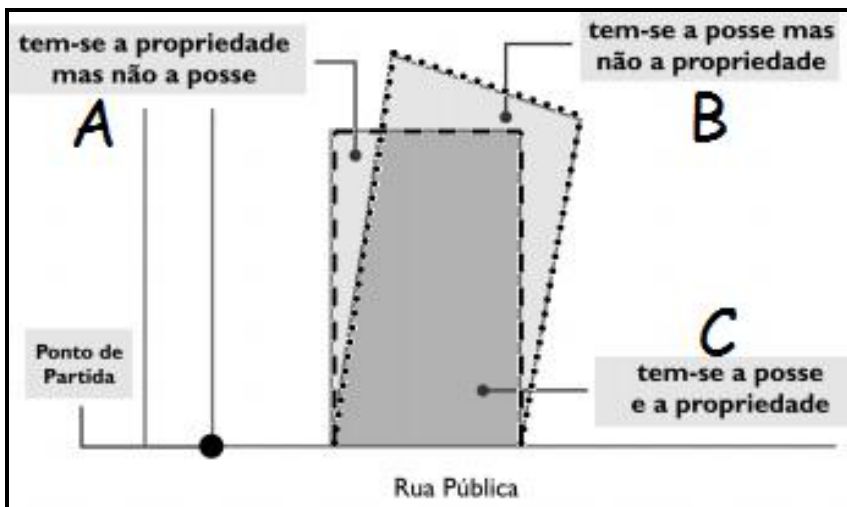
Nesse sentido, o Ministério das Cidades lançou em dezembro de 2009 a portaria nº 511/09, que busca propor “diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios brasileiros” (BRASIL, 2009). Este documento, estruturado em sete capítulos, traz informações que buscam balizar a criação de cadastros no Brasil. A abrangência do CTM no qual o ministério das cidades aborda se restringe às áreas urbanas (BRASIL, 2009) dos municípios cuja criação, diferentemente dos cadastros rurais, é de responsabilidade das prefeituras municipais (REIS; BRANDÃO, 2010). A portaria que dá as diretrizes que balizam a produção do CTM pelos municípios brasileiros aborda no primeiro artigo o seu principal conceito, a parcela cadastral, relacionando-a diretamente com a própria conceituação de CTM:

O Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), quando adotado pelos municípios brasileiros, será o inventário territorial oficial e sistemático do município e será embasado no levantamento dos limites de cada parcela, que recebe uma identificação numérica inequívoca (BRASIL, 2009).

A parcela cadastral é a unidade elementar do CTM, sendo definida como uma parte contígua da superfície terrestre (da área urbana) com regime jurídico único (BRASIL, 2009). Toda parcela refere-se a uma área que deve formar um único polígono, nunca mais que isso e que seus limites não podem sobrepor outras parcelas e nem permitir que haja lacunas entre elas, essa área deve ter apenas um *proprietário*, o dono legal da área, que pode ser uma pessoa física ou jurídica, e um *possuidor*, aquele que, de fato, se

utiliza daquela área, sendo que este último pode ser, ou não, o primeiro (CUNHA; ERBA, 2010). A Figura 1 representa um exemplo hipotético de parcelas cadastrais.

Figura 1: Caso hipotético de parcelamento cadastral



Fonte: Erba, adaptado (2005)

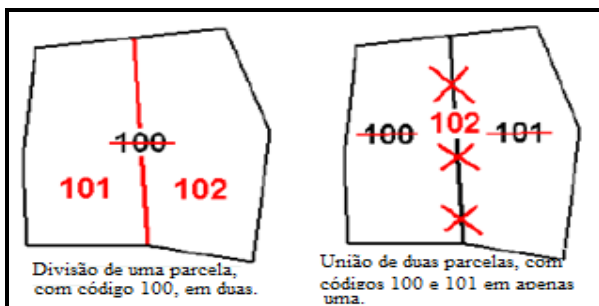
As linhas tracejadas na Figura 1 representam os limites de uma propriedade descritos no título de propriedade em nome de uma pessoa física (fictícia) chamada “Sr. Zeca Dastro” (ERBA; CUNHA, 2010), onde as linhas pontilhadas representam os limites reais de uma mesma propriedade do personagem, com suas características no terreno e limitada através de um muro. Assim, a parcela “A” refere-se à área que o “Sr. Zeca” tem a propriedade legal, mas não a posse, quem utiliza de verdade essa área é o seu vizinho do lado oeste (considerando o norte apontado para a parte superior da figura); a parcela “B” refere-se à área que o “Sr. Zeca” ocupa e utiliza, mas não tem o direito de propriedade, enquanto que a parcela “C” refere-se à área a qual ele é proprietário e também utiliza (posse). Percebe-se que o lote que o “Sr. Zeca” é dono refere-se a duas parcelas, “A” e “C”, enquanto que a área que ele de fato ocupa também é composta por duas parcelas “B” e “C”, podendo gerar relações conflituosas quando os usuários/proprietários são pessoas diferentes.

Nesse exemplo, a propriedade legal do “Sr. Zeca”, aquela descrita no seu título de propriedade, difere da sua “propriedade” real, como foi medida a partir das suas fronteiras reais e visíveis, no caso o muro. Segundo Cunha e Erba (2010), esse não é um caso isolado, uma exceção, no que se refere à realidade dos espaços urbanos brasileiros, mas sim a regra, o que de fato, mais ocorre.

Assim, se o planejador/gestor do espaço urbano utilizar somente a cartografia dos títulos de propriedade como base para sua pesquisa, será facilmente induzido a cometer erros, uma vez que tal representação está longe de representar o espaço urbano real, mas sim se refere apenas a um espaço urbano “ideal”, onde a “cidade ilegal”, que é parte considerável em muitas cidades brasileiras, desaparece (MARICATO, 2000). O CTM representa a organização espacial da propriedade e da posse do espaço urbano cadastrado, uma representação não só da complexidade, da proximidade e da diversidade do espaço urbano, mas também da sua multiterritorialidade, os diversos agentes e os diversos usos podem ser verificados em um CTM através de suas parcelas cadastrais.

Para se evitar a duplicidade de uso ou propriedade, a portaria 511 define que no CTM todas as parcelas devem ser identificadas com um “código único e estável” (BRASIL, 2009), ou seja, nenhum código pode ser usado em mais de uma parcela ou qualquer outra unidade cadastral, e que se mantenha com ela, de preferência, por toda a sua existência. Mesmo que uma parcela seja extinta do cadastro, como, por exemplo, no caso de uma divisão, seu código identificador jamais poderá ser usado para identificar outra parcela (Figura 2).

Figura 2: Exemplo de codificações de parcelas a partir de divisão e união



Fonte: Cunha e Erba (2010)

Discutida, de forma sucinta, a unidade elementar do cadastro, é necessário apresentar os principais elementos que constituem um CTM. Sobre isso a portaria nº 511/09 do Ministério das Cidades informa:

Art. 7º O CTM é constituído de:

I - Arquivo de documentos originais de levantamento cadastral de campo;

II - Arquivo dos dados literais (alfanuméricos) referentes às parcelas cadastrais;

III - Carta Cadastral.

Art. 8º Define-se Carta Cadastral como sendo a representação cartográfica do levantamento sistemático territorial do Município [em parcelas].

Nesse caso, o item III do artigo 7º aborda a carta cadastral, onde a figura 3 pode ser mostrada como exemplo de uma carta cadastral, que deve ser o resultado final do CTM proposto pelo Ministério das Cidades, que pode, e deve, estar associada ao item II, que prevê a existência de informações referentes a cada parcela do cadastro, a partir de um Sistema de Informações Geográficas (SIG)⁶. Desse modo, o cadastro, com suas características geométricas e de atributos, deve conter no mínimo as informações necessárias e que permitam que o mesmo se mantenha simples. Para isso, a portaria 511/09 aponta para um conteúdo mínimo do CTM, tanto no que se refere à carta cadastral (com a “geometria” da parcela, bem como sua localização⁷), quanto às informações referentes a cada parcela, que devem ser o código de identificação, o proprietário e o possuído da parcela. As informações referentes à geometria das parcelas devem ser levantadas a partir de técnicas de topografia, aerofotogrametria e geodésia, ou outras compatíveis. Enquanto que as informações dos atributos da parcela devem ser adquiridas por meio de levantamentos de campo e/ou a partir de

⁶ Os SIG são ferramentas computacionais para realizar análises complexas, interligando dados de diversas fontes através da criação de banco de dados georreferenciados (CÂMARA et al., 2005).

⁷ A portaria 511/09 do Ministério das Cidades prevê a utilização do Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) com o sistema de referência UTM (Universal Transversal de Mercator) para o georreferenciamento das parcelas, ou seja, sua localização na superfície terrestre a partir de um determinado sistema de referência.

cadastros já feitos em órgãos públicos ou privados, como o registro de imóveis (BRASIL, 2009).

Figura 3: Modelo de Carta Cadastral (Cidade Universitária José da Silveira Netto/UFPA)



Fonte: Silva (2012)

Assim, a partir da manipulação do CTM em um ambiente SIG, observa-se que a carta cadastral, considerando seus atributos e o uso de metodologias de pesquisa pela geometria ou por atributos, permite responder aos questionamentos sobre cada parcela: Qual parcela é? Onde está localizada? Quanto mede? Quem é o dono legal e quem a utiliza de fato? Informações desse tipo são de alta importância, e são condicionadas pelo Ministério das Cidades em sua portaria.

3.3. E a multifinalidade?

A multifinalidade deve ser considerada como uma característica importantíssima para a utilização do CTM como um instrumento que

contribui para o desenvolvimento do espaço urbano como propõe Souza (2010). O modelo de CTM proposto pela portaria 511/09 do Ministério das Cidades tem essa característica muito mais como uma possibilidade do que um componente necessário, uma vez que isso depende da utilização do mesmo de forma integrada a outros cadastros, como, por exemplo, o registro de imóveis (RI).

O Registro de Imóveis é o único banco de dados que a portaria cita de forma específica e que deve ser relacionado ao CTM, ou seja, as demais informações que podem ser especializadas com o CTM são previstas apenas dentro de citações gerais, como bem mostra os artigos 4º, 5º e 6º do Capítulo I da Portaria 511/09 do Ministério das Cidades:

Art. 3º Toda e qualquer porção da superfície territorial no município deve ser cadastrada em parcelas.

Art. 4º **Os dados do CTM, quando correlacionados às informações constantes no Registro de Imóveis (RI) constituem o Sistema de Cadastro e Registro Territorial - SICART.**

Art. 5º **Os dados dos cadastros temáticos, quando acrescidos do SICART, constituem o Sistema de Informações Territoriais (SIT).**

§ 1º O cadastro temático compreende um conjunto de informações sobre determinado tema relacionado às parcelas identificadas no CTM.

§ 2º **Considera-se como cadastros temáticos, os cadastros fiscal, de logradouros, de edificações, de infraestrutura, ambiental, socioeconômico, entre outros.**

Art. 6º O CTM, bem como os sistemas de informação dos quais faz parte (SICART E SIT), **é multifinalitário e atende às necessidades sociais, ambientais, econômicas, da Administração Pública e de segurança jurídica da sociedade (...).** (BRASIL, 2009) (grifo nosso).

Observe que a portaria já coloca em seu primeiro capítulo “Das Disposições Gerais” informações sobre a multifinalidade do CTM. Ao integrar os dados do RI com os do CTM cria-se o que a portaria chama de “Sistema de Cadastro e Registro Territorial (SICART)” (BRASIL, 2009) com informações tanto sobre as parcelas cadastrais de forma geral (localização, geometria e área), quanto sobre o seu conteúdo, das edificações

e outros objetos espaciais, presentes no RI, essas são, diga-se de passagem, informações essenciais para o cálculo do IPTU. Os outros cadastros temáticos, especificamente, devem ser pensados pelo usuário do CTM, de modo que a construção do “Sistema de Informações Territoriais (SIT)” fica totalmente por conta de quem produz e/ou utiliza o CTM, atribuindo-lhe finalidades diversas.

Contudo, não se pode afirmar que o CTM não é multifinalitário, mas sim que o grau de multifinalidade depende muito mais do usuário (SILVA, ARAUJO, PALHETA DA SILVA, 2011), uma vez que o CTM possibilita uma integração de outros bancos de dados com os mais variados temas e com as mais diversas finalidades, tais como, por exemplo, banco de dados criminais (registros criminais por parcela, banco de dados de saúde (registros de doenças por parcelas), base cartográfica de topografia e áreas alagáveis (sobreposição de temas sobre a carta cadastral para identificação de parcelas com riscos ambientais), e etc. Essa integração de banco de dados ao CTM é possível devido ao código identificador da parcela ser único (geocódigo), o que permite a integração de informações de outros bancos de dados, desde que eles contenham o atributo dos códigos das parcelas relacionados com suas informações.

A possibilidade de agregar informações de outros bancos de dados (desde que estejam bem estruturados e preparados para a integração com o CTM a partir do geocódigo da parcela) é uma das características do CTM que permite a sua multifinalidade. O parágrafo único do Art. 6º do Capítulo I da Portaria do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009) diz que o CTM precisa ser utilizado como referência básica para qualquer atividade de sistemas ou representações geoespaciais do município, ou seja, todas as ações de planejamento ou gestão que envolverem alguma análise espacial em escala compatível com a do CTM, devem ter como base cartográfica o próprio CTM. Assim, as diversas secretarias do município, ou mesmo do estado, devem utilizar o CTM como única base, ao invés de cada uma produzir a sua própria, as ações devem ser planejadas e geridas sobre a mesma base cartográfica, que possibilite uma gestão muito mais integrada e de caráter territorial efetivamente, muito mais do que setorialmente.

Dessa forma, o CTM deve ser uma ferramenta de apoio ao planejamento e a gestão territorial urbana, que visem o desenvolvimento socioespacial (SOUZA, 2010), de forma multifinalitária de fato e não simplesmente como um meio de ampliar a arrecadação tributária das prefeituras a partir da otimização do IPTU, mesmo este sendo um

importante instrumento de arrecadação, o que não deve ser o único uso para o CTM (SILVA; ARAUJO; PALHETA DA SILVA, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O espaço urbano capitalista, com sua organização espacial global complexa e composta por numerosas, diferentes, sobrepostas e, geralmente, complementares organizações espaciais, é produzido por diferentes agentes modeladores que estão, via de regra, em um relativo contato, mas que não compartilham, necessariamente, dos mesmos interesses e ambições e que vivem um cotidiano marcado por relações dissimétricas, onde uma minoria tem maiores benefícios enquanto a maioria vive à margem destes, que tem como resultado a produção de desigualdades e injustiças de toda ordem.

O contexto de complexidade, desigualdade e injustiça do espaço urbano lembra a necessidade de um planejamento e uma gestão do espaço, que tenha como objetivo final o desenvolvimento urbano enquanto promoção de qualidade de vida, justiça social e autonomia para todos aqueles que produzem, reproduzem e vivem nele. Essa prática planejadora/gestora deve ser entendida como uma pesquisa social aplicada interdisciplinar e contemplar uma participação popular efetiva, assim como utilizar os seus diversos instrumentos de forma a contemplar os objetivos de forma satisfatória.

Entre esses instrumentos tem-se o Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM), que tem como objetivo primeiro a representação da organização espacial das parcelas do espaço urbano, ou seja, a situação real do uso do solo pelos agentes modeladores da cidade a partir da produção da carta cadastral. Onde o seu “uso” principal se baseia na sua possível multifinalidade, ou seja, na multiplicidade de usos e na padronização da base cartográfica por parte dos planejadores/gestores.

Entretanto, a multifinalidade do CTM é mais uma possibilidade de que uma certeza, uma vez que esta depende, em última instância, daqueles que o produzem, já que a portaria que o “regulamenta” condiciona sua integração apenas no registro de imóveis, mesmo que o direcione para um uso muito mais abrangente. Portanto, o uso multifinalitário do cadastro deve ser uma característica essencial para se alcançar os objetivos de um planejamento e uma gestão, que tenham como norte uma mudança social

positiva e não apenas que tenha como fim a possibilidade de ampliação da captação de recursos para o município.

5. REFERÊNCIAS

AB'SABER, Aziz Nacib. **O que é ser geógrafo**: memórias profissionais de Aziz Nacib Ab'Saber. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ARGENTA, Andressa; OLIVEIRA, Gustavo; POSTIGLIONE, Francisco Henrique. A importância do cadastro urbano para fins de planejamento urbano - experiência em Florianópolis/Brasil e Santa Fé/Argentina. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. Montevideu, Uruguai. **Anais...** EGAL, 2009.

BRASIL, Ministério das Cidades. Portaria nº 511/09: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário. Nº 234 de 8 de Dezembro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2009.

CÂMARA, G.; DAVIS JR., C. A.; CASANOVA, M.; VINHAS, L.; QUEIROZ, G. R. **Banco de dados geográfico**. Curitiba: Mundogeo, 2005

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 15-49.

_____. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Princípios)

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987.

CUNHA, Eglásia Micheline Pontes; ERBA, Diego Alfonso (Orgs.). **Manual de Apoio – CTM: Diretrizes para a criação, instituição e atualização do Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios brasileiros**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

ERBA, Diego Alfonso; CUNHA, Eglásia Micheline Pontes. **Zeca Dastro e as diretrizes para o Cadastro Territorial Multifinalitário**. Brasília: Ministério das Cidades; Lincoln Institute of Land Policy, 2010.

GOMES, Ivair. **Características dos sistemas naturais da área sul da regional Barreiro (dentro dos grupos Itabira e Piracicaba) e possibilidades de uso.** 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998, p. 16-24. Disponível em: <<http://ivairr.tripod.com/geossist.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

LEVEBRVE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

LOCH, Calos. A Realidade do Cadastro Técnico Urbano no Brasil. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 13. Florianópolis, 2007. **Anais...** 2007.

MAGALHÃES, Gledson Bezerra; SILVA, Edson Vicente da; ZANELLA, Maria Elisa. Análise Geossistêmica: Caminho para um Entendimento Holístico. **Revista do Departamento de Geografia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, 2010. Disponível em: <<http://migre.me/amoNb>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias-planejamento urbano no Brasil** . In: Arantes, Otilia. A cidade do pensamento único- desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (pp. 121-192).

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011

MENDONCA, Francisco. **Geografia Física: ciência humana?** São Paulo: Contexto, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993.

REIS, Ernesto Santana dos; BRANDÃO, Artur Caldas. Cadastro Territorial como Instrumento de Sustentabilidade. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 24. Aracaju, 2010, **Anais...** 2010. p. 992-998.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Aventura urbana: urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.** Belém: NAEA/UFPA, 1996.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério (Orgs). **Territórios e territorialidades** – teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SILVA, Christian Nunes da. **Relatório final do projeto Implementação do Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) da cidade universitária José da Silveira Netto, com uso de sistemas de informações geográficas (SIG)**. Belém: PROEX/UFPA, 2012.

SILVA, Christian Nunes; ARAUJO, Fernando Alves; PALHETA DA SILVA, João Márcio. O Cadastro Territorial Multifinalitário (CTM) como instrumento de planejamento e gestão municipal. In: ROCHA, Gilberto (org). **Município e território**. Belém: NUMA/UFPA, 2011. p. 179-202.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. p.77- 116.

_____. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1988.

TRINDADE JR., Saint Clair; TAVARES, Maria Goretti. (Orgs) **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA, 2008.

VILLAÇA, F. J. M. . **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.** SãoPaulo, SP.: Global Editora, 1986. 123

A GLOBALIZAÇÃO NO LUGAR E PAISAGEM DOS ESPAÇOS URBANOS NA AMAZÔNIA

Mauro Emilio Costa Silva

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho originou-se por meio da observação da intensa instalação de empresas *fast food* em bairros centrais, também visando uma melhor percepção no entendimento de como as pessoas em especial as que vivem ao entorno do referido setor econômico se relacionam com o mesmo. Além da compreensão de como os sujeitos que desenvolvem as atividades informais nos seus arredores são atingidos e quais seus pontos de vista tanto dos moradores quanto dos trabalhadores em relação a esta “nova” realidade, já que estas empresas atuam com lógica exógena, engendrando um fator para possível estranhamento.

Analisando a grande expansão destas empresas transnacionais detentoras de relativa tecnologia¹, que atuam em um dos setores mais afetados pela modernização, que são os de demanda mais dinâmica (como *fast food*), a forma de mercado que prevalece apresenta uma dupla face, para as empresas transnacionais que a observam do exterior, essa forma de mercado se assemelha à concorrência monopolística.

Quanto à relação entre empresa estrangeira e país assediado, para Furtado (1981, p. 21), a barreira à entrada é inexistente e a defesa pela empresa de seu setor no mercado deve fundar-se na propaganda e na individualização do produto.

Em face do avassalador processo de globalização² expressa pela interdependência entre vários povos e nações em trocas principalmente econômicas e culturais, o binômio informação-consumo é o trunfo primordial por parte das grandes corporações mundiais para promover seus fluxos comerciais. Estas empresas em grande parte sediadas em países

¹ A tecnologia do produto é a principal fonte do poder de mercado, razão pela qual aqueles que a controlam somente a cedam mediante as condições muito restritivas (FURTADO, 1981, p. 44).

² A aceção do conceito de globalização próximo ao nosso objeto refere-se à tendência na homogeneização de usos e costumes, com a predominância de meios de comunicação que podem inibir qualquer reação ou crítica individualizada, distante da padronização imposta (SPÓSITO, 2004, p. 79).

desenvolvidos, os centros de dispersão do poder, até pouco tempo tinham suas atuações circunscritas às áreas desenvolvidas.

No contexto hodierno vem ocorrendo a tendência da realocização, mediado pelo meio técnico-científico-informacional, apontando para a dispersão e conquistas de novos mercados consumidores, em direção a alguns países subdesenvolvidos, atingindo inclusive elementos culturais, como observa Ianni (1999),

A cultura do capitalismo seculariza tudo o que encontra pela frente e pode transformar muita coisa em mercadoria, inclusive signos, símbolos, emblemas e fetiches. Tudo seculariza, instrumentaliza, desencanta (IANNI, 1999, p. 83).

As empresas *fast food* se inseriram recentemente na cidade de Belém, ou seja, a partir de 1997, considerando que grande parte de suas lojas, concentram-se nos *shoppings centers* e/ou supermercados dos bairros centrais, pela infraestrutura mais preparada, possuírem vias de passagem ao bairro mais econômico da cidade (o Comércio), e por um mercado consumidor potencial, residente nestes espaços (com destaque aos bairros de Nazaré e Umarizal), permitindo um poder de atração maior em relação a outros bairros da cidade. Lembrando que Belém segue a relação assimétrica das principais cidades brasileiras, no qual o centro é privilegiado em termo de objetos espaciais em detrimento a periferia relegada aos diminutos investimentos governamentais.

Os segmentos de empresas citadas com suas paisagens estandardizadas pelo planeta vêm trazendo possíveis repercussões abstratas na psicosfera (SANTOS, 2008b) dos habitantes dos dois bairros por um novo comportamento em termos de alimentação rápida, bem como notórias e concretas alterações na tecnosfera (SANTOS, 2008b) na paisagem de tais subespaços.

A globalização, como um processo inexorável, nas metrópoles, tanto de países ricos quanto de países pobres, realiza significativas transformações socioespaciais, ações estas que ocorrem concomitantes ao processo urbano de metropolização, ambos, as ações da globalização premida por uma necessidade mais externa e o segundo a metropolização induzida por uma ordem mais interna, seja nacional, seja regional. Entretanto, ambos os processos estão amalgamados sendo produto do capitalismo em suas diversas formas de representação.

A metropolização, no contexto hodierno reforçado pela globalização, desestrutura formas antigas ao que se convencionou chamar de rugosidades espaciais (SANTOS, 2008a), incidindo diretamente na metamorfose das paisagens urbanas. O conteúdo também se esfuma paulatinamente, e, este conteúdo seria o componente essencial do espaço vivido, definido primordialmente pelas relações interpessoais que dão sentido ao lugar.

2. A CENTRALIDADE DO CONCEITO DE LUGAR

O lugar é o espaço mais sensível aos ditames do global, tornando-se o glocal (GIDDENS *apud* COSTA, 2007), receptor imediato das ordens buliçosas mundiais, emanados pela globalização.

O lugar é tanto assediado, alterado em sua forma e conteúdo por uma matriz de caráter urbana (não deixando de ter um pano de fundo econômico) quanto, por outra de caráter unicamente econômico, a globalização na sua maior essência.

Com a difusão da Geografia humanista, a categoria lugar se tornou uma “lente” primordial em diversos estudos geográficos, incluindo, os de Geografia urbana voltados, sobretudo, para aqueles que abordam como o homem é afetado pelas transformações espaciais e estruturais e, como suas interpretações e práticas espaciais são por ele percebidas e apreendidas.

A afirmação da Geografia humanística, conseqüentemente, houve a revalorização do homem como cerne principal das proposições nas análises geográficas, e, nos demais campos de conhecimento entre as humanidades, logo a categoria lugar, como a categoria imediata das respostas aos questionamentos antrópicos, circunscrito em determinados recortes espaciais, conferindo a estes uma ordem próxima entre homem-meio & homem-homem, com suas diversas tramas recaírem na explicação do lugar.

O lugar possui como ente primordial a presença humana, pois sua ausência leva à perda da constituição desta categoria. Deve-se então, concentrar a atenção no homem como produtor essencial do espaço, para compreender a sua visão de mundo, para interpretar suas manifestações no seu ambiente de viver, trabalhar e lazer. Apesar de existir defensores de que o espaço pode prescindir a presença humana como em Raffestin (1993, p. 57), o espaço, a matéria ou a substância, encontrando-se na superfície da

terra ou acessível a partir dela, é assimilável a um dado, pois pré-existe a toda ação humana.

A categoria lugar nos últimos decênios do século XX ganhou proeminência em decorrência do turbilhão de dilemas propostos pela globalização, o lugar sendo uma categoria geográfica conforme alinhavamos no decorrer do trabalho, como uma dimensão da totalidade-espaço que melhor o individualiza, seja pela relação de pertencimento afetivo humano para consigo, seja por sua configuração morfológica. Pois, tanto um quanto outro são de certa forma impactados, como são condição e meio para a organização da globalização, suas desconstruções acarretam imediatamente respostas próprias através dos seus vieses abstratos e concretos das ações globais empreendidas.

Para Carlos (2001, p. 19), habitar hoje a metrópole apresenta um sentido diverso, em função do processo de implosão que impõe mudanças nos hábitos e comportamentos, dissolve antigos modos de vida, transformando as relações entre as pessoas, bem como reduzindo e redefinindo as formas de apropriação do espaço.

Assim, o lugar torna-se a categoria geográfica indispensável nesta análise, por ser produto e condição do/no reprodutivismo econômico. O lugar ganha (re) significado no contexto da globalização, ao ter como uma das suas premissas a homogeneização dos espaços. As forças globais convivem cotidianamente numa trama dialética com a cultura local, em função de o externo ser necessário ou dispensável, um dilema que pode se fortalecer ou enfraquecer de acordo com o espaço de ação dos sujeitos socialmente representados.

Para Silva (2011, p. 37), um lugar é o que nós sentimos e vivemos solidificados por sentimentos, isto pode ser corrompido com objetos e ações globalizadas, eliminando rugosidades e paulatinamente do imaginário.

Os imperativos da globalização que por sua natureza atua na isonomia espacial para a reprodução ampliada do capital, promove um embate instigante amplo e de permanente explicação para a ciência geográfica, sobretudo, entre os dois níveis escalares, local e global. Nesse ponto destaca-se a questão do bairro.

3. O BAIRRO-LUGAR

A circunscrição de bairro é originalmente uma criação política para um melhor controle institucional no que concerne às questões sociais, políticas e econômicas de uma fração do espaço.

A revisão da literatura geográfica acerca da categoria lugar, especialmente numa zona urbana metropolitana, nos conduziu a aproximar para uma superposição do lugar/bairro como afirma Carlos (2001, p. 244), trata-se do lugar da casa e de tudo que o ato de habitar implica à vizinhança, em contatos contínuos; a rua, com seus encontros, intercâmbios, troca de informações e sua dimensão lúdica.

São lugares de orientação na metrópole, referência significativa da vida que tem uma dimensão objetiva e subjetiva, assim, os espaços se ampliam; a casa e a rua ganham a dimensão do bairro.

O bairro revela antes de tudo, uma forma física, um pedaço urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e um determinado tamanho. Seu traçado segue uma lógica espaço-social, ou seja, o bairro é uma unidade morfológica espacial e morfológica-social ao mesmo tempo, segundo Rossi (1995):

A cidade, na sua vastidão e na sua beleza, é uma criação nascida de numerosos e diversos momentos de formação; a unidade desses momentos é a unidade urbana em seu conjunto, a possibilidade de ler a cidade com continuidade reside em seu preeminente caráter formal e espacial. A unidade dessas partes é dada fundamentalmente pela história, pela memória que a cidade tem de si mesma. Essas áreas, essas partes, são definidas essencialmente pela sua localização: são a projeção no terreno dos fatos urbanos, a sua comensurabilidade topográfica e a sua presença, cultural e geográfica suficientemente circunscrita. O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos

é suficiente para alterar o limite do bairro (ROSSI, 1995, p. 55).

Do ponto de vista histórico-social, Lefebvre (1971, p. 197) reforça a ideia de que o bairro corresponde a uma escala territorial que é definida também por um módulo social, ou melhor, é onde há maior convergência entre o espaço geométrico e o espaço social, entre o quantificado e o qualificado. “O bairro seria a ‘diferença mínima’ entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos”.

O bairro seria então o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico.

As metrópoles de um país capitalista impõem seu ritmo, altamente frenético, motivado pelo contexto econômico presente. No entanto, as cidades são, internamente, segmentadas administrativamente em bairros, e esse subespaço pode ser denominado de lugar pela categorização geográfica a partir da seguinte afirmação de Carlos (1996, p. 32), a metrópole não é “lugar”, ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria à discussão do bairro, como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas.

Outros autores convergem para a mesma ideia da autora anteriormente citada, na pontuação de que um bairro é uma realidade ao mesmo tempo, objetiva e (inter) subjetiva como Souza (2006, p. 308), um bairro não é socialmente produzido, somente porque seu substrato material (as ruas, as construções) representa a natureza transformada pelo trabalho humano, mas porque cada bairro é ao mesmo tempo, e, em última análise, um espaço dotado de significado, um espaço vivido e percebido; enfim, um lugar.

Desde 1997, bairros centrais da metrópole paraense como Nazaré e Umarizal vêm sendo espaços de recepção para grandes corporações nacionais e transnacionais ligadas ao setor de *fast food*, com destaque para McDonald’s, Bob’s, Habib’s, Pizza Hut, Subway e China in Box.

Tais empresas põem em risco a manutenção da caracterização do conceito de lugar nestes dois subespaços, pela transmutação da relação entre homem-homem, e, este com o meio, através da disposição de novos

ambientes de consumo, engendrados pelos equipamentos urbanos estandardizados, presentes na paisagem das principais cidades brasileiras e mundiais.

Esta tendência é apontada por Carlos (2001, p. 245). Os bairros, agora, ganham nova funcionalidade dentro do espaço metropolitano, e o processo de funcionalização dos espaços acompanha a degradação de vida cotidiana, resumindo-a cada vez mais à esfera da vida privada.

São paisagens como cenários que remetem o sujeito para fora do cotidiano de sua realidade e acabam por criar percepções ilusórias, de modo a levar a certa fuga da realidade cotidiana. Ora, isto pode confundir e até interferir no desenvolvimento habitual dos processos perceptivos da população.

A categoria lugar como um bairro de uma metrópole, inserido na globalização no momento hodierno, pode ser tomado dialeticamente como o espaço de engodo pelas forças econômicas mundiais que visam a homogeneização do território por meio de padrões comuns de circulação e consumo, mas pode ser também por suas próprias singularidades socioespaciais, o território em que se cria este projeto societário hegemônico.

Santos (2008a, p. 314) concorda que apesar do lugar assimilar as lógicas globais, simultaneamente, ele deve exercer sua individualidade, já que “cada lugar é a sua maneira o mundo”; contudo, complementa que cada lugar encontra-se “irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo”. Tal complementação torna cada lugar “exponencialmente diferente dos demais”.

O lugar pode até oferecer rejeição ao global, este calcado numa ordem distante exógena, porém, a resistência pode não se fazer por muito tempo. Assim, as formas de resistência endógena são cada vez mais reduzidas, pois, o exógeno emana uma ordem permanente contra uma ordem local de resistência temporária. A categoria lugar se vê em constante tensão, quanto à sua autoexplicação em decorrência da possibilidade de mudança, que ora, revela a singularidade, ora a resistência e ainda a sua total oposição.

A singularidade de um lugar se define tanto por sua característica física, exprimido a maior identidade e originalidade deste espaço, quanto pelas relações sociais, instituições, arquitetura, urbanismo, o sotaque, o relacionamento grupal e, todas as culturas materiais e imateriais medianamente estáveis.

A imaterialidade cultural recém-citada pode ser exemplificada com Massey (2008), nesta passagem;

Você chega em Paris, joga-se exausta, em um café. A característica mistura de café e fumo forte, envolve você. Você antegoza alguma legítima comida francesa. Seus sentidos corpóreos se preparam para a especificidade desse lugar (MASSEY, 2008, p. 239).

E assim, qualquer lugar se antecipa em sua existência, pelo que dispõe para o usufruto de visitante, que *a priori*, é a partir de suas paisagens, e, em seguida seus alimentos *sui generis*, sendo uma forma de sentir o lugar com essa dimensão corpórea.

O tato, o olfato, a visão e o paladar são formas de sentir um lugar, que se anuncia ao mundo por suas representações, realizado por e a partir de condições próprias, indo naturalmente contra qualquer similitude espacial.

As práticas socioespaciais pretéritas em consonância com certo gênero de vida, revestidas em elementos presentes (meio técnico-científico-informacional), como a produção de alimento, tradicionalmente mantido na composição cultural de um dado povo, mesmo sob um novo meio, são definidoras de um lugar, que se realizam no mundo sem, necessariamente, ter esta construção por força própria e para tal intencionalidade.

O lugar enquanto bairro revela o cotidiano do grupo, não apenas pelas relações tecidas entre as pessoas, mas às trajetórias distintas pessoais com esse espaço, como um histórico de vida. Enfim, o bairro representa a arena de vários campos de lutas, positivas ou negativas, mas demarcadoras da subjetividade e da memória de cada indivíduo.

Neste entendimento, observa Carlos (2001, p. 114), o bairro ganha uma dimensão simbólica, para seus moradores que também ao utilizarem esse espaço para fomentar o sentido de sociabilidade, em práticas espaciais banais, as relações sociais têm sua realização ligada à necessidade de um espaço.

Os bairros de uma metrópole, sobretudo, os centrais estão em face da globalização, com fortes eminências de perder a sociabilidade entre seus habitantes, que necessitam de espaço, mesmo que seja uma pequena fração, a exemplo de uma praça e/ou de pequeno comércio local, para que haja os encontros cotidianos e, conseqüentemente, se estreitem tais relações.

Desta forma, se aventa a possibilidade destas frações espaciais ganharem um valor simbólico, justapondo e mesclando em certa medida, um valor de uso com valor de troca, simultaneamente nestes espaços.

A convivência dos cidadãos nas metrópoles como Belém, cidade que ainda é marcada por uma forte singularidade cultural, incorporada, sobretudo, através de um gênero de vida³ singular, que se estendeu do campo/floresta, para a cidade.

Pois o meio natural amazônico proporcionava para o homem do passado, a possibilidade de um tipo de subsistência a partir da prática do extrativismo e pesca, materializando os alimentos próprios deste ambiente, caracterizando um gênero de vida amazônico/ribeirinho, gênero de vida é definido por La Blache (1954) desta forma,

E assim se introduziu entre os agrupamentos um novo princípio de diferenciação, porque, os modos de vida, pelo tipo de nutrição e pelos hábitos que implicam, são por sua vez, uma causa que modifica e modela o ser humano. Entre as relações que ligam o homem a um certo meio, uma das tenazes é, aquele que aparece quando se estudam os modos de alimentação (LA BLACHE, 1954, p. 195).

Neste caso, em Belém tanto o tempo quanto as influências estrangeiras não culminaram com a aniquilação total deste gênero de vida representado por seus alimentos regionais.

A alimentação regional, como prática socioespacial, a exemplo do tacacá que, em toda sua composição (tucupi, goma, folhas e camarão), é originária de práticas e saberes seculares indígenas que ainda são reproduzidas pelo sujeito hodierno amazônida.

No entanto, tal alimento ainda hoje se apresenta no consumo, seja esporádico, seja frequente dos belenenses mesmo daqueles dos bairros centrais, Nazaré e Umarizal, que, apesar do alto poder aquisitivo de grande parte dos seus moradores ainda mantêm um relativo vínculo com os alimentos regionais, contribuindo para a não dissolução dos hábitos dos antepassados.

³ O gênero de vida segundo Vidal de La Blache seria a relação direta entre o homem e o meio de uma forma particular, que caracteriza um determinado povo.

Para Strauss (1999), “A cultura são hábitos a partir do lugar”. Sendo assim, é um produto de um dado espaço realizado pelo homem também num dado tempo cronológico para a sua afirmação, necessitando da prática para a manutenção e, por conseguinte, a caracterização cultural diferenciada de um povo. A globalização requer o choque entre o que existe e o que se impõe como novo pautado na sociedade de consumo, estando na base das transformações da metrópole em suas diversas facetas.

É diante do exposto que entendemos os conflitos territorialmente localizados nos dois bairros de Belém, como expressões singulares em meio às forças hegemônicas do capitalismo globalitário que tende a homogeneizar os processos de consumo e circulação dos produtos em bases cosmopolitas exógenas. Os elementos culturais locais, produzidos secularmente a partir das condições próprias do meio, levam aos seus habitantes a recriarem esses processos monopolizantes e padronizantes de comportamento, aí pode residir o potencial de resistência ao modelo dominante, mas aí também se corre o perigo de sucumbir a esse modelo, produzindo o *fast food* do tacacá, reduzindo a particularidade do lugar.

4. A PAISAGEM: ENCANTAMENTO OU ESTRANHAMENTO

O intuito de utilizar a paisagem como categoria consiste no fato de se tentar entender os desdobramentos dos moradores dos bairros de Nazaré e Umarizal, a partir da inserção das empresas nacionais e transnacionais de *fast food*, que imprimiram novos símbolos nestes espaços. Consideramos que esta categoria pode exprimir *a priori* uma nova realidade visível apenas, no plano da aparência, mas, que a partir deste dado e um esforço analítico poderá desvendar não somente o que está posto como também as entranhas do fenômeno.

A paisagem é considerada uma das mais antigas categorias da Geografia, sua dimensão analítica remonta a gênese da ciência geográfica no final do século XIX. Naquela época, a Geografia era feita a partir da descrição das paisagens, com extrema exaustão dos diversos ambientes terrestres, suas interrelações e comparações, pelas diferenças das ambiências paisagísticas.

A Geografia clássica era realizada por extensas e duradouras viagens em que se descreviam as paisagens entremeadas por diferentes ambientes tornando-a uma ciência conhecedora superficialmente de dados das outras

ciências, mas não explicativa destes mesmos dados e dos fenômenos impressos no espaço a contento.

Além disso, trouxe um embate entre os deterministas que afirmavam uma relação entre homem-meio, na qual o meio configuraria a paisagem, e os seguidores de La Blache, assim, descrito por Monbeig (2004, p. 117), trata-se em todo o caso de uma paisagem cultural, substituída pelos homens à paisagem natural; o grupo humano apodera-se sempre do meio, quer vindo a dominá-lo, quer preferindo adaptar-se a ele, o que constitui ainda uma maneira de vencê-lo.

Esta última acepção no que concerne à paisagem foi mais aceita na Geografia moderna na segunda metade do século XX. A categoria paisagem foi revalorizada na década de 1950, com a ascensão da Geografia humanista, calcada basicamente na subjetividade e nos sentimentos.

Desta forma, seus estudos poderiam ganhar operacionalidade, com a utilização desta categoria de análise, pois esta consubstancia as interpretações humanas de um recorte do espaço, oferecendo-lhe uma eficaz inteligibilidade conceitual.

A observação e a interpretação da fisiologia da paisagem fazem parte da essência do saber geográfico, ao partir da descrição geral, objetivando alcançar a explicação singular que uma paisagem pode revelar.

Os estudos da paisagem acompanham os anseios da sociedade. Logo, não é estática e vive em permanente modificação como analisa Santos (2008a, p. 73), a paisagem não se cria de uma vez, mas, por acréscimos e substituições. Ainda, nesta mesma linha de pensamento complementa Carlos (2005, p. 36), na metrópole a paisagem vai revelando o movimento de um “fazer-se incessante” que aniquila o que está produzido com o objetivo de criação de outras formas.

Ao se tratar de paisagem urbana especialmente de uma metrópole em que as constantes alterações das formas motivadas por variados vetores, merece uma atenção maior na sua conceituação, pois a dinâmica e a concentração da lógica reprodutora capitalista no meio urbano é acelerada. Tal característica, como observa Carlos (2001, p. 246), as mudanças morfológicas tomadas como ponto de partida apontam, de um lado, o inexorável processo de homogeneização da paisagem: a metrópole se reproduz reproduzindo a igualdade das formas arquitetônicas como padrão do moderno.

Em se tratando de cidade, nos remete a ressaltar que este espaço é um adensamento de objetos, coisas e homens, que dependendo de seus

aspectos físicos, da natureza e o tipo de urbanização que sofreu ganha, não apenas uma materialidade urbana, mas também uma fisionomia própria engendrando a diferenciação entre cidades.

A individualidade de uma cidade pode também ser atribuída às diversas paisagens que compõem o seu espaço. A forma dá sentido ao conteúdo, ou seja, o formato das casas, a arquitetura dos prédios, o traçado das ruas, incluindo a arborização, exumam, sua formação até o seu presente conteúdo, reconhecido por seus habitantes-cidadinos.

Figura 1: Loja da Habib's na av. Generalíssimo Deodoro, bairro de Nazaré



Fonte: Silva (2010)

As mudanças nas formas por processos estruturais de ordem externa e de dimensão mercantil sinalizam outras funções, apontando, necessariamente, incrementando novas paisagens, que em muitos casos nada relembram o passado ou símbolos regionais do presente.

Na Figura 1 podemos considerar os logotipos e os alimentos comercializáveis das empresas de *fast food* como elementos visuais completamente alheios ao que se conhece de cultura paraense, com ênfase para a capital, reconhecida por seus traços culturais próprios de diversas naturezas, sobressaindo-se a questão dos alimentos. A paisagem aí aponta

sua fragmentação imagética e cobra do leitor referenciais em que a dinâmica fragmentária dos elementos sociais e econômicos no território possa ser interpretada em sentido lógico, mais articulado em seu momento de tensão, a tensão se dá no lugar a partir do contexto espacial exógeno ali territorializado.

Os sujeitos que não participam frequentemente do “banquete” dos alimentos globais, não adentrando no interior das paisagens estandardizadas das empresas de *fast food*, passam a ter um relativo estranhamento com tais paisagens pela perda de seu referencial cotidiano.

Entretanto, para o capital, esta condição para uma “nova” paisagem não tem produto material, pois não se valoriza as percepções humanas destoadas do que o capital exige, pois a sua localização precedeu um estudo de mercado prévio à sua instalação, levando em consideração o perfil socioeconômico dos potenciais consumidores; os fatores imateriais são suplantados por fatores materiais.

O encantamento ou estranhamento humano é subjetivo para com uma paisagem, se dá com a interatividade dos moradores locais que, mormente têm passagens rotineiras ao seu entorno e, mesmo com ocasionais visitas. O espaço *fast food* não permite visitas duradouras de seus consumidores, pois sua dinâmica é ditada por uma lógica metropolitana, dinâmica tempo-espaço em consonância com a economia-mundo mediado pelas técnicas.

Da paisagem urbana depreendem-se dois elementos fundamentais: o primeiro diz respeito ao “espaço construído”, imobilizado nas construções; o segundo diz respeito ao movimento da vida (CARLOS, 2005, p. 40). O segundo dá sentido ao primeiro, e esta imbricação se realiza cotidianamente pelo sentido relacional e o histórico que se tem com esta paisagem, independentemente do que o capital o considere.

Indubitavelmente, o capitalismo é um vetor primordial nas mutações das paisagens urbanas, e encontra sua base de sustentação no processo de produzir e fazer consumir mais para continuar a produzir mais.

Dessa forma, vivemos sob um modelo de desenvolvimento calcado no consumo, ou melhor, na sociedade de consumo. Neste tipo de sociedade, os valores sociais estão de um modo geral apoiado na ideia de que o sucesso do ser humano é mensurado pelo que consome de bens e serviços.

As paisagens no interior de uma metrópole como Belém, só podem ser consideradas como processos materiais que se territorializam e estabelecem dadas formas passíveis de serem percebidas em suas

fragmentações imagéticas, sonoras, odoríferas, enfim, sensitivas. Dar sentido a essa caoticidade, muitas vezes invisível de tão presente e rotineira, ou de tão rápida substituição perceptível, é que torna desafiante a análise geográfica.

Mergulhar, portanto, nessas paisagens a partir de como os seus habitantes a percebem ou a ignoram. De como os diferentes indivíduos em suas diversas origens sociais e econômicas se relacionam com esses ambientes, leva um estudo geográfico ter compromisso não só com o conceito a ser empregado, mas também com o resultado dessas análises, que nunca são neutras.

Identificar as tensões expressas ou ocultas pelas paisagens dos lugares é que torna o estudo dos bairros Umarizal e Nazaré tão emblemáticos para uma postura geográfica em que a análise dos conflitos de valores e usos da cidade não pode ser separada do papel crítico a apontar para outras possibilidades de relações societárias que os próprios bairros delineiam.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do prisma local, é que melhor podemos compreender que as ordens externas e as internas nem sempre se conflitam e, em alguns casos se complementam, visto que é no âmbito mercantil que ganhos e perdas constantes se revezam localmente. Porém, esta engrenagem capitalista é cognoscível mesmo em complexos ambientes urbanos capitalistas, como as metrópoles subdesenvolvidas, em que se percebem benefícios para uma minoria, como a verificação de maior poder econômico privado com maior auto e induzida segregação socioespacial, em detrimento às mazelas sociourbanas, como a luta para viver e trabalhar na cidade, relegado para a maioria da população.

Existe uma centralização dos capitais, com as formas hegemônicas de reestruturação do espaço. A cidade é o *locus* para onde convergem as decisões da trilogia que norteia a cidade capitalista, política-economia-técnica, significando a dialética do materialismo histórico, que observa a (re)construção constante da metrópole pobre.

Apesar de ser uma tendência de essas empresas se instalarem em grandes cidades do mundo, onde já houve ou está havendo um processo intenso de urbanização, como é o caso de Belém, que já se urbanizou

consideravelmente, mas ainda está em pleno processo. É algo inexorável a presença dessas corporações aqui, mesmo sabendo que provocam a transmutação das paisagens, dos lugares e, por conseguinte, as relações interpessoais tendem à deserção.

O capitalismo é representado por seus espelhos que precisam ser refletidos prioritariamente pelo homem que se molda por essa imagem carregada de ilusões e desilusões, mas sempre primando por perspectivas desaconselhadas de sentidos coletivos e fortificadas, tanto pelo meio quanto pelo outro a criar sua campanha individual.

É no espaço urbano que se cultua por excelência o individualismo, por sua carga de disputas territoriais, disputas nem sempre acanhadas pelos usos e facetas das suas eletivas frações espaciais. O consumo e o lazer, mesmo que de forma momentânea, é o triunfo desta individualidade, que também é cíclica, como força motriz de manutenção de um modo de viver capitalista.

Neste ensaio podemos encerrar que tanto a paisagem quanto o lugar, são elementos essenciais para o conhecimento e reconhecimento do homem urbano metropolitano. São referenciais da vida desde a concepção do ser biológico até a sua definição como ser social.

O lugar é amalgamado com a paisagem desde que esta seja cultural, pois a paisagem estandardizada, como das *fast food*, não define lugar nenhum tendendo à repetição, e, ainda, vai quebrando as diferenças e desprezando o *stricto* termo de lugar pautado na individualidade.

É necessário instaurar na metrópole um controle do uso do solo, passando por um arrefecimento da expansão das bandeiras como estandartes globais que não exuma o movimento da vida local, pois são símbolos recentes, visando à reprodução do capital e não à reprodução cultural com suas diversas manifestações pré-existentes no espaço, já que alguma destas pode não ser interessante para o capital.

A paisagem cultural e o lugar são conceitos amalgamados com a ideia de pertencimento disjuntivo do fator mercantil, pois, a interatividade e o valor de uso, é o que solidifica o seu conteúdo simbólico consubstanciado pelas práticas socioespaciais.

6. REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

COSTA, R. H. da. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

FURTADO, C. **Estado e empresas transnacionais na industrialização periférica**. Revista de Economia Política. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-49, jan./mar. 1981. Disponível em: <<http://www.revistadeeconomiapolitica.com.br>>. Acesso em: 18 set. 2009.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 228p.

_____. **A sociedade global**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LA BLACHE, V. de. **Princípios da Geografia Humana**. Tradução: Fernandes Martins. 2. ed. Lisboa: Edições Cosmos, 1954. (Coleção A Marcha da Humanidade, v. 1)

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **“Barrio y vida de barrio”**. De lo rural a lo urbano. Barcelona: Ediciones Península, 1971. p. 195-200.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução: Rogério Haesbaert da Costa. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MONBEIG, P. A paisagem, espelho de uma civilização. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 6, n. 11, p. 109-117, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p. (Tradução de Maria Cecília França).

ROSSI, A. **Arquitetura da cidade**. São Paulo. 1995. Disponível em: <<http://www.compare.buscape.com.br/a-8533614012>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: USP, 2008a.

_____. **Por uma Geografia nova**. 6. ed. São Paulo: USP, 2008b.

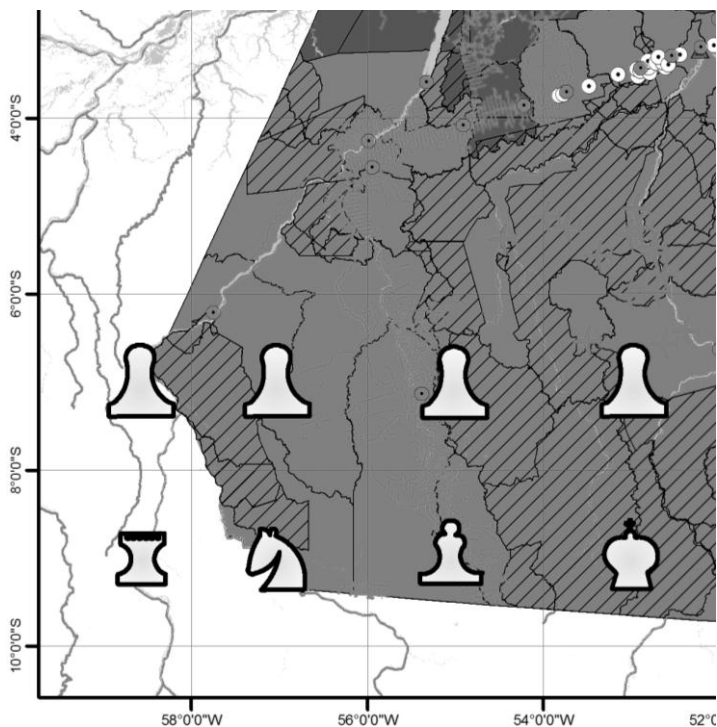
SILVA, M. E. **Paisagem e lugar na Amazônia produzidos pela globalização**: uma análise a partir das empresas de *fast food* nos bairros de Nazaré e Umarizal, Belém-PA. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade**. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHWARCZ, L. K. M. **História e Etnologia. Lévi-Strauss e os embates em região de fronteira**. Revista Antropologia. São Paulo. v. 42, n. 1-2. 1999. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/da/admin/arquivos/files/Indice.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2009.

Ordenamento Territorial e Educação no Campo



TERRITÓRIO, CAMPESINATO E DENDEICULTURA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR SOBRE A MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU¹

*João Santos Nabum
Antonio Tiago Corrêa Malcher*

1. INTRODUÇÃO

A paisagem rural dos municípios do Acará, Moju, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará, na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense, é marcada por extensas monoculturas de dendê.

No Moju, percorrendo a rodovia PA-150, na altura do km 09, avistamos terras adquiridas em 2010 pelo Guanfeng Group, da província de Shandong, na China. No km 34 vemos terras pertencentes à BIOVALE, no km 57 deparamo-nos com plantações do Grupo Marborges e no km 75 com as da AMAPALMA S. A.; em Tailândia, passando pela PA-151, na altura do km 74 encontramos extensas plantações de dendê do Grupo AGROPALMA, no km 75 temos aquelas da Companhia Agroindustrial do Pará (AGROPAR) e as da CRAI AGROINDUSTRIA S. A.; no Acará, seguindo a PA-252, na altura do km 50 defrontamo-nos com propriedades da Companhia Palmares da Amazônia (CPA); em Concórdia do Pará, seguindo a PA-140, na altura do km 51 temos áreas da empresa BIOVALE (Mapa 1).

Esta configuração espacial estruturou-se com as políticas de estado “para viabilizar o incremento da produção de óleo de palma, tais como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, lançados respectivamente em 2004 e 2010” (SOUZA JUNIOR, 2011, p. 10), que incentivaram grupos nacionais, multinacionais e internacionais a promoverem a dendeicultura em municípios com grande extensão e condições edafoclimáticas propícias ao cultivo, além de população predominantemente rural, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e elevado número de famílias

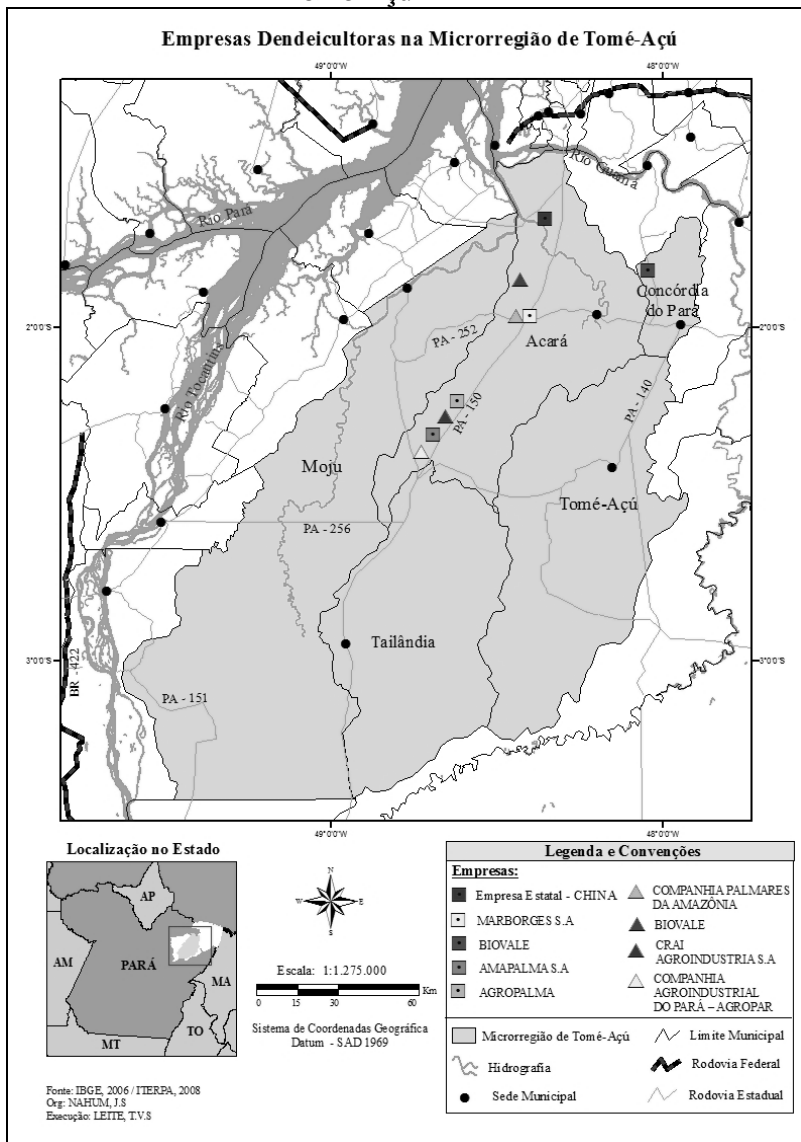
¹ Esse artigo é fruto do projeto de pesquisa “Usos do Território, Dendeicultura e Modo de Vida Quilombola na Amazônia: estudo da microrregião de Tomé-Açu (PA)” e conta com auxílio financeiro do CNPQ, Edital Chamada Universal 14/2011.

beneficiadas pelo programa Bolsa Família, tais como os da microrregião de Tomé-Açu.

Os empreendedores do agronegócio subsidiam-se em pesquisas sobre as vantagens competitivas da dendeicultura na Amazônia. O estudo da SUFRAMA/FGV (2003) mostra o cultivo do dendê como atividade produtiva em condições de preservar o meio ambiente sem fortes agressões à floresta nativa porque pode ser plantado em áreas degradadas, possibilitando um perfeito recobrimento dessas áreas quando adulto e, na fase jovem, pode ser associado à leguminosas de cobertura de solo. Por isso, o dendê pode ser enquadrado dentro do chamado desenvolvimento sustentável, sendo mais uma oportunidade de negócios na Amazônia. Desse modo, por meio da integração da agricultora familiar à cadeia do agronegócio do dendê, os empreendedores da dendeicultura buscam terra, mão-de-obra e unidades produtivas familiares para desenvolver o cultivo dessa oleaginosa.

Configura-se nesta fração o território brasileiro uma situação geográfica (SILVEIRA, 1999), na qual se reedita a Amazônia como fronteira agrícola (LÉNA; OLIVEIRA, 1992; D'INCAO; OLIVEIRA, 1994; AUBERTIN, 1988; MARTINS, 1997), fronteira da agricultura de energia. Tal como no período geográfico marcado pela chegada dos grandes projetos de exploração mineral e energético, a expansão da dendeicultura constitui um evento, pois a reorganiza os lugares onde aportam (SANTOS, 2006). Assim, as contradições do espaço agrário na Amazônia só podem ser compreendidas em sua totalidade se consideramos os usos do território comandados pelo agronegócio do dendê.

Mapa 1- Localização das empresas dendeicultoras da Microrregião de Tomé-Açu



Examinamos alguns aspectos da dinâmica territorial impulsionada pela cultura do dendê na Amazônia paraense, especificamente na microrregião de Tomé-Açu. Analisamos nesse espaço como são desenhados usos do território comandados por interesses da dendeicultura; usos que ameaçam a reprodução do modo de vida camponês, sobretudo com formação do mercado de terra e também pela associação entre agronegócio do dendê e agricultura familiar. Refletimos sobre esses impactos, sem a preocupação de esgotá-los.

Levantamos dados secundários a partir de revisão bibliográfica e consulta a *sites*. As informações e os dados primários foram coletados e sistematizados através de trabalho de campo, onde pudemos colocar a terra do lugar debaixo das unhas e assim descrever os processos pesquisados. Na primeira parte esboçamos em largos traços a periodização da dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu, com o objetivo de ressaltar a expansão desta cultura. Na segunda parte analisamos os impactos desse processo sobre o campesinato, sobretudo por meio da formação do mercado de terra e a associação com os grupos dendeicultores. Por último, as considerações finais.

2. A DENDEICULTURA NA MICRORREGIÃO DE TOMÉ-AÇU

Na microrregião de Tomé-Açu inicialmente a dendeicultura enraizou-se nos municípios de Moju, Acará e Tailândia, hegemonizada pelo Grupo AGROPALMA, atuante no segmento agroindustrial desde 1982, quando constituiu a primeira empresa denominada Companhia Real Agroindustrial S. A. (CRAI) para desenvolver um projeto de cultivo de palma e extração de óleo de palma e óleo de palmiste em uma área de cinco mil hectares no município de Tailândia.

O Grupo AGROPALMA integra o Conglomerado Alfa, composto pelas empresas financeiras: Banco Alfa, Banco Alfa de Investimentos, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento Mercantil, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Imobiliários e empresas não financeiras: Águas Prata, Alfa Seguradora/Alfa Previdência e Vida, Hotéis Transamérica, C& C-Casa e Construção Instituto Alfa de Cultura, La Basque, Rádio Transamérica, Transhopping, Transamérica Expo Center e TV Transamérica (CRUZ, 2006).

A configuração territorial da AGROPALMA compreende “107 mil hectares de terras; 39 mil hectares de palmeiras já plantadas” (MARCOVITCH, 2011, p. 109); 1.600 km de estradas próprias; 05 indústrias de extração de óleo bruto; 01 terminal de exportação; 01 indústria de refino de óleo de palma e óleo de palmiste; 01 indústria de produção e acondicionamento de gorduras vegetais, creme vegetal e margarina; 04 laboratórios de controle da qualidade; geração própria de energia elétrica para o processo industrial; 04 estações para tratamento de água. Portanto, esse grupo constitui-se no precursor e principal vetor do agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu, por meio do qual a configuração territorial do lugar e a dinâmica social do espaço agrário são reorganizados à medida que a AGROPALMA usa o território como recurso para manutenção, expansão e diversificação da dendeicultura.

Tal amplitude tornou-se possível com o apoio do Banco da Amazônia, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e do Governo do Estado do Pará a este segmento produtivo. Por meio de planos, programas e políticas não medem esforços para viabilizar o território para a dendeicultura, seja por meio da criação, manutenção e extensão de sistemas de transporte, energia e comunicação, seja por meio de linhas de crédito e políticas de incentivos fiscais. Conforme Cruz (2006, p. 60), “a implantação do cultivo de dendê na Amazônia em escala agroindustrial está associado direta e indiretamente ao papel desempenhado pelo Estado que via nessa cultura uma opção de desenvolvimento econômico e social para a Região Amazônica”.

Antes do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), o Grupo AGROPALMA praticamente monopolizava o agronegócio do dendê na microrregião de Tomé-Açu e seus produtos destinavam-se à indústria de alimentos. A partir deste programa, lançado em dezembro de 2004, outros grupos apostam na cultura do dendê para o agrocombustível. Desse modo, assumindo estilo de discurso consensual, capaz de formar redes de solidariedade orgânica e organizacional entre agronegócio de energia e trabalhadores rurais, a cultura do dendê é também promovida por empresas como BIOVALE, Petrobrás biocombustível, a portuguesa GALP Energia, a multinacional ADM (Archer Daniels Midland Company), dentre outras, se estabelecem na região.

Inaugura-se um novo período geográfico de expansão do cultivo do dendê na Amazônia, cujas condições políticas, científicas, tecnológicas e territoriais, foram construídas desde a segunda metade do século XX, por

meio de ações de Estado e investimentos em ciência aplicada à pesquisa das relações entre condições edafoclimáticas e dendeicultura da Amazônia.

Consoante levantamento realizado pela Embrapa (2006), verificou-se na área total do Pará, 124.804.200 ha, mais de 5.500.000 ha em condições edafoclimáticas aptos para a implantação da cultura do dendezeiro. Essas áreas estão situadas nas microrregiões de Almerim, Portel, Furos de Breves, Arari, Belém, Castanhal, Bragantina, Cametá e Tomé-Açu. No Pará, em função da localização das plantações e usinas de beneficiamento de dendê, distinguem-se dois polos de desenvolvimento do agronegócio. Um dos polos abrange os municípios de Tailândia, Moju e Acará, situados ao sul de Belém. O outro polo compreende os municípios de Benevides, Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Castanhal, Igarapé-Açu e São Domingos do Capim, situados no Nordeste Paraense (CRUZ, 2006).

Em 2010 as perspectivas apontadas pelo Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia Legal, realizado pela Embrapa, Centro Nacional de Pesquisas de Solos e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforçam a expansão acelerada da dendeicultura (EMBRAPA, 2010). Esta pesquisa identificou as áreas mais adequadas à expansão sustentável do cultivo de dendê. O somatório das áreas identificadas corresponde a 31,8 milhões de hectares (VENTURIERI, 2011, p. 16).

O Zoneamento Agroecológico do Dendezeiro realizado pela Embrapa subsidia o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma, lançado em 2010. Para Bertone (2011), tal programa ressalta a dimensão territorial do desenvolvimento rural impulsionado pelo cultivo do dendê, posto que este promove a inclusão social de agricultores familiares, geração de emprego e renda, plantio e parceria, ordenamento territorial, produtividade e competitividade, sustentabilidade e biodiversidade e investimento aliado ao desenvolvimento.

De acordo com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, o principal objetivo do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo no Brasil é disciplinar a expansão da produção de óleo e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010). Tem por diretrizes a preservação da floresta e da vegetação nativa, expansão da produção integrada com agricultura familiar e elege como territórios prioritários as áreas degradadas na Amazônia Legal, além da reconversão de áreas utilizadas para cana-de-açúcar.

Para Bertone (2011), as áreas destinadas pelo ZAE ao cultivo da palma de óleo são também regiões com forte presença da agricultura familiar. A proposta do programa é oferecer condições para que os investidores incorporem estes agricultores como parceiros. A palma pode oferecer uma alternativa de produção sustentável, com alta produtividade e rentabilidade, permitindo a uma família aumentar a renda mensal de R\$415,00, provenientes do trabalho nas lavouras de mandioca ou na extração do açaí, para até R\$2.000,00.

O amplo e crescente mercado consumidor brasileiro, bem maior que a produção, também é favorável à expansão da cultura do dendê.

Tabela 1- Exportação, importação e consumo de óleo de palma e palmiste (mil/ton.)

Ano	Produção	Importação	Exportação	Consumo
2002	105,8	45,3	7,4	143,7
2003	121,3	55,2	0,7	175,8
2004	129,3	52,7	13,8	168,2
2005	131,6	81,2	45,0	167,8
2006	138,7	147,0	24,9	260,8
2007	155,1	186,4	2,8	338,7
2008	155,1	262,2	9,4	407,9
2009	176,3	260,3	24,9	411,6

Fonte: Organizado pelos autores com base em no Anuário Estatístico de Agroenergia (2011, p. 89-96).

Portanto, se considerássemos tão somente os fatores edafoclimáticos e a situação favorável do mercado, provavelmente, a dendeicultura se expandiria na Amazônia por toda a área mapeada pela Embrapa. Segundo Macêdo et al. (2010), “levantamento realizado recentemente (dados não publicados²) mostra [que à] [...] uma área total de aproximadamente 70 mil hectares plantados, se pretende acrescentar área cinco vezes maior (correspondente a uma expansão de 350 mil hectares, até

² Dados fornecidos pelo Escritório de Negócios da Amazônia da Embrapa Transferência de Tecnologias, em Manaus, em 15 de abril de 2009. Nota do texto de Macêdo et al. (2010, p. 335).

2019” (MACÊDO et al., 2010, p. 335). No estado do Pará as metas de expansão são expostas na Tabela 2.

Tabela 2 - Área plantada e metas de expansão do dendê no Pará

Empresa	Área plantada (ha)	Metas de expansão até 2019
Agropalma	43.250	14.000
Biopalma	5.000	95.000
Condenpa/Denpasa	1.093	5.000
Dentauá	4.168	6.000
Galp Energia	-	150.000
Marborges	4.400	6.000
Palmasa	4.594	4.000
Rio Negro	500	5.000
Yossam	4.300	5.000
Vale do Rio Doce	-	26.000
TOTAL	67.305	316.000

Fonte: Organizado pelos autores com base em Macêdo et al. (2010, p. 367)

Ainda que os autores não explicitem o ano de referência considerado, sobre os 67.305 mil hectares de área plantada, estabelecem a meta de expandir 316.000 hectares até o ano de 2019. Concretizado este cenário, teremos uma área quase quatro vezes a atual área de 109.880 hectares de dendê em formação e produzindo, segundo dados da Conab (2011); e mais de cinco vezes a área de 75.000 estimada (BRASIL, 2010, p. 91). A expansão é agora impulsionada pela entrada desta cultura na matriz energética do agrocombustível, por meio do PNPB, e na Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário estimulando assentados e agricultores familiares a cultivar dendê, pois,

(...) a cultura do dendê é intensiva em mão-de-obra, necessitando de um agricultor para cada 5 ha durante todo o ano ou para cada 10 ha, além de grande número de trabalhadores braçais para a colheita, que é manual. Poderia ser, assim, uma alternativa de grande valia para a agricultura familiar, contribuindo para a formação de uma classe de pequenos produtores mais

estáveis e, portanto, para avançar no processo de Reforma Agrária (BECKER, 2010, p. 6).

As organizações representativas de classes, bem como os movimentos sociais, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), a Federação dos Agricultores/as Familiares do Brasil (FETAfri), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Via Campesina, a Central Única dos Trabalhadores, cada com suas explicações e justificativas, posicionam-se a favor da dendeicultura (FABRINI, 2010).

3. IMPACTOS DA DENDEICULTURA SOBRE O ESPAÇO RURAL

A dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu encontra o modo de vida camponês (SHANIN, 2008), composto por ribeirinhos, quilombolas, agricultores familiares, trabalhadores rurais, que usam a terra como núcleo estruturante das comunidades, principal meio de produção e força produtiva. Em torno deste núcleo organiza-se a divisão, social, sexual e etária do trabalho; aprimoram-se habilidades, instrumentos técnicos e força motriz; reproduzem um leque de atividades que têm em comum a unidade familiar de produção, cuja mão-de-obra predominante é familiar e de agregados, sem emprego de máquinas agrícolas e baixo uso de instrumentos e técnicas modernas, baixa produtividade e precária integração com mercado. Trata-se de um modo de vida que mantém relação íntima “com recursos naturais vivos, mas limitados à intensificação do trabalho e à valorização da ajuda mútua; um distanciamento institucionalizado das regras de mercado capitalista associado à capacidade de autonomia com relação ao mundo capitalista” (SABOURIN, 2009, p. 32).

Nessa região o modo de vida compreende, por um lado, um conjunto de técnicas e objetos técnicos de uso individual e coletivo criados no decorrer de gerações, por meio dos quais se produz e reproduz material e espiritualmente no meio geográfico. Por outro, saberes e fazeres, conhecimento empírico, transmitido oralmente que permitiu aos camponeses desenvolverem habilidades de pesca, cultivo, extração, armazenamento e conservação de alimentos; construir habitações, casas de farinha, olarias, pontes, portos, trapiche adaptados aos meios geográficos de várzea e terra firme; bem como canoas, barcos e embarcações de diversos tamanhos para transportar pessoas, bens e serviços.

Na microrregião de Tomé-Açu, do século XVII ao XX, a formação do modo de vida camponês se estrutura no uso da terra. Predominando a figura do posseiro, isto é, do:

Lavrador pobre, que vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte da sua produção para o sustento da família. O que ganha com a venda desses excedentes é para comprar remédio, sal, querosene, às vezes roupa e mais uma ou outra coisa necessária à casa ou ao trabalho (MARTINS, 1995, p. 104).

A economia camponesa dessa região abastece cotidianamente a população local com açaí, farinha de mandioca e d'água, maniva, tucupi, miriti ou buriti, peixe de pequeno porte e camarão, manga, cupuaçu, pupunha, castanha-do-Pará, bacuri, além de telhas e tijolos. A maneira informal de comercialização, a ausência de contabilidade por parte do produtor, a precariedade técnica e infraestrutural das secretarias municipais de agricultura, dos escritórios locais do IBGE e da EMATER dificultam construir dados sobre quantidade e diversidade da produção, sua origem e valor remunerado.

Tal fato, associado à visão setorial e econômica de meio rural que prevalece nos recenseamentos, provavelmente explica a quase invisibilidade da produção camponesa nas estatísticas de órgãos oficiais, que insistem em reforçar que as unidades familiares camponesas amazônicas não têm peso econômico, são obsoletas, irracionalmente; enfim, aproximam-se daquela categoria rural esquecida de que nos fala Queiroz (2009) ou mesmo de um campônio marginal rural, nas palavras de Oberg (2009).

O modo de vida camponês historicamente foi esquecido pelas políticas de estado para o espaço rural. Portanto, esse modo se reproduz, conforme Wanderley (2009, p. 168-169) em meio a um “patamar mínimo e outras formas de precariedade, que ameaçam a autonomia da unidade familiar”, pois tais políticas, que a partir da década de 1960, apresentavam-se como chamada modernização do campo, tão somente criaram condições institucionais e técnicas para viabilizar o uso do território para os complexos agroindustriais (GONÇALVES NETO, 1997). Para Wanderley (2009, p. 60)

Além de desperdiçar terras, o modelo da modernização brasileira desperdiça os próprios

agricultores. As marcas do comando da terra estão igualmente, na origem da exclusão de grande parte dos agricultores, do acesso às condições que assegurem o pleno exercício de sua atividade profissional. Em consequência, a agricultura familiar se constitui como um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica da produção.

Durante a segunda metade do século XX o modelo de modernização no campo bloqueia a agricultura familiar; somente no início do século XXI, depois de décadas de êxodo rural, de pressões dos movimentos sociais no campo e na cidade, acompanhados de intensas pesquisas acerca do tamanho, composição e potencialidade do rural brasileiro, constata-se a importância econômica da agricultura familiar para o desenvolvimento local. Igualmente verifica-se que ela se reproduz em territórios economicamente deprimidos, “constituídos por municípios com baixo nível de desenvolvimento, baixo ritmo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento” (ORTEGA, 2008, p. 16).

A constatação no espaço rural brasileiro de territórios deprimidos subsidia a elaboração do Programa Territórios da Cidadania. Trata-se de um programa de apoio e estímulos a processos de desenvolvimento organizados territorialmente com certo grau de endogenia, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, gradualmente, possam integrar populações e territórios do interior do Brasil aos processos de crescimento e de desenvolvimento em curso (ORTEGA, 2008).

Os espaços rurais dos municípios de Moju, Tailândia e Acará integram o território da cidadania do Baixo Tocantins, igualmente espaços rurais de Tomé-Açu e Concórdia do Pará estão incluídos no território da cidadania do Nordeste Paraense³. Enquanto o desenvolvimento territorial rural objetivado pelo programa Territórios da Cidadania não se efetiva, assistimos ao desenvolvimento do espaço rural na região. Isso porque a chegada de novos grupos de dendeicultores fomentou um mercado de terras na região, pois no Moju, Acará e em Tailândia este é um recurso escasso e caro.

³ Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>>. Acesso em: 22 fev. 2012

Ressurge a figura do agente fundiário, pessoa reconhecida por negociar terras em seu nome ou mesmo representando interesses de compra de terceiros, principalmente de empresas. A partir do PNPB, tais agentes desencadearam uma varredura fundiária em busca de terras para o dendê em municípios como Abaetetuba, Igarapé Miri, dentre outros locais. Até a última década do século XX, segundo pesquisa de campo por nós realizada, o preço médio de um lote de 5 hectares era R\$10 mil, em setembro de 2011, se aproxima de R\$ 50 mil.

Amparados em laços de solidariedade, proximidade partidária ou identidade política, os agentes fundiários representantes das empresas são vistos pelos pequenos produtores como pessoas confiáveis, de dinheiro e pagam preço bom pela terra, o que se torna um atrativo quase irresistível para o camponês que tem seu modo de vida quase esquecido pelas políticas de Estado para o meio rural. Depois de um primeiro contato entre agentes fundiários e os camponeses, onde são firmados interesses de compra e venda e negociados preço e forma de pagamento, começam os procedimentos legais para demarcação da propriedade, seu registro, e, pouco depois se efetiva a venda.

Mas para os empreendedores do dendê o mais importante e lucrativo é conseguir que pequenas unidades familiares rurais, chamados sítios, associem-se à cadeia produtiva do dendê. Tal associação lhes permite usar a terra, sem comprá-la ou arrendá-la, utilizar a força de trabalho e as diversas relações sociais de produção sem se comprometer juridicamente com nenhuma delas; em suma, lhe permite usar a terra/território do produtor familiar como recurso para o agronegócio.

Reproduz-se na Amazônia, por esse meio, o que Oliveira (2004, p. 42) conceitua como “monopolização do território”. Inicialmente a empresa/grupo dendeicultor faz o cadastro dos produtores rurais, onde fica registrado o tamanho da propriedade e suas benfeitorias, incluindo casa, construções, poço, plantações, pomares, criação de animais domésticos, o tamanho da família e a quantidade de mão-de-obra. Em seguida verifica-se se a propriedade tem sua documentação registrada e legalizada, caso contrário, inicia-se o processo de regularização da mesma, com o apoio da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e também com o apoio do Programa Amazônia Terra Legal. Após a regularização da propriedade, o pequeno produtor rural se dirige ao Banco da Amazônia S. A. em busca dos benefícios da linha de crédito para a produção de dendê pela agricultura familiar. Garantido o financiamento, o

produtor familiar negocia com a empresa, o tipo e qualidade da produção, os preços, os insumos fornecidos pela empresa e os prazos.

Portanto, a monopolização do território pela dendeicultura transforma, conforme Wanderley (2009), o camponês em trabalhador do capital posto que, mesmo sendo proprietário, a renda da terra lhe escapa. Conforme a autora,

O camponês, sob o capitalismo, torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo de acumulação global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. A exploração camponesa, constitui, portanto, a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura (WANDERLEY, 2009, p. 101-109).

Verificamos essa dinâmica no espaço agrário do município do Acará, especificamente na comunidade rural da Mariquita, às margens da PA-252, que liga o Acará a Concórdia do Pará. Neste lugar encontramos um exemplo do que se transformou a paisagem rural dos municípios da microrregião de Tomé-Açu: grandes áreas monocultoras de dendê.

A implantação das lavouras de dendê nesta comunidade representa o movimento do capital no espaço agrário. Neste lugar a Biopalma cultiva dendê, para tanto reproduz estratégias capitalistas para se apropriar da renda da terra. Amplia seu território do dendê por meio de compra de terras e através de parceria com o camponês para a obtenção do selo combustível social (REPÓRTER BRASIL, 2008). Desse modo, ela reproduz relações de produção capitalistas, com base no assalariamento, mas também estimula a associação com as unidades produtivas familiares para que as mesmas produzam dendê, sujeitando o camponês aos desígnios do agronegócio, configurando assim o desenvolvimento desigual, contraditório e combinado descrito por Martins (2002).

Na entrevista a nós concedida por um agricultor, morador da comunidade da Mariquita, percebe-se a dupla face dos processos descritos anteriormente. Num primeiro momento desencadeia-se a estratégia da territorialização do capital, posteriormente o processo de monopolização do território, tal como elaborados por Oliveira (2004). Nas palavras do entrevistado 1,

Foram plantados 10 mil hectares em terras que, num primeiro momento, a BIOVALE comprou, mas já encerrou. Agora está na fase de plantio. Primeiro eles compraram os lote; agora está começando outra fase, que é a parceria com o produtor. O produtor que tem 25 hectares, eles passam a ceder para o projeto do dendê 10 hectares.(Entrevistado 1).

Os camponeses e os dirigentes de movimentos sociais da região nos relataram situações de venda de terras de pequenos produtores para médios e grandes empreendedores, seja por conta da inviabilidade de desenvolver uma agricultura familiar que atenda às necessidades mínimas dos colonos, seja pela falta de título de posse da terra, o que leva a constantes investidas dos agentes fundiários ávidos por negociar as propriedades camponesas.

A BIOPALMA, primeira empresa a produzir dendê na comunidade da Mariquita, por intermédio de corretores rurais, comprou terras neste lugar. Esses agenciadores, tal como descrevemos acima, depois de mapearam os prováveis vendedores de propriedades, faziam ofertas para a compra dos lotes. E, posteriormente, vendiam os mesmos para empresa produzir dendê. É o que relata o entrevistado 2,

Primeiro entrou na região as pessoas que compram a terra, são chamados não sei o que rural. Pessoas que compram e vendem a terra, corretor rural. Então entrou uma empresa desse porte na região comprando áreas, compraram áreas, lotes de terra por seis mil, outros por oito mil, compraram áreas bem maiores de quatro, cinco lotes por dez mil, outros por vinte e cinco mil.(Entrevistado 2).

Nesse processo, a figura do corretor rural é muito forte, pois ele tem facilidade para comprar pequenas unidades familiares de produção e revendê-las para a empresa, por um valor bem acima do valor desprendido para a compra destas terras junto aos antigos proprietários. Tal como relata o entrevistado 3,

Os corretores compraram a terra em grande escala né, aí tinha os agenciadores, os corretores, e fizeram grandes blocos, e passaram a negociar com a empresa em grandes volumes, as áreas maiores. Já não vendiam

mais um lote aqui, outro acolá, eles agregaram uma área, e passaram a negociar. Comprava por exemplo cem lotes de terra no valor de oito mil, mas vendia esse lote por dez vezes mais.(Entrevistado 3).

Para um dos entrevistados, ex-lavrador e professor primário na comunidade, a compra desenfreada das terras na região já dura dez anos, e nesse processo, o camponês vendia suas terras sem saber ao certo seu preço de mercado. Hoje, segundo o entrevistado 4, grande parte do território das comunidades rurais são territórios do agronegócio.

Há dez anos eles estão comprando, do ano 2000 até o ano de 2010. Oitenta por cento da região está comprado, foi comercializado no mercado imobiliário, a nossa terra era barata, e foi por isso que a própria firma se instalou na região. Essa firma, eu não lembro o nome, eles compravam, colocavam agentes para comprar. Assim, fulano compra terreno de fulano que vendia pra outro fulano, então eles compravam aqui e outro acolá, e essa firma, se eles comprassem por cem, vendiam por duzentos, se comprava por oito mil, vendia por dezesseis mil, até porque o lote da terra rural foi estipulado em média por trinta mil, então foi a oportunidade de enriquecimento galopante pra alguns e a miséria para os demais. (Entrevistado 4).

Dentro dessa realidade, a empresa utiliza-se de artifícios para não arcar com a responsabilidade do desmatamento das terras compradas. Ela concede permissão para que o camponês permaneça por um tempo nas terras compradas, para que o mesmo a explore e a entregue pronta para o plantio, como é observado na fala do entrevistado 5: “eles davam direito a dois anos, para pessoa ficar na terra, para explorar, para fazer grandes derrubadas, fazer roça de mandioca, abertura para plantar mandioca, e muitos fizeram assim, tiraram madeira nesse período de dois anos”.

A dinâmica territorial do espaço agrário na microrregião de Tomé-Açu, impulsionada pela expansão da dendeicultura, reproduz a concentração fundiária do desenvolvimento agroindustrial no campo, de que nos fala Fabrini (2010); fruto do mercado de terras, que expulsa o camponês, gerando uma série de mazelas que incidem diretamente no modo de vida

dos mesmos, tanto nas comunidades rurais quanto nas zonas urbanas desses municípios. Os entrevistados 6 e 7 relatam que

Quem pegou seis mil, gastou, e depois de dois anos teve que sair para as pequenas cidades, desempregado, sem preparação nenhuma para viver, para trabalhar na cidade, um nível de escolaridade muito fragilizado, aí uns foram ser carroceiro, os mais velhos foram aposentados, viver de aposentadoria, conseqüentemente os filhos e netos passaram a viver uma situação difícil, a maioria não consegue estudar, não consegue trabalhar, porque tem baixo nível de formação técnica para acompanhar a modernidade, as questões relacionadas à vida urbana, os mesmos acabam retornando pro seu local de origem pra tentar pegar uma vaga até mesmo na Biovale, pra trabalhar como roçador, preparador de mudas e etc. outros se tornam bandidos, as filhas na prostituição. Porque é a decorrência de todo o processo de retirada da terra, muda de lugar, muda de região e muda de costume. Mesmo o costume da zona rural é atropelado completamente pela zona urbana (Entrevistado 6).

Rapaz tem muitos que estão é lascado, que eu que não estou tão desgraçado, mas tem uns parentes da minha mulher que tão tudo lascado, venderam barato e que nem emprego eles têm. Tenho uns parentes lá por Bujaru que estão todos lascados mesmo. Eu que tive cabeça, pra guardar o dinheiro, porque senão e eu também estava lascado. Porque eles vendem lá, e vêm pra cidade e acabam gastando e ficam lascados, sem emprego (Entrevistado 7).

Alicerçadas no discurso de responsabilidade social e ambiental, mas de fato em função das regulações que exigem parcerias com agricultores familiares para a obtenção dos incentivos fiscais do Selo Combustível Social, as empresas celebram acordos de integração com assentados e colonos, oferecendo suporte técnico e contratos de compra da produção (REPORTER BRASIL, 2010). Encontramos isso na entrevista com os moradores da comunidade da Mariquita.

A BIOVALE trata a terra, dá em etapas esse financiamento, pra quebra da capoeira, pro plantio, e paga por trimestre, me parece mil e quinhentos reais, calculado com base no salário mínimo pra cada produtor nesse período de 3 anos. Assim se estabelece o contrato e a partir desse contrato passa a comprar a produção do produtor, colocando uma ideia de que o produtor no período de dois anos passa a ter esses dois anos de carência e a partir daí passa a pagar em parcelas diferenciadas a sua produção em porcentagem, se ele produzir 100 kg, tem que deixar uma parte pra pagar o financiamento e o resto é negociado em dinheiro vivo, com a Biovale (Entrevistado 8).

Ambas as estratégias para acessar a terra e a mão-de-obra camponesa para a produção do dendê ameaçam a reprodução do modo de vida do camponês. No caso da venda das terras, percebemos os mesmos sendo destituídos de seu principal meio de produção, o que os impossibilita de se reproduzirem enquanto produtores livres. Assim relata o entrevistado 9:

Eram três lotes, eu plantava pimenta, coco, cacau, cupuaçu, pra vender aqui mesmo no Acará, esse eu vendi por trinta e cinco mil os três lotes. Mas na venda a gente não sabia que era pra dendê, a gente só ficou sabendo depois. Na verdade eu não queria vender não, se pudesse estaria lá, que lá que era bom, plantar, essas coisa. Aqui não dá para mim, que estou acostumado com a roça. Eles andaram muito atrás de mim, eles vinham. E eu disse que não estava interessado. Eles queriam que eu recebesse pela metade, então eu disse que não estava interessado. Então eles vieram de novo e disseram que pagavam de uma vez. (Entrevistado 9)

Quando o camponês se associa à cadeia produtiva do dendê e participa da produção como mão-de-obra familiar, mesmo não sendo destituindo do principal meio de produção, a terra, passa a produzir sob os desígnios do agronegócio, ameaçando a produção de subsistência e a sua autonomia enquanto camponês. Nesse sentido, por mais que reproduza a sua unidade familiar (OLIVEIRA, 2004), o camponês se torna subjugado,

pois ele só entende o projeto quando é sujeito da ação, quando o projeto se relaciona com o sentido da vida dele, o que não acontece, na medida em que o produtor familiar não participou da concepção do selo social do PNPB, não foi sujeito da ação, não tem entendimento da ação, também não pode ter autonomia para impor o preço, para decidir sobre a matéria-prima que vai usar, sobre a forma de produzir (BERNARDES, 2011).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período atual o espaço agrário na microrregião de Tomé-Açu é marcado pela dendeicultura. A velocidade, a intensidade e a amplitude do movimento de expansão desse cultivo no Pará são ritmadas pelas políticas de Estado para a agricultura de energia, tais como o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, bem como pelas demandas do mercado consumidor.

Nesta parte da Amazônia vive-se o ciclo ou *boom* do dendê, por meio do qual se reproduz um aspecto marcante da formação regional amazônica, isto é, sua dinâmica econômica é presidida, sustentada e estruturada pelo papel subalterno que ocupa na divisão territorial do trabalho; sendo impulsionada por demandas exógenas ao lugar, que elegem um produto ou processo produtivo para comandar a economia regional.

O espaço amazônico é marcado por interesses dos mercados internacionais que condenaram esta parte do território nacional a ser fronteira de *commodities*, seja pela extração e produção da borracha, de minérios, do gado vivo e agora do dendê. Conforme Nahum (1999), cada plano e programa proveniente das políticas de Estado para Amazônia, sobretudo os Planos de Desenvolvimento da Amazônia, propõem uma vocação seja como fronteira agrícola no I PDA (1972-1975), fronteira agromineral no II PDA (1975-1979), fronteira da biotecnologia, do ecoturismo no PDA (1992-1950), fronteira do desenvolvimento sustentável no PDA (1994-1997) ou ainda biodiversidade no Plano Amazônia Sustentável (PAS). Nestes planos a vocação proposta seria capaz de eliminar as desigualdades regionais e impulsionar o desenvolvimento com respeito ao meio ambiente e às populações locais. Infelizmente é sempre mais do mesmo modelo de desenvolvimento que convida a região a encontrar ou aprender sua vocação, reinventada à medida que se altera a composição de

forças no bloco de poder estatal e sua relação com os movimentos do capital na escala nacional e internacional.

É preciso promover a crítica destes discursos que propõe uma vocação regional, pois seus resultados são demasiadamente conhecidos. O desenvolvimento da dendeicultura na Amazônia é apresentado como um forte aliado para o fim dos problemas no campo, pois o discurso do agronegócio dá ênfase à produção e à produtividade; e não aos que vivem no campo, trabalhadores e camponeses, sujeitados a demandas do agronegócio. É um discurso do desenvolvimento do campo e da técnica como forma de tirar as populações rurais do atraso e elevar a sociedade a um patamar superior. No entanto, cria um processo de expropriação dos camponeses, desemprego estrutural no campo, concentração de terra e de renda e degradação do trabalho para aqueles que conseguem se manter no processo produtivo.

O exame de alguns aspectos da dinâmica territorial impulsionada pela cultura do dendê na microrregião de Tomé-Açu constitui uma crítica ao manto vocacional que envolve tal cultura, exemplo de pensamento único, fora do qual parece não haver perspectiva de desenvolvimento territorial rural para região, nem outra maneira de integrar as unidades familiares camponesas à moderna empresa rural. A formação do mercado de terra e a subordinação das unidades produtivas ao agronegócio do dendê são sintomas do movimento desigual e combinado do capital no espaço rural, por meio do qual reproduz relações de produção capitalistas associadas às relações tradicionalmente movimentadas nas unidades familiares, transformando os camponeses em trabalhadores para o capital.

5. REFERÊNCIAS

AUBERTIN, Catherine (Org). **Fronteiras**. Brasília: UNB, 1988.

BECKER, Bertha K. Recuperação de áreas desflorestadas da Amazônia: será pertinente o cultivo da palma de óleo (Dendê)? **Confins [Online]**, São Paulo; Paris, n. 10, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6609#quotation>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BERNARDES, Julia Adão. Políticas públicas, selo “combustível social” e território usado. In: BERNARDES, Julia Adão; ARACRI, Luis Angelo dos

Santos. **Novas fronteiras do Biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011. p. 65-76.

BERTONE, Manoel Vicente. A importância do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo: Produtividade e sustentabilidade. **Agroenergia em Revista** (Palma para o dendê), v. 2, n. 2, p. 6-7, maio 2011. Disponível em: <http://issuu.com/embrapa/docs/agroenergetico_29/4>. Acesso em: 01 mar. 2012.

BRASIL. CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira.** Palma safra 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/4R0/App_CONAB.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2012.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário estatístico da agroenergia 2010.** Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Desenvolvimento_Sustentavel/Agroenergia/anuario_agroenergia/index.html>. Acesso em: 02 mar. 2012.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; SILVA, João Flávio Veloso. **Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas.** Brasília: EMBRAPA Agroenergia, 2010.

CRUZ, Benedito Ely Valente da. **Territorialização e organização espacial do Grupo Agropalma.** 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/ppgeo/dissertacoes/3-dissertacoes.html>>. Acesso em: 06 mar.2012.

D'INCAO, Maria Angela; SILVEIRA, Isolda Marcial da. (Orgs). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: MPEG, 1994.

EMBRAPA. **Zoneamento agroecológico do dendezeiro para as áreas desmatadas da Amazônia legal.** Rio de Janeiro. 2010. Disponível em:

<http://www.cnps.embrapa.br/zonamento_dende/ZonDende.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

_____. **Embrapa Amazônia Oriental e o agronegócio do dendê no Pará.** Belém, 2006. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/handle/doc/394940>>. Acesso em: 01 mar. 2012.

FABRINI, João Edmilson. O campesinato frente à expansão do agronegócio e do agrocombustível. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. (org.) **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 55-88.

GONÇALVES NETO, Wensclau. **Estado e agricultura no Brasil.** São Paulo: HUCITEC, 1997.

LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de Oliveira. **Amazônia.** A fronteira agrícola 20 anos depois. Belém: CEJUP, 1992.

MACÊDO, Jeferson Luís Vasconcelos de et al. Sistema produtivo de dendê para a produção de biodiesel. In: CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; SILVA, João Flávio Veloso. **Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil:** competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas. Brasília: EMBRAPA Agroenergia, 2010. p. 323-374.

MARCOVITCH, Jacques. **Gestão da Amazônia.** Ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas. São Paulo: USP, 2011.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo:** novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais: Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Fronteira.** A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** 1999. 87f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

BERG, Kalervo. O campônio marginal no Brasil rural. In: WELCH, Clifford. A. et al. **Camponeses brasileiros**. São Paulo: UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v. 1, p. 181-192.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs). **O campo no século XXI**. Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

ORTEGA, Antônio César. **Territórios deprimidos**. Desafios para as políticas de desenvolvimento rural. São Paulo: Alínea Editora; Uberlândia (MG): EDUFU, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura. Pereira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford. A. et al. **Camponeses brasileiros**. Vol. I. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 57-72.

REPORTERBRASIL. **A agricultura familiar e o programa nacional de biodiesel**. Retrato do presente, perspectivas de futuro. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. s/l. Novembro 2010. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/AgriculturaFamiliar_Biodiesel2010.pdf> Acesso em: 07 mar.2012.

_____. **O Brasil dos agrocombustíveis**. Gordura animal, dendê, algodão, pinhão-mansão, girassol e canola. Impactos das lavouras sobre o meio ambiente e a sociedade. Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis. s/l. 2008. Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v2.pdf> Acesso em: 07 mar. 2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**. Entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: USP, 2006.

SHANIN, Teodor. Lições camponesas. In: PAUNILLO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (Orgs). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular. 2008. p. 23-47.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 6, p. 21-28 jan./jun. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_3_silveira.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

SOUZA JUNIOR, Manoel Teixeira. PD&I em suporte ao melhoramento genético de Palma de Óleo na Embrapa. **Agroenergia em Revista** (Palma para o dendê), v. 2, n. 2, p. 10-11, maio 2011. Disponível em: <http://issuu.com/embrapa/docs/agroenergetico_29/4>. Acesso em: 01 mar. 2012.

SUFRAMA/FGV. **Potencialidades regionais**. Estudo da viabilidade econômica do dendê. Manaus. 2003. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/publicacoes/proj_pot_regionais/dende.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2012.

VENTURIERI, Adriano. Zondendê x Amarelecimento Fatal Mapeamento de áreas com potencial de expansão e de ocorrência de amarelecimento fatal em palma de óleo (dendê) na Amazônia Legal, com ênfase no estado do Pará. **Agroenergia em Revista** (Palma para o dendê), v. 2, n. 2, p. 6-7, maio 2011. Disponível em: <http://issuu.com/embrapa/docs/agroenergetico_29/4>. Acesso em: 01 mar. 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

USOS E (AB)USOS DO TERRITÓRIO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA SOURE-PA

Eneias Barbosa Guedes

1. INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta o debate sobre a Reserva Extrativista Marinha de Soure localizada na micro-região do Ararí, mesorregião do Marajó-PA. Este recorte espacial é aqui analisado como território de exercício do poder, onde vivem e convivem grupos sociais com identidades territoriais distintas. Buscar, compreender e analisar os embates que envolvem atores sociais e suas estratégias de usos ou (ab)usos do território é objetivo deste trabalho.

Neste estudo buscou-se compreender a dinâmica deste território por meio de abordagem qualitativa, com pesquisa de campo durante os primeiros meses de 2012, análise documental e revisão teórica conceitual acerca do tema. As análises indicam que o uso ou (ab)uso do território ocorre em função da sobreposição de áreas de uso coletivo sobre áreas privadas, dificultando o órgão responsável em fazer a gestão deste espaço em equalizar os conflitos de territorialidade na reserva extrativista.

As distintas ações dos atores sociais direcionadas aos usos do território na Reserva Extrativista Marinha de Soure é uma questão política. É o debate político que trazemos para a sociedade nesta reflexão, por reunir um projeto público (ordenamento e gestão do território) de interesse coletivo (o uso do território), onde os conflitos são inerentes, materializando-se em contradições, discordâncias, diferenças e, ao mesmo tempo indicando projeções políticas e possibilidades de superação.

O objeto aqui investigado, unidade de conservação RESEX-Soure, não pode ser entendido tão somente como natureza herdada, mas ao contrário, compreender-se-á como recorte espacial construído, inventado, disputado e concebido em meio ao debate político e luta de diferentes atores sociais no processo de apropriação e uso dos recursos, do território no contexto das mudanças sociais e ambientais contemporâneas.

Como geógrafo, preocupado com a dimensão espacial da sociedade, penso ser importante tratar destas questões desenvolvendo uma análise por meio da leitura do território, entendido aqui como recorte espacial que

expressa relações de poder (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004). Neste sentido, incluindo-se no debate da geopolítica dos recursos naturais, a RESEX-Soure, enquanto unidade de conservação, caracteriza-se e é aqui entendida como reserva territorial estratégica por se destinar a proteger, poupar e garantir a reprodução dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local, contando com proteção institucional e apoio do Estado enquanto ordenador e gestor do espaço territorial.

A RESEX-Soure é aqui analisada como “espaço vivido” ou “território usado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001), pelos diferentes grupos sociais ou agrupamentos humanos. Assim entendido, ao tomar este recorte espacial enquanto objeto de investigação geográfica e, ao mesmo tempo instrumento de ordenamento e gestão territorial por parte do Estado, faz-se mister buscar compreender e interpretar relações, tensões ou alianças que envolvem atores sociais diferentes no interior desta unidade de conservação.

Segundo Carlos (2011), a realização da sociedade é o fundamento dos agrupamentos humanos no processo de produção e reprodução do espaço e este acontece sobre uma base material em suas feições diversas e possibilidades de usos distintos. A compreensão política desta complexidade produzida pela superposição de território e inseparabilidade de sistemas advindos da dinâmica dos micropoder local instituído (FOUCAULT, 2008) nesta unidade de conservação RESEX-Soure, vem apontar a possível leitura espacial incorporando a dimensão política e social que dá fundamento ao conceito de território e o uso do mesmo no pensamento geográfico.

2. CRIAÇÃO DA RESEX-SOURE, SUPERPOSIÇÃO DE TERRITÓRIOS E CONFLITOS DE TERRITORIALIDADES

A Reserva Extrativista Marinha de Soure (RESEX-Soure) foi criada pelo Decreto Presidencial, de 22 de novembro de 2001, é uma unidade de conservação federal, e está sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO), juntamente com a Associação de Usuário de Reserva Extrativista Marinha de Soure (ASSUREMAS). A unidade é constituída por duas áreas descontínuas, totalizando 27.463,58 ha (Mapa 1), sendo subdividida em área marinha e ambiente costeiro com predominância de manguezais. Este território está localizado no município

de Soure, às margens da baía do Marajó, na parte oriental da microrregião do Arari, na mesorregião do Marajó no estado do Pará.

Territórios extrativos como este, na maioria das vezes são criados por meio de manifestações de interesse por parte de grupos extrativistas, portanto, é muito comum que a criação de determinadas reservas envolva conflitos pela apropriação e usos dos recursos nos territórios existentes. Segundo Coelho et al. (2009), a criação de unidades de conservação não significa desaparecimento das tensões e/ou conflitos no interior da mesma, mas ao contrário, o surgimento destes espaços pode acirrar as disputas por territórios e recursos, potencializando os conflitos em função de um conjunto de regras e normas de uso antes inexistentes.

Mapa 1 – Reserva Extrativista Marinha do Soure-PA



Fonte: IBAMA/CNPCT (2009)

A RESEX-Soure é resultante de um processo político que mobilizou as populações extrativistas locais em torno de uma questão ligada às formas predatórias de extração dos recursos naturais desta área, que ameaça as formas de sobrevivência das populações locais. Segundo o representante da comunidade do Pedral, na última década do século XX, os caranguejeiros de Soure passaram por uma situação ímpar. Isto se deu em função da concorrência desleal no trabalho do mangue, quando pescadores oriundos da microrregião do Salgado, mesorregião do Nordeste Paraense, adentraram os manguezais do município de Soure extraindo caranguejos com uso de técnicas modernas¹ e predatórias desconhecidas pelos extrativistas marajoaras.

Este processo gerou descontentamento e conflitos de territorialidades entre os extrativistas marajoaras e aqueles vindos da região do Salgado, sendo necessária a mediação do órgão de fiscalização do Estado, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), solicitado em 1997 para buscar uma possível solução para a questão. Em meio a estas tensões, extrativistas de caranguejos locais reúnem-se para discutirem suas demandas, e auxiliados por técnicos ligados ao Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPTI), fundam a Associação de Caranguejeiros de Soure e buscando apoio para suas necessidades intrínsecas procuram legitimá-las com a ideia de reserva extrativista.

Não obstante, percebe-se que um recorte espacial, a exemplo da Reserva Extrativista Marinha de Soure que surge em meio a conflitos de interesses diversos, sua criação não extingue os conflitos, ao contrário tendem a potencializá-los, uma vez que esta modalidade de unidade de conservação traz consigo as possibilidades de maior exercício da cidadania com participação das populações usuárias na gestão da reserva e estas não aceitam serem feridas em seus direitos de uso do território.

Constata-se que a criação desta unidade de conservação de uso direto – RESEX-Soure – trouxe em si um conjunto de questões de ordem territorial que potencializam os conflitos e concomitantemente dificultam a gestão deste espaço. Estou aqui me referindo à superposição de territórios e

¹ Uma armadilha conhecida como “laço”, confeccionado com sacos de náilon é colocada na boca do buraco do caranguejo no mangue. Com esta técnica, o pescador chegava a capturar até 700 caranguejos ao dia. Enquanto os extrativistas locais, caranguejeiros sourenses, fazendo uso das tradicionais técnicas de captura pegavam em média 70 caranguejos por dia de trabalho.

sobreposição de múltiplas territorialidades. Neste recorte espacial, os projetos, os interesses, as práticas bem como as representações dos atores (extrativistas, fazendeiros, poder público municipal, Estado) afetados ou envolvidos pela ou na área delimitada à proteção dos recursos naturais e uso coletivo são muito diferentes, tornando esta unidade de conservação eivada por ideias territoriais e ambientais mais variadas.

Entende-se que o território da Reserva Extrativista Marinha de Soure é bem definido em sua dimensão, conforme caracterização acima. Todavia, há uma imprecisão dos limites entre o que corresponde ao território da unidade e o que são áreas de propriedade privada. Os usuários e o próprio órgão gestor da reserva extrativa, o ICMBIO, afirmam não terem conhecimentos sobre os limites precisos deste território de uso comum, e de uma maneira ou de outra, isto tem contribuído para tencionar e gerar conflitos de territorialidade, dificultando a gestão.

Em entrevista durante o trabalho de campo, a representante do ICMBIO, responsável pela gestão deste território, ao ser indagada sobre possíveis conflitos de territorialidade na RESEX-Soure, fez a seguinte afirmativa:

Foi criada a reserva e já havia na maioria da unidade uma apropriação privada, daí o conflito. Em 2010 foi dado o documento de contrato real de uso, dando aos usuários da unidade esse direito de usar a unidade como um todo, SPU passando e dizendo aqui não é mais meu domínio. SPU passou para o ICMBIO e o ICMBIO passou para os usuários e aí todo mundo se achou no direito de usar, só que esqueceu que o SPU antes de dá para o ICMBIO deveria tirar os domínios de todas essas pessoas que estão ali dentro da unidade. O SPU tinha que falar: agora aquele contrato que eu tinha contigo acabou, você tem que se virar! Vou dá um prazo para você sair. Só que o SPU não fez “jogou o pepino” para o Chico Mendes [...]. O ICMBIO entende que essas são terras da União, são áreas de mangue, só que nessas áreas muitas pessoas já vinham praticando agricultura nelas, o coco especificamente, e muitos tiraram o mangue e plantaram canarana para criação de boi, búfalo, especificamente búfalo. Então, o ICMBIO entende que existe com certeza uso privado dentro da reserva, porque assim; uma coisa é o

direito real de uso, outra coisa é a posse da área também. Então tem muitos posseiros dentro da reserva, gente que tem a posse vinda do SPU que nunca foi cancelado.

Para além destas informações mais técnicas, advindo do órgão gestor da reserva, podemos também fazer ideia desta imprecisão dos limites territoriais quando atentamos para o depoimento de um professor também usuário da reserva e morador da comunidade Caju-Una quando faz o seguinte relato:

Para nós aqui, área de reserva está inserida o mangue, a área litorânea, os igarapés isso pra nós é área de reserva. Até porque a população daqui não tem conhecimento da dimensão que faz parte da reserva, ela tem isso em mente, agora ela não sabe os direitos que ela tem nesse meio que a gente usa como reserva. Em uma reunião que teve em março aqui no Caju-Una, não sei se do ano passado, que os fazendeiros estiveram presentes, eles estavam também, uma das questões que foi levantada foi isso: a delimitação das áreas privadas que existem dentro da reserva, mas até agora isso não foi efetuado não. Daí é uma mistura dos usuários não saber qual é a área da reserva e qual a área da propriedade privada que existe dentro da reserva. Talvez seja isso que esteja causando confusão e a causa de muitos conflitos existente entre os proprietários das áreas privadas e os usuários da reserva. Posso até te dá um exemplo com um caso que aconteceu aqui na nossa comunidade. Na época da compra da castanha de andiroba aqui na praia, a gente ia coletar e uma vez o fazendeiro, dono de uma destas fazendas aqui, ele queria tomar as nossas castanhas, nossas sacas de castanhas, nós na área litorânea, lá que é banhado né, ele dizia que não que ali pertencia a ele. Ele ainda disse isso é bem invenção do Vasinho, que era presidente da reserva na época. Já pensou? Área banhada pelo mar. Mas, por que essa confusão? Porque não existe uma demarcação que nos dê realmente o direito de exploração.

Essa superposição e imprecisões dos limites são também evidenciadas na fala do presidente da comunidade Caju-Una em entrevista durante o trabalho de campo:

Pelo conhecimento que a gente tem, os fazendeiros tão dentro da reserva, se a gente visar o lado do manguezal como área da reserva que dentro da fazenda deles também existe mangue, só que eu não sei de que forma a reserva acha a respeito dessa situação, mas dentro da lei eles fazem, a área deles faz parte também da reserva. No caso do ICMBIO, pelo conhecimento que eu tenho, eles acham que os fazendeiros não fazem parte da área de reserva, na verdade eu não sei o motivo que se encontra o fazendeiro dentro da área de reserva. Muitas vezes tem conflito porque os fazendeiros se tornam verdadeiros, verdadeiros é as pessoas que tem a posse da terra, né, e dentro delas tem a área de reserva, então como eu como outro que faz parte da reserva e somos extrativistas, claro que a gente vai pesca o camarão, o caranguejo dentro dessa área e é aonde há conflito porque os fazendeiros se acham no direito da terra deles e a gente se acha no direito dentro da lei que criou a reserva que tem como a gente é tirar sustento dali mediante a documentação da área da reserva. A gente tá no direito, mas também eles tão no direito devidamente a propriedade deles. Por isso às vezes tem conflitos.

Observa-se nestes depoimentos e durante o trabalho de campo, que há superposição de territórios e sobreposição de territorialidade dificultando o entendimento entre usuários e fazendeiros sobre os limites territoriais da Reserva Extrativista Marinha de Soure e as propriedades privadas acirrando as disputas e os conflitos como destacado nas falas dos sujeitos entrevistados.

Evidencia-se igualmente que não houve inicialmente uma preocupação por parte do Estado, aqui representado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que tem como competência, dentre outras – administrar o patrimônio imobiliário da União e zelar por sua conservação, adotar as providências necessárias à regularidade dominial dos bens da União, lavrar, com força de escritura pública os contratos de aquisição,

alienação, locação, arrendamento, aforamento, cessão, demais atos relativos a imóveis da União, e providenciar os registros as averbações junto aos cartórios competentes, em fazer cumprir a Lei 9.985, de 18 julho de 2000, conforme o Art. 18, em seu § 1º:

A Reserva Extrativa é de domínio público, com uso concedido às populações extrativistas tradicionais conforme o disposto no Art. 23 desta Lei e em regulamentação específica, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Percebe-se que a centralidade da questão neste caso está na sobreposição de territórios de uso comum, a RESEX-Soure, sobre terras de propriedades particulares, principalmente áreas de domínio histórico dos fazendeiros, que resistem e muitas vezes contestam hoje a decisão do Estado em destinar para estas áreas outras formas de uso bem como instituindo formas de gestão que vão de encontro às tradicionais maneiras de gerir suas propriedades privadas. Talvez a desapropriação com indenização fosse a solução para delimitar o território, porém “indenizar uma área dentro do mangue? O Estado diz não, mas a área é minha como é que eu vou te indenizar?”, relata a gestora do ICMBIO.

Verifica-se que com a imposição de um novo ordenamento território repercutindo sobre as territorialidades historicamente construídas, alguns proprietários de terras, após a criação desta unidade de conservação de uso sustentável, temem perder os domínios de suas terras em função das novas formas de uso e gestão deste espaço territorial. Talvez por essa razão hoje os conflitos estejam cada vez mais visíveis, carecendo de maior atenção jurídica no processo de mediação dos mesmos.

3. OS USOS DO TERRITÓRIO NA RESEX-SOURE

Assim como Santos (1996), entendo que o ato de produção e reprodução da vida social é, conseqüentemente, um ato de produção e reprodução do espaço, envolvendo relações políticas-sociais ligados as diferentes formas de apropriação. Podemos inferir que a espacialidade das populações extrativas da RESEX-Soure pode ser efetivamente compreendida no plano da vida cotidiana e, a partir desta, compreender as

multiplicidades dos processos que envolvem a reprodução da vida material em seus mais variados aspectos e sentidos como práticas territoriais.

Isto porque as relações sociais destas coletividades tradicionais só têm concretude em seus territórios, nos lugares onde se realiza a vida humana, envolvendo um determinado dispêndio de tempo-ação que se revela como modo de uso do território extrativo, tanto no plano individual, que se expressa no território enquanto abrigo individual/familiar, quanto no coletivo que expressa a realização da sociedade, isto é, a função social de um dado recorte espacial.

Em se tratando do espaço territorial que constitui a Reserva Extrativista Marinha de Soure, este traz em si uma natureza herdada de muitas riquezas naturais que potencializam as atividades extrativas das populações tradicionais com capacidade de uso sustentável dos recursos naturais renováveis. Esta reserva constitui uma área formada basicamente por igarapés, área de marinha, exuberantes manguezais, restingas e praias. O território guarda em si uma grandiosa riqueza biológica com uma extensa região estuarina considerada por estudiosos como vital para reprodução da vida e proteção da costa. Estas áreas são importantíssimas para a reprodução da vida e cultura das populações que vivem e dependem destes ambientes retirando o sustento de suas famílias.

Já assinalavam Marx e Engels (1984, p. 39), no livro por eles intitulado “Ideologia alemã”, “manter os homens vivos é a primeira condição da história da natureza, assegurar e garantir sua reprodução é a segunda”. Segundo o ICMBIO, 2.700 famílias (aproximadamente 10.000 pessoas), são beneficiadas com a criação desta reserva de maneira direta ou indireta. Contudo, o cadastro de 2011 disponibilizado por este órgão indica que apenas 725 famílias estão regulamentadas via cadastro como usuários/extrativistas.

No interior deste espaço territorial estão localizadas as comunidades Céu, Caju-Una, Pesqueiro, Barra Velha e Araruna. Porém, esta unidade de conservação se diferencia de outras por não serem apenas as populações que residem nestas comunidades os usuários extrativistas da reserva, inclui-se também a população da comunidade de Pedral, também usuários deste território, mesmo não estando inteiramente localizada no interior da mesma. Soma-se ainda, um expressivo número de pessoas que retiram o sustento das suas famílias fazendo uso deste espaço territorial, mas são moradores da zona urbana da cidade de Soure, principalmente dos bairros Pacoval, Tucumanduba, Umarizal, dentre outros. “Este processo gera certa

dificuldade em identificar, cadastrar e caracterizar todos os beneficiários e usuários da RESEX-Soure”, informa a gestora local do ICMBIO em entrevista.

As concepções, as formas de usos, bem como a população usuária da reserva extrativista analisada, são prescritas na forma da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), e sua aplicação é deliberada por um conselho constituído por dezenove membros, composto por instituições e variados representantes da sociedade civil organizada, e este obedece ao Regimento Interno da Reserva Extrativista Marinha de Soure em suas deliberações. Este regimento em seu art. 9º descreve a competência do conselho:

I - analisar e aprovar o Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Soure, de acordo com o Artigo 18, V da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, garantindo seu caráter participativo. II - apoiar ações desenvolvidas pelas organizações que compõem o Conselho Deliberativo, em cooperação com entidades públicas, ONG's e pessoas físicas nacionais e internacionais, no sentido de efetivar a autogestão da Reserva Extrativista Marinha de Soure, especialmente com as comunidades e associações da área da RESEX. III - orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligadas a RESEX de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações. IV - deliberar sobre programas permanentes sobre Educação Ambiental na Resex, em parceria com o núcleo de educação ambiental do IBAMA e outras parcerias competentes, definidas pelo Conselho Deliberativo. V - garantir a transparência da gestão e das decisões que afetam esta unidade de conservação.

Assim entendido, é este conselho deliberativo a instância de poder local que reúne a competência de fazer valer a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, assim como as observâncias do Decreto Presidencial Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Reserva Extrativista Marinha de Soure, visto ser no cotidiano do lugar que as ações do conflito, da elaboração de projeto e da consciência reivindicatória do direito de uso acontecem. Entende-se que este poder instituído localmente tem a obrigação de debater as questões de interesses coletivos deliberando sobre as práticas sociais dos usuários que se

constituem em formas de uso do território sem prejuízos sociais e ambientais para esta unidade de conservação.

As formas de usos nesta reserva, realizadas pelas populações tradicionais, correspondem as suas necessidades materiais humanas, sendo todas de natureza extrativas, como bem descreve o presidente da comunidade de Caju-Una em entrevista concedida:

Os usuários da reserva são os extrativistas, aqueles que extraem os mariscos de dentro da área esse são considerados os verdadeiros extrativistas e verdadeiros usuários da reserva. Extrai o caranguejo, o siri, o peixe, o turu e outros mariscos que fazem parte da reserva. Já a atividade de caça tem, mas é proibida, a gente não tem quase acesso à caça que é proibida dentro da área da reserva. E os limites são onde corre os manguezais e dentro dos manguezais e também nas comunidades tem a área em que a gente cata esses mariscos no caso dentro da nossa comunidade temos igarapé onde se cata o peixe, temos o mangal onde se cata o caranguejo e o turu, voltando ao igarapé onde se cata o siri, voltando ao mangal tem os crustáceos que tem dentro da reserva e a gente tira esse sustento para nossa sobrevivência aqui dentro da reserva.

Usuários/extrativistas, como são reconhecidas as populações tradicionais localmente, são todos os pescadores artesanais de peixe, caranguejo, camarão, turu, mexilhão, caramujo, mas também os artesãos que fazem uso dos recursos florestais, coletores de sementes oleaginosas, coletores de açaí, de coco, bem como outros que vivem do uso e do manejo dos recursos naturais na área de reserva. Este autoreconhecimento, por parte dos extrativistas locais, é fundamental porque firma identidade territorial na vivência de sua geograficidade no lugar, empoderando-os socialmente² no processo de lutas das coletividades como sendo lutas pelo

² Baquero entende o empoderamento como: “[...] processo e resultado que pode ser concebido como emergindo de um processo de ação social, no qual os indivíduos tomam posse de suas próprias vidas pela interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e possibilitando a transformação de relações sociais de poder” (BAQUERO, 2005, p. 76).

espaço, envolvendo reivindicações de seus direitos intrínsecos de apropriação e uso do território contrário às formas de uso privado.

Portanto, ao que se refere aqui como o uso do território na RESEX-Soure, são todos aqueles estabelecidos nos limites da lei que rege esta unidade de uso sustentável, não sendo apenas aquelas destinadas às atividades extrativas, mas também as atividades ligadas aos interesses comuns do público a exemplo da pesquisa, da recreação, do turismo e da visitação. Como esta reserva guarda em seu interior condições favoráveis para desenvolvimento destas atividades, a permissividade para estes fins é também garantida no regimento interno da unidade, bem como no plano de uso e manejo desta reserva extrativa.

4. OS (AB)USOS DO TERRITÓRIO

Como já demonstrado, o espaço territorial que correspondente à área da Reserva Extrativista Marinha de Soure não tem precisão em seus limites havendo, portanto, uma superposição e sobreposição de territórios e de territorialidade. Ademais, neste território as formas de uso precisam necessariamente estar em conformidade com as normas e as regras estabelecidas para serem respeitadas e cumpridas. Penso que, usos contrários aos prescritos na forma da lei se constituem aqui em abuso do território. Isto porque é na Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000, definida no Art. 18 do SNUC que se estabelece o uso desta unidade:

A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais na unidade (Regulamento).

Vemos que a lei é muito clara quando estabelece as coletividades tradicionais como usuários bem como deixa explícito o extrativismo e suas complementariedades como formas de uso legal no interior da reserva. Contudo, mesmo o conselho deliberativo da RESEX-Soure tendo construído um plano de uso, conforme estabelecido na Lei, é ainda muito

frequente os abusos do território nesta unidade, como descrito pela representante do ICMBIO, quando consultada sobre quais seriam as principais reclamações oriundas dos usuários que chegam até este órgão gestor:

Tem muitas reclamações, é fazendeiro que não deixa pescar no igarapé, fazendeiro que arrenda mangal pra pessoal que vem lá da baixa das brenhas, da região do salgado paraense pra pegar caranguejo de laço. Que arrenda mangal, açazal, então, são várias coisas. Os fazendeiros arrendam para as pessoas que não são da reserva ou mesmo pra quem é da reserva. Mas uma área que tu tens direito de usar tu vai ser obrigado arrendar? E mais, o laço é proibido só que em conchavo com o capataz o fazendeiro acaba arrendando. Muitas vezes eu nem sei se é o fazendeiro ou se é o capataz que arrenda, enfim, porque muitas vezes os fazendeiros nem chega nessas áreas de tão grandes que elas são. Não, mas aí eles afirmam que tem uma área de mangue, quando ele vai negociar e aí negocia junto a área de mangue.

Ficam evidentes no depoimento acima ações que estão em discordância com aquilo que foi resolvido pelo Conselho Deliberativo e firmado no documento construído por este poder instituído que é o plano de uso e manejo da reserva. Esta prática já foi denunciada em um documento de manifesto da Associação dos Caranguejeiros de Soure e a ONG Grupo de Ação Ecológica Novos Curupiras, em 18 de agosto de 2007. Esse manifesto é explícito em sua denúncia quando pede:

[...] providências contra pessoas inescrupulosas vindas da costa atlântica continental paraense e que em nossos manguezais devastam o recurso com uso criminoso do “laço” e armadilhas para captura durante o suatá (andança) do caranguejo. Não adiantou nada a criação da Reserva Extrativista Marinha de Soure. Nós caranguejeiros e outros trabalhadores dos manguezais locais não temos tido apoio por parte das autoridades encarregadas da fiscalização e administração dos recursos e dos manguezais da reserva. Já se passaram mais de seis anos desde a criação da RESEX-Soure e a

situação em vez de melhorar está piorando. Os caranguejos estão ficando escassos e pequenos. [...]. Por que o IBAMA não ensina aos “invasores” de nossos manguezais que eles têm que saber trabalhar nos mangues de seus municípios em vez de vir mexer com os nossos manguezais? Por que o IBAMA não prende os criminosos que usam o “laço” para pegar caranguejo? Chega! Já estamos cansados de reclamar e não somos ouvidos! [...].

Vimos que este descontentamento dos extrativistas locais não é recente. Como já demonstrado neste trabalho, iniciou-se na década de 1990 e foi isto que motivou as coletividades locais no processo de luta política para criação deste território extrativo com regras e normas de uso. Todavia, esta ainda é uma prática corriqueira durante o trabalho no mangue no interior desta reserva. São formas de abusos dos territórios que necessitam de fiscalizações com punições dos infratores para fazer cumprir os dispositivos da Lei 9.605 – Lei de Crimes Ambientais – resultante de longas discussões no Congresso Nacional Brasileiro.

Igualmente, esta casa viveu calorosos debates com ideias preservacionistas e conservacionistas entre proprietários de terras, representantes das populações tradicionais e lideranças ligadas aos direitos humanos na aprovação do SNUC. Discussões que representam um avanço por reconhecer a importância e o papel das coletividades tradicionais no controle e cogestão destes territórios de domínio público, mas de uso coletivo. Não obstante, os abusos e desrespeitos aos direitos dos usuários nesta reserva ainda são muitos frequentes. Vejamos o depoimento do ex-presidente da comunidade do Pedral:

Quando fiquei presidente da comunidade do Pedral, tive um problema, o caso da cerca eletrocutada que uma proprietária de fazenda estendeu e não respeitou os usuários extrativistas da comunidade porque adentrou a parte do manguezal e de acordo com a lei da reserva o dono do manguezal é a União e depois da União hoje a reserva ela tem autoridade de preservar e dirigir, então ela não respeitou essa parte do usuário extrativista. Eu na época líder da comunidade procurei direito perante as autoridades, mas não tive êxito porque uma boa parte dos moradores das famílias que

moram lá são funcionários dela, então essas pessoas não quiseram depor a meu favor contra ela, por essa razão eu não tive êxito e tive esse problema lá na comunidade do Pedral.

Ou ainda na fala de um usuário/extrativista morador desta RESEX:

Já houve caso do extrativista está pescando e os seguranças de uma fazenda tomar satisfação com o extrativista, e eles darem como resposta assim que eles têm direito porque estão extraindo recursos da área da reserva e o cara chegar e tomar a tarrafa do extrativista e ir dá parte na polícia e o usuário da reserva ser chamado pra depor. E sempre quem às vezes sai como vencedor das situações é o fazendeiro, porque parece que existe um poder ao redor do fazendeiro, que por mais que você lute sempre, ele conseguiu se sair bem nas situações. Penso que a gente pode até explicar esse tipo de situação pela fragilidade da lei, né, o beneficiamento da lei pra uma minoria, enquanto a maioria que detêm os mesmos direitos, justamente ou injustamente por essa fragilidade da lei que beneficia o que tem mais poder, no caso aqui do Marajó é o fazendeiro, em todas as situações que tem sempre o fazendeiro é o vencedor das situações, enquanto os usuários muitas vezes até são desprovidos dos meios de sobrevivências em função disso né, de um não beneficiamento por parte da lei.

Relatos como estes em que os usuários/extrativistas não são impetuosamente respeitados, ferem também a dignidade humana, portanto, são aqui entendidos como abusos do território. Contudo, apesar da RESEX-Soure ser um território construído socialmente e politicamente assentado no direito, mas também orientando-se no ordenamento jurídico e na gestão participativa dos usuários, entende-se que há ausência de um Estado de direito em relação à proteção das coletividades tradicionais. Assim entendido, necessário se faz buscar fomento jurídico para fazer valer as leis destinadas à preservação da cultura destes povos e da biodiversidade deste território.

Se assim não for possível teremos que concordar com Santilli (2005, p. 87), quando afirma que “a intervenção do poder público sobre o domínio

e a utilização da terra, [...] transforma-se muitas vezes em “meras obras de ficção jurídica”, porque a visão unilateralista e conservacionista na maioria das vezes, nos processos de tomadas das decisões, são incapazes de perceberem possibilidades de desenvolvimento humano e justiça social em comunidades tradicionais.

Vale ressaltar que outras práticas foram observadas na área da reserva, configurando-se igualmente como (ab)uso do território a exemplo da irregular forma de uso do puçá, a pesca de arrasto, a captura de fêmeas do caranguejo, a pesca em áreas proibidas, a pesca realizado no período do defeso, a caça de pato do mato, a caça de capivara e cutia, e a grande quantidade de búfalos que circulam livremente pastando no interior da unidade de conservação, todas estas formas de (ab)usos do território denunciadas por moradores locais como sendo danosa a sustentabilidade do ecossistema que tem em um dos princípios a preservação da biodiversidade.

Para além destes, talvez o maior exemplo de (ab)uso do território dentro da RESEX-Soure tenha partido do poder público municipal, um dos membros do Conselho Deliberativo da unidade de conservação. Este se deu com a construção de uma ponte de madeira sobre o rio Paracuri, medindo 150 metros de extensão ligando as praias do Mata Fome e Garrote, para substituir as formas de acesso realizadas por canoas. Neste caso o município não respeitou as leis de proteção ao meio ambiente na reserva, tão pouco as formas de uso das populações extrativistas que fizeram a denúncia ao Ministério Público Federal (MPF) que constatou o fato caracterizando-o como ocupação desordenada e dano ambiental, por se tratar de um ecossistema que apresenta fragilidade ambiental – manguezal – recomendando à Prefeitura de Soure imediata demolição da ponte e reparos aos danos ambientais causados.

Verifica-se nos documentos analisados, não haver especial atenção por parte do poder público municipal em consultar o Conselho Deliberativo da RESEX, ou mesmo ao IBAMA para minimamente certifica-se da viabilidade ou não da construção da obra, levando o MPF a caracterizar tal ato como ocupação desordenada em um território criado com finalidade central de sustentabilidade.

Portanto, os abusos do território são aqui considerados como um conjunto de práticas e ações realizadas na RESEX-Soure, que contrariam as formas de usos estabelecidos na legislação vigente e ao mesmo tempo ferem a dignidade humana, desrespeitando as tradicionais maneiras de organização da vida e do espaço das coletividades locais.

5. CONSIDERAÇÕES

Em princípio, a Reserva Extrativista Marinha de Soure de acordo com as intenções do Estado, compatibiliza o desenvolvimento comunitário e a conservação ambiental porque o uso dos recursos naturais de modo sustentável (extrativismo principalmente) constitui-se como base para o bem-estar das coletividades locais. Soma-se ainda, o modelo de gestão do território com participação dos usuários da RESEX-Soure entendida como modelo inovador imprescindível por considerar os conhecimentos que as populações extrativistas têm sobre o ecossistema que vivem, bem como as possibilidades e as oportunidades de continuidade das tradicionais atividades econômicas de subsistência, que são condições *sine qua non* para a preservação da identidade territorial e cultural das coletividades locais.

Não obstante, os objetivos pretendidos em compatibilizar conservação da natureza com justiça social entram em contradição com a realidade vivenciada pelas populações usuárias após dez anos de criação da RESEX-Soure. Nesta unidade de conservação são frequentes os conflitos de territorialidades resultantes da superposição de território, isto é, foi criado um espaço territorial com um conjunto de regras, normas, concepções de usos e gestão que contraria as tradicionais formas de uso e abusos do território dificultando a equalização dos conflitos de territorialidade.

Contata-se que a legislação determinou a construção de um plano de uso que compatibiliza com o uso dos recursos naturais previstos na lei, mas tem um atendimento limitado no que diz respeito às práticas vivenciadas no cotidiano dos grupos extrativistas locais, em boa parte em função dos abusos do território. Ademais, o Estado, até o momento, não tem se mostrado suficientemente capaz em fazer cumprir a lei no processo de regularização fundiária no interior desta reserva extrativa mediando os conflitos e promovendo maior possibilidade de uso dos recursos disponíveis.

Portanto, verifica-se a necessidade de maior estímulo à participação comunitária nas instâncias de discursão que permeiam as questões ambientais e sociais que lhes dizem respeito diretamente. Há igualmente imperativo de incorporação do poder municipal nos debates de conservação com justiça social ratificando a importância das prefeituras na vida cotidiana dos seus munícipes. Constata-se ainda que a criação deste território tenha sido um grande avanço, todavia não basta, uma vez que o plano de manejo, proposto e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista

Marinha de Soure, não tem atingido os objetivos almejados seja pela falta de fiscalização ou revisão periódica, atualizando-o, pois é este documento técnico que reúne normas e regras voltadas para disciplinar os usos e os abusos existentes no território pesquisado.

6. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS CARANGUEJEIROS DE SOURE. **Manifesto**. Disponível em <http://ilhadomarajo.com/contet/view/16/34/>. Acesso em: 08 jun. 2012.

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: questões conceituais e metodológicas. **Revista Debates**, Porto Alegre: UFRGS, n. 1, v. 1, p. 69-84 dez. 2005.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (Cepnor)** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/cepnor>. Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da pesca 2005**. Brasília, 2007.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria nº 28**, de 9 de março de 2006. Dispõe sobre a criação do regimento interno do Conselho Deliberativo. Brasília, 2006.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº34**, de 18 de junho de 2004. Brasília, 2004.

_____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Instrução Normativa nº56**, de 23 de novembro de 2004. Brasília, 2004.

_____. **Decreto-Lei nº 4.340**, de 22 de Agosto de 2002. Presidência da República casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2002.

_____. **Lei n. 9.985**, de 18 de julho de 2000. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2000.

_____. **Decreto Federal nº 98.897**, de 30 de janeiro de 1990. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1999.

_____. **Constituição Federal**. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1988. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1988.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

COELHO, M. C. N.; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. de A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 67 a 111.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 26. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GUEDES, E. B. **Território e territorialidade de pescadores nas localidades Céu e Cajuúna Soure-PA**. 2009. 159 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. “do fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Ordena tráfego de veículos nas praias da Resex Marinha de Soure. Notícias. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/noticias/icmbio>. Acesso em: 08 jun. 2012.

JÚNIOR, E. de C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E de. Gestão biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p. 25 a 65

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: teses sobre Feuerbach. São Paulo: Moraes, 1984.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: IEB, 2005.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

TERRITÓRIO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM COMUNIDADES RURAIS-RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA¹

Adolfo Oliveira Neto

1. INTRODUÇÃO

Uma das características marcantes dos estudos relacionados à Geografia agrária é o fortalecimento dos estudos de processos de territorialização de comunidades camponesas. Em geral, os estudos analisam como os sujeitos lutam pela tentativa de avançar a sua territorialização ou resguardá-la diante de uma ameaça à sua existência, contrapondo-se à imposição de uma lógica alóctone pautada no avanço do processo de acumulação do capital que busca reestruturar o território local.

Neste contexto, opõem-se duas visões de território: a baseada na lógica autóctone, em que a reprodução do grupo social está diretamente ligada aos modos de vida, à economia local, à produção material, à cultura, à identidade, aos saberes e ao tempo social que dão sentido à vida cotidiana e que demarca o território como “abrigo” (SANTOS, 2008, p. 112). A outra concepção de território é formada por uma lógica alóctone marcada pela visão estreita e unilateral ligada à reprodução do capital que por um lado limita a vida à produção de mercadorias e, por outro lado, entende o território como “recurso” (SANTOS, 2008, p. 108).

É neste campo que queremos intervir, debatendo a importância de avançarmos no entendimento de uma formação socioespacial ainda pouco estudada, a ribeirinha, e na importância de interpretarmos os resultados alcançados pela associação entre a luta destes sujeitos para garantir o seu território e a educação popular do campo.

Parte-se do entendimento de que a educação é elemento fundamental na constituição do território rural-ribeirinho em dupla dimensão: evitando que os filhos dos trabalhadores do campo tenham que migrar para a cidade para acessar um direito básico que deveria assistir a todos, que é a educação, e porque a prática educativa em si expressa

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi originalmente publicado na Revista Maré (<http://migre.me/c1ay9>), sob o título “O território e sua relação com a educação do campo em comunidades rurais-ribeirinhas na Amazônia”.

concepções de desenvolvimento e de campo, que articuladas a outros elementos contribuem para a desestruturação ou a reestruturação destas formações socioespaciais.

Lança-se o desafio de articular o debate que interpreta a luta dos sujeitos de comunidades tradicionais e/ou comunidades camponesas para garantir a sua territorialização com a necessidade de pensarmos como os processos simbólicos se relacionam com os processos de territorialização, demarcando especialmente como os processos educativos podem auxiliar os sujeitos na interpretação, ressignificação e reestruturação do território local em toda a sua riqueza e complexidade.

O presente artigo tem em seu escopo a reflexão sobre a proximidade da formação socioespacial ribeirinha com a categoria “camponês”, proximidade esta que não significa que o ribeirinho possa ser subsumido pelo camponês.

Para tanto, o presente artigo é composto por duas partes. Na primeira, analisaremos a realidade ribeirinha na Amazônia, tomando como referência três comunidades rurais-ribeirinhas localizadas no município de São Domingos do Capim, no Nordeste Paraense. A partir destas comunidades buscamos traçar alguns dos marcos constitutivos destas territorialidades e a maneira como esta territorialidade choca-se com lógicas de utilização do espaço agrário, notadamente as baseadas na perspectiva de mercantilização do campo e avanço do agronegócio, em especial o gado, a monocultura de grão e a monocultura de palmeiras oleaginosas para a produção de biocombustível.

Na segunda parte analisamos como a educação do campo pode associar-se à luta dos sujeitos pela manutenção do seu território, analisando uma experiência educativa de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos nestas comunidades.

Os dados e as reflexões apresentadas neste trabalho são resultado fruto da pesquisa-ação desenvolvida nestas comunidades desde 2003 e, em especial, das pesquisas desenvolvidas para a construção da dissertação de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade do Estado do Pará (OLIVEIRA NETO, 2011).

Este artigo é fruto de uma reflexão ainda em processo. Nosso principal objetivo é tentar demarcar os traços gerais presente na territorialidade ribeirinha nas comunidades analisadas e demonstrarmos como a educação do campo é importante na luta pela sua manutenção.

2. A REALIDADE RIBEIRINHA E O SEU TERRITÓRIO

Na busca por uma definição do espaço amazônico, constata-se que há uma grande multiplicidade de sujeitos, tempos, usos e relações sociais, o que demarca a existência de um conjunto socioespacial extremamente significativo e diversificado que, orientado por opções políticas diferentes e, em grande medida conflitantes, gera territorialidades que se relacionam a partir de interações sincrônicas e anacrônicas, complementares e antagonicas.

Nessa multiplicidade o sujeito ribeirinho se faz presente e, diferente da imagem que geralmente é feita, a sua definição não se dá apenas pela proximidade ou distância do rio. Assim, é falsa a ideia que o ribeirinho é quem vive à beira do rio ou igarapé, sendo a formação socioespacial e o seu território algo muito mais complexo que não é possível ser compreendido por concepções reducionistas das relações que o sujeito estabelece na produção territorial.

O processo histórico de ocupação da Amazônia indica que a reestruturação da dinâmica social a partir das políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal na região, principalmente a partir da segunda metade do século XX, mudou consideravelmente a dinâmica social, fazendo com que grandes parcelas de sujeitos localizados à beira dos rios fossem paulatinamente perdendo a identidade ribeirinha, havendo uma redefinição do território e dos papéis das cidades em sua relação com o rio.

Importantes análises são feitas sobre a região que dão conta dessa dinâmica, a exemplo de Loureiro (2004) e Gonçalves (2008). Esses autores analisam a partir de perspectivas diferentes como o processo de reestruturação da região a partir da década de 1960 redirecionou as relações sociais que tinham como referência espacial o rio em direção à terra firme. Em muitas localidades, mesmo sem os sujeitos se afastarem do rio, há uma reconfiguração das relações sociais que nos levam a repensar o perfil e as características do território ribeirinho.

Para Loureiro (2004, p. 23) até a década de 1960 a vida na região Amazônica tomava como referência o complexo “rio-mata-roça-quintal”, e a parcela dos sujeitos que não viviam nos centros urbanos da região poderiam ser considerados a um só tempo “pescadores-agricultores-extratores” (LOUREIRO, 2004, p. 34). Para a autora, a política de desenvolvimento implementada na região a partir da década de 1960 desestruturou esse complexo.

Por sua vez, Gonçalves afirma a existência de dois padrões distintos de ocupação do espaço, sendo que o primeiro é o padrão “rio-várzea-floresta” (2008, p. 80) e o segundo “estrada-terra firme-subsolo” (2008, p. 95). A consolidação do segundo se deu a partir da desestruturação do primeiro e a força motriz desse processo é a mesma identificada por Loureiro (2004).

Essa reestruturação apresentada pelos autores evidencia como a identidade dos povos amazônicos é alterada a partir do critério de centralidade de não de proximidade de elementos espaciais. No caso em questão, a identidade relaciona-se diretamente com a formação socioespacial e com os processos de formação territorial, dando-se então como expressão identitária de movimentos de territorialização. Neste sentido, a territorialidade ribeirinha é forjada a partir do conjunto de relações socioespaciais que o sujeito estabelece e do papel do rio nestas relações. Faz-se importante salientar que toda relação do sujeito com o espaço se dá a partir de uma multiplicidade de elementos sobre os quais o sujeito desenvolve suas relações socioespaciais.

Sobre a identidade ribeirinha como um dos elementos que forma a territorialidade, é importante analisar a contribuição de Cruz (2008) sobre o que seria identidade ribeirinha. O autor, negando a visão de proximidade como formadora da identidade, afirma que são “os processos, as relações socioespaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento” (p. 55). Ressalta que a temporalidade ribeirinha tem particularidades e que deve ser analisada a partir destas especificidades. Para o autor

(...) a temporalidade ribeirinha tem a sua particularidade definida essencialmente por dois elementos fundamentais: a tradição e a dinâmica da natureza. É no entrelaçamento entre estes dois elementos que a experiência espaço-temporal, o ritmo social das populações ribeirinhas pode ser compreendido (CRUZ, 2008, p. 55).

Além dos elementos enunciados acima (identidade e temporalidade) acreditamos que outros elementos são constitutivos da territorialidade ribeirinha na Amazônia. No que tange às relações de trabalho, por exemplo, há uma associação entre a condição de camponês, de extrativista e de pescador. Dentre estas, a categoria teórica que mais acumula interpretações

é camponês. Como camponês, entendemos como Maestri (2005) para quem a unidade produtiva camponesa é formada a partir de relações de trabalho em que possui um

(...) núcleo dedicado à produção agrícola e artesanal autônoma que, apoiado essencialmente na força e na divisão familiar do trabalho, orienta a sua produção, por um lado, à satisfação das necessidades familiares de subsistência e, por outro, mercantiliza parte da produção a fim de obter recursos monetários necessários à compra de produtos ou serviços que não produz (2005, p. 218-219).

Além da identidade, temporalidade e relações de trabalho, a memória coletiva e a cultura² também são elementos fundamentais para a definição da territorialidade ribeirinha, na medida em que é na defesa destes elementos, que se estruturam pela relação do sujeito no e com o espaço, que eles lançam-se para a definição de uma identidade coletiva e de um território de encontro, estruturado para a reprodução das suas relações sociais.

No que tange às comunidades analisadas, acredita-se que sejam constituídas como comunidades rurais-ribeirinhas, na medida em que a principal atividade econômica desenvolvida pelos sujeitos é a produção da farinha de mandioca, que articula a roça, o igarapé e a casa de farinha tendo, também, o extrativismo, a pesca e a caça, que são desenvolvidos sem fins comerciais, mas que são importantes para a reprodução familiar, aumentando as possibilidades de alimentação e tendo forte ligação com o lazer e a cultura local. Há, ainda, forte influência do rio na cultura, no imaginário, na temporalidade e na educação nessas comunidades³.

A casa de farinha se constitui o principal núcleo de produção das comunidades e possui características artesanais, predominando técnicas aprendidas a partir de anos de experiência com a produção da farinha associadas a algumas alterações tecnológicas. O trabalho geralmente é feito em mutirão, onde um sujeito ajuda o outro a aprontar a sua produção para que ele possa ser ajudado na sua. Em geral, ela se localiza próximo do rio ou do igarapé.

² Sobre a importância da memória coletiva e da cultura como elementos constitutivos do território, ver Arruti (2006).

³ A este respeito ver Oliveira (2008).

Além de núcleo produtivo, a casa de farinha é constituída como importante núcleo social, cultural e pedagógico, sendo um dos principais elementos de estruturação da vida social das comunidades, estando presente desde cedo no imaginário, no trabalho e nas práticas sociais cotidianas dos sujeitos das comunidades, inclusive das crianças que crescem tendo a casa de farinha como um dos contextos de diversão e de permanente aprendizagem.

Muito embora as comunidades sejam ricas do ponto de vista simbólico e cultural, essas têm padecido no que tange às necessidades básicas e as condições estruturais mínimas. Não há rede de distribuição de energia, de água ou saneamento básico. Os ramais sofrem pela falta de manutenção, fazendo com que no inverno as comunidades fiquem quase isoladas. A assistência à saúde é feita por uma agente comunitária de saúde (ACS) que acumula a função de professora na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Quando existe, a educação é ofertada de maneira precária, sendo executada na forma multisseriada em parceria entre a comunidade e a prefeitura, onde a comunidade entra com o espaço, que geralmente é improvisado em um barracão ou tem a sua infraestrutura limitada às possibilidades da comunidade, e a prefeitura se responsabiliza pelo professor, sendo oferecido o ensino até a quarta série. Os alunos que optarem por prosseguirem os estudos, devem se matricular em uma escola na sede do município, distanciando-se do seu espaço de sociabilidade.

Além da falta de apoio do poder público na melhoria da infraestrutura local, os sujeitos reclamam a falta de assistência técnica e/ou linha de financiamento que os possibilitassem melhorar a produção. A desorganização fundiária também vem sendo um elemento bastante sentido pelos sujeitos, principalmente no momento em que amplia na região a concentração de terras na perspectiva do cultivo de palmeiras oleaginosas para a produção da matéria prima para os biocombustíveis.

Os sujeitos ainda sofrem com o prolongamento do período do verão amazônico (período em que chove menos), com a diminuição da oferta de peixes nos rios e igarapés e com a diminuição da caça, que faz com que eles recoloquem no centro do seu debate a preocupação com o meio ambiente e a reprodução da sua cultura.

Nesta perspectiva, o território ribeirinho transcende a porção do espaço em que ele domina. Não há como pensar o território ribeirinho se o espaço que não é de domínio territorial deste sujeito estiver uma organização socioespacial diametralmente oposta, pois esta outra

organização pode colocar em risco o rio, a fauna e a flora, obrigando com que os sujeitos tenham que reestruturar suas relações socioespaciais em seu território.

Essas características configuram a existência de um espaço de exclusão, caracterizado pelo desrespeito do poder público municipal, estadual e federal associado à construção de um território de resistência dos sujeitos que lutam tendo como referência o trabalho, a cultura, a memória, a temporalidade e a identidade de gerações que são reconstruídas cotidianamente a partir de respostas que os sujeitos têm que dar aos problemas que os atingem. Articula-se a esse processo a luta por uma educação popular do campo, como forma de organização e mobilização pela mudança da situação concreta de opressão em que estão submetidos.

3. EDUCAÇÃO DO CAMPO E TERRITÓRIO: REFLEXÕES SOBRE EXPERIÊNCIAS EDUCATIVAS NA AMAZÔNIA

Dentre os trabalhos educativos realizados na região, destacamos o desenvolvido pelo NEP, que a mais de 10 anos atuando no município, havendo registro de atividades em pelo menos 11 comunidades⁴, podendo estas serem agrupadas em três tipos: (a) comunidades rurais, que são aquelas onde há a predominância do modo de produção camponês e que as principais referências espaciais para a estruturação da vida social são a roça, a floresta e o quintal; (b) comunidades ribeirinhas, onde a principal referência para a estruturação da vida social é o rio e as atividades produtivas desenvolvidas a partir dele e, por fim, (c) comunidades rurais-ribeirinhas, como as em questão, onde há uma coexistência entre elementos que demarcam o território ribeirinho e o território camponês.

As atividades desenvolvidas dizem respeito ao ensino, com turmas regulares de alfabetização e pós-alfabetização de jovens, adultos e idosos, atividades ligadas à extensão universitária, como a construção de seminários temáticos sobre educação do campo, desenvolvimento e direitos humanos; e atividades de pesquisas. Mas recentemente, o núcleo vem desenvolvendo atividades de ensino direcionadas à formação política de lideranças da

⁴ Pirateua, Nossa Senhora de Nazaré, São Benedito, Santíssima Trindade, Ourinho, Santo Antônio, São José do S., São Bento, Monte Ourebe, Jesus por Nós e Santa Rita de Cássia.

comunidade, debatendo temas como a organização política, direitos sociais e direitos humanos.

Tal ação surge do reconhecimento desses temas para que os sujeitos consigam melhorar a organização da comunidade, a partir da formação de associações ou do fortalecimento do sindicato dos trabalhadores rurais, o que lhes possibilita o questionamento do poder público para que seus direitos sejam atendidos a partir de uma visão de desenvolvimento e de campo em que eles sejam os protagonistas e não uma visão que contribua para desestruturar o território local.

Na prática educativa o território está presente não apenas como conceito, mas como conteúdo vivo, a partir das suas contradições, conflitos, disputas e sentidos. A sua carga educativa está para muito além do espaço de sala de aula. Ele é, em si, educativo e a vivência da comunidade comprova que, nas relações cotidianas, ele é um elemento importante nas trocas materiais e simbólicas que estruturam a vida destes grupos sociais.

O território assume esta dimensão a partir da relação que os sujeitos e seus respectivos grupos sociais estabeleceram no espaço, conferindo sentido a sua materialidade, ao mesmo tempo em que conferem novos sentidos e reconstróem a materialidade.

A convivência junto aos sujeitos locais nesses 10 anos de trabalho do NEP em São Domingos do Capim nos proporcionou entender Fernandes (2006, p. 29) quando afirma que:

(...) educação, cultura, produção, trabalho, infraestrutura, organização política, mercado etc, são relações sociais constituintes das dimensões territoriais. São concomitantemente interativas e contemplativas. Elas não existem em separado. A educação não existe fora do território, assim como a cultura, a economia e todas as outras dimensões.

As discussões sobre os conteúdos e a realidade dos sujeitos produzem o debate sobre o futuro da comunidade na medida em que as atividades de ensino desenvolvidas nas turmas de alfabetização auxiliam na organização da comunidade. Essa organização política da comunidade vem fortalecendo os sujeitos como coletivo na tentativa de forçar o Estado a garantir os direitos sociais básicos no campo, entre os quais, encontra-se a educação com qualidade.

Há, assim, uma imbricação profunda entre a educação, mais notadamente a educação popular do campo, e o território, pois o território passa a ser educação quando os sujeitos reconhecem que a produção territorial é também produção do saber ao mesmo tempo em que a educação popular do campo se transforma em território quando ela reconhecendo as disputas no saber, localizando-se na disputa e assumindo a responsabilidade de se associar à construção da visibilidade dos sujeitos que historicamente foram invisibilizados pelo Estado e pelo modo de produção.

As repercussões deste processo são identificadas pelos próprios sujeitos quando analisando a situação que estão imersos e o processo histórico que o construiu se reconhecem como sujeitos de direitos e passam a questionar o poder público para que este atenda as provocações da comunidade, ao mesmo tempo em que lutam para impedir que o ímpeto devastador das grandes fazendas destrua a comunidade, sendo esta capacidade de se reconhecer como sujeito e a luta em defesa dos seus direitos alguns dos indicadores reais da qualidade da educação, ao lado do desenvolvimento da capacidade de leitura e escrita e de apropriação dos conteúdos.

Esta consideração associa-se a um dos princípios fundamentais da perspectiva freireana de educação popular, que afirma que “não há educação fora das sociedades humanas assim como não há homens no vazio” (FREIRE, 2008, p. 43). A grande questão imposta aos que se colocam nesta perspectiva, e em especial à educação popular do campo, é como traduzir este princípio para a prática educativa.

O desenvolvimento deste princípio e a construção de uma educação que tenha como base o respeito à comunidade e aos sujeitos do campo, exige que a prática educativa leve em consideração questões como a história da comunidade e dos sujeitos, o respeito e o entendimento das suas temporalidades, o entendimento dos conflitos sociais a que estes sujeitos estão envolvidos em sua territorialização, o entendimento dos símbolos das comunidades, o entendimento dos seus significados, a organização social, política e especial das comunidades, as disputas territoriais e as diversas lógicas de uso e representação do espaço que estão em jogo na construção das ações cotidianas, entre outras.

São estes elementos que estamos utilizando como indicadores para identificar como o território, como conteúdo vivo está presente na prática educativa. Todos eles relacionam-se com o território, direta ou indiretamente e eles são alguns dos elementos que acreditamos que nos

permitem entender a dinâmica do território e o processo de territorialização em que estes sujeitos estão imersos.

A presença destes elementos na prática educativa permitiu que a reflexão sobre os elementos da comunidade tornassem pauta para o desvelamento crítico da realidade em que os sujeitos estão imersos. Isto corrobora com a afirmação de Freire (2006) de que:

(...) o exercício desta atividade crítica, na análise da prática social, da realidade em processo de transformação possibilita aos alfabetizando, de um lado, aprofundar o ato de conhecimento na pós-alfabetização; de outro, assumir diante da sua quotidianidade uma posição curiosa. A posição de quem se indaga constantemente em torno da própria prática, em torno da razão de ser dos fatos em que se acha envolvido (p. 44).

Um dos elementos que indica esta relação e que está presente na rede temática é a disposição espacial do arraial das comunidades. É comum que nas comunidades da região o arraial seja formado por uma pequena igreja, um barracão e uma escola (quando o próprio barracão não serve de escola). É comum encontrar, também, elementos ligados ao trabalho (casa de farinha, açude), igarapés (geralmente são bem próximos) e elementos de lazer (geralmente o campo de futebol). Esta disposição indica pelo menos dois elementos. O primeiro é a importância da educação para a estruturação das comunidades, já que no arraial geralmente são construídos elementos de uso coletivo que tenha a finalidade agregadora. Neste sentido, a escola, além de ser um elemento comum, é um elemento estruturador das comunidades. O segundo é que a estruturação do arraial dá traços indicativos do processo de territorialização destes sujeitos. A interpelação entre elementos profanos, religiosos, de lazer, de trabalho e educativos que foram construídos sobre características naturais locais acabam por revelar a dinâmica e a importância destes elementos na produção territorial.

A luta para que o Estado atenda a estas questões é, também, uma luta pela própria manutenção do território na medida em que na vivência da comunidade podemos perceber que os sujeitos que migraram para a cidade o fizeram pelas duras condições de vida a que eles estão submetidos, sem qualquer tipo de assistência. A venda da terra para o fazendeiro torna-se então a maneira como os sujeitos conseguem um pequeno recurso que lhes

possibilita comprar ou alugar uma pequena casa na cidade que é idealizada como o local de concentração de direitos (educação, saúde, água, segurança etc.), mas que se revela aos migrantes como frustração total de expectativas já que o que há, na verdade, é a oferta residual de direitos e o “convite” a atender a demanda do capital num novo espaço, sendo marginalizados e espoliados enquanto ser.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território ribeirinho, marcado por imensa complexidade, é composto pela articulação de elementos diversos, como a temporalidade, a identidade, a cultura, a memória coletiva, as relações de produção e as disputas sociais pelo reconhecimento desse território. Estes elementos articulam-se em torno das relações que os sujeitos estabelecem entre si com e no espaço, tomando como principal referência espacial a ligação com o rio e os igarapés.

Nas comunidades em questão, configuradas como rurais-ribeirinhas, o território é marcado por disputas contra o capital privado e o Estado, que tentam invisibilizá-las e desestruturá-las, negando os direitos sociais no campo, ao mesmo tempo em os sujeitos locais lutam para manter a posse da terra, o equilíbrio ambiental, as relações de trabalho e a temporalidade autóctone, a cultura, a memória coletiva e o modo de vida. No confronto pelo domínio do território é marcante a força dos fazendeiros que avançam na região para a produção de gado e, futuramente, para plantação de palmeiras oleaginosas.

No que tange ao equilíbrio ambiental, a principal luta dos sujeitos é pela recuperação das áreas degradadas, pela proteção da mata, pela proteção da fauna e pela recuperação dos igarapés, que na maioria dos casos sofrem com o assoreamento. O modo de vida desses sujeitos é ameaçado pela dificuldade que têm para produzir e para escoar a produção, o que acaba criando uma falsa expectativa de que novas áreas para morar e novas relações de trabalho seriam a solução de seus problemas, principalmente entre os mais jovens, idealizando a cidade como o lugar capaz de encontrar estes sonhos.

O processo educativo baseado na educação popular do campo vem respondendo ao direito negado aos adultos à educação ao mesmo tempo em que corrobora para o questionamento destes elementos, levando-os a

compartilhar coletivamente as angústias e procurarem soluções coletivas para a melhoria das condições infraestruturais e para a reprodução dos seus modos de vida.

Nesse processo, o território passa a ser considerado elemento central no desenvolvimento das atividades educativas. A partir da sua dinâmica e dos seus fatores constitutivos, serve de base para a estruturação dos conteúdos, das práticas educativas e do tempo escolar. A base da educação popular do campo desenvolvida nessas comunidades é o território em todo o seu movimento e dinâmica social. Dinâmica, aliás, que reforça e reestrutura a própria comunidade a partir da ação consciente dos sujeitos. Nesses termos a educação é entendida como uma das estruturas não apenas do território, mas da própria territorialização dos sujeitos, na luta pela manutenção de seus *modus vivendi*.

5. REFERÊNCIAS

ARRUTI, José. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru-SP: EDUSC, 2006.

CRUZ, Valter. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair; TAVARES, Maria (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008. p. 49-69.

FERNANDES, Bernardo. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA, 2006. p. 27-39.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 47. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES, Carlos. **Amazônia, Amazônias**. 2. ed. 1. reimpr. São Paulo: Contexto, 2008.

LOUREIRO, Violeta. **Amazônia**: Estado, homem, natureza. 2. ed. Belém: CEJUP, 2004. (Coleção Amazônia, v. 1)

MAESTRI, Mário. A aldeia ausente: índios, caboclos, cativos, moradores e imigrantes na formação da classe camponesa brasileira. In: STÉDILE, João (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda 1960-1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 217-275.

OLIVEIRA, Ivanilde (Org.). **Cartografias ribeirinhas**: saberes e representações sobre práticas sociais cotidianas de alfabetizando amazônidas. 2. ed. Belém: EDUEPA, 2008. (Coleção Saberes Amazônicos, n. 1)

OLIVEIRA NETO, Adolfo. **Educação popular do campo e território**: uma análise da prática educativa do GETEPAR-NEP na Amazônia ribeirinha. 2011. 203f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

O MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB) E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA ILHA DE COTIJUBA-PA

Odimar do Carmo Melo

1. INTRODUÇÃO

A ilha de Cotijuba está localizada geograficamente, entre o arquipélago do Marajó e as ilhas de Jutuba e Paquetá, à margem direita do estuário do rio Pará, entre as baías do Marajó e do Guajará, apresentando uma forma alongada (BELÉM, 1997). Ela apresenta uma extensão territorial aproximada a 1.600 hectares e está localizada a 22 km da sede municipal (Belém). Até 1948 (através da Lei Estadual de nº 158), estava vinculada administrativamente ao Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS) e atualmente ao Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT), através da lei Municipal nº 7.682 de 1995, porém, sempre estabeleceu fluxos e relações com o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO). Cotijuba é a terceira maior ilha em dimensão territorial do arquipélago belenense (ficando atrás de Mosqueiro, com 21.254,67 ha e Caratateua-Outeiro 3.165,12 ha). Percebe-se que nos últimos anos ela vem sofrendo transformações significativas no que tange ao povoamento, às atividades econômicas e de subsistência como a agricultura familiar, à pesca artesanal, ao agroextrativismo e à atividade turística, bem como a instalação de novas atividades comerciais, de serviços (formais ou informais) e de lazer desde 1994 (GUERRA; CARVALHO, 2003, p.199).

Tais transformações têm contribuído para o surgimento de mudanças relevantes na estrutura e na dinâmica espacial da ilha, realidades diretamente ligadas ao gênero de vida e ao uso do território dos atores territoriais de Cotijuba. O artigo visa evidenciar que, a partir das vivências cotidianas dos moradores, o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (SANTOS, 2000). Analisar como o território usado pelos ilhéus no contexto de suas atividades diárias vem influenciando na alteração de seus gêneros de vida, pois territórios e gêneros de vida se amalgamam a ponto de serem

elementos indissociáveis e produtos históricos das interrelações comunitárias que se desenvolvem cotidianamente, as quais dão aos lugares singularidades e particularidades associadas a uma lógica exógena. A atuação e as atividades realizadas constantemente pelo movimento social em questão em Cotijuba se materializam em usos de seu território, ou seja, fazem da ilha um território usado por atores territoriais que influenciados pela busca da sobrevivência em coletividade constroem o espaço dia-a-dia, constroem o seu lugar.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM COTIJUBA-PA

Os *movimentos sociais* populares, que se constituíram desde os anos 1970 no interior do regime militar, tiveram sua consolidação como agentes de identidade própria e com capacidade de articulação para, através de diversas formas de participação, poder influenciar em pontos específicos a definição de políticas sociais. A democratização é assumida por estes movimentos como condição imprescindível para a melhoria de suas condições de vida, na medida em que o instrumento que lhes pode garantir a sua capacidade de pressão é sua experiência de organização e de participação.

Para os movimentos sociais, diz Habermas (1997, p. 109), é questão de vida ou morte a possibilidade de encontrar formas solidárias de organização e esferas públicas que permitam esgotar e radicalizar direitos e estruturas comunicacionais existentes. Segundo Habermas (1997), os atores da sociedade civil podem assumir um papel surpreendentemente ativo e pleno de consequências, quando tomam consciência de situações de crise. O autor defende que a sociedade civil, por meio das esferas públicas e das reivindicações trazidas à tona pelos movimentos sociais, é capaz de introduzir no sistema político discussões sobre os problemas existentes na sociedade como um todo.

“Um movimento social existe quando um grupo de indivíduos está envolvido num esforço organizado, seja para mudar, seja para manter alguns elementos da sociedade mais ampla” (COHEN, 1980 apud SILVA, 2001).

Ou ainda:

Os movimentos sociais podem ser considerados como estabelecimentos coletivos para estabelecer nova

ordem de vida. Têm eles início em uma condição de inquietação e derivam seu poder de motivação na insatisfação diante da forma corrente de vida, de um lado, e dos desejos e esperanças de um novo esquema ou sistema de viver do outro lado (LEE, 1962 apud SILVA, 2001, p. 34).

Os movimentos sociais de Cotijuba surgiram de um grupo organizado da coletividade que faz parte da comunidade local. Vários movimentos sociais atuam no lugar, dentre eles a Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba (AMICIA), o Grupo de Mulheres da Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba (GMAPIC), a Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba (COOPERBIC) e o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB). Este último é o movimento social mais atuante dentro de Cotijuba, já se tornou referência para as esferas públicas e privadas que atuam com políticas e ações de desenvolvimento territorial na ilha.

Ao longo do tempo a principal pauta de reivindicações dos movimentos sociais atuantes em Cotijuba era o melhoramento do serviço de transporte fluvial oferecido pelos barqueiros da COOPERBIC, do transporte terrestre interno, oferecido através de bondinhos e charretes e posteriormente políticas públicas ligadas principalmente à agricultura e ao turismo.

Atualmente esses movimentos estão desgastados, e perderam força perante o poder público e privado. No entanto, a história de fundação, as lutas e as conquistas dos mesmos deram suporte à fundação de novos movimentos, como é o caso do MMIB. Este, de agora em diante, será nosso objeto de estudo neste momento do trabalho, devido a suas ações coletivas em vários aspectos dentro da comunidade, seja no aspecto econômico, no cultural, no ambiental e no social, atuação que, por sua vez, garante a reprodução socioespacial, o *desenvolvimento local* e conseqüentemente a construção do lugar pelos ilhéus.

A nossa força, a nossa união, e a nossa fé nos trouxe até aqui. Com pessoas alegres, dispostas, e que acreditam que é a união do nosso trabalho e do nosso conhecimento que nos levarão a dar passos seguros rumo ao nosso sucesso e realizações (Adriana Gomes, coordenadora administrativa do MMIB).

O *desenvolvimento local* para Urani et al. (2006), é uma estratégia de desenvolvimento que valoriza a dimensão local e/ou de proximidade que se afirma cada vez mais, nos quatro cantos do mundo, como alternativa viável para a reconstituição dos vínculos produtivos entre agentes, comunidades e instituições de governo.

Na perspectiva da agricultura familiar, o desenvolvimento local depende fundamentalmente da intervenção estatal, regulando as assimetrias do mercado através de políticas públicas. Se deixada à própria sorte frente às forças de mercado, a agricultura familiar se transforma em alvo fácil de monopólios e intermediários que se apropriam do valor agregado da produção.

3. A GÊNESE DO MOVIMENTO DE MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM (MMIB)

Segundo Adriana Maria Gomes de Lima, que foi coordenadora administrativa do MMIB e mora há 18 anos na ilha, poucos movimentos sociais conseguiram resistir ao tempo, à falta de *capital social*¹, à falta de apoio do poder público e privado, e acima de tudo de organização interna.

De acordo com Adriana, o movimento iniciou com um grupo de mulheres da Associação de Produtores da Ilha de Cotijuba, a APIC. Esse grupo basicamente fazia doces de frutas tropicais para comercializar e era a forma de manter o grupo unido e de receber informações sobre associativismo e movimentos sociais.

O MMIB resiste até hoje, porque aprendeu junto aos outros movimentos e associações como evitar o desgaste administrativo e a falta de apoio em geral, dos governos, da iniciativa privada e das pessoas da comunidade. Muito pelo contrário, aprendeu onde buscar tais apoios e a crescer aproveitando o potencial natural de Cotijuba, bem como o trabalho e a criatividade de seus moradores.

¹ O conceito de capital social é compreendido como as conexões sociais que os atores sociais estabelecem. O capital social pode ser possuído tanto pelo indivíduo quanto pelo grupo, levando em conta as relações de reciprocidade e confiança entre os indivíduos do grupo. Tem dois aspectos, o individual e o coletivo, e é considerado um incentivo para formação de ações coletivas e parcerias entre o público e o privado e também como uma construção da parceria interorganizacional (VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, 2008, p. 212 e 213).

O grupo de mulheres da APIC tinha o apoio da SECON, e a SECON materializava esse apoio por meio de projetos que visavam a alfabetização de adultos, além das mulheres do grupo, havia muita gente voluntária dentro do mesmo que começou a ajudar esse pequeno grupo de mulheres. Uma das pessoas que ajudava era a senhora Domingas Caldas que participava do Grupo de Mulheres Brasileiras (GMB), o qual era o antigo Grupo de Mulheres do Bengui, bairro da periferia de Belém. Esse grupo foi muito importante para movimento de mulheres da APIC, juntamente com a FASE e o Fórum de Mulheres que funciona dentro da FASE.

Esses grupos foram de suma importância para o desenvolvimento do MMBB enquanto movimento social, pois com o intuito de buscar o conhecimento sobre como funcionava o grupo de mulheres do estado, introduziram as mulheres da APIC nas questões e nos debates referentes ao Fórum de Mulheres da FASE².

Em 1999 uma das mulheres deste grupo da APIC assumiu a presidência da mesma e o pequeno grupo de mulheres no projeto “Comunidade Solidária” do governo Fernando Henrique, participaram de dois cursos durante um ano. Um dos cursos era o de fabricação de papel reciclado e o outro era de produção de instrumentos musicais com material da floresta.

Então durante um ano o grupo agregou 50 jovens e depois que acabaram os projetos do governo federal, alguns membros deste grupo ainda ficaram na associação. No entanto, situações burocráticas e o endividamento com o BASA bloqueou o CNPJ da Associação, trazendo dificuldades para se desenvolver projetos e abrir conta corrente em nome da associação.

Neste contexto, o grupo formado resolveu sair da APIC e criar outro movimento que possibilitasse melhorias na qualidade de vida dos ilhéus.

E aí a gente tomou uma resolução, desses 50 jovens muitos ficaram dentro do movimento, dentro do grupo, e aí a gente resolveu montar uma Associação própria, nossa mesmo e sair da Associação dos Produtores, e aí a gente passou ainda depois de 1999, 2000, acho que 2001 só planejando, porque essas coisas demoram, e começamos a ir atrás das secretarias

² A Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE) é uma ONG que atua em questões ligadas ao meio ambiente e à sociedade amazônica.

e das universidades e o nosso objetivo era procurar alternativa de renda, já que aqui tinha o caso das hortaliças e o açaí e aí não tinha mais nada, né?

A gente procurava uma alternativa pras mulheres trabalharem, pra manter o grupo unido, com um objetivo, foi quando apareceu o pessoal da UFRA aqui junto com o pessoal da Natura. A Natura estava procurando comunidades pra plantar a priprioca, e aí eles já tinham encontrado duas comunidades e como a gente andava muito com o pessoal da UFRA aí o pessoal achou uma boa oportunidade de trazer eles pra cá pra vê se a gente deslanchava algum projeto, aí a gente juntou 11 famílias na época e conversou com o pessoal da Natura pra ouvir a proposta deles (Informação verbal)³.

Com esse primeiro contato entre a comunidade e a empresa surgiu a ideia de fortalecer o grupo de mulheres e de criar o MMIB. Foi realizada uma reunião dentro do grupo para decidir se eles iam trabalhar com a empresa, e assim tomaram a decisão de tentar a parceria, devido à falta de alternativas, de ajuda do governo, e de outro projeto de geração de desenvolvimento.

A Natura não fechou apenas a comercialização da priprioca, fechou também com as mulheres o desenvolvimento da instituição, ou seja, apoiou as mesmas na compra de sua atual sede, no melhoramento da estrutura burocrática, trouxe variados cursos para desenvolver a associação e seu pessoal.

As mulheres do movimento tinham em mente que poderia dar certo ou não a parceria com a Natura, e isso fez com que elas procurassem alternativas de renda, ou seja, fecharam com a Natura, mas procuraram outras fontes. Tal iniciativa foi importante para as mulheres, pois hoje elas contam com vários parceiros na geração do desenvolvimento local em Cotijuba.

Isso foi muito legal porque a gente foi conseguindo várias outras coisas, tanto que hoje, o movimento trabalha com outras empresas além da Natura, na

³ Adriana Gomes é coordenadora do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

coleta e comercialização de sementes, a gente tem parcerias com institutos, com ONGs, a gente desenvolve trabalhos até mesmo com o poder público, que é uma coisa muito mais fina, muito mais difícil com o poder público do que com as outras organizações. Então hoje a pripioca, o plantio da pripioca continua sendo um projeto forte no movimento, mas não é o único, então se a pripioca chegar a acabar, se o pessoal não quiser mais comprar o perfume, a gente continua caminhar do mesmo jeito, hoje, no dia de hoje, agora nesse momento eu posso dizer que a gente está iniciando um processo de trabalho junto com o SEBRAE de fomento nesse trabalho da biojoia e do papel que a gente está desenvolvendo (Adriana Gomes, Informação verbal).

4. PARCERIAS E PROJETOS REALIZADOS PELO MMIB

Hoje o movimento, devido à infraestrutura que dispõe, está preparado para aumentar seu leque de atuações junto à comunidade de Cotijuba, em projetos de cunho cultural e social, em parceria com o IDEA 2010 (Associação Internacional de Drama, Teatro e Educação), um projeto da Associação Brasileira de Arte Educadores (ABRA), que estão apoiando o movimento de mulheres, através do programa *Cine mais cultura*, que foi conseguido com uma parceria junto a Escola Bosque Eidorfe Moreira, o qual busca realizar mostras de filmes para a comunidade, tanto filmes nacionais e internacionais, quanto os que possam ser produzidos dentro da própria comunidade.

O foco principal do MMIB era a geração de renda e autonomia para as mulheres. Hoje esse foco já aumentou, e possui um leque de perspectivas futuras que o movimento está buscando para essas mulheres que participam dele, através de parceria com ONG, empresas, Estado etc.

Quando isso acontece em uma determinada comunidade, entende-se que está se gerando o desenvolvimento local, pois este ultrapassa a perspectiva da renda, e mais do que isso, além da renda passa a ter a liberdade de expressão, são ganhos sociais, são avanços culturais, são avanços na área do conhecimento, isso tudo é desenvolvimento local,

Esse é o Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém, o qual atende 5 ilhas e que está desenvolvendo vários projetos junto às

comunidades das ilhas de Jutuba, Paquetá, Nova, Tatuoca e Cotijuba, além trabalhar em parceria com outros atores nas ilhas de Outeiro, Arapiranga e Urubuoca.

Os outros parceiros do MMIB, além da Natura são: o SEBRAE, a BERACA⁴, o Instituto Peabiru⁵, a UNIPPOP⁶, a UFPA e o Museu Goeldi. Esses parceiros ativos atuam com o MMIB em projetos de geração de renda junto à comunidade de Cotijuba.

Junto com o Peabiru, a empresa de telefonia OI desenvolveu um projeto de filmagem e fotografia denominada *Projeto Guia-me Belém*, no qual os jovens associados ou não ao MMIB aprenderam a produzir fotografia, filmagem e edição de vídeo. Partindo deste aprendizado a coordenação do MMIB sugeriu aos jovens que filmassem a ilha, especificamente os modos de produção existentes, o folclore local, os aspectos da cultura ribeirinha e dos ilhéus, bem como a rica história do lugar.

O movimento hoje já conseguiu produzir pequenos filmes que relatam os aspectos citados acima. Um deles foi um documentário com o Sr. Francisco Lazaro de Oliveira, chamado pelos ilhéus de seu Dinai, que é idoso de 96 anos e que mora em Cotijuba há 89 anos. Descendente de índios de Itacoatiara no Amazonas, ele é ex-agricultor e o poeta oficial da ilha.

Produziram outro documentário com o Sr. Raimundo dos Santos, popularmente conhecido como Raimundo 8, o qual tem 80 anos e chegou a ilha em 1943 e desde então mora em Cotijuba. É uma pessoa muito amigável e que trabalhou no Educandário Nogueira de Faria durante seu funcionamento.

O MMIB desenvolve um projeto em parceria com o Ecomuseu denominado *Projeto Flores Tropicais*, que está em vias de reformulação por parte de seus idealizadores. O projeto Flores Tropicais começou com um programa do governo federal, denominado *Meu Primeiro Emprego*, o qual envolveu durante um ano os jovens ligados ao MMIB. Neste projeto era realizada a plantação de flores tropicais, mas após um ano acabou. “Projetos

⁴ Indústria brasileira que atua também no exterior, iniciou suas operações em 1956. Oferece ingredientes, produtos e serviços a diversos mercados a exemplo do de nutrição animal, do farmacêutico, de cosméticos, de fragrâncias e de biotecnologia.

⁵ O Instituto Peabiru é uma organização da sociedade civil que atua junto à biodiversidade amazônica.

⁶ O Instituto Universidade Popular reúne jovens para apresentação teatral explorando os problemas em Cotijuba.

de governo sempre acabam, acaba o governo, acaba o projeto”, segundo Adriana Gomes. No entanto, ficaram as plantas na área do projeto e a coordenação do MMIB decidiu dividir essas mesmas entre as mulheres que queriam continuar plantando. Foi neste contexto que se firmou a parceria com o Ecomuseu, o qual, através do professor Roberto Sena, dava assessoria técnica, de como plantar, onde plantar, como produzir mais etc. Com o apoio técnico do Ecomuseu, as mulheres do MMIB plantavam na área do “Canivete”⁷ cinco espécies diferentes de helicônias, plantavam alpínia, bastão do imperador e xampu.

Além deste projeto tem o de *Biojoias* que é desenvolvido em parceria com o Instituto Peabiru e Mapinguari Designers, esta última uma empresa de designers. Foi um projeto que terminou sua capacitação técnica deixando uma perspectiva concreta de renda para as mulheres que participaram dele e que até hoje produzem as biojoias, as quais são expostas em vários eventos na cidade de Belém e vendidas nestas exposições ou na sede do MMIB em Cotijuba.

Apesar do término da parceria com o instituto Peabiru, o MMIB ainda continua tendo a assessoria da Mapinguari Designers, principalmente na confecção das embalagens e das biojoias produzidas pelas mulheres do movimento. A matéria-prima das embalagens feitas em papel reciclado é toda da ilha e as sementes usadas na produção das joias têm origem variada, a semente que se encontra na Ilha é apenas a semente de euterpe, açazeiro. Já a de cedro e a cérebro de macaco, são sementes de fora da ilha, compradas de terceiros em Belém.

Este projeto do MMIB é um dos mais importantes executados pelo movimento junto às mulheres da comunidade, pois segundo essas mulheres este projeto veio lhes devolver a dignidade, o respeito e acima de tudo aumentar sua autoestima dentro de suas casas, ou seja, trouxe mais autonomia para elas dentro de seu círculo de convivência, dentro de suas famílias.

Segundo a coordenadora financeira do MMIB, Daniele de Jesus da Conceição, 30 anos, nascida e criada na ilha de Cotijuba:

Pra mim o projeto Biojoia foi um ponto X, que a partir do momento que eu comecei a fazer o curso em

⁷ O Canivete, localizado ao lado do Lago Grande, próximo à comunidade do Poção e da praia do Vai-Quem-Quer, é uma área de pouca moradia e de muita plantação, dentre elas a agricultura de subsistência.

parceria com Peabiru eu comecei a vê que eu era capaz de fazer muitas coisas pessoalmente, ter a minha dependência financeira, me enriquecer mentalmente, socialmente e o projeto mudou muito minha vida, pra mim mudou muito a minha vida e a parti daí eu já posso trabalhar pra ganhar minha renda, ter meu dinheiro, não ter que depender de ninguém, ficar só em casa cuidando do marido, dos filhos, aquela vidinha de mulher casada, doméstica. Então, a partir daí eu tenho a minha liberdade que eu já saí, fui dá oficina em outros cantos, outros lugares então pra mim mudou muito. Fiz o curso de Biojoia aqui mesmo no MMIB foi a partir da parceria do Instituto Peabiru a gente tivemos oficinas e aprendemos a fazer os colares, adereços da semente, o pessoal aqui da ilha mesmo, semente do najá, tucumã, açai. O fruto de meu empenho como artesã tem influenciado em mim como pessoa, o aprendizado que eu aprendi, o meu relacionamento que a partir das conversas que a gente vai escutando nos cursos a gente vai melhorando a nossa vida pessoalmente dentro de casa, não só na associação como em casa muito do que a gente aprende aqui a gente já passa a levar pra dentro da casa da gente, já ensina os filhos a reaproveitar as coisas a não jogarem fora a não tocarem fogo então é isso. Sou feliz estando no MMIB, eu não brigo como eu brigava em casa, não, porque aqui é tipo uma terapia, a gente vem de casa estressada, chega aqui no MMIB parece que aqui é outro mundo. Vem uma e conta uma piadinha daqui aí chega outra conta uma piadinha dali, e vamo levando na brincadeira uma com a outra. A gente sai de casa brigada, a gente chega com outro humor, boa conversa, aí eu me sinto muito feliz de estar aqui (Informação verbal) ⁸.

Quando se perguntou quantas pessoas trabalham no projeto de biojoias, Daniele responde:

⁸ Daniele de Jesus da Conceição é coordenadora financeira do MMIB. Trecho de entrevista cedida a Odimar Melo, em junho de 2010.

Trabalha a Eucicléia, a Solange, a dona Sueli, a dona Lauri, trabalhando fazendo as peças, né? Ai tem o Delso que trabalha com a gente, não fazendo peças de artesanato e sim só o trabalho externo, fazendo embalagem e a Adriana que é a nossa chefe maior. Nós somos seis e ainda tem a Laís que nos ajuda muito, trabalhamos em equipe é algo coletivo é terapia principalmente quando a gente chega aqui pra trabalhar, parece que muda, que a gente pode vir emburrada de casa, mas a gente tem que dá o jeito de ficar bem (Daniele Conceição, Informação verbal).

O MMIB ainda desenvolveu um projeto em parceria com a incubadora da UFPA/CAAUP, consistia em se prestar auxílio técnico para o enriquecimento orgânico de quintais, ou seja, as mulheres envolvidas no projeto plantavam em seus quintais várias espécies de hortaliças com o intuito de produzir alimentos nos mesmos. No entanto, a coordenação do MMIB juntamente com suas mulheres decidiram eleger uma área e onde todos pudessem plantar. A área escolhida foi a do “Canivete”, conhecida por sua fertilidade e sua proximidade em relação às residências da maioria das mulheres.

A UFPA/CAAUP auxiliou o MMIB com o repasse de sementes, assessoria técnica, cursos na área de empreendedorismo, de manipulação de alimentos e de agricultura de quintal. As hortaliças produzidas neste projeto são vendidas na *feira de produtos orgânicos*, pois é uma produção que não utiliza produtos químicos, devido à experiência das mulheres em outros projetos que exigem tal cuidado.

A feira de produtos orgânicos foi idealizada em 2009 e é realizada por uma equipe da SECON até os dias de hoje, na praça Batista Campos em Belém e surgiu para ser um evento anual, no entanto o sucesso da mesma fez com que ela se realize mensalmente, sempre até o dia 05 de cada mês. Seu horário de funcionamento é de 8 às 12h 30 min.

O objetivo principal desta feira é proporcionar um espaço para comercialização de produtos orgânicos aos agricultores familiares da área metropolitana de Belém, estimular o consumo de produtos orgânicos e ofertar os mesmos diretamente do produtor ao consumidor. As mulheres do MMIB estão inseridas neste contexto como produtoras de orgânicos e sempre que possível estão nos eventos da SECON com sua variedade de verduras cultivadas sem produtos químicos na ilha de Cotijuba.

Segundo as mulheres do MMIB que participam deste projeto da SECON, a venda de sua produção orgânica ajuda muito na renda mensal das mesmas, devido à facilidade de venda e o bom preço que elas podem alcançar no centro da cidade, bem diferente se fossem vendidas dentro da ilha ou nas feiras em Icoaraci. Segundo a engenheira agrônoma Ieda Bentes Rivera (idealizadora e coordenadora da feira), o sucesso das vendas está relacionado à crescente demanda por alimentos saudáveis e a preocupação com o meio ambiente, fatores que mais impulsionam o segmento dos produtos orgânicos.

Ela ressalta que, segundo o Ministério da Agricultura, é um mercado em plena expansão e com potencial para chegar ainda mais longe crescendo cerca de 50% ao ano no Brasil, impulsionado pela busca dos consumidores por qualidade de vida.

O alimento orgânico já virou sinônimo de fonte de vida, e não é para menos, visto que os produtos são cultivados de forma totalmente natural e livre do contato com adubos químicos e agrotóxicos. Ela conclui dizendo que “o alimento orgânico não é apenas um produto sem defensivos agrícolas, é um conceito de vida”.

Em parceria com a Natura, as mulheres do MMIB desenvolvem o projeto de *Plantio de pirioca (Cyperus articulatus) e coleta e comercialização de semente de ucuuba (Myristicaceae)*. No caso da pirioca treze famílias plantam, cultivam e colhem as batatas. Segundo Adriana Gomes, durante o ano de 2010 as mulheres e os homens do movimento vão plantar 15 toneladas, pretende-se com o aumento do plantio aumentar o número de pessoas envolvidas no projeto da pirioca. “Se a gente aumenta o número de sementes, a gente aumenta o número de famílias, para mais pessoas serem beneficiadas no projeto”.

Para os ilhéus do projeto Pirioca este é um projeto muito exigente, pois:

Tem gente que pensa que é só plantar, mas com a certificação a gente tem várias exigências dentro dele, tem fiscalizações da empresa, e com isso a gente vai mudando nosso modo de vida né? É a questão da seleção do lixo, a questão da não utilização dos produtos químicos, da não queima, aí é uma coisa lenta pra você tirar da comunidade que está acostumada fazer esse tipo de coisa, né? Mas aos poucos a gente tá conseguindo (Adriana Gomes, Informação verbal).

O outro projeto é o da coleta de sementes de ucuuba, coleta realizada anualmente, onde o que é coletado nas árvores de ucuuba da ilha é diretamente vendido para a Natura, empresa que fornece informações técnicas sobre o beneficiamento das sementes, realizado por ela ou não.

A coordenação do MMIB teve conhecimento da existência de uma empresa que tira o óleo junto à comunidade, ou seja, que extrai o óleo da semente da ucuuba, da andiroba (*Carapa guianensis Aub*) e do pracaxi (*Pentaclethra filamentosa*) de uma forma mais proveitosa. Esta coordenação não está interessada em criar uma parceria com a referida empresa de fora, pois pensa em fazer o beneficiamento das sementes dentro da comunidade, cumprindo as exigências de mercado, pois entende que com isso agregaria maior valor à produção e também faria algo importante que é o resguardo da tradição da coleta de sementes de pracaxi realizada pelas mulheres da ilha.

Na coleta de sementes de pracaxi, as mulheres daqui têm uma tradição de extrair o óleo pra vender, né? Se a gente vende toda a semente, de repente a gente poderia acabar com essa tradição de tirar o óleo, se a gente começa a tirar o óleo aqui, a gente facilita o trabalho dessas mulheres e de repente já vende o nosso próprio óleo, e se a empresa quiser, ela compra com esse adicional do valor agregado em cima do produto, e aí a gente não acaba com essa tradição como um todo, acaba de certa forma porque agora é uma máquina que vai tirar, e não vai ter todo aquele conhecimento tradicional, aquela coisa, aquela parte mística..., tipo assim. Não olhar uma pra outra no momento da coleta, não falar neste momento, isso é o que dá aquela vida legal pra comunidade, é o cultural, mas aí seria aquela coisa de não deixar a semente escapar para o externo (Adriana Gomes, Informação verbal).

Na parceria estabelecida com a Natura as mulheres do MMIB plantam e vendem sementes coletadas para quem elas quiserem, ou seja, elas não têm contrato de exclusividade com a Natura. A empresa que extrai o óleo da priprioca é que tem um contrato de exclusividade com a Natura, essa venda livre deixou as mulheres livres pra fazer o que quiserem. Atualmente elas vendem priprioca para a *Solabia*, empresa francesa, e

durante o ano de 2010 elas plantaram pirioca para a Solabia que é uma empresa que compra também as sementes de pirioca das mulheres. Quem indicou a Solabia foi a própria Natura, porque a primeira possui a técnica específica de retirar o óleo do jeito que a última precisa.

Após beneficiamento das sementes de pirioca os produtos finais são ceramidas, ceras, produtos de hidratação, cosméticos para hidratação etc. Após o beneficiamento da batata de pirioca têm-se resultados impressionantes, pois ela é aromática, “é um fixador poderoso”, que pode ser usado em vários perfumes da Natura.

Se tu pegar um “negocinho” de pirioca, o óleo, e joga em algum lugar ele vai passar anos, e ai eles usam a pirioca assim... O óleo é muito caro beneficiado, uma tonelada de pirioca vira um litro de óleo, uma tonelada de pirioca. Então a gente vai fazer 15 toneladas pra fazer 15 litros de óleo se as sementes tiverem todas boas. Uma tonelada pra um litro é por isso que o perfume é tão caro, porque o óleo é muito caro, sai muito pouco óleo da semente. A gente vai visitar a empresa e eles mostram tudo isso. No perfume “Humor” eles têm pirioca (Adriana Gomes, Informação verbal).

Segundo a coordenação do MMIB, a Natura está preocupada com o futuro do projeto, visto que o perfume *Pirioca* desta empresa é um dos mais caros em todo seu *mix* de produtos e por conta disso decidiu não deixar o projeto acabar. Assim inserir a pirioca em vários perfumes, em várias essências, visando não abandonar os produtores de Cotijuba, pois se a demanda nos produtos desta empresa for maior, a comunidade não vai parar de produzir.

Futuramente será inaugurado no MMIB um novo projeto em parceria com o UNICEF, denominado de Centro de Inclusão Digital (CID). Será um laboratório de informática que funcionará dentro do movimento para atendimento da comunidade, principalmente para os jovens. O projeto está em andamento e fomentará cursos para os jovens ilhéus. O laboratório de informática existente hoje no MMIB foi conseguido junto ao Instituto Peabiru, o qual será substituído pelo novo laboratório que será implantado em breve com a parceira com a UNICEF.

Fotografia 1: Projeto de produção de bijoias do MMIB, em parceria com o Instituto Peabiru e Mapinguari Designers



Fonte: Melo (2010)

Os projetos desenvolvidos pelo MMIB buscam em primeiro plano uma alternativa de geração de renda para as mulheres envolvidas no movimento. No entanto, alguns homens da ilha também fazem parte desta iniciativa. Outra prioridade deste movimento é gerar o desenvolvimento local em sua totalidade para todas as famílias que atuam no movimento. Para que tal fato seja realidade, todos se empenham e se dedicam nas atividades dos projetos desenvolvidos, seja no plantio, no trato, na coleta, no beneficiamento, no escoamento, na exposição ou venda do que é resultado desta iniciativa.

Fotografia 2: Agricultores comemorando a coleta de pripioca. Projeto em parceria com a Natura



Fonte: Melo (2010)

A partir do momento em que o sujeito se integra em grupos sociais e se envolve em atividades diárias de produção, circulação, convívio, experiências e conflitos em qualquer fragmento do espaço, é provável que as interações comunitárias aconteçam e conseqüentemente tenham uma rede de ações e significados envolvendo os indivíduos da comunidade, os quais a partir daí irão ser atores territoriais de fundamental importância para a produção do lugar. O trabalho diário em atividades coletivas cria nos ilhéus uma identidade territorial capaz de garantir a reprodução socioespacial de qualquer lugar. Na ilha de Cotijuba não poderia ser diferente.

5. CONSIDERAÇÕES

A comunidade em Cotijuba se organiza em torno de atividades cotidianas e nelas dividem o trabalho entre os membros da família, os quais se empenham em funções distintas e complementares. Tais funções podem estar ligadas à caça, à pesca artesanal, ao extrativismo de frutos, ao turismo ou à atividade agrícola.

A organização comunitária ainda é pouco expressiva em Cotijuba e isso tem contribuído negativamente para uma maior mobilização da população em busca de suas demandas mais prioritárias, relacionadas aos serviços públicos, ao comércio, ao transporte, à infraestrutura precária ou à dinâmica da produção agrícola familiar de subsistência. Para que haja maior engajamento dos ilhéus no que diz respeito às melhorias nas condições de vida, é preciso maior organização social e é neste contexto então que o Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém se faz de fundamental importância para as comunidades espalhadas no interior da ilha, pois tal movimento social busca acima de tudo, oferecer geração de renda, incentivo à autoestima, integração comunitária e outras realizações para seus componentes.

A atuação do MMIB em Cotijuba, através dos variados projetos agrícolas, agroextrativistas, de inclusão digital, leitura, produção de papel reciclado e biojoias é o elo de mulheres e homens que participam direta e indiretamente das ações deste movimento social. O envolvimento destes atores territoriais nas atividades do MMIB dão condições concretas para produção e reprodução do espaço geográfico na ilha. A busca pelo desenvolvimento local e melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas são os maiores objetivos deste projeto comunitário realizado pelas mulheres da ilha de Cotijuba. Parabéns a estas valorosas mulheres da Belém insular.

6. REFERÊNCIAS

BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão, Companhia de Desenvolvimento Metropolitano e Secretaria de Urbanismo. **Plano diretor da Ilha de Cotijuba**. Belém, 1997.

GUERRA, G. A. D.; CARVALHO, V. R. V. Ruralidade na capital do estado do Pará. permanências e mudanças na ilha de Cotijuba. In: ARAGON, Luis E. (Org.). **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém: NAEA/UFPA, 2003.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia: entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. 1

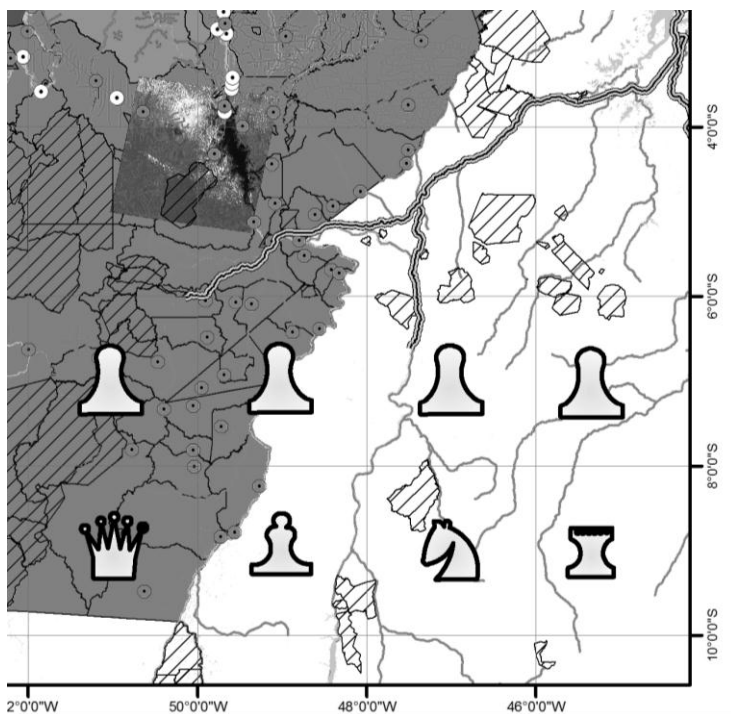
SANTOS, Milton et al. **O papel ativo da Geografia.** Um manifesto. Florianópolis: Laboplan-USP, 2000.

SILVA, L. C. F da. **O transporte fluvial autônomo para a ilha de Cotijuba:** o poder dos barqueiros e o papel político da COOPERBIC. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade da Amazônia, Belém, 2001.

URANI, A. et al. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs). **Territórios produtivos:** oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

VASCONCELLOS, M.; VASCONCELLOS, A. M. de A. Ação coletiva, parceria e empoderamento. In: TEISSEERENC, P. et al. (Orgs.) **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2008.

Territórios da Mineração



O “PASSAGEIRO DE FERRO” E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM PARAUAPEBAS-PA

Fabiana Sousa Santos
João Marcio Palbeta da Silva
Nathalya Costadelle

1. INTRODUÇÃO

A territorialização das ações que marca a presença no território “conduzida” por atores sociais é caracterizada pela diferenciação de interesses que forçaram posicionamentos diferentes causando conflitos no território. Os atores sociais possuem, a partir de seus interesses, posições que delimitam seus respectivos poderes no território, definindo e redefinindo suas territorialidades. A luta expressa por meio de conflitos entre atores sociais de interesses diversos redefine um território mais ou menos sujeito às interferências, tanto internas como externas, de outros atores situados em escalas diferentes que tentam reorientar o local a partir de seus próprios interesses. Conseqüentemente, *na imagem desejada de um território* nem sempre se revela o planejamento pretendido pelo ator social ou por atores sociais, demonstrando a multiplicidade de interesses e as interferências que se caracterizam nos planos do território. Essa produção, a partir do espaço, é feita através do uso que a sociedade realiza no território. Os atores sociais, ao realizarem suas ações político-econômico-sociais, territorializam práticas sociais para suas permanências nele. Mas nem sempre as práticas territoriais revelam-se como desejadas por seus atores sociais, pois elas dependem de um conjunto de fatores de negociação e conflitos que envolvem quase sempre mais de um interesse no território.

O território do município torna-se, assim, o *locus* privilegiado para análise das práticas de gestão territorial e do campo de poder na definição do território no qual melhor podemos evidenciar o uso do território pelos diferentes atores sociais. É no município que esses atores buscam resolver seus anseios e garantir seus acessos aos recursos sociais. Para isso lutam para ampliar as possibilidades de participação efetiva nas políticas sócio-econômico-culturais. Para Raffestin (1993), o território é uma interferência de poder constante pelas práticas dos atores que modificam esse território a todo instante. As relações que carregam conteúdos de poder, ou seja,

intenções a serem materializadas no território, são parciais, têm uma intencionalidade, ou melhor, carregam a “vontade” de grupos que mantêm o poder e se manifestam no território através de seus interesses. A característica de cada território está carregada de diferentes intenções sobre as quais os atores expressam suas vontades no território, territorializando relações que são marcadas pelo poder e, dependendo do contexto histórico, de conflitos de interesses que formam o campo conflituoso no território marcado pelo poder em conflito.

As redefinições de relações que se tornem mensageiras de soluções elaboradas por determinados atores sociais que compartilham o poder local e que definem formas de desenvolvimento no âmbito municipal são elementos essenciais na configuração das práticas territoriais efetivadas no espaço do município. As decisões que podem modificar práticas territoriais ou que podem atingir direta ou indiretamente determinados setores da sociedade civil são relações que poderiam ser analisadas e ter como partícipes os cidadãos dentro de uma gestão territorial participativa.

Para Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), o território possui determinados *pontos* que possuem uma forma modernizada que, por sua vez, atraem, para ele, uma característica de produção. Esses territórios, acima de tudo, são pontos únicos. Observamos que, em seus entornos, há, em geral, uma ordem diferente daquele estabelecido pela modernização especializada, uma ordem que foge à lógica da modernização imposta no caso por uma grande empresa, ou seja, é uma lógica diferente da lógica da organização produtiva do território modernizado pela empresa.

Os recursos existentes no território, que são elementos de intencionalidade através das práticas sócio-político-econômicas, materializam, segundo Milton Santos e Maria Laura Silveira, as configurações territoriais. Dessa forma, tornam-se passíveis de serem questionados por aqueles que se sentem excluídos dos seus usos ou que de alguma forma são parcialmente contemplados. Assim, tanto os recursos naturais existentes como os recursos político-econômicos são alvos de questionamentos sociais que pleiteiam a sua socialização para uso geral da sociedade.

O território, neste caso, passa pelas relações sociais, que também são produto e produtores de novas configurações territoriais e definem práticas reveladoras de diferentes interesses, que partem de diferentes atores sociais que no território expressam suas vontades, seus anseios, enfim suas

práticas sociais, culturais, econômicas e políticas em diferentes contextos históricos fazendo ocorrerem conflitos sociais de diferentes naturezas.

A territorialidade torna-se, assim, uma condição para se atingir a resistência nos lugares e a organização em setores da sociedade civil para elaborarem suas metas para atingir suas ações e seus anseios em relação ao desenvolvimento sócio-econômico-político. O significado do território está diretamente relacionado com as diferentes territorialidades que os atores sociais materializam por força de suas relações de poder. Buscar desenvolver estratégias de desenvolvimento sócio-econômico-político passa a ser objetivo dos atores, que precisam garantir suas territorialidades.

As estratégias de territorialidades que os atores sociais materializam no território dão origem a uma rede de relações sociais que tornam suas relações de poder mais solidificadas. Dependendo do momento histórico e do campo de força no qual eles estão envolvidos, criam estratégias para marcar suas presenças no território. É dentro desse contexto de relações e processos provocados pela instalação dos Grandes Projetos de mineração na Amazônia paraense, que se insere a cidade de Parauapebas, com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) um dos principais elementos estruturadores que alteraram a formação territorial dessa região. As estradas de ferro existem há mais de 180 anos desde sua criação, quando em 1825 foi inaugurada a primeira locomotiva a vapor na Inglaterra. Desde então as ferrovias têm se mostrado de extrema importância no transporte de cargas e passageiros.

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi inaugurada em 1985. O trem de passageiros juntamente com os projetos minerais são destaque nesse modelo diferenciado de organização territorial da Amazônia, pois através dele, milhares de pessoas se deslocam para os municípios que sediam projetos de mineração ou que ficam no seu entorno. O território de Parauapebas sofre influência direta dos projetos minerais e da Companhia Vale, tendo a mineração acelerado o ritmo de crescimento da cidade. O município de Parauapebas surge no contexto das ideologias econômicas que integravam a lógica do desenvolvimento regional em Carajás: mineração, extrativismo vegetal, agropecuária, produção energética e expansão da malha urbana, na década de 1980. A oportunidade de evoluir economicamente era a principal razão das políticas territoriais que organizavam o território de Carajás.

Parauapebas, em seus 24 anos de emancipação, vem se “desenvolvendo” rapidamente e o crescimento demográfico está muito acima da média brasileira. O município cresce diariamente, a população

estimada em 2012 é de mais de 160 mil habitantes, um número alto para tão pouco tempo de existência. A migração intensa que acontece na cidade traz consigo diversos problemas sociais, ambientais e econômicos. Todos esses fatores fizeram com Parauapebas tivesse organização territorial diferenciada das demais cidades do estado do Pará.

Esse ensaio vem contribuir com o debate sobre as transformações territoriais influenciadas pelas empresas de mineração no território, especialmente Carajás onde a Vale através da exploração mineral se faz presente e com isso modifica e acelera a dinâmica demográfica da cidade que é impulsionada pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), com o trem de passageiros que conecta os estados do Pará e Maranhão na Amazônia Oriental, contribuindo direta e indiretamente com a organização territorial das cidades que são localizadas ao longo da mesma, como é o caso de Parauapebas no Pará.

2. A CIDADE DE PARAUAPEBAS E OS RECURSOS DA CFEM E FPM

Parauapebas é uma das cidades mais importantes do estado do Pará, possui a terceira maior arrecadação, e recebeu somente no ano de 2010, mais de R\$ 229 milhões em *royalties*, obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), que foi estabelecida pela Constituição de 1988 (Art. 20, § 1º)¹. É devida aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios, e aos órgãos da administração da União, como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios (DNPM, 2012). Os recursos obtidos pela CFEM são aplicados em projetos que beneficiam direta ou indiretamente a comunidade, como infraestrutura, saúde, educação. De acordo com a Lei nº 8.001/90, a distribuição dos recursos obtidos através da CFEM se dá da seguinte forma (DNPM, 2012), 12% para a União (DNPM, IBAMA e

¹ Art. 20. (...) § 1.º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.

MCT), 23% para o estado de onde for extraída a substância mineral e 65% para o município produtor².

O fato de Parauapebas arrecadar milhões em impostos e compensações financeiras não faz com que o município se destaque em desenvolvimento, e mesmo em meio a tanta riqueza a cidade vive um verdadeiro caos. A periferia aumenta a cada dia, aumenta o número de famílias que vivem em condições subumanas, o índice de criminalidade é crescente, assim como o número de desempregados. O poder público não consegue atender a população em suas necessidades básicas, dentre outros fatores que tendem a aumentar a vulnerabilidade social.

Tabela 1 – Arrecadação de CFEM 2004 a 2012

Ano	Parauapebas	Pará
2004	R\$ 30.302.698,94	R\$ 73.368.614,84
2005	R\$ 66.050.601,70	R\$ 120.208.471,60
2006	R\$ 77.182.521,92	R\$ 132.945.639,64
2007	R\$ 85.004.148,73	R\$ 149.361.584,52
2008	R\$ 156.482.202,22	R\$ 238.131.317,86
2009	R\$ 165.744.836,88	R\$ 242.650.700,65
2010	R\$ 229.896.598,41	R\$ 314.965.828,81
2011	R\$ 371.088.416,69	R\$ 462.694.917,93
2012*	R\$ 89.758.987,94	R\$ 135.908.856,43

Fonte: DNPM³ / *Somente os três primeiros meses de 2012.

Ao analisarmos a Tabela 1, percebemos que a distribuição da compensação financeira advinda da atividade mineradora em Parauapebas muitas vezes passa de 50% do valor total arrecadado pelo estado, levando-se em consideração que estes recursos deveriam ser aplicados em benefício e melhoria da qualidade ambiental e de vida da comunidade envolvida, na tentativa de assegurar o futuro, a sobrevivência e sustentabilidade destas cidades.

² O DNPM (2012) define que município produtor é aquele onde ocorre a extração da substância mineral. Caso a extração abranja mais de um município, deverá ser preenchida uma GUIA/CFEM para cada município, observada a proporcionalidade da produção efetivamente ocorrida em cada um deles.

O fluxo migratório decorrente do trem e da mineração contribuí em Parauapebas para o aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a transferência constitucional (CF, Art. 159, I, b)⁴, da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O FPM é distribuído de acordo com o número de habitantes do município, fator que beneficia Parauapebas, devido à quantidade de pessoas que migram todos os dias para o município. Anualmente o IBGE divulga estatística populacional dos municípios e o Tribunal de Contas da União, com base nessa estatística, publica no Diário Oficial da União os coeficientes dos municípios, seus dados corroboram a nossa análise.

Tabela 2 – FPM Parauapebas 2007 a 2011

Ano	Arrecadação
2007	R\$ 13.238.442,14
2008	R\$ 19.433.386,21
2009	R\$ 36.245.596,41
2010	R\$ 38.549.611,58
2011	R\$ 46.222.186,36

Fonte: Portal da Transparência/FPM (2012)

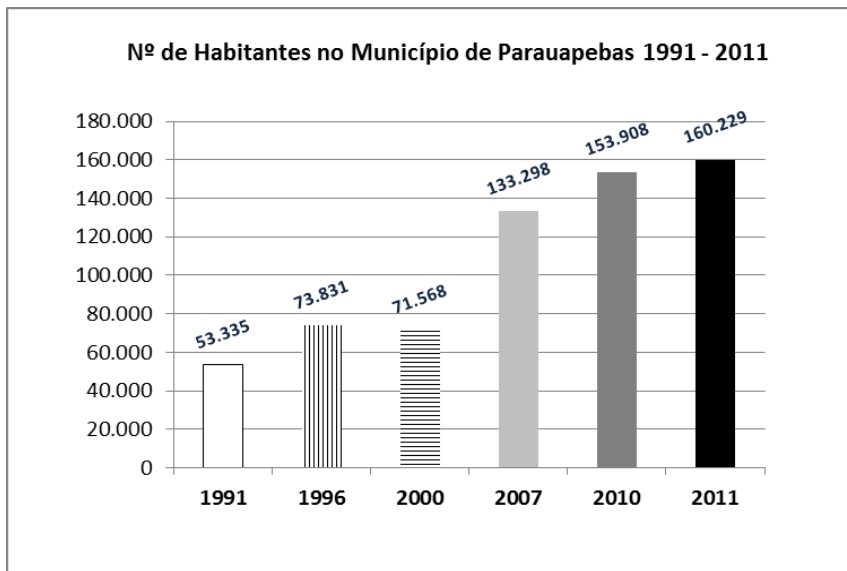
Na Tabela 2 podemos observar que a arrecadação do FPM aumentou no decorrer dos anos, de forma similar ao crescimento populacional do município, e em cinco anos o valor arrecadado mais que triplicou, passando de R\$13.238.442,14 para R\$46.222.186,36. A população estimada de Parauapebas para o ano de 2011 é de 160.229 habitantes. Esse número, segundo o setor de vigilância sanitária do município, possui uma defasagem de quase cem mil habitantes⁵, o município apresenta um elevado índice de crescimento. Os motivos que fazem Parauapebas crescer nesse ritmo acelerado vêm da virtual quantidade de empregos gerados pela atividade mineradora de Carajás, e também estão na oportunidade de conseguir emprego através dos programas de reforma agrária da região e,

⁴ Art. 159. A União entregará: I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma: a)[..]; b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios.

⁵ Dados não oficiais.

principalmente, na facilidade de locomoção oferecida pelo trem de passageiros da Vale, que leva para Parauapebas todos os dias várias famílias que tentam conquistar algumas dessas oportunidades.

Gráfico 1 – Crescimento populacional em Parauapebas de 1991 a 2011



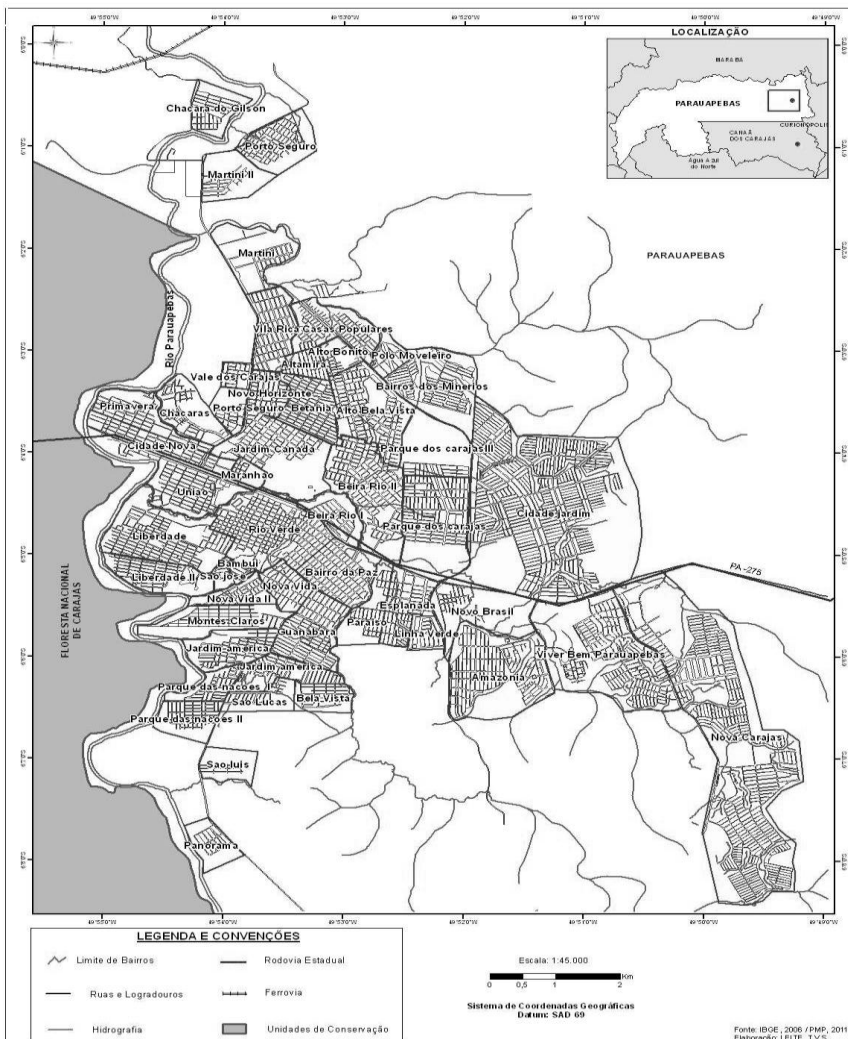
Fonte: IBGE

Ao analisar o Gráfico 1 podemos observar o alto índice de crescimento em Parauapebas. Entre os anos de 1991 e 2011 o município cresceu mais de 150%, passando de 53.335 mil habitantes para 160.229 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE, em 2011. Em um período de apenas 20 anos a cidade mais que dobrou sua população aumentando em aproximadamente 106.894 mil habitantes. Para uma cidade com apenas 24 anos de emancipação, o número de pessoas e o ritmo de crescimento do município é extremamente alto.

A área urbana da cidade se desenvolveu inicialmente ao longo da PA-275, contornando e ignorando os obstáculos físicos (morros, vales e rios); o seu segundo eixo de expansão foi na área da rodovia Faruk Salmen – a estrada de acesso à ferrovia – e, recentemente, a PA-160 (em direção ao município de Canaã dos Carajás) faz parte do seu terceiro eixo de expansão (PLANO DIRETOR, 2006), constatamos a informação do Plano Diretor

2006, e podemos observar o início da expansão no entorno da PA-275, quando o município ainda estava dividido em glebas.

Mapa 1 – Bairros de Parauapebas, 2012



Fonte: Santos; Leite (2012).

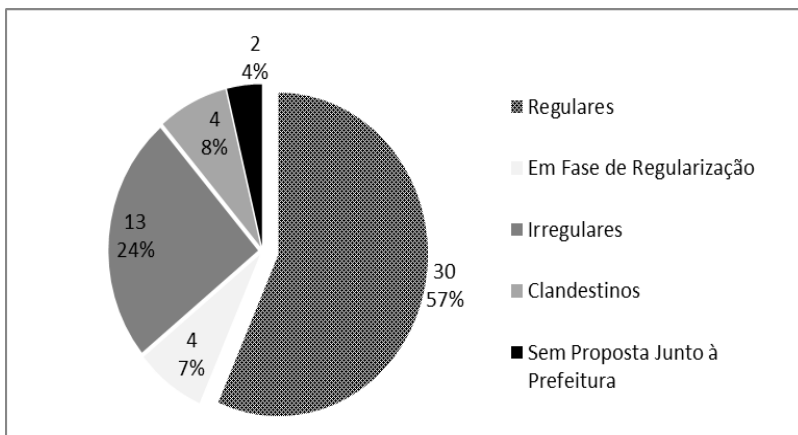
Ao analisar o Mapa 1 podemos perceber os eixos de expansão do município, em fase bastante elevada de ocupação, o que nos remete ao avançado nível de ocupação da área urbana. Observamos o acelerado processo de expansão de Parauapebas, e nesse mesmo cenário o surgimento de novos bairros que ocorreu de forma rápida e expressiva. Os primeiros bairros da cidade tiveram início na década de 1980, quando da formação do município, posteriormente os bairros no ano de 2006 e os novos bairros e loteamentos mais recentes em 2012.

3. O “PASSAGEIRO DE FERRO” E A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL EM PARAUAPEBAS

O trem de passageiros da Vale faz o roteiro São Luis/Parauapebas três vezes por semana. Pessoas que viajam no trem vêm muitas vezes somente com a “coragem e a vontade de trabalhar, de ascender economicamente e dar uma vida digna para suas famílias” (Trabalho de campo, 2011). Essa migração intensa faz com que o município passe por profundas transformações em seu território. Parauapebas possui atualmente em sua área urbana 53 bairros, sendo apenas 30 regularizados junto à prefeitura, 04 em fase de regularização, 13 irregulares, 04 clandestinos e 02 sem nenhuma proposta de uso e parcelamento junto à Coordenadoria de Terras (Gráfico 2).⁶

⁶ Pesquisa de Campo/ Coordenadoria de Terras (2012).

Gráfico 2 - Situação dos bairros de Parauapebas junto à prefeitura



Fonte: Prefeitura de Parauapebas / Coordenadoria de Terras (2012)

Podemos observar o fluxo migratório no crescente número de bairros e loteamentos existentes em um município com apenas 24 anos de emancipação. O trem de passageiros traz inúmeras pessoas com a intenção de se estabelecer definitivamente ou permanecer por um longo período. Uma reclamação constante dos governantes municipais é a dificuldade de atender essas pessoas, pois segundo eles torna-se inviável planejar numa cidade onde o número de habitantes se modifica todos os dias.

A demanda populacional é um desafio para a administração pública. À medida que as pessoas chegam, surgem novos bairros, aumenta a necessidade de novas escolas (falar sobre o turno intermediário), postos de saúde, creches, além do custo com saneamento básico e segurança. No entanto essa necessidade do ser humano, em ir e vir, oferece a essa cidade o título de município de maior população flutuante do país. Se em 1986 já espantava por estar em 25 mil, em 2009 o indicador já ultrapassava 150 mil pessoas (REVISTA INTERAÇÃO, 2010).

Como mencionado, alguns bairros estão de forma clandestina junto à prefeitura, porém a maioria deles, principalmente os mais antigos, surgiram de forma espontânea sendo sua ocupação irregular, existem algumas áreas

que são totalmente impróprias para moradia, áreas de morros e alagadiças (Fotografia 1).

Fotografia 1- Área de ocupação irregular no Complexo Altamira



Fonte: Miranda, pesquisa de campo (2012). Nessa imagem, podemos observar uma grande área de ocupação em cima de um morro, numa Área de Preservação Permanente (APP), onde construções de moradias são indevidas e proibidas, nesta não existe a mínima infraestrutura de saneamento, as pessoas não possuem água potável ou rede de esgoto, ficando propensas a vários tipos de doenças. E, assim, existem várias outras áreas no município de Parauapebas que apresentam semelhante situação.

Outra característica que podemos observar nessas áreas de periferia é o tipo de construção. Geralmente as casas são de madeira e a cobertura é feita de telha de fibrocimento, a ocupação do lote em sua maioria é 80% a 100%, muitas vezes com mais de uma família por lote, ressaltando a presença costumeira dos “condomínios”, várias casas dentro de um mesmo lote, em geral possuem dois ou três pequenos compartimentos, são coladas umas nas outras, impedindo a ventilação, dificilmente possui área de passeio. Esse tipo de construção é muito comum em Parauapebas devido ao alto custo dos lotes e do aluguel.

4. PARA ONDE VAMOS NO TREM: A VISÃO SOCIAL SOBRE A FERROVIA NA CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL

A transformação tecnológica no sistema de transporte foi uns dos pilares para as mudanças culturais e socioeconômicas, e a própria (re)configuração do espaço. A construção de estradas e a invenção de veículos – inicialmente cavalos, carroças e charretes e transformaram-se em carros, trens, navios, aviões – permitiu, segundo Silveira (2009, p. 21), a expansão do comércio e de civilizações na Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma, período Idade Antiga. Silveira (2009) classifica que existiram *cinco revoluções logísticas e cinco evoluções logísticas* nos transportes e nas comunicações que trouxeram profundas mudanças à sociedade. Silveira (2009) acrescenta ainda que o Brasil, apesar de não ter sido uma “liderança tecnológica e comercial global”, teve reflexos das revoluções e evoluções logísticas em seu território. Segundo o autor, as “elites políticas e econômicas” do país, buscando atender suas demandas, implantaram novos sistemas de comunicação como: “os transportes marítimo, ferroviário, hidroviário, rodoviário-automobilístico e aeroviário até se chegar aos modernos meios de telecomunicações”. Essa tecnologia importada dos países ricos iniciou no Brasil a busca da integração do território nacional através dos meios de transportes.

No Brasil, a estrada de ferro teve suas primeiras iniciativas a partir do ano de 1835. Com o propósito de interligação das diversas regiões do país, o Governo Imperial por meio de Carta de Lei, autorizou a construção e exploração de estradas em geral. Consubstanciou na Lei n.º 101, de 31 de outubro de 1835, a concessão, com privilégio pelo prazo de 40 anos, às empresas que se propusessem a construir estradas de ferro, interligando o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Com o não despertar de interesse lucrativo por parte dos empresários, em 26 de julho de 1852, o Governo promulgou a Lei n.º 641, na qual vantagens do tipo isenções e garantia de juros sobre o capital investido, foram prometidas às empresas nacionais ou estrangeiras que se interessassem em construir e explorar estradas de ferro em qualquer parte do país (www.dnit.gov.br).

Com a primeira linha férrea brasileira, inaugurada em 1854, por iniciativa do brasileiro Irineu Evangelista de Souza, mais tarde intitulado Barão de Mauá, foi criada a Imperial Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, que com uma extensão de 14 km ligava a Corte à vila de Fragoso, localizada no sopé das serras Fluminenses. A

Estrada de Ferro Mauá permitiu a integração das modalidades de transporte aquático e ferroviário. Com incentivos governamentais, até o final da década outras cinco ferrovias estariam em operação. Se o plano nacional na implantação de ferrovias visava atender as necessidades de integração territorial, no estado de São Paulo as iniciativas seriam marcadas por razões de ordem econômica, era necessário escoar o café das fazendas, cada vez mais distantes do litoral até o porto de Santos.

Para Saes (1981), a construção de estradas de ferro foi possível a partir do crescimento da produção do café, devido à onerosidade do transporte de tração animal (mulas) e as péssimas condições das estradas de rodagem que ocasionavam perdas na produção. Com isso, além da iniciativa pública, uma boa parte dos recursos provenientes da produção do café foi investida na implantação de ferrovias.

Contudo, a expansão ferroviária brasileira não se justifica somente pelo viés econômico, mas também como forma de integrar os sertões brasileiros ao centro político e econômico, o Sudeste do país, e garantir a realização do projeto de nação vislumbrado pelas elites brasileiras. No campo de trabalhos produzidos sobre as ferrovias no Brasil, alguns estudos abordam a participação desse elemento técnico no processo de formação e modernização das cidades do sertão brasileiro durante o período republicano (ARRUDA, 2000 apud VIEIRA, 2010).

No Norte do país, em meio à floresta amazônica foram construídas várias estradas de ferro, em sua maioria com o intuito de viabilizar o transporte de cargas na região. Durante o ciclo da borracha, deram-se início às primeiras tentativas de construção de ferrovias nesta região, e após o Tratado de Petrópolis, começaram a surgir as linhas férreas amazônicas, dentre elas destacam-se: estrada de ferro Madeira Mamoré, estrada de ferro de Bragança, estrada de ferro do Amapá, estrada de ferro Trombetas, estrada de ferro Jari, estrada de ferro Tocantins, estrada de ferro Carajás (objeto deste trabalho), estrada de ferro Juriti e ferrovia Norte Sul.

O trem, ao longo da história da humanidade sempre foi um elemento que noticiou a presença ou o surgimento da *urbes* na modernidade. Trouxe consigo um conjunto de transformações que modificaram os locais nos quais a ferrovia se tornou ponto importante para o comércio e para a sociedade em geral. Cidades cresceram ou surgiram em razão das estações ferroviárias. No norte do país a Estrada de Ferro Carajás é exemplo da importância que as ferrovias trouxeram para a configuração territorial dos lugares. Ela foi construída na década de 1980, como um dos projetos dentro

do Programa Grande Carajás (PGC), com o objetivo de dar apoio ao projeto de exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, a CVRD. Para que fosse possível a exploração da maior jazida de minério de ferro do mundo em Carajás, era necessária a construção de infraestrutura. Para Bunker (2003, p. 7):

A organização social da mineração e sua relação com o meio ambiente natural no qual estava inserida emergiram de uma complexa interpolação de processos sociais, econômicos e ambientais, definidos por espaços que iam desde a economia local, densamente florestal, passando pela altamente politizada economia nacional, até a economia global, abstratamente comercial. A ferrovia reduziu o tempo necessário para ligar o espaço ao redor de Carajás ao resto do mundo e acelerou grandemente o tempo utilizado como medida de mudanças ou de velocidade para que um evento ocorrido em um determinado local afetasse eventos em outros locais. Sem dúvida, a história dos projetos de Carajás e de seus efeitos na floresta circundante é, em larga escala, a história da mudança das relações entre tempo e espaço, naquela área.

Ao refletir sobre a ferrovia Haresnape (2012), acrescenta,

Talvez seja conveniente salientar que a ferrovia está sobrevivendo hoje (e sobreviverá até o próximo século) porque demonstrou uma grande disposição e capacidade para se adaptar às mudanças sociais, econômicas e políticas nas quais ela operou pelo mundo todo. De fato, mesmo agora há lugares no mundo onde ainda são aquelas faixas gêmeas de aço brilhante que estão abrindo caminho e desenvolvendo novos territórios – mais de 150 anos depois que tudo começou -, a despeito da interferência do automóvel e do avião (HARESNAPE, 2012, p. 56).

A Estrada de Ferro Carajás teve importante papel na configuração territorial de Parauapebas, pois desde sua implantação no ano de 1985, milhares de viajantes tiveram este município como destino de sua viagem,

vieram em busca de melhores perspectivas para si e para seus entes, e muitos deles participaram da construção da cidade. A ferrovia fez com que a distância entre os municípios e estados não fossem empecilhos para a busca de dias melhores e aumentou a circulação de pessoas para as cidades que ficam ao longo da estrada de ferro.

Fotografia 4 – Vendedores ambulantes na ferrovia



Fonte: Sousa (2012). Cena comum no corredor da EFC, vendedores ambulantes aproveitam as paradas do trem para oferecerem seus produtos aos passageiros dos vagões, vendedores crianças e adultos são figuras comuns vendendo todo tipo de produto mostrando um contraste nesse corredor de exportação de minério dois tipos de economias distintas e com valores diferenciados, a economia do ferro conectando o mundo e produzindo riqueza para fora do país, e os vendedores ambulantes sobreviventes da sua própria produção econômica com pasteis, picolés, laranja e outros produtos oferecidos nas paradas.

O trem de passageiros faz três viagens semanais partindo da estação de Parauapebas, todos os domingos, terças e sextas, o trem parte às 06 horas da manhã com previsão de chegada ao seu destino (São Luis, MA), às 22 horas. Em seu percurso o trem passa por dez municípios, cinco deles possuem estações, o restante possui somente paradas para embarque e desembarque de passageiros. Essas “paradas” foram construídas a princípio

para facilitar a manutenção dos trilhos e dos trens de carga e passageiros. No entanto no entorno destas surgiram inúmeras comunidades, que na maioria das vezes tem seu sustento ligado ao trem. Durante as paradas do trem nessas localidades, observam-se várias pessoas vendendo os mais variados produtos que vão desde alimento a produtos artesanais da região (Fotografia 4).

5. PARA ONDE VAMOS NO TREM: A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARAUPEBAS

A estação provisória de Parauapebas foi inaugurada em 1986, como estação terminal da linha-tronco da estrada de ferro Carajás. Na verdade a linha continua até Carajás, onde estão as minas; o tráfego de passageiros para, no entanto, alguns quilômetros antes, em Parauapebas. A estação definitiva foi aberta em 1993. Com trens de passageiros três vezes por semana, a estação tem grande movimento (ESTAÇÕES..., 2011). A estação localiza-se distante do centro da cidade, mas existem táxis e vans que fazem o trajeto regularmente na chegada e saída do trem. A estação ferroviária de Parauapebas tem sido ao longo destes anos palco de diversas histórias de diferentes atores, vindos do Nordeste brasileiro, principalmente do Maranhão.

A chegada do trem na estação ferroviária de Parauapebas, geralmente acontece por volta de 01hora da manhã, e quando são abertas as portas para o desembarque dos passageiros é uma correria, as pessoas que já residem no município querem chegar logo em casa, e as que chegam pela primeira vez estão muito ansiosas com o novo.

A ferrovia Carajás tem sido, ao longo da história da mineração em Parauapebas, desde 1986, quando ocorreu a primeira viagem de trem de passageiros, conectando os estados do Pará e do Maranhão, um indutor de migração entre os dois estados. Como a maioria dos empreendimentos ao longo da ferrovia se encontra no estado do Pará, a tendência é que o fluxo migratório seja mais em direção a esse estado que ao do vizinho maranhão, facilitando a vinda de maranhenses, principalmente para o Pará.

A migração para o município de Parauapebas ocorre em ritmo acelerado. Todos os dias chegam inúmeras pessoas que migram⁷ na intenção de ascender economicamente, vem em busca de emprego, de melhores perspectivas de vida para suas famílias. Esses migrantes⁸ geralmente vêm de regiões desprovidas economicamente e geralmente de áreas de fácil acesso ao trem de passageiros.

A maioria dos seus viajantes que desembarcaram na cidade vieram à procura de emprego e melhores condições. Alguns vieram sem ao menos ter um lugar para se estabelecer. Segundo Pires (2006, p. 53),

O trem da miséria (assim foi apelidado pelo povo), que chegava sempre cheio de gente, em especial do estado do Maranhão, vinham sem lenço nem documento, necessitado de tudo [...]. As pessoas não planejavam como iriam viver, se jogavam para Parauapebas de qualquer jeito, sob uma ótica fantasiosa imaginavam que ao adentrar na cidade tudo se ajeitaria rápido, porém, a miséria era primeira coisa que encontravam. Devido a maioria dos imigrantes serem pessoas sem preparo profissional, chegavam sem lenço nem documento, estudo ou currículo, a situação de miséria aumentava.

O crescimento populacional de Parauapebas está diretamente relacionado à implantação do Projeto Ferro Carajás e toda a infraestrutura ligada ao longo do trecho mina / porto de Itaqui no Maranhão. A partir de 1986, o trem de passageiros da Vale foi um dos fatores que impulsionaram o crescimento populacional da cidade de Parauapebas.

O trem é sinônimo de progresso e grandiosidade para muitas pessoas que residem nas pequenas comunidades, onde às vezes o único sinal de civilização são os trilhos do trem. Para essas comunidades na área de abrangência da ferrovia, o trem tem sido a grande alternativa para muitas

⁷ O ato de migrar de homens e mulheres pressupõe a saída de um espaço social, econômico e cultural onde se vive para outro local. Este ato é motivado por razões que podem ser as mais diversas (ALENCAR, 2010).

⁸ Segundo Hall (2003, p. 189), o termo migrante coloca a pessoa como aquela que pertence a outro lugar, ou seja, é um termo que posiciona uns em relação a outros, que marca e segrega.

famílias, pois através dele saem em busca de melhorias em suas vidas, a maioria com destino ao município de Parauapebas.

Não podemos ignorar o fato de que estes atores sociais foram inseridos na dinâmica do trem involuntariamente, sendo esta a realidade que lhes é imposta e lhes seduz. Estão expostos e se dispõem ao tempo do trem, seus dias, seus horários, seu trajeto e sua própria passagem. É o trem quem lhes atravessa a realidade gerando expectativas e representações diversas, seduzindo-os e impondo-se sobre aquilo que antes já era. Impondo-lhes horários, sinais sonoros e novidades visuais. Além do contato, mesmo que efêmero ou transitório, com pessoas ou com as cargas que estão sempre de passagem (UMA ANÁLISE..., 2012).

Parauapebas é um grande polo de atração, devido à mineração, aos projetos de reforma agrária, à facilidade oferecida pelo trem de passageiros da Vale e a falta de emprego e qualidade de vida inferior nas regiões vizinhas. Barbieri (2007, p. 226 apud SANTOS, 2010), ao analisar a relação entre mobilidade populacional, uso da terra e degradação ambiental, ressalta a escassez de evidências empíricas sobre o tema na literatura e propõe uma abordagem multiescalar no estudo desta relação. Segundo o autor, os fluxos migratórios em áreas de fronteira agrícola seriam explicados “tanto por fatores relacionados à dinâmica dos ciclos de vida pessoal e domiciliar e motivações ou aspirações pessoais quanto por uma diversidade de fatores contextuais especialmente relacionados à comunidade local, às mudanças estruturais no país, à agenda política (ou geopolítica) e à infraestrutura de transportes e comunicações” (SANTOS, 2010)”. Quando o autor fala da infraestrutura de transportes, podemos confirmar a significância do trem no que se refere aos processos de migração para o município de Parauapebas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca de melhores perspectivas de vida, milhares de famílias migram para Parauapebas. Para essas famílias o município é a chance de melhoria nas condições financeiras, de moradia e educação. O processo de migração para o município não se dá apenas porque a cidade é um indutor

de migrantes através do trem de passageiros e principalmente pelos empregos gerados pela mineração, pois se observa que a maioria dos migrantes que chegam a Parauapebas, vêm de regiões pobres, onde não se tem emprego, educação, saúde, enfim, as condições básicas de sobrevivência digna para o ser humano. No corredor da EFC existem inúmeras pequenas comunidades com essas características que se formaram a partir da implantação da mesma.

A maioria dessas comunidades alocadas no entorno da estrada de ferro são muito carentes, onde muitas vezes a maior parte dos moradores ali estabelecidos tiram seu sustento da circulação do trem. O trem de passageiros da Vale muitas vezes é o principal impulsionador dessa migração, pela facilidade de ir e vir de muitas localidades situadas na área litorânea à EFC. Em outros casos o trem será apenas o facilitador da locomoção desses migrantes. Além de ser um impulsionador de migração, o trem também é um dos principais meios de transporte utilizados pelas camadas mais carentes no município de Parauapebas.

Em relação aos que vêm definitivamente para Parauapebas a maioria dos viajantes traz consigo alguns pertences maiores e devido o valor da passagem, trazem toda a família. “E outra coisa a questão de vir no trem você traz a família inteira e alguns utensílios de pequeno porte, dá pra trazer tudo.”

Em Parauapebas o SINE atende uma média de 2500 pessoas mensalmente, 70% são encaminhadas as vagas disponíveis e 30% não conseguem inserção por falta de qualificação ou experiência profissional. As vagas mais frequentes no SINE são de ajudantes em geral, pedreiros, carpinteiros, encanadores, técnicos em segurança e edificações, garçons, cozinheiros, secretárias do lar e operadores de máquinas pesadas. Somente no ano de 2011 foram colocadas no mercado de trabalho através do Sistema, 12.071 pessoas, e o segmento da construção civil foi o que mais contratou⁹.

Podemos constatar que os transtornos gerados pela grande massa populacional que chega ao município diariamente formam um ciclo vicioso. Os problemas que têm início pela falta de qualificação profissional ocasionam o desemprego, atingem a educação, a saúde, a moradia, e vários outros itens fundamentais para uma vida digna para os que buscam Parauapebas. Analisar a dinâmica populacional do município de

⁹ Pesquisa de campo (2012).

Parauapebas na perspectiva da Estrada de Ferro Carajás, levando em consideração a importância do mesmo para os migrantes, não é fácil, pois a demanda de pessoas no município reflete várias implicações nos âmbitos social, ambiental, educacional, dentre outros.

A EFC está em funcionamento desde 1986, e com o passar de todos esses anos, o trem foi o responsável por grande parte do fluxo migratório que segue para Parauapebas. Durante a execução desta pesquisa, nas viagens realizadas, foi possível compreender a importância que o trem de passageiros representa para as pessoas que o utilizam. Foi possível observar também o fascínio que elas possuem pela viagem, as pessoas possuem um elo dentro do trem que não existe em outras viagens como a de ônibus e a de avião, pois há uma comunicação e uma interatividade entre os passageiros.

No que diz respeito à migração para Parauapebas advinda pelo trem, percebemos que em sua maioria ocorre por pessoas vindas do Nordeste, destacando-se o estado do Maranhão, mais especificamente as cidades no entorno da ferrovia. Através das entrevistas realizadas no trabalho de campo foi possível identificar os motivos que fizeram essas pessoas saírem dos seus lugares e irem para Parauapebas. Esses motivos eram os mesmos entre quase todos os passageiros entrevistados.

Para esses migrantes a mudança para o município de Parauapebas é sinônimo de prosperidade econômica, e o principal motivo que os levaram a migrar foi a possibilidade de ascensão financeira e a oportunidade de conseguir um pedaço de terra através dos programas de reforma agrária existentes na região. Após 26 anos de funcionamento, o trem de passageiros da Vale já transportou mais de 4 milhões de passageiros, e não podemos negar que para essas pessoas o trem é um transporte essencial e para as comunidades que estão localizadas no entorno da ferrovia, muitas vezes ele se configura como uma importante fonte de renda.

Parauapebas possui um crescimento populacional incomum, e o trem de passageiros contribui significativamente para essa explosão demográfica que acontece no município. Durante as entrevistas realizadas com os passageiros que embarcavam e desembarcavam nas estações, para a maioria deles o motivo principal pela escolha do trem como transporte, foi a facilidade e o fato de gostarem de viajar de trem e principalmente a diferença de valor que eles pagaram pela passagem. Em alguns casos, o trem foi escolhido devido à facilidade da volta, caso os objetivos não fossem alcançados.

Portanto, a instalação do trem de passageiros da Vale, e da estação ferroviária de Parauapebas, contribuiu para o crescimento populacional do município, já que é o transporte mais utilizado no município e na área de abrangência da EFC. Levando-se em consideração a precária situação econômica e social das cidades que estão no corredor da ferrovia, e que Parauapebas, dentre as cidades que abrigam as atividades atreladas à mineração da Vale é que mais atrai cresce demograficamente. Resultado da modernidade e dos pontos luminosos que criaram também os pontos opacos como reflexo da falta de planejamento em diferentes no Estado brasileiro, colocando a sociedade como refém de sua própria sorte, privatizando os recursos naturais estratégicos ao desenvolvimento local, regional e nacional, símbolo marcante da globalização perversa em espaços como da Amazônia paraense.

7. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. Gente de todas as paragens: Retratos da Imigração no Pará. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON Rafael (orgs.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Açai; Centro de Memória da Amazônia, 2010. p. 108.

BUNKER, Stephen G. Da castanha-do-pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 6, n. 2, p. 5-38, dez. 2003. ISSN 1516-6481.

CFEM. Disponível em: https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/arrecadacao_cfem_substancia.aspx. Acesso em: 19 abr. 2012.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. **50 anos de história** / Companhia Vale do Rio Doce. Rio de Janeiro, 1992. 300p.: il.

DNPM. Disponível em: www.dnpm.gov.br/conteudo.asp?IDSecao=60. Acesso em: 09 mar. 2012.

ESTAÇÕES ferroviárias do Brasil. Disponível em: www.estacoesferroviarias.com.br/carajas/parauapebas.htm. Acesso em: 05 jul. 2011.

FPM. Disponível em: <http://pa.transparencia.gov.br/Parauapebas/receitas/porcao/acoes?exercicio=> Acesso em: 24 abr. 2012.

FREITAS, Ana Rita; RAMOS, Gabriela; MANZALI, Mauricio; MARTINS, Sandra. **Os trens de passageiros da Vale como espaços de interação e relacionamento**. 17f. Monografia (Especialização em Gestão da Comunicação Empresarial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: EDIUFMG, 2003. p. 189.

HARESNAPÉ, Brian. **O fascinante livro dos trens**. Tradução Gilberto Domingos do Nascimento. Londres, Inglaterra, Edições Siciliano, 1987.

HISTÓRICO Parauapebas. Disponível em: <http://www.zedudu.com.br/?p=5808>>. Acesso em: 29 abr. 2012.

IBGE. Disponível em: www.siscom.ibge.gov.br/shapes/ Acesso em: 10 abr. 2012.

PALHETA DA SILVA, J. M. **Poder, governo e território em Carajás**. 2004 198 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PIRES, Suely Gonçalves Santos. **Amazônia de Encantos e Desafios** (v. 1 - História Viva–Sul e Sudeste do Pará). Goiânia: 2006.

PLANO Diretor Participativo de Parauapebas, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS. Disponível em: www.parauapebas.pa.gov.br>. Acesso em: 6 jan. 2012

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

REVISTA INTERAÇÃO, v. 2, n. 4, maio 2010.

REVISTA PARAUAPEBAS EM REVISTA, Parauapebas, v. 2, dez. 1995.

SAES, Flávio Azevedo Marques. **As ferrovias de São Paulo, 1870-1940**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SILVEIRA, M. R. As cinco revoluções e evoluções logísticas e seus impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, M. R; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular: Unesp; Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. p13-42.

SINE. Disponível em:
www.sine.patrocínio.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=53. Acesso em: 26 de novembro de 2012.

UMA análise do fenômeno “Os meninos do trem” da Estrada de Ferro Carajás, disponível em:
http://www.portogente.com.br/arquivos/arq_795_MeninosdotremVale.pdf
f. Acesso em: 15 mar. 2012 Acesso em: 26 de novembro de 2012.

VIEIRA, Lêda Rodrigues. Caminhos ferroviários: um balanço da historiografia ferroviária brasileira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo (RS), v. 2, n. 4, p. 191-202, dez. 2004.

TERRITÓRIOS DE MINERAÇÃO E FINANÇAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARÁ, 2002-2005

Márcio Júnior Benassuly Barros

1. CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo da presente pesquisa compreende os municípios de Barcarena, Parauapebas, Oriximiná e Ipixuna do Pará. Esta delimitação levou em consideração o fato de Barcarena ser o principal município beneficiador mineral do estado e os três últimos municípios (Parauapebas, Oriximiná e Ipixuna do Pará) serem os maiores extratores minerais e arrecadadores da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CEFEM) da Amazônia¹.

Parauapebas tornou-se município em 1988, através da Lei nº 5.443, de 10 de maio do mesmo ano, seu território foi constituído a partir do desmembramento do município de Marabá. É em Parauapebas que está localizada a maior província mineral do mundo. As atividades mineradoras de ferro, ouro e manganês representam o segmento mais importante da economia local, com importantes projetos em execução ou em estudos de viabilidades. Parauapebas está localizada na mesorregião Sudeste Paraense e na microrregião de Parauapebas. Em seu território está instalada a empresa “Vale” responsável pela extração mineral no município. Esta empresa administra o núcleo urbano de Carajás e a ferrovia de Carajás, por onde a produção de minérios é transportada até o porto de Itaquí no estado do Maranhão, de onde segue para os principais mercados consumidores mundiais.

O município de Oriximiná foi criado pela Lei nº 1.442, de 24 de dezembro de 1930, durante o governo do interventor federal do Pará, Magalhães Barata. O município de Oriximiná pertence à mesorregião do baixo Amazonas e à microrregião de Óbidos. Em Oriximiná está instalado o projeto trombetas de extração de bauxita, tendo a empresa Mineração Rio

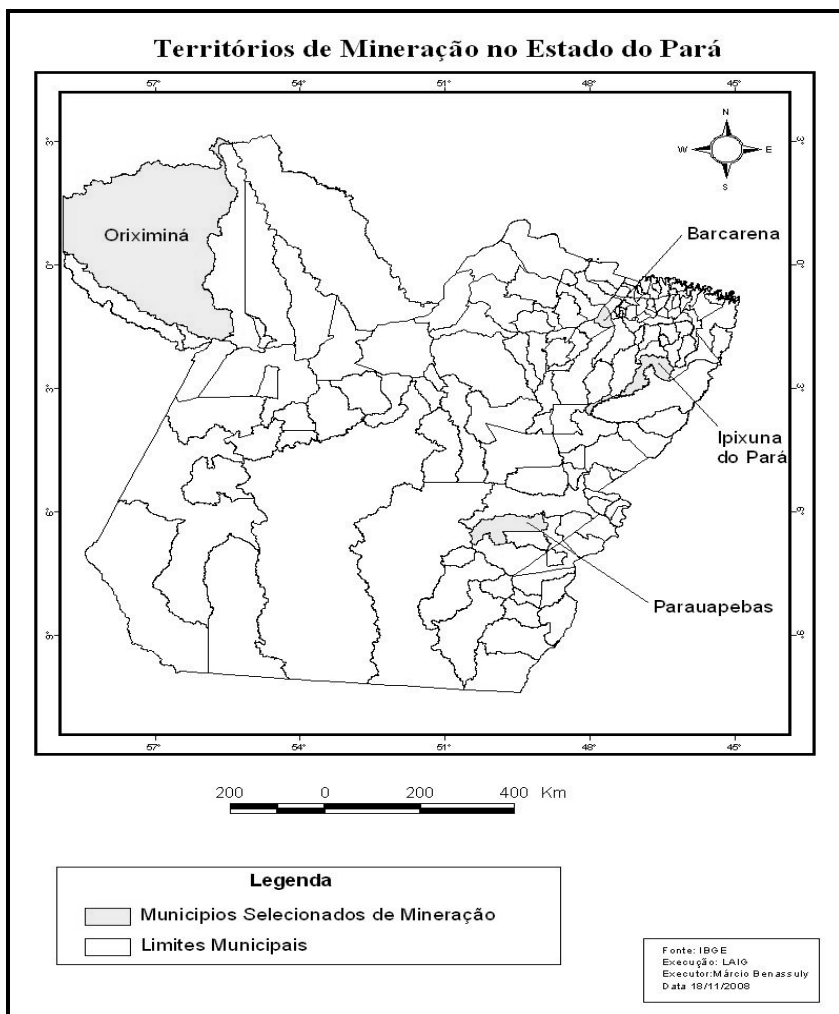
¹ Os principais municípios arrecadadores da CEFEM na Amazônia em 2006 foram: Parauapebas (PA) com 55% , Oriximiná (PA), com 20%, Canaã dos Carajás (PA) com 15%, Ipixuna do Pará (PA) com 4%, Vitoria do Jarí (AP) com 2%, Presidente Figueiredo (AM) com 2%, Pedra Branca do Amapari (AP) com 1% e outros com 1% (DNPM- Informe Mineral Regional - Amazônia - 2006).

do Norte (MRN), como a maior empresa do segmento mineral na região oeste do estado do Pará.

O município de Ipixuna do Pará foi criado oficialmente através da Lei nº 5.690, de 13 de dezembro de 1991. Seu território foi estabelecido a partir do desmembramento do município de São Domingos do Capim. Pertence a mesorregião Nordeste Paraense e a microrregião do Guamá. Em seu território, encontra-se em operação a extração de caulim, que é realizado pela empresa Imerys Rio Capim Caulim, matéria prima esta que é transportada por mineroduto até Barcarena, onde é beneficiada em sua planta industrial, de onde através do porto de vila de Conde segue para os principais mercados consumidores mundiais.

O município de Barcarena foi criado oficialmente pelo decreto Lei Estadual nº 4.505, de 30 de dezembro e 1943. Em 1956, foram oficializados os distritos de Barcarena e Murucupi como parte de seu território. É no distrito de Murucupi que estão localizados as empresas de beneficiamento mineral (Albrás, Alunorte, Pará Pigmentos e Imerys Rio Capim Caulim). Barcarena está localizada na mesorregião metropolitana de Belém e na microrregião de Belém, conforme demonstra o mapa 1.

Mapa 1 – Territórios de mineração no estado do Pará



2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DO TEMA

Os estudos que tentam demonstrar a importância que a atividade mineral desempenha nas finanças públicas dos municípios mineradores, e

seu entorno são bastante recentes (COELHO et al. 2005; LIRA, 2007; PALHETA DA SILVA, 1999; SOUZA, 2007; NAHUM, 2006), o que em nosso entendimento precisa ser mais investigado para o conhecimento mais detalhado de sua realidade.

Coelho et al. (2005), em seu trabalho “Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia Oriental”, analisam a questão da reestruturação econômico-financeira, capacidade de arrecadação e a autonomia financeira das sedes dos projetos de mineração, incluindo os municípios do entorno atingidos por estes projetos minerais no estado do Pará. No referido trabalho cujo espaço temporal é de 1995 a 2000 são analisados vários municípios sedes de projetos minerais como Parauapebas, Oriximiná e Barcarena, com relação ao crescimento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Lira (2007), em seu estudo “A questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia”, demonstra o crescimento da arrecadação do ICMS nos municípios de Barcarena, Ipuxina do Pará e Oriximiná e uma queda no valor arrecadado em Parauapebas no período de 1995 a 2000.

Segundo Lira (2007, p. 185)

Na literatura a implantação de um empreendimento produtivo principalmente do setor produtivo industrial, significa a oportunidade de surgimento de inúmeros benefícios no campo socioeconômico dentre os quais se destaca o aumento da arrecadação tributária.

Souza (2007), em estudo sobre “Desigualdades espaciais e questões tributárias nos municípios do entorno da MRN-PA”, considera que a implantação do Projeto Trombetas em Oriximiná, controlado pela Mineração Rio do Norte (MRN) tem contribuído para o aumento da receita própria (ISS,) e da receita de transferência federal (FPM, IPI, CEFEM) e estadual (ICMS,) do município de Oriximiná, no período de 1995 a 2000.

Nesse sentido, partimos do seguinte problema: De que forma a instalação de projetos de extração e de beneficiamento mineral tem impactado as finanças municipais de Parauapebas, Oriximiná, Ipuxina do Pará e Barcarena, respectivamente.

3. A MINERAÇÃO NO PARÁ

A economia paraense pode ser classificada como uma economia minerária tal é a importância que a mineração tem no estado do Pará. Empresas como Vale, Albras, Alunorte, Pará Pigmentos, Imerys Rio Caulim, Mineração Rio do Norte estão no topo das empresas que mais empregam e exportam materiais minerais no estado. De acordo com a SEPOF (2005), a atividade de extração mineral contribuiu com 8,31% para o PIB estadual, crescendo 8,3% em relação ao ano anterior, com uma movimentação de R\$ 2.934.000,00. Se acrescentarmos o setor de transformação que está diversificado com diferentes tipos de indústria inclusive a de transformação mineral, esse valor percentual chega a 20,63% de todo o PIB do estado, que em 2005 foi da ordem de R\$ 35.292.000,00.

Os principais municípios mineradores são Parauapebas, Oriximiná, Canaã dos Carajás e Ipixuna do Pará que detêm minas em seu território. Barcarena que se beneficiou do setor tem apenas plantas industriais que fazem o beneficiamento do caulim proveniente de Ipixuna do Pará e da bauxita que tem origem no município de Oriximiná, no Baixo Amazonas.

Ao investigarmos a natureza produtiva dos municípios paraenses, constatamos que os oito principais municípios, cujo setor industrial é predominantemente na economia local, estão ligados à atividade mineral, com exceção de Tucuruí, que tem sua economia ligada fundamentalmente às atividades econômicas desenvolvidas pela Eletronorte responsável pela gestão da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Parauapebas aparece em terceiro lugar, Barcarena em quarto, Oriximiná em quinto e Ipixuna em oitavo, dentre os maiores municípios onde a participação industrial é predominante. Esses municípios têm em seus territórios importantes plantas de extração mineral (Parauapebas, Oriximiná e Ipixuna do Pará) e de beneficiamento (Barcarena), o que dá à atividade industrial a primazia na importância da economia local.

Podemos afirmar que a presença da mineração nesses municípios tem contribuído para a terceirização de sua economia, onde o setor primário (agropecuária) perdeu espaço para as atividades ligadas à mineração.

Em Ipixuna do Pará as empresas Pará Pigmentos S. A. e Imerys Rio Capim Caulim S. A. extraem o caulim que é beneficiado no município de Barcarena.

Tabela 1- Municípios com participação predominante no setor industrial, 2005

Municípios	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Serviços (%)
1° Tucuruí	0,90	83,98	15,12
2° Canaã dos Carajás	4,61	80,12	15,27
3° Parauapebas	1,16	80,12	23,50
4° Barcarena	0,40	70,59	29,01
5° Oriximiná	3,51	68,15	28,35
6° Almeirim	3,51	59,58	33,44
7° Breu Branco	9,77	53,12	37,12
8° Ipixuna do Pará	27,04	42,36	30,60

Fonte: SEPOF/IBGE (2005)

Todas essas atividades têm gerado receitas para as três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Só no ano de 2007 essas empresas recolheram ao estado através de ICMS R\$ 110.740.561,07 e de imposto da CFEM partilhado com a União, estado e municípios. Os repasses no corrente ano foram de R\$ 149.990.845,94, além de outros impostos, taxas e contribuições que estes empreendimentos recolheram às três esferas de governo (alvarás, licenças, autorizações, taxas etc.). O impacto da presença dos projetos minerais no estado é bastante significativo, conforme os dados das empresas abaixo.

No estado do Pará os municípios que mais arrecadam a Contribuição pela Exploração Mineral (CFEM) são fundamentalmente os que concentram os maiores empreendimentos extrativos, pois a CFEM é cobrada das empresas que praticam a extração mineral do subsolo paraense. Parauapebas é o campeão em arrecadação no Brasil. De acordo com dados oficiais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), no ano de 2004, em Parauapebas a arrecadação da CFEM foi de R\$ 30.302.698,95 em média três vezes superior à arrecadação do FPM, que foi de apenas R\$ 9.221.551,06 imposto repassado pelo Governo Federal aos municípios de acordo com a população do município. Situação semelhante é observada em Oriximiná onde a CFEM foi de R\$ 24.518.504,94, superior aos repasses do FPM que foi de R\$ 6.543.310,45.

Em Ipixuna (2004), a arrecadação da CFEM foi de R\$ 9.713.200,61 contra R\$ 4.650.316,84. Em Barcarena a arrecadação foi de apenas R\$ 619,97 valor este cobrado pela extração de argila no município.

Quando estudada individualmente a CFEM por substância, o minério de ferro é o campeão na arrecadação, daí ser Parauapebas o maior arrecadador desse imposto no Brasil. Em segundo lugar vem a bauxita com destaque para o município de Oriximiná. Em terceiro lugar, o cobre com o qual em 2004 a Vale começa suas atividades em Canaã dos Carajás. Em quarto, o caulim cujas minas se encontram fundamentalmente no município de Ipixuna do Pará. Além dessas substâncias, outras são importantes para as receitas dos municípios mineradores no estado do Pará.

4. DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A revisão da literatura no que se refere à discussão das finanças públicas é bastante ampla e complexa. Inicialmente pretendemos situar os estudos da ciência das finanças, conceituando finanças públicas, sua divisão fundamentalmente entre receitas públicas e despesas públicas e suas classificações baseadas nas legislações específicas.

Para a definição conceitual da palavra finança pública, antes porém, se faz necessário a definição da palavra finanças.

Para Dalton (1972, p. 29), “A palavra finança significa assuntos de dinheiro e sua administração. Já o termo finanças públicas constituem os assuntos de dinheiro público”. O estudo das finanças públicas deve levar em consideração os ingressos no tesouro municipal. Segundo Dalton (1972, p. 31), “em finanças públicas, a principal divisão se faz entre receita e despesa públicas, que formam os dois ramos simétricos do assunto”.

5. DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE PARAUAPEBAS

Os dados utilizados na pesquisa para os municípios de Parauapebas, Oriximiná, Ipixuna do Pará e Barcarena foram coletados das Finanças Públicas do Brasil (Finbra). O Finbra² é um banco de dados contábeis criado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em convênio com a Caixa

² O Sistema Finbra está disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/index.asp>.

Econômica Federal, que coleta os dados consolidados de estados e municípios brasileiros. A coleta dos dados é realizada por meio de declarações dos municípios, que respondem anualmente, a um formulário denominado quadro de dados contábeis consolidados, com dados constantes de sua balança.

No que se refere às finanças públicas de Parauapebas, no ano de 2002 a receita (própria e de transferências) chegou a R\$ 113.106.752,55. O destaque para a arrecadação própria ficou com o ISS que arrecadou R\$ 8.873.815,37.

Em 2003, a receita municipal aumentou 56,5% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 126.270.915,00 no corrente ano, deste total R\$ 97.516.960,90 foram recursos transferidos da União e do estado para o município.

Em 2004, a receita amplia 22,5% em relação a 2003, atingindo R\$ 63.612.383,39.

Em 2005, o aumento da receita foi menor que o ano anterior, crescendo 10,0%. Nesse ano a receita municipal foi de R\$ 72.058.609,06 (Tabela 2).

Tabela 2 - Parauapebas: receitas municipais, 2002-2005

Discriminação	2002	2003	2004	2005
Receita não financeira	103.106.752,55	126.270.915,00	166.177.194,00	188.494.313,67
Receitas de arrecadação própria	18.394.148,76	28.753.954,10	40.345.914,97	43.132.287,48
IPTU	324.631,77	309.578,16	466.880,06	317.915,72
ISS	8.873.815,37	18.838.784,22	34.482.610,01	36.419.861,55

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

IRRF	1.228.915,84	1.486.069,07	2.063.391,01	2.602.178,72
Outras receitas de transferências	7.966.785,78	8.119.522,65	3.333.033,87	3.792.330,49
FPM	84.612.603,79	97.516.960,90	125.771.279,60	145.362.026,19
LC 87/96	7.502.535,60	7.820.077,10	9.221.551,06	11.484.274,42
ICMS	4.204.230,72	4.228.927,23	3.838.973,88	3.759.514,82
IPVA	42.276.308,78	48.443.605,68	62.641.450,96	70.361.399,95
SUS	479.186,43	548.052,23	713.239,01	943.021,98
FUNDEF	3.378.369,60	5.125.595,43	6.505.759,91	6.579.312,98
Salário Educação/ FNDE	7.471.993,27	4.636.653,26	10.858.252,96	12.840.072,65
Transferências de capital	1.508.849,76	1.759.271,94	2.945.265,59	2.585.559,33
Outras deduções da receita corrente	926.776,16 4.872.773,06 2.487.633,75	255.400,00 34.076.945,33 9.377.567,30	225.000,00 40.492.771,03 11.650.984,80	685.369,58 49.173.176,43 13.049.695,95

Fonte: FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

6. DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE ORIXIMINÁ

Em 2002, a receita total do município foi de R\$ 46.740.263,55. Destes, R\$ 7.848.015,22 foram recursos de arrecadação própria e R\$ 38.792.248,64 de transferências da União e do estado.

Em 2003, a receita financeira municipal cresceu 17,9% em relação ao ano anterior, chegando a R\$ 55.091.453,37, onde as receitas de transferências cresceram 20,1% em relação ao ano anterior. Em 2003, estas receitas de transferências foram da ordem de R\$ 46.000.62,64.

Em 2004, a receita foi de R\$ 63.612.383,69 com um crescimento de 15,5% em relação a 2003. A receita própria reduziu 10,6%, sendo compensada pelo crescimento das receitas de transferências que aumentaram 20,2% em relação ao ano anterior.

Em 2005, a receita financeira de Oriximiná apresentou um crescimento de 13,3% em relação a 2004. Sua receita atingiu R\$ 72.052.609,06, valor puxado pelo crescimento de 5,5% e 14,3% das receitas próprias e de transferências, respectivamente (Tabela 3).

Tabela 3 - Oriximiná: receitas municipais, 2002-2005

Discriminação	2002	2003	2004	2005
Receita não financeira	46.740.263,55	55.091.453,37	63.612.383,39	72.058.609,06
Receitas de arrecadação própria	7.948.015,22	8.490.830,73	7.587.283,39	8.008.516,74
IPU	63.929,06	88.482,10	85.225,35	128.757,50
ISS	7.164.211,18	7.357.368,56	6.066.528,28	5.451.377,23
IRRF	364.934,72	636.828,08	1.020.862,76	938.713,26
Outras receitas de transferências	354.949,26	408.205,99	414.908,09	1.489.668,75
FPM	38.792.248,64	46.600.622,64	56.024.786,37	64.050.092,32
LC 87/96	0,00	6.015.128,52	6.643.310,45	9.021.766,95
ICMS	0,00	1.333.987,25	1.153.546,73	1.145.228,40
IPVA	14.011.550,38	16.124.425,91	18.821.740,69	21.755.693,55
SUS	142.057,45	140.545,40	168.496,50	194.089,68
FUNDEF	46.913,36	1.973.842,21	2.605.528,22	3.542.165,51
Salário educação/FNDE	5.499.694,85	6.506.947,93	7.590.645,78	9.613.793,88
Transferências de capital	376.896,82	1.253.050,84	1.394.998,64	1.801.731,19

Outras deduções da receita corrente	1.914.557,00 20.083.128,62 3.282.549,84	1.482.100,00 15.383.454,73 3.282.549,84	1.128.117,01 20.601.498,91 4.083.124,56	751.005,82 21.114.136,78 4.890.419,44
-------------------------------------	---	---	---	---

Fonte: FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

7. DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE IPIXUNA DO PARÁ

Em 2002, a receita financeira de Ipixuna do Pará foi da ordem de R\$ 9.977.230,49, distribuídos entre receitas próprias com R\$ 457.383,05 e receitas de transferências com R\$ 9.519.846,44.

Em 2003, a receita municipal apresentou um crescimento de 56,5% em relação ao ano anterior. Neste ano a receita foi de R\$ 15.616.500,82 com destaque para a arrecadação própria (IPTU, ISS, IRRF e taxas) que ampliaram em 119,7%, em relação a 2002.

Em 2004, a receita foi da ordem de R\$ 19.086.946,56, dos quais R\$ 146.165,03 foram de repasses federais e estaduais ao município. Neste ano o destaque ficou com o crescimento da receita própria que ampliou em 837,6% das taxas com 10.852,7% de aumento em relação a 2003.

Em 2005, a receita municipal foi de R\$ 20.995.641,31, crescendo 10,0% em relação a 2004. Esta receita distribuía-se em: própria com R\$ 8.174.709,73 e em de transferência com R\$ 12.820.931,58 (Tabela 4).

Tabela 4 - Ipixuna do Pará: receitas municipais, 2002-2005

Discriminação	2002	2003	2004	2005
Receita não financeira	9.977.230,49	15.616.500,82	19.086.946,56	20.995.641,31
Receitas de arrecadação própria	457.383,05	792.577,52	7.431.554,28	8.174.709,73

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

IPTU	8.482,33	10.475,92	8.400,00	9.240,00
ISS	368.477,09	662.849,94	940.832,17	1.034.915,39
IRRF	53.341,45	60.716,38	71.109,86	78.220,85
Outras receitas de transfe rências	26.136,18	58.535,28	6.411.212,25	7.058.333,49
FPM	9.519.846,44	14.823.923,30	11.655.392,28	12.820.931,58
LC 87/96	3.463.554,92	4.152.151,55	4.650.316,84	5.115.348,53
ICMS	131.948,16	217.473,76	146.165,03	160.781,54
IPVA	1.304.591,58	2.866.771,45	2.075.189,36	2.282.708,30
SUS	38.334,77	35.305,01	63.345,21	69.679,74
FUNDEF	432.735,00	501.155,08	580.564,02	638.620,43
Salário educação /FNDE	882.740,96	2.476.364,29	3.371.466,78	3.708.613,47
Transfe rências de capital	332.754,57	548.122,94	814.005,68	895.406,25
Outras deduções da receita corrente	583.716,89 3.692.662,61 1.343.192,02	0,00 5.608.068,61 387.553,59	422.812,28 700.227,03 1.168.699,95	465.093,51 770.249,77 1.285.569,96

Fonte: FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

8. DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE BARCARENA

Em 2002, a receita não financeira de Barcarena foi de R\$ 53.192.380,35. A receita de arrecadação própria foi de R\$ 10.817.703,11. Em primeiro lugar entre os impostos de arrecadação própria temos o ISS, cuja arrecadação neste ano foi de R\$ 6.658.808,51. Em segundo lugar, as outras receitas com R\$ 2.953.739,95 Em terceiro e quarto lugar aparecem o IPTU e o IRRF.

Em 2003, a receita não financeira de Barcarena reduziu drasticamente de R\$ 53.192.380,35 do ano anterior para R\$ 35.618.079,54, o que representou uma queda da arrecadação de 33% em relação ao ano de 2002. No que se refere às receitas de arrecadação própria houve um crescimento de 8,2% em relação ao ano anterior, com um montante arrecadado em R\$ 11.706.531,87.

No ano de 2004 as finanças públicas locais voltaram a crescer. No referido ano em análise esse crescimento foi da ordem de 95,2% em relação ao ano anterior. As receitas não financeiras atingiram R\$ 69.526.714,10, divididos entre receitas de arrecadação própria, com R\$ 10.712.350,51, e receitas de transferência, com R\$ 58.814.363,59 . Esta última receita apresentou um crescimento exponencial de 146% em relação ao ano de 2003. Em contraposição, a arrecadação própria reduziu 8,5% puxado principalmente pela redução das dos recebimentos do IPTU que apresentou um déficit de 39,0%, em relação ao ano anterior.

O maior crescimento do ano em análise ficou com os repasses feitos pelo governo do estado do Pará do ICMS que passou de R\$ 32.364.423,38, o que representou um acréscimo de 1.028,7%, em relação a 2003. Os repasses do SUS, do Fundef e do IPVA ampliaram em 58,6%, 43,4%, e 34,8%, respectivamente.

No ano administrativo e fiscal de 2005, o município continua com suas contas municipais em pleno crescimento. A receita não financeira atingiu R\$ 100.924.439,37 distribuídos entre as receitas de arrecadação própria que contribuiu com R\$ 23.022.327,65 e as receitas de transferência que injetaram no município R\$ 77.902.111,72, conforme demonstra a Tabela 5.

Tabela 5- Barcarena: receitas municipais, 2002-2005

Discriminação	2002	2003	2004	2005
Receita não financeira	53.192.380,35	35.618.079,54	69.526.714,10	100.924.439,37
Receitas de arrecadação própria	10.817.703,11	11.706.531,87	10.712.350,51	23.022.327,65
IPTU	845.906,04	1.647.185,13	1.005.434,27	840.857,35
ISS	6.658.808,51	7.125.693,45	84.478.026,01	16.399.752,71
IRRF	359.247,83	467.755,32	10.716.613,89	1.443.717,30
Outras receitas de transferências	2.953.739,95	2.465.897,97	153.424.578,98	4.338.000,29
FPM	42.374.687,68	23.911.547,67	58.814.363,59	77.902.111,72
LC 87/96	6.924.723,11	7.220.131,58	7.971.971,93	10.663.438,57
ICMS	2.746.764,00	2.662.379,35	2.333.057,52	2.629.789,80
IPVA	23.263.933,64	2.867.427,52	32.364.423,38	49.882.357,97
SUS	264.473,13	332.756,89	448.527,29	649.482,92
FUNDEF	3.313.480,75	3.463.917,97	5.494.673,04	4.692.306,20
Salário educação/FN	4.524.213,67	5.448.012,21	7.812.812,75	10.251.965,55

DE				
Transferências de capital	1.435.191,00	1.345.356,92	200.830,75	2.042.640,21
Outras deduções da receita corrente	0,00	0,00	3.983.953,28	0,00
	1.410.727,78	2.058.130,40	-208.196,59	6.798.754,54
	1.508.819,62	1.486.566,17	1.587.689,12	9.708.624,04

Fonte: FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

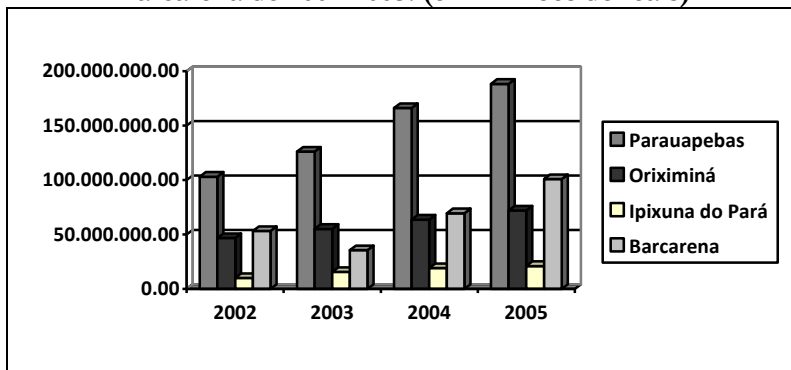
9. DINÂMICA DAS FINANÇAS PÚBLICAS DE PARAUPEBAS, ORIXIMINÁ, IPIXUNA DO PARÁ E BARCARENA: UMA ANÁLISE DO CONJUNTO MUNICIPAL

Quando estudamos os municípios acima em conjunto constatamos que todos apresentam crescimento de suas receitas no período em análise.

Em Parauapebas a receita passou de R\$ 103.106.752,55, em 2002, para R\$ 188.494.313,67, em 2005. Em Oriximiná a receita passou de R\$ 46.740.263,55, em 2002, para R\$ 72.058.609,06. Em Ipixuna do Pará a receita passou de R\$ 9.977.230,31, em 2002, para R\$ 20.995.641,31, em 2005. Em Barcarena a receita passou de R\$ 53.192.380,35, em 2002, para R\$ 100.924.439,37, em 2005.

Em linhas gerais a presença de projetos minerais nesses municípios tem contribuído para o aumento das receitas próprias e de transferências. O ISS aparece como o principal tributo da arrecadação própria desses municípios. A atração de diversas empresas que completam as atividades minerais e a abertura de novos serviços para atender os funcionários destas empresas contribuem para o aumento da arrecadação do ISS municipal.

Gráfico 1 - Receitas de Parauapebas, Oriximiná, Ipixuna do Pará e Barcarena de 2002-2005. (em milhões de reais)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

10. A ANÁLISE DA PRINCIPAL RECEITA DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL E DE TRANSFERÊNCIA ESTADUAL E FEDERAL

10.1. Principal receita municipal - ISS

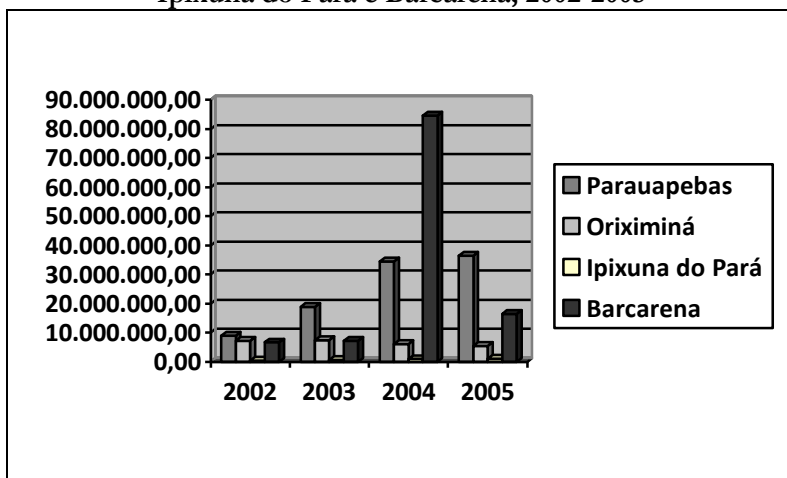
Dos itens que compõem a receita própria municipal (IPTU, IRRF, ISS e taxas), o ISS é o principal componente que contribui com ingressos no tesouro dos municípios estudados. Em Parauapebas no ano de 2004, dos R\$ 40.345.914,97 de arrecadação própria R\$ 34.482.610,01 foram de arrecadação do ISS, o que demonstra a importância desse tributo em relação a IPTU, IRRF e a taxas no município.

Em Oriximiná, em 2002, o ISS contribuiu com R\$ 7.164.211,18 para a receita municipal, que foi de R\$ 7.948.015,22.

Em Ipixuna do Pará a arrecadação do ISS foi de R\$ 662.849,94 de um montante de R\$ 792.577,52 de arrecadação municipal total.

Em Barcarena, em 2005, de um total de R\$ 32.022.327,65 da arrecadação municipal R\$ 16.399.752,71 foram arrecadados pelo ISS (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Arrecadação municipal de ISS de Parauapebas, Oriximiná, Ipixuna do Pará e Barcarena, 2002-2005



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

10.2. Principal receita de transferência estadual – ICMS

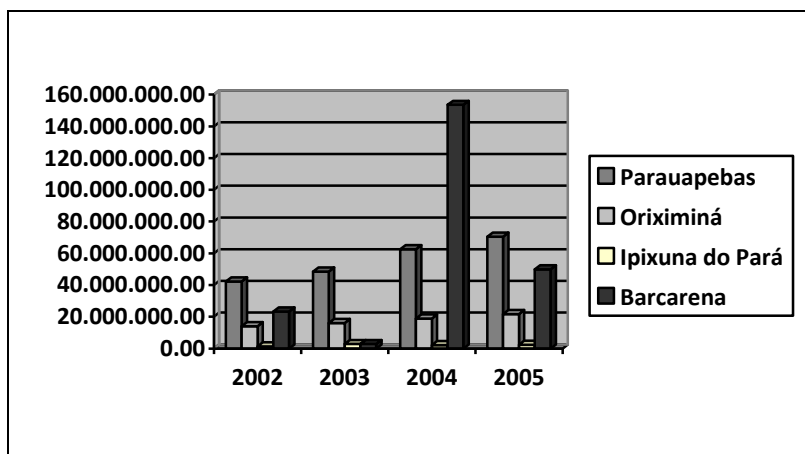
O ICMS é a maior receita de transferência repassada pelo governo do Estado do Pará aos municípios estudados. Estes repasses obedecem a uma cota parte onde os municípios recebem uma parte desse imposto recolhido pelo estado em seu território.

Em Parauapebas esses repasses aumentaram de R\$ 42.276.308,78, em 2002, para R\$ 70.361.399,95, em 2005. Em Oriximiná, esses repasses passaram de R\$ 14.011.550,38, em 2002 para R\$ 21.755.693,55, em 2005.

Em Ipixuna do Pará esses repasses ampliaram de R\$ 432.735,00, em 2002, para R\$ 638.620,43, em 2005.

Em Barcarena esses valores passaram de R\$ 23.263.933,64, em 2002, para R\$ 39.882.357,97 em 2005. O Gráfico 3 demonstra esses crescimentos do ICMS nos municípios em análise.

Gráfico 3 - Transferências estaduais de ICMS para Parauapebas, Oriximiná, Ipixuna do Pará e Barcarena, 2002-2005



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

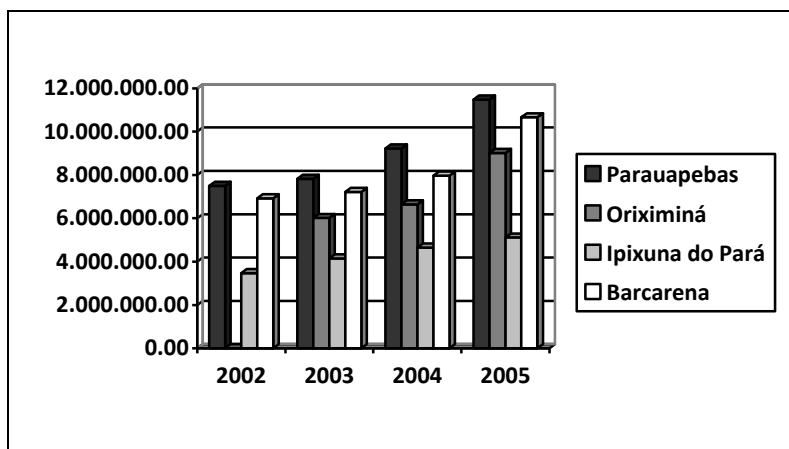
10.3. Principal receita de transferência federal - FPM

O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é o maior repasse feito pelo governo federal aos municípios em análise. Esses repasses obedecem a um coeficiente elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) tendo como base os dados populacionais informados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Quanto maior for a população do município, maior será o repasse do FPM.

Vale ressaltar que a implantação de projetos minerais nesses municípios atraiu milhares de pessoas que buscavam encontrar melhores condições de vida, emprego etc.

Em Parauapebas esses repasses passaram de R\$ 7.502.535,00, em 2002, para R\$ 11.484.274,42, em 2005. Em Oriximiná em valores passaram de R\$ 6.015.128,52, em 2002, para R\$ 9.021.766,95, em 2005. Em Ipixuna do Pará em repasses federais passaram de R\$ 1.304.591,58, em 2002, para R\$ 2.282.708,30, em 2005. Em Barcarena esses valores passaram de R\$ 6.924.723,11, em 2002, para R\$ 10.663.438,37, em 2005.

Gráfico 4 - Transferências federais de FPM para Parauapebas, Oriximiná, Ipixuna do Pará e Barcarena, 2002-2005



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do FINBRA. Secretaria do Tesouro Nacional (2009).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de projetos de beneficiamento mineral nos municípios em análise contribuiu para o crescimento das finanças públicas municipais. Este crescimento tem permitindo às prefeituras investir em políticas públicas que têm melhorado as condições de vida das populações locais, pois os recursos minerais são bens não renováveis, o que indica que os recursos advindos dos mesmos precisam ser bem investidos.

Neste sentido, se faz necessário que estas receitas arrecadadas tenham como destino atividades econômicas, sociais e ambientais que consigam promover um desenvolvimento de base local, pois temos diversos exemplos no Brasil de municípios que quando a atividade mineral chegou ao final, entraram em crise, justamente porque não investiram em atividades que pudessem substituir a mineração em seus territórios.

12. REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Célia Nunes et al. Regiões do entorno dos projetos de extração e transformação mineral na Amazônia oriental. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 8 n. 2, p. 73-107, dez. 2005.

DALTON, Hugh. **Princípios de finanças públicas**. Tradução de Maria de Lourdes Modiano. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1972.

LIRA, Sergio Roberto Bacury de. A questão tributária e a problemática da arrecadação fiscal em decorrência da mineração industrial na Amazônia. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 185 - 223

NAHUM, João Santos. **O uso do território em Barcarena**: modernização e ações políticas conservadoras. 2006. 126f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2006.

PALHETA DA SILVA, João Marcio. **Exercícios de poder**: os exemplos de gestão e viabilidade financeira de Parauapebas e Curionópolis no Sudeste Paraense. 1999. 136f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999.

SOUZA, Patrícia Feitosa. Desigualdades espaciais e a questão tributária no entorno da Mineração Rio do Norte (PA). In: COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007. p. 227 – 259.

A (DES)ORDEM SOCIOMINERAL DA MINERAÇÃO EM PEQUENA ESCALA (MPE) NO NORDESTE PARAENSE

Danusa di Paula Nascimento da Rocha

Na literatura acadêmica e na prática política do Brasil, mais especificamente no estado do Pará, o setor de atividades de mineração em pequena escala não tem sido uma classificação muito adotada, tão pouco analisada mais intensamente pela ciência geográfica. Além disso, constata-se que não existe, em âmbito nacional, um grande movimento que questione a atuação das mineradoras desse porte. Isto se deve, provavelmente, à pouca prática cultural e histórica dos cientistas sociais brasileiros e dos próprios atores sociais envolvidos em questionar os problemas socioambientais deflagrados pelas pequenas empresas de mineração, pois, a maioria dos olhares convergem para as atividades de mineração de grande porte, logo, não considerando, com responsabilidade, os impactos socioambientais e os conflitos entre as territorialidades presentes nas quadriculas de poder dos espaços usados por estes pequenos empreendimentos.

É neste contexto que se insere a pesquisa, a qual tem como objetivo principal analisar a (des)ordem sociomineral referente ao espaço da Mineração em Pequena Escala (MPE) e as dinâmicas socioambientais associadas à valorização dos minerais de uso imediato na construção civil (areia, seixo, brita, argila etc.).

Levando em conta o nosso estranhamento referente à carência de um forte movimento por esta atividade de pequeno porte no estado do Pará e a observação de dinâmicas socioambientais ocasionadas, por exemplo, na região do Nordeste Paraense, resolvemos discutir a respeito da (des)ordem sociomineral e das relações e processos socioambientais que a envolvem, optando por uma linguagem geográfica dialética que se aproxime da realidade observada (práticas e elementos da construção e controle dos espaços mineiros) que envolvem a mineração de pequena escala no nordeste do estado do Pará.

Ao que se percebe a demanda por esses e outros minerais só tende a aumentar nos próximos anos, devido ser, por um lado, uma atividade de larga escala, imprescindível ao mercado global e intensiva em capital e tecnologia; e, por outro, a mineração é necessária para abastecer o mercado interno, caso da valorização dos minerais de uso imediato na construção

civil. Este é na maioria das vezes um caso de MPE, que corresponde a empreendimentos cuja produção anual não ultrapassa 50 mil toneladas de minério bruto (DNPM, 2008). Nesta escala, a mineração geralmente apresenta estrutura de capital e administrativa mediante o controle familiar, organização social (cooperativa) ou de sociedade empresarial por cotas de responsabilidade limitada (DNPM, 2008).

De acordo com os registros do cadastro mineiro do Departamento Nacional de Produção Mineral do Estado do Pará (DNPM/PA) nos últimos dez anos a procura por pesquisas minerais, licenciamento, requerimentos, concessão de lavra etc. (DNPM, 2011) tem sido bastante significativa, em função principalmente da incorporação de tecnologias que viabilizam cada vez mais a identificação de reservas minerais, do crescimento demográfico e da grande demanda por substâncias de uso imediato na construção civil.

O Nordeste Paraense é a região que mais apresenta depósitos minerais de substâncias empregadas diretamente neste ramo (DNPM, 2011). Logo, estamos nos referindo à formação de espaços e territorialidades enlaçados com os modos de produção das atividades de MPE.

No caso da organização administrativa da mesorregião do Nordeste Paraense, esta é composta por cinco microrregiões somando 49 municípios (Quadro 1).

Quadro 1: Divisão administrativa das microrregiões do Nordeste Paraense

Microrregiões	População	Área (km²)	Municípios
Bragantina	382.756	8.703,3	Augusto Corrêa; Bonito; Bragança; Capanema; Igarapé-Açu; Nova Timboteua; Peixe-Boi; Primavera; Quatipuru; Santa Maria do Pará; Santarém Novo; São Francisco do Pará; Tracuateua.
Cametá	437.302	16.144,6	Abaetetuba; Baião; Cametá; Igarapé-Miri; Limoeiro do Ajuru; Mocajuba; Oeiras do Pará.

Guamá	434, 556	28.439,6	Aurora do Pará; Cachoeira do Piriá; Capitão Poço; Garrafão do Norte; Ipixuna do Pará; Irituia; Mãe do Rio; Nova Esperança do Piriá; Ourém; Santa Luzia do Pará; São Domingos do Capim; São Miguel do Guamá; Viseu.
Salgado	255, 973	5.812,7	Colares; Curuçá; Magalhães Barata; Maracanã; Marapanim; Salinópolis; São Caetano de Odivelas; São João da Ponta; São João de Pirabas; Terra Alta; Vigia.
Tomé-Açu	287, 618	24.453,3	Acará; Concórdia do Pará; Moju; Tailândia; Tomé-Açu.
NE Paraense	1.798,214	83.553,5	49
Pará	7.581.051	1.247.950,003	144

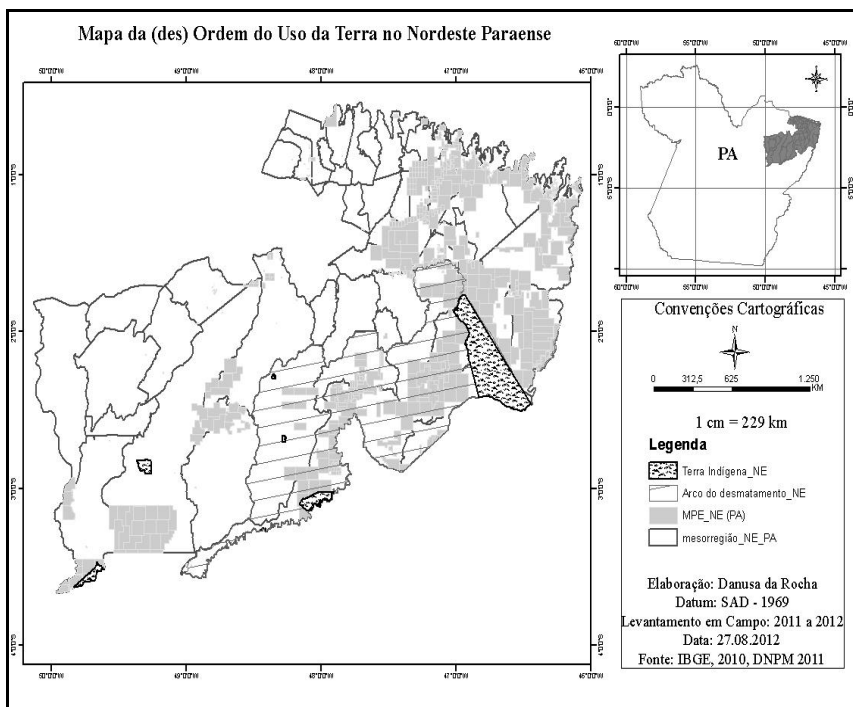
Fonte: IBGE (2010)

Em função da valorização comercial dos recursos naturais que se encontram nas microrregiões do Nordeste Paraense ocorre que alguns municípios apresentam áreas bastante modificadas pela intensa atividade antrópica, notadamente pelas atividades agrícolas, extração de madeira, monoculturas e também pelas atividades de MPE, como acontece em Capanema, Tracuateua, Abaetetuba, Capitão Poço, Garrafão do Norte, Irituia, Ourém, Santa Luzia do Pará, São Miguel do Guamá, entre outros. E, além disso, há a crescente ocupação demográfica que tem sido pouco ordenada pelos gestores públicos (IDESP, 2011), ocasionando impactos negativos sobre o meio físico natural.

Neste contexto, as atividades antrópicas, tais como a formação de pastagens, a agricultura e, mais recentemente, a exploração mineral, têm

contribuído para causar distúrbios significativos no meio ambiente em áreas consideradas atraentes aos olhos dos grupos econômicos locais. Desta forma, em detrimento dos processos de uso (Mapa 1), ocupação e interesse sobre os recursos naturais existentes no Nordeste Paraense, sobretudo os minerais, surge a necessidade de estudos direcionados ao manejo e ao monitoramento dessas áreas, assim como para as mudanças no uso da terra por meio de pesquisa científica e gestão pública.

Mapa 1: (Des)ordem do uso da terra no Nordeste Paraense



O uso do solo não só no Nordeste Paraense, mas em todo território do estado do Pará tem sido alvo de vários conflitos pela posse da terra. O Mapa 1 revela que há uma coexistência de interesses pela apropriação do espaço como, da mineração, do poder público, das madeireiras, dos grupos econômicos etc. Logo, isto também nos desvenda o quão é frágil e dócil a

atuação da gestão pública em suas estratégias de desenvolvimento ou de defesa em função da ordem sócio espacial de uma região que vem se tornando cada vez mais atrativa.

O Nordeste Paraense soma um total de 1.798,214 habitantes, dos quais 353.352 vivem na área rural com 23.542 agricultores familiares, 16.204 famílias assentadas e 26 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,65 (SIT, 2010). É importante salientar que o crescimento econômico desta região tem sua origem na disponibilidade dos recursos naturais, ainda que estes se encontrem em áreas protegidas, logo, para este cenário evidencia-se a urgência do ordenamento socioespacial quando no uso dos recursos, neste caso em especial dos minerais de uso imediato na construção civil.

Em detrimento das características naturais na situação de “acesso livre” (Figura 1) entende-se este cenário como um dos principais desafios do processo de formalização, e gerenciamento dos depósitos passíveis de extração pela MPE.

Figura 1: Depósito de areia resultante da separação do seixo, município de Capitão Poço (PA)



Fonte: DNPM (2008)

É considerado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), enquanto seu maior desafio, o processo de formalização e gerenciamento dos depósitos passíveis de extração pela MPE, pois, esta apresenta características naturais na situação de “acesso livre”. Dada a complexidade do gerenciamento deste tipo de recursos, é importante que a formalização seja considerada como um processo em suas diferentes dimensões (social, econômica e ambiental). Somado a isto, há a necessidade de um aprofundamento do conhecer sobre a MPE, simultaneamente a um processo de intervenção visando maior formalização a fim de trilhar um caminho de controle estratégico desta tão importante atividade para a sociedade.

Mais um exemplo sobre a (des)ordem sociomineral que se faz presente no Nordeste Paraense, retratando a dificuldade que há no controle e na aplicação das normas pelas esferas públicas é revelado no município de Tracuateua (PA) por meio do descumprimento das obrigações constitucionais do grupo econômico responsável pela lavra de granito que funcionava desde o início das suas atividades de forma irregular (Figura 2).

Figura 2: Lavra de granito paralizada no município de Tracuateua (PA)



Fonte: DNPM (2008)

A paralisação da lavra de granito pela equipe do DNPM no município de Tracuateua foi motivada por questões de descumprimento – dos grupos econômicos – de origem técnica, ambiental e socioeconômica. Logo, há de se questionar e compreender a atuação pública municipal e as entropias socioambientais deflagradas por mineradoras de pequena escala, assim como sua relação com a comunidade local. E, atrelado a este fato não podemos deixar de associar que no setor econômico da MPE no Nordeste Paraense tem se observado a articulação de valores convergentes, acordos e convenções híbridas de interesse principalmente particular, integrando Estado, mercado e a sociedade numa lógica de (des) ordem sociomineral desigual e combinada, em que o poder público vem abrindo espaço às regras dos grupos econômicos atuantes constituindo um conjunto de fatores favoráveis a estes e desfavoráveis à comunidade local.

Os grupos econômicos atuantes do setor mineral no Nordeste Paraense, nem sempre estão necessariamente vinculados ao conceito de pequena empresa¹. Na maioria das ocorrências há em média de 20 a 99 empregados (CPRM, 2008), com operações artesanais a céu aberto como mostra a Figura 3 com utilização de equipamentos simples e operações com baixos níveis de mecanização para fins de apropriação e produção do espaço.

¹Pessoa jurídica e firma mercantil individual, que não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

Figura 3: Lavra mecanizada de um depósito de seixo/areia no município de Ourém (PA)



Fonte: DNPM (2008)

A Figura 3 ilustra a produção e o beneficiamento de seixo e areia no município de Ourém (PA), a qual é destinada à indústria da construção civil obedecendo a uma metodologia iniciada com o processo de extração e/ou desmonte do depósito mineral, normalmente através de retroescavadeiras quando são atingidas profundidades que variam de 4 a 15 metros. Segue-se o processo de transporte em caçambas de tipo basculantes até a área de lavagem e peneiração para a classificação. O seixo classificado é estocado para a comercialização e a areia resultante da peneiração é armazenada na mina e destinada para consumo local e regiões do entorno como Belém e região metropolitana.

No Nordeste Paraense há uma produção bastante expressiva de substâncias de uso imediato na construção civil, onde pequenas empresas de mineração se instalaram, sendo atraídas pela geologia local, pela fragilidade fiscal e pelo mercado consumidor, principalmente das “concreteiras”² como a Polimix, a Supermix, entre outras, com sede na capital, Belém (PA).

² Empresas do ramo da construção civil, prestadoras de serviço de concretagem para obras de grande porte.

De acordo com o sindicato das indústrias minerais, a produção mineral nesta escala é socialmente relevante, pois, em nível nacional a MPE tem seu destaque no grande número de empresas no país (73%), quando relacionada à mineração de grande porte, além de ser uma boa empregadora de mão-de-obra, e responsável por 25% do total de empregos formais na atividade mineral (SIMINERAL, 2012). Porém, no Nordeste Paraense a realidade se faz antagônica, pois, o número de empregos gerados pela atividade de extração mineral ainda se apresenta de forma ínfima, como apresenta os dados de 2011 do Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará (Tabela 1) diante da opulência mineral que se faz presente na região. Assim, esta realidade leva a supor que a essência da (des)ordem sociomineral esteja na má construção de um modelo de desenvolvimento e de políticas públicas correspondentes.

Tabela 1: Vínculos empregatícios por atividade econômica segundo mesorregião

Mesorregião / Atividade econômicas	Baixo Amazonas	Marajó	Metropolitana de Belém	Nordeste Paraense	Sudeste Paraense	Sudoeste Paraense	Total do Estado
Extração mineral	1.576	1	857	420	10.977	395	14.225
Indústria de transformação	6.289	1.680	40.492	13.570	27.785	3.635	93.451
Serviços industriais de utilidade pública	473	118	5.024	381	1.458	177	7.631
Construção civil	2.766	83	33.258	1.338	21.042	2.146	60.633
Comércio	11.161	1.394	105.819	12.897	38.706	7.148	177.125

SOCIEDADE, ESPAÇO E POLÍTICAS TERRITORIAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

Serviços	12.714	843	160.973	7.568	29.792	3.689	215.579
Administração pública	29.448	16.194	171.321	56.228	55.228	14.142	342.615
Agropecuária e extração vegetal	3.758	618	6.626	8.030	19.371	1.573	39.976
Total	68.185	20.930	524.370	100.432	204.413	32.905	951.235

Fonte: IDESP (2011)

Os dados da Tabela 1 produzem uma reflexão acerca do retorno socioeconômico da MPE, ao que se refere à oferta de emprego neste ramo da economia. Pois, é necessária uma compensação econômica e social acerca dessa materialização espacial a partir da valorização dos recursos minerais, pois, um número de 420 empregos gerados não se faz coeso com a quantidade de empresas (aproximadamente 225 empresas cadastradas) do ramo mineral que atuam nesta região (DNPM, 2011), fato que conduz a interpretar que o desenvolvimento social tem sido comprometido, já que se tem o conhecimento de que o setor mineral tem seu valor para o desenvolvimento local e regional quando administrado de forma limpa e justa. Por este e outros motivos é que a atividade de mineração tem sido e continuará a ser pauta de discussões de caráter político-ideológico ao longo da história paraense.

A valorização econômica dos recursos minerais, para atender às exigências do mercado da construção civil, implica em diversas alterações nos componentes físicos, químicos e biológicos dos espaços mineiros empreendidos. Desse modo, esses elementos se configuram em atrativos mercantis para assim transformar o espaço com a presença de um determinado uso e controle. E, através desse uso, ocasiona a maximização do lucro e inevitavelmente implicações socioambientais. Trata-se da ocorrência dos impactos ambientais negativos (Figura 4), com possibilidades de ocasionar choques na dinâmica social, econômica e ambiental.

Figura 4: Desmatamento de mata ciliar para extração de argila e areia no município de Abaetetuba (PA)



Fonte: DNPM (2008)

A Figura 4 é referente à extração de argila e areia, atividade considerada tradicional para a produção de cerâmica no Nordeste Paraense. E, no município de Abaetetuba (PA) praticamente todas as áreas funcionam de forma irregular. Entretanto, muitas pessoas dependem de forma direta ou indireta dessa atividade para sobreviver (DNPM, 2008). Desta maneira a dinâmica sociomineral desigual da MPE no Nordeste Paraense é entendida concomitantemente como produto e condicionante da materialidade relacional da sociedade vivida no espaço com a apropriação dos recursos minerais. E, esta (des)ordem sociomineral é produzida pela força de trabalho local a comando do poder dos empreendedores da região em parceria com o poder público (IDESP, 2010), os quais se configuram como a força dominadora das relações socioespaciais.

Na tentativa de compreender o devir dialético da (des)ordem sociomineral em sua multidimensionalidade vivida no Nordeste Paraense, constatou-se a partir de pesquisa de campo – em parceria com o DNPM - que um dos aspectos negativos da MPE refere-se principalmente à

irregularidade de algumas empresas que operam no estado do Pará, pois, não se encontram em conformidade com o processo de legalização mineral e principalmente ambiental, caso comum a vários municípios e que pode ser exemplificado na extração de areia no município de Abaetetuba (Figura 5), gerando uma cadeia de entropias e entraves sociais e econômicos.

Figura 5: Lavra de areia paralisada no município de Abaetetuba (PA)



Fonte: DNPM (2008)

A Figura 5 é referente à paralisação - equipe técnica do DNPM /PA - de uma lavra localizada em Abaetetuba (PA) que na ocasião comercializava areia. O auto de infração foi aplicado pelo órgão competente por motivos de irregularidades técnicas, trabalhistas e ambientais. É importante ressaltar que com a atividade mineral ocorrendo de forma irregular não há como ter uma compensação financeira (CFEM³) ao município (65%), ao estado (23%)

³ “Art. 20. (...) § 1.º É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no

e à União (12%), logo, isto impossibilita, de um modo geral, o retorno econômico e social. Desta maneira a prática fiscal se faz uma ação primeira ao desenvolvimento socioambiental a partir do uso dos recursos minerais pelos atores econômicos.

Em torno do que acontece na (des)ordem sociomineral do Nordeste Paraense estão os objetivos intencionais dos grupos econômicos numa corrida pelo poder por meio da produção socioespacial e como consequência inevitável deste propósito está a degradação ambiental, ou seja, são tessituras que se instalam e não articulam – na maioria das ocorrências – harmonicamente com as normas sociais, fabricam suas regras indiferentes aos valores legais, locais, sociais, as territorialidades e em infrequentes casos apresentam um plano de recuperação da área atingida.

Diante deste cenário de desordem, é necessária a intervenção de um poder que exerça positivamente sua ação legal, de modo que venha garantir uma compensação pelo uso do solo, mais especificamente dos recursos minerais de uso imediato na construção civil, pois a tendência deste não é decrescer. E, a razão da ocorrência deste fenômeno refere-se a uma interface estreita entre o consumo destes minerais e o crescimento demográfico da sociedade com o padrão de vida desfrutado. Como consequência, ocorre o resultado negativo alojado nas entropias (desmatamento, poluição do ar, do solo, da água etc.) ocasionadas em função do consumo economicamente estratégico do espaço.

A importância e o consumo dos minerais no Nordeste Paraense se configuram por ser responsáveis em produzir insumos para a infraestrutura urbana, industrial e malha viária, atendendo a crescente demanda por espaços urbanizados, principalmente na cidade de Belém e região metropolitana com acessibilidade para redes de transporte de bens, informações, energia e água, gerando grandes volumes de produção como a de tijolos no município de São Miguel do Guamá (PA) (Figura 6), apresentando beneficiamento simples e para maior economicidade a produção é no entorno do local de consumo, geralmente em áreas urbanas devido ao baixo valor unitário.

respectivo território, plataforma continental, marítima territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração.”

Figura 6: Produção diária de tijolos em depósito para secagem no município de São Miguel do Guamá (PA)



Fonte: DNPM (2008)

A Figura 6 ilustra a produção de tijolos, um dos materiais amplamente utilizado na construção civil. Conforme a demanda, cada olaria possui em média de cinco a vinte funcionários que trabalham no beneficiamento, queima e estocagem, além de dois que se dedicam à produção e à extração da argila, com aproximadamente 2.500 kg de minério explorado. A produção é de 8.000 tijolos/dia, cujo valor médio do milheiro é R\$ 270,00, com um retorno de aproximadamente R\$ 2.160,00 por dia e de R\$ 64.800,00 mensais (DNPM, 2008).

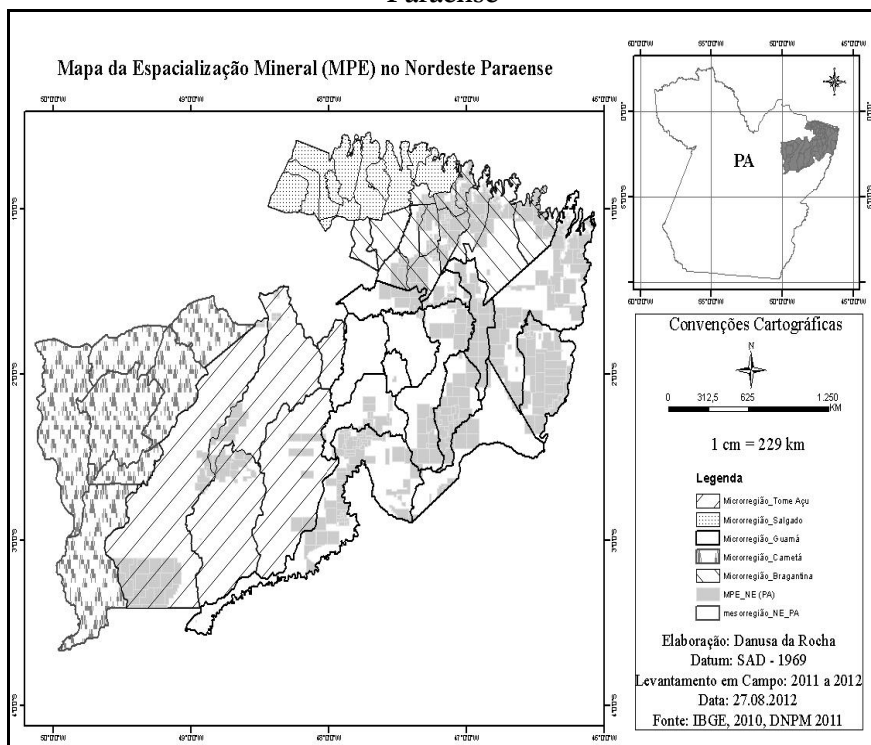
O retorno econômico das atividades de MPE é rentável e rápido, o que também justifica o grande interesse na apropriação do espaço mineiro no Nordeste Paraense, também de forma irregular. É relevante frisar que os trâmites legais com fins de regularização mineral apresentam-se bastante burocráticos e pouco ágeis, pois, na visão do pequeno minerador a burocracia mineral/ambiental é vista como um dos maiores problemas no que diz respeito à regularização da atividade, pois o proceder legal manifesta-se pouco atrativo (lento) para o minerador. O resultado são áreas com extração mineral ocorrendo de forma ilegal em demasia, acarretando problemas sociais, econômicos e ambientais, ou seja, uma desordem sociomineral.

Deste modo, é relevante ressaltar que a missão do DNPM é garantir que o patrimônio mineral brasileiro, recurso não renovável, seja aproveitado de forma racional, limpa e segura, trabalhando de forma responsável com o meio ambiente em conveniência de toda a sociedade.

Não menos importante é a problemática enfrentada pelo DNPM em realizar as fiscalizações em todo o Pará; já que o estado é muito extenso em sua configuração territorial e bastante rico em recursos minerais. Para, além disso, existe outra problemática ao 5º Distrito (DNPM/PA) o qual não apresenta nem pessoal, nem automóveis e ferramentas de trabalho suficientes para que assim se faça um trabalho fiscal mais plausível, realidade que implica diretamente na (des)ordem sociomineral do Estado.

O mapa da espacialização das pequenas empresas de mineração no Nordeste Paraense (Mapa 2) ilustra por meio da elevada quantidade de espaços apropriados, o quanto é visível o interesse dos grupos econômicos sobre os minerais de uso imediato na construção civil, fazendo das microrregiões um celeiro de possibilidades positivas e negativas tanto para a sociedade local quanto para a economia e o meio ambiente da mesorregião.

Mapa 2: Espacialização mineral na mesorregião do Nordeste Paraense



A concentração da exploração de bens minerais, como mostra o Mapa 2, ocorre nas microrregiões do Nordeste Paraense por meio, principalmente da elevada demanda no segmento econômico da construção civil também ocasionado pelo crescimento demográfico da região e da expansão urbana da capital Belém e região metropolitana. Assim, estes e outros fatores vêm impulsionando o crescimento do segmento mineral na região. E, além disto, o Nordeste Paraense é o que mais cresce demograficamente, depois da região metropolitana de Belém (Tabela 2), fato que vem contribuindo significativamente na produção e no consumo de agregados minerais de uso imediato na construção civil.

Tabela 2: População, área territorial e densidade demográfica segundo mesorregião - 2010

Mesorregião	População por (1.000 hab.)	Área territorial (1.000 km ²)	Densidade demográfica (hab./km ²)
Baixo Amazonas	736,43	340,45	2,16
Marajó	487,01	104,14	4,68
Metropolitana de Belém	2.437,30	6,88	354,49
Nordeste Paraense	1.789,39	83,18	21,51
Sudeste Paraense	1.647,51	297,28	5,54
Sudoeste Paraense	483,41	415,78	1,16
Total do Estado	7.581,05	1.247,70	6,08

Fonte: IDESP (2011)

A presença de novos atores, uma nova geografia e a produção dos espaços transformados pelos fluxos que aí se instalam, tem feito do Nordeste Paraense um espaço desejado por grupos econômicos e individuais, os quais revelam relações marcadas pelo controle e poder de suas objetivações particulares. Por estas e outras razões que a MPE é aqui entendida enquanto uma tessitura exteriorizada por grupos com força de (des)ordem socioespacial e mineral, representando uma nova forma de poder, para além do público, logo, trata-se uma tessitura regida pelos atores econômicos atuantes que vem se apresentando num cenário geoeconômico de desigualdades sociais a partir de estratégias que congregam demandas de consumo.

Para esta análise, é importante lembrar que no Nordeste Paraense se encontra 70% da população do estado (IBGE, 2010) cuja economia baseia-se na agricultura familiar, na pecuária e na produção de bens minerais de uso imediato na construção civil, e com o elevado crescimento (Tabela 3) desta última tem se observado durante as pesquisas de campo, a ocorrência da substituição do uso da terra agrícola de subsistência pela atividade de mineração em pequena escala.

A MPE no Nordeste Paraense vem se apresentando numa dinâmica produtiva cada vez mais significativa, pois, conta atualmente com

832 processos minerários⁴ ativos (DNPM, 2012) abrangendo uma área de 129,58 km², como mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Cadastro dos processos ativos da MPE (PA/NE)

Espaço mineiro	Número de processos ativos	Período	Área total (km²)
Estado do Pará	832	1958-2012	129,58
Nordeste Paraense	771	1958 - 2012	128,93

Fonte: DNPM (2012)

A partir da análise da Tabela 3, podemos destacar a informação de que já passa dos 50 (cinquenta) anos de exploração da (des)ordem sociomineral de MPE, tanto no estado do Pará quanto na região do nordeste paraense. Por meio dos números é possível considerar o quanto a atividade é expressiva espacialmente e economicamente, logo, compreende-se este espaço mineiro enquanto palco dos atuais processos transformadores nas dimensões (produtivas, social, ambiental, econômica, tecnológica etc.) dos municípios envolvidos com os respectivos grupos econômicos; os quais têm resultado em espaços de natureza desigual numa dinâmica (des)ordenada por interesses públicos e/ou privados.

É importante frisar que as formas de uso e ocupação do espaço mineiro em geral denunciam, usualmente, as falhas políticas de organização e apropriação do espaço. Neste caso, a atividade de mineração é uma das principais causadoras da prática do desmatamento, juntamente com a pecuária, a monocultura, a extração de madeira, entre outras. Para ratificar esta informação, a Tabela 4 retrata o quanto a prática do desmatamento cresce consideravelmente no Nordeste Paraense. Entre as principais causas do desmatamento está a atividade de mineração, pois a retirada da cobertura vegetal é uma das primeiras atividades a ser realizada antes da lavra mineral.

⁴ As principais substâncias valorizadas são areia, com 397 processos ativos, cascalho, com 75, e saibro, com 90 (DNPM, 2011).

Tabela 4: Área desflorestada em km² Nordeste Paraense, 2000-2009

Ano	Área desflorestada km ²	Total do Estado
2000	36.50,10	171.270,10
2001	39.909,70	187.986,20
2002	40.626,10	196.66,70
2003	41.930,20	207.888,00
2004	42.942,30	217.097,90
2005	43.694,50	225.326,40
2006	44.329,20	230.440,70
2007	44.722,80	236.025,30
2008	45.259,70	241.705,30
2009	45.536,60	245.035,20

Fonte: IDESP (2009)

Diante deste cenário de agressão ambiental progressiva de 2000 a 2009, nota-se que o tempo do capital e o tempo do mercado colocam em risco o tempo da natureza com grandes mudanças na cobertura florestal as quais têm acarretado sérias implicações quanto à perda da biodiversidade e outros atributos ambientais ao longo dos últimos anos. E, a combinação do crescimento populacional com a ocupação de novas áreas, assim como a exploração de recursos naturais, a exemplo da exploração da MPE tem causado uma pressão negativa cada vez maior sobre o meio físico natural. Logo, é fundamental pensar numa estratégia de conservação para a floresta e o meio ambiente de um modo geral.

A crescente demanda por recursos naturais no estado do Pará (IDESP, 2011) tem transformado o levantamento periódico do uso da terra em um aspecto de grande interesse para o entendimento dos “padrões” de (des)ordem sociomineral e de novas organizações espaciais. Assim, em contrapartida há significativa contribuição na elaboração de leis, portarias etc. no objetivo de melhor regular, a qualidade do meio ambiente, assim como tentar prover um melhor ordenamento socioespacial.

Diante do que foi apresentado e da realidade que se faz atuante, buscamos trazer contribuições no que tange aos desafios das abordagens sobre o uso, a valorização econômica e a consequente apropriação do espaço mineiro no Nordeste Paraense. E, partindo da análise do recorte empírico, apreendem-se aqui os espaços produtivos da MPE como aqueles que caracterizam os lugares sob o ponto de vista da operacionalização das atividades de produção e circulação dos agregados minerais de uso imediato na construção civil. Assim, para este espaço lançamos um olhar numa compreensão multidimensional com essência materialista no qual se manifesta em meio à apropriação e regulação dos recursos minerais, quando na condição de úteis à sociedade.

E, diante da necessidade materialista de consumir o espaço e de transformações socioespaciais é que buscamos embasar a nossa análise transcorrendo e adaptando para o espaço da MPE do Nordeste Paraense no qual vem se instalando uma nova (des)ordem sociomineral por meio da valorização do espaço - sobretudo urbano - orientado pela disposição e uso dos recursos minerais - neste caso em especial os agregados para a construção civil - seguindo na lógica correlacionada com as estratégias econômicas de poder local. Logo, uma análise deste tipo não pode mais permanecer inserida na periferia das abordagens geográficas, devendo tão logo se apresentar em meio às discussões latentes da comunidade acadêmica e dos atores envolvidos.

2. REFERÊNCIAS

COELHO, M. C.; MONTEIRO, M. de A. **Mineração e reestruturação espacial da Amazônia**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

CPRM. **Análise econômica das pequenas e médias empresas de mineração. Relatório Final**, 2008. Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Minas e Metalurgia. Serviço Geológico do Brasil, Brasília, 124p. Disponível em: <<http://migre.me/ay5on>>. Acesso em: 27 jan. 2012

Ministério de Minas e Energia. Secretaria de Minas e Metalurgia. Serviço Geológico do Brasil, Brasília, 124p. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL.
Cadastro de Controle de Áreas 2008. Quinto Distrito. PA, Brasil.

_____. **Sumário mineral** – Índice acumulado Ed. 2001 – 2012

IBGE. **Cidades.** 2010. Disponível em: <<http://migre.me/ay5tc>>. Acesso em: 19 jun. 2011.

_____. **Geologia.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/geologiat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 jan. 2012.

INSTITUTO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL DO PARÁ. **Belém.** Belém, 2010.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas públicas territoriais na Amazônia brasileira:** conflitos entre conservação ambiental e desenvolvimento. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS MINERAIS DO ESTADO DO PARÁ. **Anuário Mineral do Pará,** 2012. 1. ed. Belém, 2012.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS. **Territórios da Cidadania, Nordeste Paraense, 2010.** Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 10 nov. 2011

SOBRE OS AUTORES

Adolfo Oliveira Neto

Professor assistente da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade do Estado do Pará (2007) e graduação em Bacharelado e Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2010). É mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará. e-mail: adolfoneto@ufpa.br

Aiala Colares Couto

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará - UFPA (2007), é especialista em Cidades da Amazônia: história, ambiente e culturas, pelo Programa de Formação Internacional de Pós-Graduação em Áreas Amazônicas FIPAM/NAEA/UFPA, é mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional - PLADES/NAEA/UFPA, ganhador do *Prêmio NAEA Monografias* (2008). Atualmente ocupa o cargo de professor da Universidade Estadual do Pará (UEPA) e professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). e-mail: aialacolares@hotmail.com

Antônio Tiago Corrêa Malcher

Graduou-se em geografia em 2007 pela Universidade Federal do Pará, onde também faz mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia. Faz parte do Grupo de pesquisa dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia (GDEA). Em 2007 tornou-se professor da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará. Atua na área de Dinâmicas Territoriais do Desenvolvimento e Geografia Agrária. e-mail: tiagomalcher81@yahoo.com.br

Carlos Alexandre Leão Bordalo

Professor Adjunto da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. e-mail: carlosbordalo@oi.com.br

Christian Nunes da Silva

Geógrafo. Doutor em Ecologia Aquática e Pesca (UFPA). Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA). Coordenador do Laboratório de Análise da Informação Geográfica (LAIG/FGC/UFPA). Pesquisador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia - GAPTA/UFPA. e-mail: cnunes@ufpa.br.

Clay Anderson Nunes Chagas

Geógrafo. Doutor em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA. Professor Adjunto da Faculdade de Geografia e Cartografia – UFPA. Pesquisador do GAPTA. e-mail: claychagas@ufpa.br

Danusa di Paula Nascimento da Rocha

Técnica em mineração (IFPA), Geógrafa (UFPA), Discente do curso de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA). Colaboradora do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/UFPA). e-mail: danusa_paula@yahoo.com.br

Eneias Barbosa Guedes

Geógrafo. Possui mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Pará, graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará, bacharelado e licenciatura. Atualmente é professor assistente do Programa de Geografia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Geografia da População, Geografia Agrária, Território e Pesca e Produção do Espaço. e-mail: eneias.guedes@bol.com.br

Fabiana Sousa Santos

Geógrafa formada pela UFPA. Integrante do projeto de pesquisa “Uso do Território e Impactos Sócio-Ambientais da Atividade Mineiro-Metalúrgica nas cidades de Parauapebas e Juruti, no estado do Pará” com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. e-mail: fabiana3s@hotmail.com

Fernando Alves de Araújo

Geógrafo. Discente do curso de Pós-graduação em Geografia (PPGEO/UFPA), colaborador do Grupo Acadêmico Produção do Território e Meio Ambiente na Amazônia (GAPTA/UFPA). e-mail: mcsfernando@gmail.com

Francisco Emerson Vale Costa

Professor de Geografia da Secretaria Estadual de Educação do Pará. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. e-mail: emersonvale@yahoo.com.br

Giovane da Silva Mota

Geógrafo. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO). Doutorando em Geografia (UFF). Professor da Faculdade de Geografia e Cartografia da Universidade Federal do Pará (FGC/UFPA). Pesquisador do GAPTA/UFPA. e-mail: motagio@ufpa.br.

João dos Santos Carvalho

Bacharel e Licenciado Pleno em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Mestre em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Doutor em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia. Atualmente é pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e professor da Universidade Federal do Pará. e-mail: carvajo55@yahoo.com.br

João Marcio Palheta da Silva

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente (SP). Professor Associado I da Faculdade de Geografia e Cartografia (FGC) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da UFPA. Tutor do PET Geografia da UFPA. Coordenador do projeto de pesquisa “Uso do Território e Impactos Sócio-Ambientais da Atividade Mineiro-Metalúrgica nas cidades de Parauapebas e Juruti, no estado do Pará” com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. e-mail: jmpalheta@ufpa.br

João Santos Nahum

Gradou-se em geografia (1992) e ciências sociais (1995) pela Universidade Federal do Pará, onde também fez especialização em Estado e Fronteira (1996) e mestrado em Planejamento do Desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (2000). Na PUC-MG fez especialização em Geografia e Planejamento Ambiental (1995) e na Unesp-Rio Claro fez doutorado em geografia (2006) na área de organização do espaço. Em 2008 tornou-se professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, lotado na Faculdade de Geografia e Cartografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA. Atua na área de Gestão do Território, Dinâmicas Territoriais do Desenvolvimento e Geografia Agrária. e-mail: joaonahum@ufpa.br

Jovenildo Cardoso Rodrigues

Economista pela Universidade da Amazônia (1997), Geógrafo pela Universidade Federal do Pará (2008), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente. Possui experiência nas áreas de Geografia e Economia, com ênfase em Geografia Urbana, Economia Regional e Urbana. e-mail: jovenildounesp@hotmail.com

Lilian Simone Amorim Brito

Geógrafa. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (PPGEO). Diretora da Escola de Aplicação da UFPA. Professora de Geografia da Educação Básica, Técnica e Tecnológica da Escola de Aplicação da UFPA. e-mail: lilianab@ufpa.br, lilians.brito@bol.com.br.

Márcio Júnior Benassuly Barros

Geógrafo. Mestre em Geografia - PPGEO/UFPA. Professor das Faculdades Integradas Ipiranga. e-mail: marciobena@ufpa.br

Mauro Emilio Costa Silva

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Especialista em Estudos Culturais na Amazônia pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA), Instituto da Universidade Federal do Pará (UFPA), possui Graduação em

Geografia com Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor contratado da Universidade Estadual do Pará. e-mail: maurobrasilgeo@yahoo.com.br

Nathalya Costadelle

Aluna do curso de geografia da UFPA e Bolsista do CNPq. Integrante do projeto de pesquisa “Uso do Território e Impactos Sócio-Ambientais da Atividade Mínero-Metalúrgica nas cidades de Parauapebas e Juruti, no estado do Pará” com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. e-mail: nathalia.c.pacheco@hotmail.com

Odimar do Carmo Melo

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (2005), é professor do Centro de Estudos Icoaraci e de escolas públicas de nível fundamental e médio no estado do Pará, com experiência em Geografia Humana e da Amazônia. É mestre em Geografia na linha de pesquisa: Gestão urbana e regional pelo Programa de Pós- graduação em Geografia, UFPA. e-mail: odimar@ufpa.br

Sergio Cardoso de Moraes

Sociólogo, Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2005), professor adjunto IV da Universidade Federal do Pará lotado no Núcleo de Meio Ambiente (NUMA). Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/ NUMA) e docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/ UFPA). e-mail: scmoraes@ufpa.br.

Todos os direitos reservados

GAPTA/UFPA
Vendas e atendimento:
e-mail: cnsgeo@yahoo.com.br